

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS-UFPel  
Instituto de Ciências Humanas-ICH  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**Tese**

**Traçando caminhos: a trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola, entre os anos de 1957 a 1981.**

**Elvis Silveira Simões**

Pelotas, 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**Tese**

**Traçando caminhos: a trajetória político-sindical de Antonio Nailem  
Espíndola, entre os anos de 1957 a 1981.**

**Elvis Silveira Simões**

**Orientador: Edgar Ávila Gandra (UFPEL)**

**Pelotas, 2023**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S588t Simões, Elvis Silveira

Traçando caminhos : a trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola, entre os anos de 1957 a 1981 / Elvis Silveira Simões ; Edgar Ávila Gandra, orientador. – Pelotas, 2023.

271 f. : il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. História. 2. História do trabalho. 3. História do trabalho portuário. 4. História oral. 5. Biografia/trajetória. I. Gandra, Edgar Ávila, orient. II. Título.

CDD : 981.65

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB:10/2064

**Elvis Silveira Simões**

**Traçando caminhos:**

a trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola, entre os anos de 1957 a 1981.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Edgar Ávila Gandra (UFPel)

Pelotas, 2023

## **Traçando caminhos:**

a trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola, entre os anos de 1957 a 1981.

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (orientador)  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Ugarte Pinheiro  
Pontifícia Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Prof. Dr. Javier Eduardo Silveira Luzardo  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

## **Agradecimentos**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Antonio Nailem Espíndola, e sua disposição em narrar sua história de vida, além de ceder parte de seus arquivos pessoais para a realização desta Tese. Suas memórias são de grande importância para que possamos compreender a vida e atuação de todo um conjunto de operários e militantes que enfrentaram um contexto político e social de precariedade e repressão, na cidade de Rio Grande.

Agradeço também a minha família, a qual sempre me apoiou e teve um papel fundamental em todo meu processo formativo. Sem o apoio e amor de minha mãe (Maria Eva Silveira Simões), meu pai (Hermes Temóteo Vieira Simões) e minha irmã (Janaína Silveira Simões), dificilmente a conclusão dessa Tese seria possível.

Também gostaria de agradecer a minha namorada, Tainá Cardoso Bitencourte, tanto pela paciência, quando pelo apoio nos momentos difíceis, sempre incentivando e acreditando em mim. Seu apoio emocional foi de extrema importância.

Agradeço também a meu professor e orientador Edgar Ávila Gandra, o qual me acompanha desde o Mestrado, sendo mais que um simples orientador, um grande amigo. Essa Tese é fruto da combinação de nossos esforços, portanto, sou muito grato por cada momento de orientação, conversas, contribuições, etc.

Ao Thiago Cedrez da Silva, um grande amigo de infância, que nesse processo também se tornou um companheiro de profissão. Essa Tese também devo a ti. Muito obrigado por suas leituras atentas, observações e revisões. Muito obrigado por toda amizade e parceria.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPel e aos professores, que me deram a oportunidade de amadurecer enquanto pesquisador, ao longo desses anos.

Agradeço a CAPES, que durante um ano me proporcionou uma bolsa de pesquisa, a qual foi de grande relevância para que eu pudesse custear parte dos gastos que tive para desenvolver desta pesquisa.

Por fim, agradeço ao professor Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg, pela leitura atenta e importantes contribuições durante Qualificação deste trabalho;

aos professores e membros da banca de Defesa: Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Ugarte Pinheiro (UFAM), Dr. Javier Eduardo Silveira Luzardo (UFPel), Dr. Marcos César Borges (UFPel) e Dr. Charles Pereira Pennaforte (UFPel), o quais dedicaram seu tempo e conhecimento para avaliar e contribuir com a presente pesquisa.

Muito obrigado a todos(as)!

## Resumo

SIMÕES, Elvis Silveira. **Traçando caminhos:** a trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola, entre os anos de 1957 a 1981. Orientador: Edgar Ávila Gandra. 2023. 271f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória de vida de Antonio Nailem Espíndola, tendo como enfoque sua atuação política e sindical, entre o período de 1957 a 1981, na cidade de Rio Grande – RS. Buscamos, no decorrer desta Tese, identificar seu processo de saída do ambiente rural, da cidade de Arroio Grande – RS, até sua instalação no município referido. Todavia, foi em sua vivência na urbe riograndina que demos destaque neste estudo. Tivemos como foco abordar seu processo de instalação na cidade urbana, os locais por onde trabalhou (indústria e Porto), como tecia e o impacto de suas redes de relações, sua precariedade de condição de vida, as disputas e conflitos que vivenciou, a fundação de sua entidade sindical, assim como, sua ascensão social e representatividades enquanto liderança sindical. Além disso, destacamos sua militância durante a Campanha da Legalidade, 1961, e sua perseguição durante o período reconhecido pela historiografia com Ditadura Civil-Militar de 1964. Desta forma, pudemos observar o processo de militância combativa, pela conquista e manutenção dos direitos adquiridos. Assim, tivemos como intuito contribuir para o aprofundamento dos aspectos constituintes da militância sindical riograndina a partir de sua vivência, uma vez que, ela nos permite lançar luzes sobre como um sujeito “comum” transitava em diferentes espaços sociais, sendo formador e formado por eles. Sua atuação dentro do campo político e sindical, torna sua trajetória representativa das lutas realizadas pelos operários riograndinos.

**Palavras-Chave:** História. História do Trabalho. História Portuária. História Oral. Biografia/Trajetoária.

### **Abstract:**

SIMÕES, Elvis Silveira. **Tracing paths:** the political-union trajectory of Antonio Nailem Espíndola, between the years 1957 and 1981. Advisor: Edgar Avila Gandra. 2023. 271 f. Thesis (Doctorate in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

The present research aims to analyze the life trajectory of Antonio Nailem Espíndola, focusing on his political and union activities, between the period from 1957 to 1981, in the city of Rio Grande – RS. We sought, throughout this Thesis, to identify its process of leaving the rural environment, from the city of Arroio Grande – RS, until its installation in the aforementioned municipality. However, it was his experience in the city of Rio Grande do Sul that we highlighted in this study. We focused on addressing his installation process in the urban city, the places where he worked (industry and Porto), how he wove and the impact of his networks of relationships, his precarious living conditions, the disputes and conflicts he experienced, the foundation of its union entity, as well as its social ascension and representation as union leadership. Furthermore, we highlight their militancy during the Legality Campaign, 1961, and their persecution during the period recognized by historiography as the Civil-Military Dictatorship of 1964. In this way, we were able to observe the process of combative militancy, for the conquest and maintenance of acquired rights. Thus, we aimed to contribute to the deepening of the constituent aspects of Riograndina union militancy based on their experience, since it allows us to shed light on how a “common” subject moved through different social spaces, being a trainer and formed by them. . His work within the political and trade union field makes his trajectory representative of the struggles carried out by Rio Grande do Sul workers.

**Keywords:** History. Labor History. History of Port Work. Oral History. Biography/Trajectory.

## **Lista de Tabela:**

<b>Tabela 1:</b> integrantes da gestão do sindicato .....	142
---	-----

## **Lista de Imagens:**

<b>Imagem 1:</b> Caderneta de Inscrição e Registro.....	53
<b>Imagem 2:</b> Construção dos Molhes da Barra de Rio Grande (1910) .....	80
<b>Imagem 3:</b> O Porto Novo nos anos de 1950.....	86
<b>Imagem 4:</b> Porto Novo nos anos de 1930.....	86
<b>Imagem 5:</b> Mapa da cidade de Rio Grande de 2021.....	88
<b>Imagem 6:</b> Balanço de bens dos sindicatos.....	140
<b>Imagem 7:</b> Declaração.....	145
<b>Imagem 8:</b> Portaria nº 1662.....	152
<b>Imagem 9:</b> Portaria nº366.....	153
<b>Imagem 10:</b> Portaria nº366.....	154
<b>Imagem 11:</b> Abono Família.....	157
<b>Imagem 12:</b> Distância entre o bairro Frederico Ernesto Buchholz e o Porto.....	159
<b>Imagem 13:</b> Lista de presos pelo DOPS.....	207

## **Lista de abreviaturas**

**ASUO**- Associação Sociedade União Operária

**BGV**- Bairro Getúlio Vargas

**CLT**- Consolidação das Leis Trabalhistas

**DEPREC**- Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais

**DTM**- Delegacia de Trabalho Marítimo

**DOPS**- Departamento de Ordem Política e Social

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**PCB**- Partido Comunista Brasileiro

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PSD**- Partido Social Democrático

**PTB**- Partido Trabalhista Brasileiro

**SERG**- Sindicato dos Estivadores de Rio Grande

**STSPRG**- Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuário de Rio Grande

## Sumário

Introdução.....	13
Caminhos conceituais: perspectivas teóricas e metodológicas .....	21
Capítulo I – Traçando a vida: do campo ao Porto .....	52
1.1 Do campo à cidade: quem é Antonio Nailem Espíndola?.....	55
1.2 A cidade de Rio Grande: moradia, trabalho e estudo .....	67
1.3 Breves considerações sobre a história do Porto de Rio Grande .....	79
1.3.1 A região portuária: formação e seus impactos sociais .....	86
Capítulo II – O fazer-se: o nascer de um sindicalista .....	94
2.1 Atuando no Porto: entre a estiva e a capatazia .....	96
2.2 Entre expectativas e vivências: o trabalho avulso e sazonal .....	108
2.3 A fundação do Sindicato: organização e disputas com o a Administração Portuária .....	119
2.3.1 Desafios relacionais: a dinâmica do universo operário no Porto de Rio Grande 129	
2.4 O sindicato.....	141
2.5 A sindicalização: condição de vida e trabalho .....	145
Capítulo III – Lutar e/é sofrer: a trajetória de luta e perseguição do sindicalista Antonio Nailem Espíndola .....	165
3.1 A Resistência riograndina: a Campanha da Legalidade .....	166
3.2 A repressão chega a Rio Grande: a Ditadura Civil-Militar de 1964 .....	190
3.3 Os militares chegam ao Porto: fugas e prisões.....	196
3.4 A prisão: da cadeia a liberdade .....	212
3.5 Que liberdade é essa? Experiência e condição de vida após a prisão.....	235
Conclusão.....	246
Fontes .....	259
Referências Bibliográficas.....	262

## Introdução

Caro(a) leitor(a), gostaríamos de dar início a esta Tese, que tratará sobre a trajetória de Antonio Nailem Espíndola – um importante líder sindical da cidade de Rio Grande (RS) –, apresentando nosso problema de pesquisa, e conjuntamente, expondo como chegamos até ele; além de nossa trajetória durante a pesquisa e opções tomadas, uma vez que é relevante desvelar os caminhos da própria construção do saber histórico.

Ao observarmos as principais obras produzidas pela historiografia acerca dos trabalhadores portuários riograndinos, percebemos que essas tiveram como objetivo estudar o conjunto de trabalhadores, muitas vezes, abordando: seu cotidiano de vida, trabalho e militância, e, ao mesmo tempo, relacionando-as a suas atuações sindicais e/ou políticas.

Tais abordagens foram importantes para compreender o processo histórico da organização da classe trabalhadora em Rio Grande, bem como, para evidenciar sua relação/negociação/confronto com representantes da indústria, governo e da sociedade local. Todavia, esse modelo de análise historiográfica muitas vezes acaba por privilegiar o coletivo dos trabalhadores, deixando escapar as sutilezas, as contradições e particularidades das ações dos indivíduos, que também são importantes e representativas do período. Modelos assim, tendem a criar um caráter homogeneizador e, por vezes, minimizar as ações dos sujeitos históricos. Evidencia-se que tais trabalhos têm dificuldades de discorrer sobre a sutileza dos modos de vida de um operário, a fim de expressar suas incertezas, angústias e escolhas diante dos horizontes de possibilidades que a vida lhe permitiu trilhar, dentro da dinâmica dos contextos sócio-históricos.

Tendo em vista essa questão, nos desafiamos analisar a trajetória de vida de Antonio Nailem Espíndola, com enfoque em sua atuação político/sindical entre o período de 1957 a 1981, na cidade de Rio Grande – RS<sup>1</sup>. Para tanto, evidenciaremos: sua saída do meio rural, para o urbano; como se inseriu e atuou no contexto industrial riograndino; a importância de suas redes de relações, uma vez que elas impactaram em diversos contextos de sua vida; a condição de vida

---

<sup>1</sup> Observamos, todavia, que essas datas serão estendidas ao longo da pesquisa, visto que na conclusão mencionaremos períodos posteriores.

e trabalho no contexto portuário; sua edificação enquanto liderança sindical e pertencimento a categoria portuária, em conjunto com sua militância pela construção do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande (STSPRG); o impacto dessa militância político/sindical, entre os anos de 1958 a 1964, com ênfase na formação desse Sindicato, nas ações junto a Campanha da Legalidade, de 1961; em sua prisão e perseguição durante a Ditadura Civil-Militar; assim como, no difícil período posterior a essa referida prisão.

Ressaltada essa escolha de pesquisa, observamos que, assim como a trajetória de vida de Espíndola foi marcada por incertezas, dúvidas e constantes ajustes de rotas, esta pesquisa também, desde seu surgimento enquanto proposta, até a conclusão dessa Tese, é marcada por tais características. Dilemas, que cremos, foram enfrentados pela maioria dos pesquisadores.

Esta Tese, se originou das indagações, dúvidas e inseguranças na trajetória de um mestrando – um dos presentes pesquisadores – em História pela Universidade Federal de Pelotas.

Durante o ano de 2015, período de abertura do processo seletivo para o ingresso no referente mestrado, elaboramos – Elvis e seu orientador Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra – um projeto de pesquisa que permitiria o ingresso – do primeiro – na instituição. Para tanto, um mapeamento sobre um conjunto de trabalhadores portuários, os Arrumadores, foi elaborado. A partir dele, concluímos que seria possível realizar a pesquisa, uma vez que contávamos com uma abundância de fontes documentais e orais. Contudo, após ser aprovado na seleção do mestrado, ainda no mesmo ano, uma série de imprevistos ocorreram, dentre eles: descobrimos que a documentação, a qual pretendíamos utilizar, não estava mais disponível, apenas as referentes a datas posteriores. E, para piorar, parte do conjunto dos ex-trabalhadores, os quais, através da metodologia de História Oral, nos ajudariam a refletir sobre o passado da categoria arrumadora, haviam falecido pouco tempo antes do ingresso no mestrado.

E, assim, surgiu a pergunta: e agora, o que fazer? Seria possível continuar com a pesquisa? A decisão tomada naquele momento foi de buscar construir parte do percurso histórico da categoria ancorados em relatos de outros grupos que atuavam em conjunto no Porto de Rio Grande e que, de forma frequente, se

relacionavam com nosso objeto de pesquisa. Era o caso dos trabalhadores do cais, também conhecidos como trabalhadores portuários de capatazia.

Algumas das entrevistas foram feitas com dois portuários de capatazia, eram eles: Hélio Amaro e Antonio Espíndola<sup>2</sup>. E ainda que ambos apresentassem experiências muito ricas para compreender o cotidiano de um trabalhador do Porto, Antonio Espíndola chamou atenção pelo conteúdo da entrevista. A partir de suas memórias, podíamos observar sua vivência em múltiplos contextos sociais, bem como eventos singulares, os quais estão relacionados ao passado de militância política e sindicalista riograndina, essas entrevistas tiveram profundo impacto em nossa trajetória de pesquisa e marcou uma curiosidade acadêmica sobre a vivência operária em Rio Grande, tendo Espíndola como prisma. Já naquela época, o percebemos como representativo de um conjunto de trabalhadores e um promissor tema de pesquisa a ser explorado.

Destacamos que essa entrevista foi realizada em conjunto e com objetivos diferentes: Elvis estudava a relação portuários e arrumadores; enquanto o Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra, a história do Sindicato dos portuários. Assim, a entrevista possuía dois focos investigativos: compreender a história dos Arrumadores a partir da relação entre as categorias, e, também, explorar mais as vivências do entrevistado. Isso gerou uma entrevista muito rica, ainda que – para o mestrando – num primeiro momento, tenha sido frustrante, já que Espíndola se detinha muito em contar sua experiência pessoal ao invés de focar em sua relação com os arrumadores.

Todavia, quando retornamos para Pelotas, já que havíamos realizado a entrevista no município de Rio Grande, ao escutar a gravação, pudemos perceber o quão instigante havia sido o relato. Durante a entrevista, Antonio Espíndola havia explicitado sobre a rede de atuação entre os trabalhadores, assim como a força deles na cidade de Rio Grande. Sua participação para a edificação da entidade sindical dos portuários de capatazia do Porto de Rio Grande, bem como sua atuação pessoal durante a Campanha da Legalidade em 1961 e a cassação de seus direitos em 1964, foram temas que entendemos que poderiam trazer luzes sobre a atuação dos trabalhadores no município.

---

<sup>2</sup> O relato de ambos serviu de base para compreendermos o contexto dessa tese, sendo Espíndola o objeto de estudo.

O passado do entrevistado nos gerou um desassossego, frente a possibilidade de empreender um estudo e uma discussão sobre os caminhos percorridos por um sindicalista portuário riograndino em meio a conjuntura histórica dos anos 50 e 60 do século passado<sup>3</sup>. Além disso, a sua riqueza em detalhes, seu envolvimento pessoal e as declarações sobre suas redes de apoio e as contradições que vivenciou pareceram preencher uma lacuna que já observávamos na historiografia que aborda a temática do operariado riograndino. Isso, por óbvio, nos motivou bastante.

A partir do trabalho que já havíamos realizado sobre a história dos operários portuários, principalmente, no Porto de Rio Grande, é possível destacar as principais bibliografias que discutiram o tema: Carlos Alberto de Oliveira (2000), o qual analisa a história dos estivadores de Rio Grande, no período de 1945 a 1993. Em sua obra, o autor discute a formação da identidade dos trabalhadores, através do cotidiano e de suas relações de trabalho. A dissertação de mestrado de Diego Luiz Vivian (2008) discorre sobre formação e atuação dos vigias portuários nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande entre os anos de 1956-1964. Edgar Gandra (1999) disserta sobre a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande, observando principalmente o “fazer-se” da categoria de capatazia do porto, entre os anos de 1959 e 1969. Thiago Cedrez da Silva (2016) discute a través das memórias e da experiência dos estivadores de Rio Grande-RS, a atuação da categoria entre os anos de 1960 a 1969. Outro trabalho a ser citado, o qual discute o processo de formação e a trajetória do sindicato dos trabalhadores arrumadores riograndinos, foi o realizado durante o mestrado. Esta pesquisa deu origem a dissertação intitulada *No centro e à margem- Trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950-60*. Conjuntamente com essas obras, podemos citar outros trabalhos que tangenciam as questões vinculadas ao Porto e as ações de trabalhadores riograndinos: Beatriz Ana Loner (1999), realizou um aprofundado estudo comparativo sobre o processo de formação do proletariado de Rio Grande e Pelotas, entre os anos de 1888 à 1937. O estudo da pesquisadora nos permite compreender e aprofundar nos

---

<sup>3</sup> Com o decorrer das análises e na formulação de novas entrevistas, a pesquisa se ampliou e buscou estender um pouco o período. Todavia, para aquele momento, ambas as décadas chamaram a atenção para a realização de uma pesquisa.

diversos aspectos da formação social dos operários riograndinos, assim como, compreender a relevância do Porto. Sinara Veiga Faustino (2021), estudou o contexto de vida das mulheres que possuíam parentesco com militantes presos no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira. Dentre as entrevistadas – pela autora – encontra-se Edith Teixeira Espíndola, esposa de nosso objeto de pesquisa. Robert Wagner Porto da Silva Castro (2016), estudou a questão social da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais da Marinha (AMFNB), entre os anos de 1962-1964. Embora o objetivo de estudo do autor não tenha sido o conjunto de trabalhadores e/ou portuários da urbe, o mesmo adentrou em questões relevantes sobre a perseguição da militância operária, nos anos de 1964. O trabalho de Francisco das Neves Alves (2008), o qual em seu trabalho intitulado *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*, nos permite compreender com amplitude o histórico da cidade de Rio Grande, bem como a relação entre cidade, porto, indústria, política e seus cidadãos<sup>4</sup>. Mário Segundo (2012) discorre sobre o movimento operário e as ações reivindicativas nos anos de 1949, 1950 e 1952, trazendo à tona o contexto de vida e militância dos trabalhadores. Ticiano Pedroso (2012), discorreu, em sua dissertação de mestrado, sobre a edificação do bairro Cidade Nova. A partir de seu estudo, pudemos compreender aspectos profícuos sobre os operários portuários. Lidiane Friderichs (2013), estudou a organização do movimento operário/sindical dos ferroviários riograndinos, no contexto da Ditadura Civil-Militar de 1964. Márcia Fernandes Rosa Neu (2009), realizou um amplo estudo sobre os portos do Sul do Brasil. Sua Tese permite um aprofundamento sobre Porto da urbe em análise.

Embora esses estudos sejam de grande relevância para a historiografia de Rio Grande, como dissemos anteriormente, em alguns casos podem conduzir a certa homogeneização sobre as ações dos trabalhadores. Com isso, não queremos dizer que tais obras não buscaram empregar esforços em apresentar a heterogeneidade dentro do próprio conjunto dos operários. A questão posta é que como o foco de análise delas buscava uma explicação sobre formação e organização de grupos, seria demasiadamente difícil os historiadores se aprofundarem na trajetória individual de cada um dos operários – ainda que

---

<sup>4</sup> Percebemos também que, mesmo frente à importância do Porto de Rio Grande, ele pouco aparece na bibliografia nacional que discute essa temática.

muitos dos trabalhos tenham se utilizado de metodologias que possibilitam isso, como é o caso da História Oral.

Assim sendo, ao estudar as entrevistas que realizamos, percebemos ser possível aprofundar as relações de trabalho, militância e de vida do operário portuário<sup>5</sup>. Compreendemos que, a partir da história de Antonio Espíndola, poderemos observar as diferentes condições de vida de um operário, ao longo do tempo; a maneira como interagiu e circulava por diferentes espaços sociais; como estabelecia suas redes de contatos e como elas impactavam sua vida.

Teremos como referência a dissertação de mestrado de Benito Bisso Schmidt (1996), na qual o autor discute a trajetória de Antônio Guedes Coutinho, um militante socialista em Rio Grande. Embora discorra sobre uma temporalidade e contextos distintos do qual nos propusemos, o autor ao percorrer a trajetória do biografado, estudando seu cotidiano, abordando as relações familiares, seu mundo intelectual, militante e etc., nos permite observar a importância de imergir nas múltiplas facetas da vida do sujeito, desvendando assim a complexidade existente no universo das ações dos indivíduos.

Destacamos que, até o presente momento, não encontramos produções sobre a trajetória de um operário pertencente ao sindicato dos portuários de Rio Grande, tornando, assim, nossa pesquisa inédita nesse quesito. A produção historiográfica local apresentou discussões em obras que objetivam outras problemáticas. Dessa maneira, partindo da vivência de Espíndola, poderemos aprofundar e ressignificar, a partir de outro nível de análise, questões que a historiografia apresenta. Destacamos que mesmo ele tendo sido fonte de outras pesquisas<sup>6</sup>, nossa abordagem destoa das demais, pois o mesmo possuía a centralidade em nossa pesquisa.

De modo sequente, buscaremos contribuir com os textos historiográficos, elucidando o cotidiano do trabalhador portuário da cidade do Rio Grande, e assim, abrir novos caminhos para discutir os limites entre a singularidade e a representatividade dos interesses dos trabalhadores, uma vez que a trajetória de Espíndola poderá nos mostrar os pontos de convergência e divergência entre o

---

<sup>5</sup> Ainda que nosso trabalho não verse apenas sobre sua atuação no Porto, é impossível não destacar sua atuação nesse ambiente, visto que sua atuação político-sindical, assim como as consequências advindas de sua militância, condicionaram em grande parte sua vida e, portanto, esta pesquisa.

<sup>6</sup> Gandra (1999), Silva (2016), Castro (2016), Faustino (2021) e Simões (2017).

que a historiografia discorre sobre os interesses dos trabalhadores portuários, como será observado ao longo dessa Tese.

Nossa pesquisa, sob a ótica da vivência de nosso objeto de pesquisa, de tal modo, também visa “oxigenar” os estudos e interpretações sobre as experiências partilhadas pelos operários, sobretudo identificando como um trabalhador, imerso e limitado por seu meio, buscava encontrar meios de lidar com as condições presentes em sua sociedade. Assim, diversas perspectivas de análise serão observadas no contexto desta pesquisa, como já mencionado: a militância, as relações que ele estabelecia diante de seu contexto, as múltiplas possibilidades de ação, como lidava com as incertezas e inseguranças do dia a dia, dentre outras. Tendo em vista um aspecto relacional de influência entre o indivíduo e seu meio, ou seja, como ele constitui e é constituído pelo seu contexto social e histórico.

A partir de tal questão, nos propomos analisar a vida de Antonio Nailem Espíndola enquanto sujeito histórico possuidor de semelhanças e diferenças em relação aos demais trabalhadores. Buscaremos discutir a motivação das suas escolhas e os caminhos trilhados diante de um contexto histórico o qual tantos outros também buscavam melhorias em suas condições de vida; nos permitindo observar como formou suas redes de relações e como elas o influenciaram. Objetivamos, a partir de sua vida, compreender um horizonte mais complexo das relações presentes na sociedade, ou seja, de como um sujeito “comum” vivenciou a realidade em que estava inserido.

Antonio Nailem Espíndola, de pequeno agricultor tornou-se um operário. E, a partir de sua militância, sai da opacidade social e ascende socialmente, tornando-se líder e representante sindical. Assim, ele modifica seu *status* social e de sua categoria, partindo de um contexto onde os operários possuíam pouca representatividade frente à administração do Porto e vivenciavam uma condição de miserabilidade social, para uma perspectiva onde se consolidaram como uma força político-sindical. Todavia, como veremos, essa conquista requisiou um permanente embate pela aquisição e mantimento de direitos, expresso em diferentes momentos. Assim, sua vivência permitirá compreender que a luta por direitos se constitui em uma ação permanente. Diferentes contextos políticos emergem na sociedade, levando a uma condição pendular entre maiores e menores possibilidades de diálogo com as organizações políticas, ganhos e

perdas, segurança e insegurança, etc. Portanto, a partir da experiência vivenciada por pelo entrevistado, poderemos vislumbrar essas relações sendo expressas e produzindo efeitos no modo de vida de um operário.

Logo, nossa perspectiva é que na observação de sua trajetória de vida – entendida em sentido amplo, abrangendo família, amigos, trabalho etc. – nos permitirá lançar luz sobre como um sujeito “comum” transitava em diferentes espaços sociais, sendo formador e formado por eles.

Ao mesmo tempo, ao evidenciarmos o estabelecimento de suas redes de relações, poderemos compreender a relevância dessas na vida de um operário. Observaremos, em sua trajetória, como impactaram para sua ida para Rio Grande, formação, aquisição de serviços e ingresso no Porto. Ademais, elas foram fundamentais em seu papel militante, bem como para a garantias de subsistência, principalmente durante o período de 1964, período em que foi perseguido e retirado das atividades portuárias.

Entendemos, assim, que sua atuação dentro do campo político e sindical, torna sua trajetória representativa e conectada às lutas desenvolvidas pelos operários riograndinos. Espíndola vivenciou as “mazelas” da vida operária da urbe sulina, e apesar de suas especificidades e individualidades, compartilhava de determinados interesses, necessidades e perspectivas comum a outros operários. Isso é expresso a partir da ampla rede de relações que possuía e de sua luta conjunta, conforme os interesses e perspectivas da categoria a qual pertencia.

Buscando finalizar essa primeira exposição, destacamos que há muito de nossa pesquisa durante o mestrado aqui nesta Tese, seja por ter sido oriunda dela, ou por tratar de um mesmo ambiente e contexto similar de atuação. Mantivemos diversos entendimentos sobre as questões portuárias, porém, tivemos a oportunidade de aqui aprofundá-las. Além disso, ambas as obras podem se complementar, visto que apesar de possuírem um foco completamente distinto em suas análises, possuem laços profundos, dada a constituição das categorias – arrumadores e dos portuários de capatazia – estarem ligadas pelo contexto de atuação, luta, vivência e disputas. Portanto, a quem interessar a leitura da dissertação, encontrará paralelos e poderá, também, conectar alguns pontos que não pudemos aprofundar em sua realização. Acreditamos que a vivência de Espíndola, até certo ponto, também

poderá cobrir lacunas deixadas na dissertação, visto que, as motivações e conflitos destacados a longo dessa Tese, também fazem parte do contexto dos arrumadores, ainda que em diferente grau, proporcionalidade e período.

E, assim, a partir de uma entrevista surgiu da necessidade para formular outra pesquisa, entrevista a qual num primeiro momento se mostrou frustrante, contudo, que hoje se torna objeto de estudo destes pesquisadores e de leitura sua, caro leitor(a).

### **Caminhos conceituais: perspectivas teóricas e metodológicas**

É relevante inicialmente compreendermos qual ambiente de atuação e vivência que estará constantemente vinculando ao processo de ascensão social de Antonio Nailem Espíndola, ou seja, o espaço portuário. A partir de da bibliografia que discute sobre os elementos socioculturais do porto, podemos perceber que ele é: um espaço físico composto pelo cais, armazéns e meios de transportes das mercadorias que entram e saem dos navios; um ponto de interconexões e trocas econômicas – exemplo, as mercadorias – e culturais – pessoas – entre regiões distintas – nacional e internacional –, estabelecida através das águas; um alcance de escala global, norteado pelas suas *hinterlands*; estabelecimentos de indústria, comércio e bairros próximos a suas instalações; ofício de trabalho tipicamente caracterizado pela precariedade e sazonalidade das atividades, bem como, pela diversidade de categorias operárias para a efetuação das operações; além de estigmatizado pelo caráter braçal, furtos, violências e etc. Elementos tão fortes e característicos que podem ser encontrados em diferentes portos do mundo.

E apesar das inúmeras especificidades e formas de organização de tal espaço, as quais deixamos claro que existem e formam um viver muito diferenciado em ambientes distintos, ainda assim, se um portuário brasileiro lesse as palavras de outro autor, como Hobsbawm (2015), sobre a configuração do trabalho no porto inglês, pouco as estranhariam:

O porto é uma indústria com fronteiras fluidas e nenhuma forma exata, já que o seu trabalho consiste na carga e descarga de carregamentos, no transporte de mercadorias através da água (por chatas ou balsas), na beira do cais (por caminhão, vagonetes e outros equipamentos mecânicos), e do cais para as estradas de ferro, armazéns e outras

partes [...] o complexo de empregos burocráticos do pessoal de “colarinho branco” de conferir, despachando e dispendo em geral das mercadorias, força pequena mas decisiva para o fluxo (piloto, tripulações de rebocadores e manobreiros), e uma força maior de servidores, policiais oficiais e não oficiais e guardas para impedir perdas excessivas de mercadorias. (HOBSBAWM, 2015, p.278)

Se tomarmos como referência a bibliografia portuária, observa-se que quase a totalidade dos autores tendem a tratar dessas características, em maior ou menor ênfase, de acordo com seu objetivo de estudo. Em nossa Tese não será diferente, pois, são edificantes da identidade operária portuária.

O porto pode ser entendido como um espaço que ocupa múltiplas funções dentro da sociedade, seja facilitando o deslocamento de pessoas, bem como um meio economicamente estratégico importante do processo produtivo. Ele condiciona, em muitos casos, o desenvolvimento socioeconômico, tanto em nível nacional como local. Observamos que, seu desenvolvimento local tende a propiciar a criação de novos postos e setores empregatícios, além de, em muitos casos, impulsionar a criação de bairros e moradias em suas proximidades, modificando o contexto urbano.

Sua dimensão conceitual vai além de apenas uma definição espacial ou macroeconômica. Lançar um olhar sobre a dinâmica portuária, também permite desvendar seus laços mais profundos com a sociedade, estabelecendo qual a relação de tessitura social entre o porto e a cidade. No caso riograndino, poderemos perceber que o desenvolvimento econômico, social e cultural da urbe foi condicionado por essa relação. A cidade nasce enquanto portuária e tem seu crescimento marcado à medida em que as atividades do setor se expandem. O que, no decorrer do século XIX e XX, levou a instalação de um parque industrial significativo na cidade e ao melhoramento de ruas e ao crescimento de novos postos de trabalho. Com uma maior requisição de mão de obra, muitos trabalhadores advindos da zona rural migraram para a urbe, a fim de ocupar tais setores. Assim, a cidade se expande ao mesmo tempo em que traz à tona novas contradições como a precariedade de vida do operariado urbano, sobre as condições de deslocamento e trabalho, remuneração e habitação desses sujeitos, entre outras.

Portanto, discutir a questão portuária abarca um amplo leque de possibilidades de observações, dentre os quais elencamos: *como condiciona o*

*espaço ao seu redor*, tanto por compor geralmente uma zona industrializada, bem como pela formação de bairros operários; *como estabelece o cotidiano de trabalho*, sendo esse muito importante no dia a dia dos trabalhadores, pois está ligado a dinâmica das atividades, tanto pelas redes de amizades e interdependências estabelecidas entre as diferentes categorias que atuam dentro do porto, mas também pelas disputas existentes entre indivíduos, categorias e o próprio porto, sendo o último caracterizado através dos processos reivindicativos, os quais emergem pelas condições impostas pelo meio; *como desenha uma cultura portuária* entendida e disputada tanto pelos próprios sujeitos que atuam dentro do porto, mas que também ecoa no imaginário social, traçando os contornos de entendimentos e definições sobre quem é o trabalhador do porto.

Dessa forma, estamos de acordo com Fernando Teixeira da Silva (2003), quando discute sobre a formação de uma cultura de trabalho portuária, a qual está vinculada ao espaço em que esses sujeitos ocupam no meio produtivo, bem como, as experiências e dos valores que partilham, os quais permitem uma compreensão de pertencimento e identidade. Esse entendimento é relevante para nossas análises, uma vez que, na trajetória de Espíndola, é marcante que sua ascensão social está diretamente relacionada a atuação no Porto. Contudo, como veremos, a construção de uma “identidade portuária”, se aprofundará no processo de compartilhamento de valores e experiências com outros operários, frente a condição de precariedade de vida e trabalho vivenciada, em seu ingresso nos serviços de capatazia.

Nesse interim, a discussão sobre o espaço portuário deve ter como prisma de análise sua compreensão enquanto um:

[...] mosaico multifacetário de possibilidades de questionamentos, a saber: um espaço predominantemente masculino; de meretrizes; fronteiras físicas e simbólicas; zona de contrabando; de lutas operárias; repressão; e sociabilidade. Desta forma, o espaço portuário deve ser refletido enfatizando seus aspectos em níveis econômicos – locais, regionais, nacionais e internacionais –, assim como respectivamente, nas diversas relações de trabalho existentes em tal sistema, de forma indissociável. (SIMÕES, 2017, p.17)

Embora esta Tese discuta sobre o viver de Antonio Espíndola, sua trajetória pessoal, a qual dá sentido a esta proposição, está muito ligada ao

cotidiano de trabalho<sup>7</sup>. Sua vida, apesar de não ser restrita ao ir e vir das tarefas laborais, está profundamente marcada por essas, uma vez que elas deram os contornos de suas condições de migração, moradia e alimentação; além disso, condicionou seu tempo de lazer e trabalho, oportunizou amizades e desafetos, seu florescer enquanto representante classista, engajamento político/sindical e gerou a perseguições políticas que sofreu em 1964, ou seja, todo um viver. Pensar sua vida, deslocada de seu espaço de trabalho, é ignorar os elementos objetivos e subjetivos que dizem respeito às suas *inseguranças*, suas *redes* de relações e suas *experiências*, elementos e conceitos que balizam grande parte de suas ações e que definem o horizonte teórico desta pesquisa.

É relevante frisar que esta pesquisa e a aplicação desses conceitos estarão inseridos, em grande parte, no campo da História Social do Trabalho. Assim, levantamos as seguintes perguntas: de que maneira um sujeito migra do campo e se insere no trabalho industrial da segunda metade do século XX? Como esse sujeito passa de um agricultor para um sindicalista? Como contribui para fundar sua entidade sindical e se constitui em um sindicalista nesse processo? De que forma tece seus contatos e estrutura sua militância? Qual o impacto de seu contexto de precariedade e militância em sua vida? Como sua ascensão e exercício do poder o leva a ser perseguido? De que maneira lida com as dificuldades geradas pela perseguição e consegue, posteriormente, retornar as atividades portuárias?

Para responder parte dessas questões será necessário compreender Espíndola em sua relação sindical. Segundo Marcelo Badaró Mattos, o sindicato é “o instrumento de interesse coletivo mais próximo do mundo do trabalho” (2009, p.9) e, portanto, ele é muito importante para compreender suas transformações. No contexto de nosso estudo, não é diferente, visto que, o processo de edificação do Sindicato é um marco significativo na história de vida de Espíndola, e de seus companheiros de atividade, portanto, constitui-se como chave de leitura de nossas análises

Conforme aponta Fernando Teixeira da Silva:

No campo da história social do trabalho no Brasil, diversos estudos têm escolhido investigar categorias específicas de trabalhadores, empresas, sindicatos e ações coletivas de diferentes naturezas, em

---

<sup>7</sup> Embora destaques o Porto até então, evidenciamos que sua atuação abrangeu outros setores. Portanto, neste momento, estamos falando sua atuação em sentido amplo.

conjunturas circunscritas e em comunidades operárias bem delimitadas. Amplia-se o leque de historiadores que têm recortado suas escolhas de observação em dimensões mais reduzidas no tempo e no espaço. (SILVA, 2003, p.21)

Tal afirmação está fortemente relacionada ao teor de discussão deste trabalho, uma vez que se insere em um contexto social específico, em uma escala de observação reduzida e num espaço temporal de uma vida. Contudo, aponta o autor, com base nas observações do historiador Daniel James, de que o desafio disso é estabelecer uma relação entre síntese e especificidades históricas. Portanto, a dificuldade está em reconstruir os densos processos históricos (relacionando-os), mas, ao mesmo tempo, sem simplificar a complexidade das relações sociais, a partir de seus quadros explicativos.

Assim, os conceitos enunciados anteriormente buscam traçar um elo entre a proposta de estudar a trajetória de uma vida (indivíduo) com o seu contexto de trabalho e social (formando-o e sendo formado por ele), afim de superar as dificuldades apresentadas. Significar sua vivência, também a partir de contextos mais amplos, será um esforço de relacionar suas especificidades sócio-históricas-locais em um contexto macro que as possibilita e não as tornam um mero acaso.

Escolher por onde começar a definir os três conceitos mencionados – Insegurança Estrutural, Redes e Experiência – não é uma tarefa fácil. Entretanto, fica evidente a simbiose existente entre essas perspectivas, as quais buscam dar conta de explicar os condicionamentos e ações do nosso objeto de estudo, não em sua totalidade, mas como perspectivas possíveis para lidar com as pressões exercidas em diferentes contextos socio-históricos. Destacamos também que como são conceitos que estabelecem um elo com a própria condição do trabalho, isso nos permite conectar a trajetória pessoal de Espíndola à coletiva, ainda que observado seu limites e especificidades.

Portanto, a partir das memórias de Espíndola, do diálogo com as fontes e da bibliografia, podemos entender seu ingresso no Porto, em 1958, como um ambiente de trabalho tensionado devido ao peso econômico que sua função desempenhava no cenário nacional. Dessa forma, é um ambiente que buscava sujeitar os trabalhadores aos interesses políticos da administração portuária, bem como, econômico do Estado e das empresas. Muitas dessas relações

evidenciavam práticas de autoritarismos e descasos com os trabalhadores, o que implicava em uma forma de organização do trabalho e distribuição da mão de obra que o colocava – e seus companheiros – em uma situação de fragilidade social, na medida em que não possuía segurança alguma quanto a obtenção de serviços e remuneração<sup>8</sup> de forma sistemática. Sua atuação para a formação do Sindicato e militância adveio enquanto uma reação a esse contexto adverso de seu cotidiano de trabalho. Nesse sentido, entendemos que as experiências vivenciadas e adquiridas por Espíndola, e seus companheiros, propiciaram a eles uma aprendizagem política/sindical que no decorrer do tempo os impulsionou como atores privilegiados nas discussões e ações sociais na urbe.

Todavia, as eventuais vitórias obtidas, frente a tais condicionantes, devem ser vistas não como superações do sistema, mas sim como parte de uma dinâmica pendular da sociedade. Essa situação poderá ser observada através da trajetória de Antonio Espíndola, uma vez que veremos o período de 1960 a 1964 como de superação na condição de insegurança financeira. Porém, ela não se perpetua por muito tempo, visto que a partir da perseguição em 1964, ele retorna para uma condição de subalternidade, mesmo tendo claro que o mesmo ampliou suas redes de relações e apoios, como será discutido ao longo dessa Tese.

Tendo como perspectiva a relevância de tais conceitos, nos cabe discutí-los com mais profundidade. Assim, iniciamos pelo conceito de Insegurança Estrutural, o qual cumpre uma importante função de gerar uma percepção macro que se manifesta no micro, ou seja, aquilo que escapa ao sujeito, mas que produz efeito concreto em seu dia a dia e condiciona seu viver e ações. Para Savage (2004)

Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa estrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma [...] (SAVAGE, 2004, p. 33).

A partir compreensão do autor, observa-se que a marca da insegurança ocorre do fato de que o sistema capitalista retira das mãos dos trabalhadores as

---

<sup>8</sup> Aqui se expressa o sistema de trabalho avulso e sazonal, bem como, o controle exercido pelos Capatazes do Porto, na distribuição das atividades.

condições de produção, fazendo com que a sua forma de adquirir os meios que garantam sua subsistência advinha da venda de sua força de trabalho. Tal perspectiva, contextualizada ao meio portuário, o qual é caracterizado pela condição de sazonalidade das atividades e que tem como característica a condição de trabalho avulsa, evidenciam a condição permanente de incerteza quanto aos ganhos financeiros e à manutenção de suas condições de vida.

Como veremos, no decorrer da pesquisa, a organização e reivindicações dos trabalhadores, aqui em análise, buscaram alterar as condições de insegurança vivenciada. O engajamento político-sindical de Antonio Espíndola é um fator perceptível dessa busca pela aquisição de direitos, como um meio de driblar/lidar com a precariedade vivenciada. A partir de sua trajetória, poderemos compreender que a insegurança margeia de forma constante a vida desses sujeitos, conduzindo-os a uma dinâmica onde há perdas e ganhos, e que tem como característica a constante reivindicação e luta pelo mantimento dos direitos conquistado. Exemplificando essas questões, temos que, de certo modo, Espíndola ao longo de sua trajetória, obteve um conjunto de significativas conquistas, junto com seus companheiros. Ela se deu a partir da luta contra um contexto de precariedade vivenciado, da combatividade frente aos interesses da administração do Porto e da categoria dos arrumadores, bem como, do enfrentamento durante a Campanha da Legalidade. Pontudo, contudo, que diferentes contextos e situações geraram necessidade específicas de enfrentamento, e que conduziram a uma situação inesperada por Espíndola e sua família: a perseguição política que o colocou em um novo quadro de insegurança ainda mais severo. Portanto, sua trajetória evidencia o caráter pendular entre uma condição de profunda insegurança e de uma relativa segurança, mostrando que, dentro do sistema capitalista, a dinâmica econômica e política possui forte gerência na vida do operariado.

A partir da vivência de Espíndola e no diálogo com a bibliografia consultada, podemos refletir que os trabalhadores partilham dessa insegurança, mas que ela se expressa de forma acentuada em diferentes categorias e em momentos históricos diferentes. Observamos, também, que ela se reproduz no viver dos operários, acentuado nas experiências partilhadas pelos indivíduos dentro das categorias que exercem suas funções. Visando o prisma teórico possível, compreendemos que os trabalhadores se organizam – por vezes numa

perspectiva classista coletiva e, em outras, apenas enquanto categoria, tendo em vista seus interesses – numa tentativa de se impor frente a esse contexto adverso, a fim de garantir pelo menos seus meios de subsistência. E, nesse sentido, tal conceito se faz importante, pois:

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças [...]. (SAVAGE, 2004, p.33)

Diante desse horizonte teórico, podemos vislumbrar uma perspectiva relacional, a qual implica na existência de condicionamentos sociais e históricos e numa ação dos grupos/sujeitos. Assim, diante do contexto específico, os operários não são entendidos como meramente passivos, mas sim, a partir de suas potencialidades de articulação, estratégias, interesses e maneiras de organização.

De todo modo, lançar um olhar para essa questão nos permite compreender que a insegurança estrutural não é determinante para união de todas as categorias portuárias, pois ela se expressa de forma distinta em diferentes grupos, ainda que todos partilhem o mesmo sistema. Savage (2004) aponta para a necessidade de observação do contexto ao qual os trabalhadores estão inserido, pois, ele conduz a ações e resultados distintos. Bem verdade é que a própria perspectiva de insegurança, por vezes, também condiciona disputas internas entre indivíduos ou categorias, como a existente entre portuários e estivadores<sup>9</sup>, ou mesmo entre portuários e arrumadores<sup>10</sup>.

Deixamos claro aqui que não estamos dizendo que não há uma união entre os trabalhadores, algo que por diversos momentos este trabalho evidenciará. Poderemos ver momentos de aproximação dessas categorias, quando há interesses e/ou ameaça aos direitos coletivos, e, em outros, situações de embates na busca de negociação por seus interesses específicos. Portanto, estamos apresentando uma relação que evita reducionismo, os quais buscam

---

<sup>9</sup> Para mais informações consultar (OLIVEIRA, 2000); (SILVA, 2016).

<sup>10</sup> Para mais informações consultar (SIMÕES, 17).

uma homogeneidade de interesses do conjunto dos trabalhadores, sem destacar sua dinâmica de conflitos internos.

Assim como Savage (2004), autores como Neville Kirk (2004) e Fernando Teixeira da Silva (2003), apontam para um estudo que compreenda a heterogeneidade e as contradições nas relações de trabalho. Kirk (2004), entende que nenhuma classe trabalhadora deve ser entendida como completamente unida e sem diferenças. Assim, uma diversidade de elementos, desde a divisão do trabalho, até as questões remuneratórias, pode marcar distinções e disputas. Todavia, o autor salienta que estas diferenciações não levam necessariamente a desunião, embora podem ser encontradas no jogo de forças. Nesse contexto, Silva (2003) reforça a relevância em apresentar um quadro complexo das relações estabelecidas entre os operários. O autor, a exemplo, reconhece a importância da criação das redes de relações nos bairros, no trabalho e entre as categorias, porém, também apresenta que elas não levam a uma homogeneidade das ações e escolhas das categorias<sup>11</sup>.

Observada a questão acima, evidenciamos que não apenas formando situações conflitivas no cotidiano em que atuava, mas também, estabelecendo importantes redes de relações e solidariedade entre os trabalhadores. A moradia nos bairros e a condição de vida precária vivenciada, favorecia ações coletivas de apoio e solidariedade, a exemplo de inúmeras casas que eram construídas nos bairros em regime de mutirões (GANDRA, 1999). Além disso, era perceptivo que a rede colaborativa costumava indicar amigos e vizinhos para locais onde requisitavam mão de obra. Esse contexto também se expressava em diferentes locais e atividades, tais como em bares e no futebol, como ambientes que fortaleciam os laços de sociabilidade. Ao longo da discussão sobre a trajetória de Espíndola poderá ser possível observar como as redes de amizades, adquiridas a partir do local onde vivia ou das atividades que praticava, impactaram em sua vida.

Conforme a bibliografia, podemos pensar uma noção de rede a partir de um conjunto complexo de relações interpessoais que ligam diferentes indivíduos, dentro de uma sociedade e seu contexto, a partir de diferentes interesses e condições. Conforme Fernanda Fioravante (2013):

---

<sup>11</sup> O autor, em sua análise, refere-se a categoria dos estivadores.

Em termos gerais, as redes sociais são representadas graficamente por pontos que designam os atores sociais. Na medida em que apresentam vínculos, tais pontos são conectados por linhas que podem ou não indicar a posição do indivíduo na hierarquia da rede, a densidade dos vínculos, a direção dominante, a duração, a frequência com que ocorrem, etc. (FIORAVANTE, 2013, p.222)

Portanto, elas são provenientes de diversas naturezas e âmbitos, como: entre familiares, amigos, relações de trabalho, espaços sociais e culturais, migração e etc. Além disso, podem expressar hierarquias – ou seja, qual a posição social do sujeito –, diferentes níveis de profundidades nos vínculos, por quanto tempo duram tais formações, além de suas motivações, etc. Assim, conforme podemos compreender a partir do artigo de Oswaldo Truzzi (2008), uma perspectiva de estudo das redes permite compreender como se forma as relações na sociedade. Desta forma, em nossa visão – partindo da exposição realizada pelo autor – a redução da escala de análise – em nosso caso a trajetória de Espíndola – nos permite evidenciar como tais redes eram tecidas, qual o impacto delas no dia a dia, quais elementos são utilizados e em quais espaços foram formadas.

A partir do diálogo com a bibliografia e com as fontes, podemos identificar uma dinâmica ligada a um conjunto de informações e estratégias de apoio que estas redes propiciaram na vida de nosso objeto de estudo. Antonio Espíndola, como pudemos observar, constituiu vínculos a partir de sua família, no bairro, no espaço de trabalho, no Sindicato, nas relações políticas – entre outros que não conseguimos identificar – que em diferentes momentos foram mobilizados, produzindo efeito sob suas condições. Alguns exemplos que podemos citar são: o processo de migração de Espíndola para Rio Grande, o qual é motivado e facilitado por sua rede familiar; as amizades que ele teceu nos bairros e através da caça, as quais permitiu informações e indicações sobre trabalhos; destacamos, conjuntamente, o papel de sua inserção e militância política e sindical, as quais possibilitaram desde a continuidade de seus estudos, até a formulação e articulação de lutas coletivas; observamos, também, que suas redes relacionais tiveram profundo impacto durante no período em que esteve preso e foi perseguido, pois, foi através dela que Edith Espíndola obteve suporte

– durante sua prisão –, que ele pode se manter trabalhando – entre os anos de 1964 a 1980 – e que conseguiu retornar para as atividades portuárias.

De tal modo, é no dia a dia em que se revelam as complexas formas das relações sociais. As quais se expressam através de diferenças e convergências, levando por vezes a conflitos internos, mas que também levam a lutas conjuntas contra a insegurança e as condições que o trabalho imposto.

Pôr em evidência as redes permitem desvendar as relações de trabalhos e nos bairros, trazendo à tona os costumes e as estratégias que os indivíduos e os grupos elaboram para lidar com as incertezas da vida. Nesse sentido, a trajetória de Espíndola contribui para colocar em perspectiva as motivações e as relações estabelecidas no amago da vida operária, uma vez que seu relato evidencia tais tensões e permitem dar sentido aos acontecimentos históricos. Assim, compreendemos que no processo de migração de Espindola para o mundo urbano, ele se “desenraizou” do meio rural – embora tenha levado consigo práticas e costumes – e estabeleceu um processo “enraizamento” no ambiente urbano operário na cidade de Rio Grande. Ao nosso ver, esse processo é um dos elementos formadores do sentimento de pertença que o mesmo cria junto a cultura operária portuária riograndina. Nesse quesito, as redes formam um dos elementos constituidores de sua adaptação à nova realidade vivenciada, ao passo que também permite a apropriação dessa cultura de trabalho. No caso de Espíndola, isso ocorre sobretudo entre os setores subalterno, ao qual pertencia, motivado pelas necessidades de sobrevivência e laços de solidariedade.

O conceito de experiência emerge a partir dos demais, pois ele surge das práticas que os indivíduos estabelecem com o mundo. Essas, por sua vez, acontecem por motivos diversos, como pelas condições e contradições, as quais geram as diferentes formas de resistências que os trabalhadores estabelecem. Portanto, o “fazer-se”, enquanto categoria ou classe, está relacionado também às experiências que os sujeitos partilham.

O conceito supracitado advém da obra *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, de E. P. Thompson (1981). Nela, o autor evidencia a importância de um olhar que compreenda o papel das experiências vividas pelo ser social, e conjuntamente, define que elas emergem e estão relacionadas com a interação dos sujeitos com o mundo e a

suas percepções. Portanto, “[...] homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” (THOMPSON, 1981, p.16). Na perspectiva de Thompson, o conjunto de experiências exercem pressão na consciência social, e assim, podemos refletir, produzem questionamentos, mudanças e ações nos indivíduos ou grupos.

Assim, tanto a *insegurança estrutural* quanto a *experiência*, não pressupõem um indivíduo determinado socialmente. Eles são entendidos como atuantes, agindo de maneira dinâmica sobre a sua realidade. Destarte, Thompson (1981), observa que o ser social tem sua compreensão sobre o mundo limitada, ou seja, devemos observá-la diante de seu contexto social e histórico: “[...] a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites: o agricultor "conhece" suas estações, o marinheiro "conhece" seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia.” (THOMPSON, 1981, p.16). Fica evidente que na perspectiva de Thompson (1981) e Savage (2004), há condicionantes sociais gerando pressões e produzindo efeitos sobre a vida dos agentes históricos. Contudo, tais pressões não os engessam por completo, mas os compelem a agir e reagir a tais efeitos, dentro de um horizonte de possibilidades.

Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada, a tua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido - as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceituais dominantes. THOMPSON, 1981, p.17)

Em nosso entendimento, assim florescem as diferentes estratégias dos trabalhadores para lidar com as inseguranças vivenciadas ao longo de sua trajetória de vida e trabalho. A partir de seus interesses – articulado na experiência e pensamento –, esses sujeitos produzem pontos de tensões como formas de resistirem a essas pressões em razão de suas vivências, coletivas e individuais. Ou seja, por exemplo, a condição que conecta Espíndola e seus companheiros, e os impele a agir, advém das experiências que compartilham frente às precárias condições de vida e as incertezas. Permitindo, por conseguinte, que se organizem em benefício de seus interesses. Além disso, partindo de seu contexto social e histórico, esses indivíduos fazem uma leitura

das possibilidades existentes e das experiências passadas – que não se restringe apenas a si próprio, mas que articula saberes e conhecimentos articulados a outros indivíduos e/ou grupos –, afim de produzirem uma ação efetiva. Exemplificando, temos as relações políticas como elemento de leitura de contexto, onde os operários se vinculavam aqueles grupos políticos que acreditavam atender seus interesses.

Assim, voltamos a duas questões importantes: primeiramente, a importância de análises que visualizem as heterogeneidades; secundamente, o impacto que a redução da escala de análise, sob esta perspectiva, permite compreender a relação entre o “vivido”, o “entendido” e o “elaborado”, ou seja, como Espíndola experienciava seu cotidiano, suas compreensões sobre essa vivência e como elaborava suas ações. Assim, poderemos refletir sobre as ações de diferentes indivíduos/grupos e como tais questões permitem que em determinados momentos se aproximem e noutros se afastem.

Esse arcabouço teórico possibilita discutir múltiplas abordagens, abrangendo as incertezas diante do viver do dia a dia, quais as experiências e como os indivíduos elaboram suas estratégias e se organizam, colocando diferentes espaços em perspectivas, como os lares, os bairros e o ambiente de trabalho. Outro destaque para tais correntes teóricas é que elas permitem reestabelecer o fio e a trama que ligam o indivíduo à sociedade – destacamos aqui as relações de interdependências, as quais as redes podem demonstrar. Além de permitirem vislumbrar um horizonte mais complexo repleto de contradições, evitando, assim, cair na ilusão de o imaginar como um ser único ou revolucionário a ponto de estar desconectado da sociedade que o forma. Mas se por um lado os indivíduos são condicionados às pressões que os formam, não quer dizer que são sujeitados a elas de forma que não possuam espaço de ação e atuação transformadora da realidade que experienciam. Dessa forma, acreditamos que observar a vivência de Espíndola, pode ser uma forma aprofundada de compreender essa relação entre indivíduo e sociedade.

Todavia:

Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das "vozes" que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como "sem documentos não há História", os vestígios

que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação. (BORGES, 2008, p.212)

Assim, abaixo podemos ver um apanhado geral de nosso corpo documental de fontes e as metodologias que empregamos em nossas análises.

No que tange ao corpo documental, priorizamos as entrevistas realizadas com Antonio Nailem Espíndola. Contamos com cerca de seis entrevistas, as quais possuem uma média de uma hora e meia cada. Os relatos foram obtidos em temporalidades distintas, possibilitando que fossem complementares, pois a necessidade de cada nova entrevista foi suscitada por dúvidas geradas na entrevista anterior. Conjuntamente, foram utilizadas as entrevistas de outras categorias – obtidas durante o mestrado – visto que elas contribuíram para compreender as relações existentes no Porto em diversos contextos<sup>12</sup>.

Para além das entrevistas, também nos utilizaremos de documentos pessoais variados, pertencentes ao entrevistado, incluindo seu processo na Comissão de Anistia, junto ao Ministério da Justiça. Também nos utilizamos do seu relato na Comissão Estadual da Verdade – RS, a qual versava sobre os trabalhadores gaúchos perseguidos durante a Ditadura Civil-Militar de 1964. Documentos jornalísticos também fizeram parte dessa pesquisa, a saber: o jornal Rio Grande (1959, 1960, 1961 e 1964) e o jornal do Comércio (1964). Leis e os censos, nacional e estadual, tratando sobre as décadas de 1950 e 1960, também foram consultados. Por fim, destacamos o conjunto documentação existente no Sindicato, que foi de grande valia, visto que incluía as fichas de operários, conjunto de leis que guardavam, o balanço de bens e financeiro da entidade, etc.

Destacamos que, tendo em vista nossas principais fontes – orais – e o nosso problema de pesquisa, buscamos nos aproximar de uma metodologia que melhor possibilitasse um diálogo com nossos objetivos. Para tanto, teremos como base um aprofundamento qualitativo de nossas fontes, na medida em que nos utilizaremos, como prisma analítico, das perspectivas da História Oral e da Biografia/trajetória, as quais estarão alinhadas com as discussões sobre as novas abordagens da História do Trabalho. Conjuntamente, observamos que, na

---

<sup>12</sup> Observamos que muitas dessas entrevistas nos foram relevantes para compreendermos o contexto explicativo, decidimos não citar, contudo.

medida do possível, buscamos cotejar as fontes orais às demais sistematizadas. Entretanto, reconhecemos que em alguns momentos os relatos orais do entrevistado foram nossas únicas fontes – e sempre que possível, buscamos evidenciar isso. Isso decorre do impacto que a Pandemia da COVID-19 teve ao longo de nossas pesquisas, dificultando a obtenção de um maior corpo documental que serviria de fontes de pesquisa.

No que diz respeito a História Oral, essa se constitui enquanto uma abordagem metodológica que possibilita a criação de fontes de análise a partir de entrevistas, dando destaque para a vivência dos sujeitos, objetivando torná-los protagonistas do devir histórico. Sua relevância, dentre tantas outras, está na possibilidade de pôr em evidência os acontecimentos que escapam às construções das fontes oficiais, além de compreender os sentidos que os sujeitos dão a suas ações. Sobre essa questão Alistair Thomson (2000) apresenta que:

Ela permite acesso à experiência não documentada - inclusive as vidas de líderes que ainda não escreveram suas autobiografias - e, mais importante, às "histórias ocultas" dos marginalizados: trabalhadores, mulheres, indígenas, minorias étnicas e membros de outros grupos oprimidos, ou excluídos. As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como relações pessoais, vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas. Elas oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados: qual a sensação de casar-se, de estar na linha de fogo, de enfrentar a morte em um campo de concentração. Os historiadores orais são singulares em sua capacidade de questionar seus informantes, de fazer perguntas que podem não ter sido imaginadas no passado e de evocar reminiscências e entendimentos anteriormente silenciados ou ignorados. Usufruímos os prazeres -bem como os consideráveis desafios - de nos engajarmos em relacionamentos humanos ativos no curso de nossas pesquisas. (THOMSON, 2000, p.51)

Tais perspectivas estão profundamente relacionadas ao contexto de nossa pesquisa, e motivaram sua realização através desta metodologia. O contexto relacional vivenciado por Espíndola, por exemplo, possibilitou aprofundar e lançar novos olhares sobre questões que a historiografia local apenas tangenciou, possivelmente pelo caráter/tipologia documental utilizado, ou mesmo, pelos diferentes enfoques de estudo. Segundo Priscila David (2013):

Certos de que a história oral traz os benefícios de elencar sentimentos, ações e informações preciosas para o campo historiográfico, hoje somos capazes de reconhecer sua importância como método

adequado para visualizar diversos pontos de vista de um determinado fato histórico, ou seja, a representação dos fatos baseada no conjunto de valores históricos do entrevistado, do pesquisador e de quem os lê. (DAVID, 2013, p.159)

Assim, a autora reconhece as potencialidades que tal metodologia trouxe para o contexto dos estudos históricos, porém, alerta:

Ao trabalhar com o depoimento oral, o historiador deve considerar que está adentrando no campo íntimo e movediço da memória. Neste caso, o que ele irá obter é uma interpretação do passado intrinsicamente relacionada às questões sociais, mas lembrada pelo aspecto pessoal, já que é o indivíduo que tem a capacidade de rememorar. (DAVID, 2013, p.159)

Assim, David (2013), destaca que o passado do entrevistado é lembrado a partir do direcionamento dado pelo pesquisador. Assim, devemos ter ciência de que “A memória recupera o passado com elementos do presente e nela o sujeito constrói uma imagem de si, de como quer ser lembrado, baseado em continuidade e coerência.” (DAVID, 2013, p.159).

Tal afirmação cumpre papel importante nesta metodologia, porque nos permite entrar em contato com suas emoções, reflexões, expectativas, visões de mundo, contradições, afetos e desafetos, ou seja, tudo aquilo que permeia o campo da subjetividade: “Nas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor” (POTELLI, 1997, p.31). Esses elementos não são triviais, pois dizem respeito sobre as motivações que impulsionam as ações individuais dos sujeitos e que se conectam ao conjunto do qual faz parte, ao mesmo tempo em que permite observar o entendimento que gerou sobre seu próprio processo. No caso deste estudo, de Antonio Espíndola, podemos citar as suas ações na esfera de trabalho, as quais buscavam melhorias das condições de vida tanto suas, quanto as de sua família e, também, as de seus companheiros.

Na medida em que vamos articular a metodologia de H.O com a de Biografia, nos cabe destacar a maneira como se expressa a relação entre indivíduo e seu grupo, através da memória. Uma vez que os conceitos de redes, experiências históricas e insegurança estrutural, se apresentaram nas entrevistas, principalmente, através dos mecanismos da memória.

Se tomarmos como referência autores como José Meihy (2013), Alessandro Portelli (1997), Candau (2012) e Michael Pollak (1992), poderemos compreender a dimensão individual e social da memória. Meihy (2013), destaca a existência de uma forte correlação entre a memória e a experiência social. Portelli (1997), concorda com a influência do meio social na memória, mas destaca que o ato de lembrar é um exercício individual, portanto deve-se ter cautela o “tirar” a lembrança do indivíduo e transportá-la para o fenômeno coletivo:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes – exatamente iguais. (PORTELLI, 1997, p.16)

Nessa mesma perspectiva, Candau (2012) apresenta que “Mesmo que as lembranças se nutram da mesma fonte, a singularidade de cada cérebro humano faz com que eles não sigam necessariamente o mesmo caminho” (CANDAU, 2012, p.35). Desta forma, para Portelli (1997), a memória deve ser entendida como um processo, e não como um simples depósito de dados. Portanto, ela é um fenômeno social que se edifica quando pensada e verbalizada.

Pollak (1992), que também discute sobre esse aspecto relacional da memória, acrescenta que:

[...] a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p.5)

Assim, para o autor, a memória também é socialmente construída, e não entendida como imutável, mas sim, que apresenta flutuações.

Essa perspectiva teórica sobre a memória é profícua em nosso contexto de pesquisa, visto que ela é visível na narrativa do entrevistado, e assim, conduz a forma de escrita dessa Tese. Embora não tenhamos a pretensão de fazer uma biografia em um sentido rigoroso, conceitualmente falando, iremos discutir essa perspectiva para melhor embasar a trajetória de Antonio Nailem Espíndola aqui

exposta. Será perceptível que em grande parte de nossa escrita, sua história pessoal estará relacionada aos relatos sobre outras personalidades históricas riograndinas. Isso ocorre devido as memórias sobre as vivências do biografado. Sua trajetória é marcada por circular múltiplos espaços, o que permitiu que o mesmo conhecesse e convivesse com diversas dessas personalidades. Essa vivência e convivência, tornou-se constitutivo de sua memória. Assim, o(a) leitor(a) deve compreender que o modelo de falas de Espíndola foram preservadas, pois, além de nos apresentar um contexto de vivência ampla, também diz muito sobre si, ou seja, de suas escolhas, visões e significados, de como e com quem tecia suas relações e de seu nível de inserção e conhecimento.

Tendo essa discussão como perspectiva, poderemos observar contextos mais amplos a partir da memória de Espíndola, uma vez que suas memórias estão conectadas ao ambiente social em que viveu e as experiências que vivenciou com seus companheiros de luta sindical. Ao mesmo tempo, ao considerarmos o caráter individual da memória, poderemos aprofundar quais aspectos foram destacados e os sentidos dados para esse passado. Também será possível evidenciar quais sentimentos e sentidos estavam envolvidos em suas ações durante o processo. Assim sendo, ao observar esses elementos, não objetivamos formar uma história teleológica, mas sim, evidenciar a complexidade existente entre as escolhas e seus resultados, bem como evidenciar como elas variam e se transformam de formas muitas vezes inesperadas pelos sujeitos.

Em uma pesquisa de trajetória, alinhada com a H.O, tal característica poderia levar a uma homogeneização do discurso sobre o passado, a partir dos valores, seleções e concepções do entrevistado, uma vez que o foco de análise está relacionado às compreensões e experiências que o indivíduo tem sobre esse passado. A fim de o evitarmos essa problemática, buscamos problematizar sua memória, tomando o cuidado de relacionar suas lembranças com outras bibliografias e fontes, sejam elas oficiais, jornalísticas, ou mesmo entrevistas, conforme mencionamos anteriormente.

Além disso, destacamos, quanto as memórias traumáticas ou informações obtidas, durante ou fora do contexto da entrevista – quando requisitado ou quando entendemos que poderia gerar algum constrangimento – decidimos não expor. A H.O nos coloca diante de contexto de emoções, a partir das vivências,

que muitas vezes, durante a entrevista, podem trazer lembranças dolorosas ou que o entrevistado compreende ser comprometedoras. Assim, acreditamos que a seleção do que será exposto também deve passar pelo filtro do historiador, a fim de respeitar os desejos do entrevistado.

A partir do exposto acima, observamos que possuímos uma diversidade grande de tipos documentais, dos quais destacaremos as fontes jornalísticas e orais<sup>13</sup>. Evidencia-se que a fonte jornalística é um documento significativo para compreender diversos elementos contextuais da cidade, assim como, permite observar as contradições sociais existentes em um determinado período histórico, bem como, as formas os grupos expressam suas lutas e reivindicações. Para análise de um jornal, José Barros (2021) sugere que se considere dez aspectos, sendo: polifonia, seções temáticas, conteúdo, periodicidade, materialidade, publicização, recepção, meios de impressão, lugar de impressão e lugar de produção. Suas proposições se constituem em um complexo sistema de análise que permitem compreender o Jornal em profundidade. Observamos que esse aprofundamento visa, dentre outras, identificar o perfil editorial do jornal, seu alcance, público alvo e intencionalidade.

Assim, para Barros (2021), “Para um jornal de qualquer época, podemos nos perguntar: era um jornal informativo? Opinativo? Doutrinário? Com um estilo combativo?” (BARROS, 2021, p.442). Tais questionamentos destacam que o jornal não é neutro, corroborando com Luca (2010), que há um processo de depuração das matérias, onde elas são selecionadas conforme a perspectivas política e ideológica do Jornal. Assim, podemos dizer que as matérias produzem sentido aos acontecimentos, os quais estão vinculados às crenças, valores e interesses que o jornal estabelece com a sociedade onde atua. Portanto, ele deve ser entendido também como instrumento a ser criticado.

O principal jornal utilizado ao longo da pesquisa foi o jornal Rio Grande, por ser um dos principais jornais impressos que circulavam na cidade de Rio Grande. De acordo com Lidiane Elizabete Friderichs (2013):

Esse jornal, fundado em 1913, por Augusto Alves, se afirmava como não partidário, no entanto sua ideologia era facilmente perceptível, através de

---

<sup>13</sup> Não são apenas essas duas, pois, temos documentos oficiais, arquivo pessoal, imagens e etc. Contudo, na forma como utilizamos, daremos destaque aqui aos jornais e as entrevistas com Antonio Naillem Espíndola.

seus editoriais e manchetes. As notícias vinculadas nele eram variadas, abrangendo questões locais e nacionais, tratando desde política, até esportes. Seu tamanho variava de oito a doze páginas, dependendo do dia da semana que circulara. O Jornal *Rio Grande* era o principal veículo de comunicação do município e buscava ser o formador da opinião pública riograndina. (FRIDERICHS, 2013, p.94)

Desta forma, esse foi um meio “produtor de sentido” sobre diferentes acontecimentos sociais, portanto, relevante enquanto espaço de “comunicação” na urbe. Como pudemos perceber, era um jornal que publicava noticiário variado, que circulara diariamente e atingia diversos segmentos sociais, a partir das diversas notícias sobre os acontecimentos locais. Assim, pudemos compreender diversas dinâmicas relatadas por Espíndola, assim como compreender as contradições entre as diferentes percepções sobre os acontecimentos.

Tendo em vista as reflexões anteriores e os cuidados ao realizar uma pesquisa tanto através do método de História Oral, como da análise Biográfica e de trajetórias de vida, nos cabe refletir sobre as mesmas. Conforme aponta Dosse (2015), é um gênero que remonta até a antiguidade:

Durante muito tempo, da Antiguidade à época moderna, o gênero biográfico teve por função essencial identificar. Prestou-se ao discurso das virtudes e serviu de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes há gerações futuras. O gênero biográfico participa, pois, de um regime de historicidade no qual o futuro é a reprodução dos modelos existentes, que devem perpetuar-se. Inscreve-se, durante esse longo período, no respeito absoluto a uma tradição que se organiza na Antiguidade em torno dos valores heroicos; em seguida, com a cristianização, os valores religiosos é que se difundem tomando por modelo as vidas exemplares. (DOSSE, 2015, p.123)

O século XVIII, a partir da filosofia iluminista, propõem a substituição do personagem *heroico* trazendo a percepção laica do *grande homem* para perspectiva biográfica e também das trajetórias dos agentes históricos. Aqui, os valores dos grandes feitos, das grandes obras, dariam a tônica das biografias.

Todavia, nem por isso o heroico desapareceu do horizonte: a identidade patriótica, que se reforça no século XIX e conhece mesmo alguns lampejos nacionalistas, irá exaltar valores heroicos de certas figuras cuja temeridade, coragem em combate e disposição ao sacrifício continuam a nutrir a mensagem de uma República sempre às voltas com a guerra (DOSSE, 2015, p.168)

A figura do herói e dos grandes homens, os quais seriam os construtores da sociedade, no final do século XIX e ao longo do século XX, passam a ser fortemente criticados. Perspectivas, como as marxistas e da escola dos Annales, buscam afastar-se desse modelo, visto que direcionavam sua visão para o conjunto social, a fim de compreender a sociedade, assim como, possuíam como objetivo de análise uma história macro que evidencia as permanências e as estruturas da sociedade. O foco para a compreensão, nesse sentido, não estava mais no indivíduo, mas sim nas estruturas sociais. Assim, as principais correntes teóricas ao longo do século XX se distanciam da biografia.

O retorno da Biografia e da análise sobre trajetórias é um tema que a historiografia vem discutindo de forma mais aprofundada. Conforme percebe-se, trata-se do restabelecimento de um modelo analítico, outrora em voga. Embora autores como Dosse (2015), no livro *O desafio Biográfico: Escrever uma vida*, Avelar e Schmidt (2018), no livro *O que pode a Biografia*, e Loriga (2011), no livro *O pequeno X: da biografia à história*, discutam exaustivamente os motivos que levaram ao seu descrédito entre os historiadores, eles também apresentam que o gênero jamais deixou de ser utilizado. Assim, quando utilizado, o termo “retorno” deve ser compreendido como um modelo que se renova através de novas perspectivas e que passa a ocupar novos espaços, seja acadêmico ou midiático.

Schmidt (2003) apresenta que muitos historiadores buscam explicações para tal retorno, que se dá a partir dos anos 80. O autor levanta a possibilidade da *crise dos grandes paradigmas explicativos*, a manifestação de uma época, pautada no individualismo, que se expressa na academia, ou mesmo pela concessão junto ao gosto popular pelas fofocas e mexericos. Contudo, embora a biografia tenha sido por muito tempo considerada um gênero menor nas análises históricas, no período atual ela retoma seu espaço no campo de discussão, e isso “está relacionada com a crise do paradigma estruturalista, que havia orientado parte considerável da historiografia a partir dos anos 60” (SCHMIDT, 1996, p. 171). Nesse sentido, Borges (2008) aponta dois eixos explicativos possíveis: os movimentos da sociedade e os estudos do homem em sociedade. Sobre o primeiro eixo, apresenta a autora:

No primeiro eixo destaca-se um reforço enorme do individualismo, constatado por grande massa de autores das diversas áreas: cada vez mais o indivíduo tem seu espaço na sociedade e cada vez mais o homem se detém sobre ele mesmo [...] Além desses fatos, a mídia hoje entretém grande fome de imagens e de testemunhos, enorme curiosidade sobre a vida das outras pessoas: quer se "consumir a vida dos outros", próximos e longínquos (e até mesmo imaginários!) (BORGES, 2008, p.210).

A autora, compreende o grande crescimento recente pela modalidade biografia como um reflexo da dificuldade indenitárias dos sujeitos, a qual está ligada a fluidez das relações existentes no mundo moderno. Isso, causado pelos fenômenos da massificação, midiatização e pela globalização.

Já sobre o segundo eixo, reflete a autora:

[...]mudanças nas disciplinas acadêmicas - começo por lembrar as já muito analisadas alterações nas formas de se escrever a História, derivadas das crises dos grandes paradigmas (marxismo e estruturalismo e, em particular, na França, do desprestígio da antes consagrada História quantitativa/serial). Percebem-se reações contra conceitos totalizantes como "classe" e "mentalidades", contra categorias predeterminadas (como "revolução") e um favorecimento da experiência. Próximo a isso, surgiu o interesse pelos "excluídos" ou os "vencidos" da história, como as "ditas minorias sociológicas (negros, mulheres, homossexuais). (BORGES, 2008, p.210)

Fica evidente, portanto, que ambos autores compreendem a inserção da biografia, e podemos refletir também sobre as trajetórias, como o caso que apresentamos nessa Tese, em diferentes contextos, seja acadêmico ou na sociedade. Mas não somente isso, também se corrobora através de suas reflexões que o próprio florescer em espaços diz muito sobre as mudanças existentes no conjunto social e as problemáticas estabelecidas pelas disciplinas, as quais estão conectadas com as mudanças nos paradigmas sociais. Tendo isso em vista, fica difícil não lembrar da marcante frase dita por Lucien Febvre, e repetida por muitos historiados, de que a história é filha de seu tempo.

Não obstante, assim como os demais autores, Borges (2008), também vê com estranhamento o termo "retorno" da biografia, visto que ela nunca deixou de ser utilizada. Assim, a autora atenta para o fato de que:

O chamado retorno talvez em parte tenha-se insinuado mediante o conceito (vindo do senso comum) de "história de vida", a partir da década de 1970, utilizado pela Sociologia e pela Antropologia. Na França (país cuja forma de escrever a História marcou bastante os

estudos históricos brasileiros), começaram a surgir, na década de 1980, ensaios e colóquios sobre biografia. (BORGES, 2008, p.28)

Apesar disso, podemos perceber que o campo, ao passar por duras críticas, busca uma renovação. Dessa maneira, o gênero mantém a perspectiva da trajetória individual como proposta analítica, porém, distanciando-se das visões passadas, as quais encarnavam os feitos heroico ou os grandes homens e seus grandes feitos, as predestinações ou mesmo os discursos sobre as virtudes dos biografados que serviriam como conduta moral dos leitores<sup>14</sup>. As novas perspectivas sobre biografia buscam compreender a complexa interação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, a maneira como um *sujeito comum* se desloca e atuam dentro da sociedade, formando-a e sendo formada por ela.

Nesse sentido, esse campo de estudo proporciona observar como um indivíduo faz suas escolhas no mundo, os caminhos que trilha, suas dúvidas e suas motivações, tudo isso tendo como foco um horizonte de possibilidades, o qual relacionado com a organização social de uma determinada sociedade e período histórico. A biografia/trajetória possibilita adentrar na intimidade dos sujeitos, evidenciando a vida em sua complexidade, desvelando a fragmentação vivenciada pelos sujeitos em seu cotidiano, como eles lidam com os diferentes tempos aos quais estão sujeitos, as mudanças de rumos diante de novas escolhas, sejam elas motivadas por desejos ou pressões externas, assim como, ao caráter contraditório da vida. Dessa forma, destaca Alexandre Karsburg (2015) que o gênero deixa de pensar o sujeito como completamente racional, o qual é imune às incertezas da vida, e passa a entendê-lo em sua complexidade existencial.

A nova biografia, se assim se pode chamá-la, entende que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizonte de expectativas e possibilidades em constante mudança e, acima de tudo, que a vida deles não está dada desde o início; ou seja, a vida, seja ela de quem for, é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc. que fogem ao controle pessoal, mas é com base nessas situações que eles, sujeitos históricos, devem fazer suas escolhas. (KARSBURG, 2015, p.33)

---

<sup>14</sup> É importante deixar claro que tais perspectivas e expectativas de mudanças ocorrem principalmente no meio acadêmico, visto que as literaturas voltadas ao público em geral, por vezes, tendem a edificar indivíduos que estão “aquém do seu tempo”.

Tal abordagem visa evitar, segundo Schmidt (1996), o que Bourdieu (*apud* SCHMIDT, 1996) chamou de “ilusão biográfica”, a qual pensaria a vida do sujeito como predeterminada e coerente. Tomando como referência Karsburg (2015) e Giovanni Levi (2015), compreendemos que devemos nos atentar a esses determinismos sobre a condição de vida e escolha dos sujeitos, visto que a vida dos sujeitos é tomada pelas ambiguidades, tomadas de decisões, dúvidas por uma condição limitada de informações sobre o mundo. Na busca de evitar os determinismos, podemos compreender que “[...] a biografia atual problematiza as histórias particulares, relacionando-as e não as isolando da história geral”, procedimento que “[...] está permitindo aos historiadores vislumbrar novos sujeitos, porque analisados em interação com diferentes e complexos contextos” (2015, p.33). Assim, a biografia/trajetória possibilita restabelecer os múltiplos fios que ligam o sujeito ao seu contexto evitando cair tanto nas visões individualistas como nas deterministas.

Por consequência, estudar a trajetória de Espíndola permite lançar luzes sobre as problemáticas sociais mencionadas, utilizando-nos da metodologia de análise, uma vez que buscamos o relacionar ao contexto sócio-histórico que o precedeu e ao qual viveu. Assim, entendemos que ao investigar a vivência de um trabalhador portuário – observado a partir de Espíndola – levando em consideração a trama social como um campo de disputas e experiências sociais, permite vislumbrar um horizonte de expectativas e possibilidades para as tomadas de decisões. Em outras palavras, as ações e decisões não ocorrem por mero acaso ou predestinação, mas sim, engajadas na confluência entre as vivências, necessidades, oportunidades e crenças, conforme o contexto e momento histórico que o indivíduo está inserido.

Trazer tais questões à pesquisa nos coloca frente a um ponto de tensão: a relação entre *indivíduo* e *sociedade*. Essas duas categorias de análise, por vezes, são colocadas em oposição, possibilitando os determinismos e individualismos. Contudo, não estamos de acordo com tais visões. Schmidt (1996) apresenta que tal oposição está no centro do pensamento ocidental, desde a Grécia. Oposição a qual coloca em posições antagônicas “homem X contexto, sujeito X estrutura, voluntarismo X determinismo, liberdade X necessidade” (SCHMIDT, 1996, p.35). A partir de então, o autor levanta algumas das questões que norteiam tal discussão “Como relacionar o indivíduo com o seu

contexto? Qual é o peso da determinação estrutural na condução das ações humanas? A subjetividade individual também não é construída socialmente?” (SCHMIDT, 1996, p.36). Essas são perguntas complexas e que ainda estão em constantes debates. Contudo, diferentes biógrafos buscaram diferentes maneiras para lidar com a questão, seja considerando o contexto apenas como um *pano de fundo* para a construção dos indivíduos – modelo de biografias positivista – ou modelos onde a análise do indivíduo permite compreender questões mais amplas e a sociedade – biografias como a de Ginzburg (2006) em *O queijo e os vermes*. Ainda que não seja nossa intenção responder tais questionamentos, resolvendo a dita oposição, nos cabe tecer algumas reflexões, visto que ela é importante para compreender o próprio sentido do estudo biográfico.

Elias (1994) é um sociólogo que se dedicou a estudar tal relação. Em seu livro *Sociedade dos Indivíduos*, o autor traz importantes reflexões sobre a temática e que servem como base para nosso entendimento sobre essa imbricada relação. Assim como Schmidt (1996), Elias também apresenta as dicotomias apresentadas por diferentes disciplinas sobre o indivíduo e a sociedade. Algumas tendências creem que a sociedade é apenas formada por um aglomerado de indivíduos; noutras, pouco dão ênfase à questão do indivíduo, buscando compreender a sociedade a partir de uma esfera metafísica, ou seja, que o processo social ocorre de forma supra-individual. A problemática é que nenhuma dessas formas de pensamento possibilita compreender o aspecto relacional de ambos. Pensar a sociedade apenas como um grupo que reúne um aglomerado de pessoas, pouco explica sobre as diferenças existentes entre diferentes sociedades. Diferenças essas que variam no tempo e no espaço. Assim, se não levar em questão o aspecto relacional, como explicar as mudanças?

Que tipo de formação é esse, esta “sociedade” que compomos juntamente, mas que não foi pretendida ou planejada, tal como agora se apresenta, por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos, que só existe quando existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar quando muitas pessoas, tomadas isoladamente, querem e fazem certas coisas, mas cuja estrutura e grandes transformações históricas claramente independem das intenções de qualquer pessoa em particular? (ELIAS, 1994, p.52)

O erro, conforme aponta o autor, é estabelecer um abismo inexistente entre ambos. Todas as sociedades são compostas por um conjunto de indivíduos, porém que se expressam de formas distintas, que possuem interesses e pensamentos singulares. Contudo, isso só é possível, ou seja, a humanização só ocorre, a partir do convívio com o outro. Muitas vezes não percebemos tal processo, devido ao caráter lacunar e falho do nosso pensamento que não consegue compor/reconstruir o quebra-cabeças que forma nossa vivência cotidiana e, assim, formar uma imagem completa.

Não sabemos, ao que parece, deixar claro para nós mesmos como é possível que cada pessoa isolada seja uma coisa única, diferente de todas as demais; um ser que, de certa maneira, sente, vivencia e faz o que não é feito por nenhuma outra pessoa; um ser autônomo e, ao mesmo tempo, um ser que existe para outros e entre outros, com os quais compõe sociedades de estrutura cambiável, com histórias não pretendidas ou promovidas por qualquer das pessoas que as constituem, tal como efetivamente se desdobram ao longo dos séculos, e sem as quais o indivíduo não poderia sobreviver quando criança, nem aprender a falar, pensar, amar ou comportar-se como um ser humano. (ELIAS, 1994, p. 57)

Outro ponto, destacado pelo autor, ocorre quando tentamos estabelecer uma ordem de importância, estabelecendo a superioridade de uma em relação a outra, assim como a valoração de positividade e negatividade entre ambas.

No pensamento e no discurso, usamos dois conceitos pelos quais se classificam os fenômenos humanos, a partir de dois planos de observação inseparáveis, como se eles se referissem a duas entidades diferentes, uma das quais pudesse existir sem a outra. Isso, essa ideia da existência separada das duas coisas, de indivíduos que existem, em algum sentido, além da sociedade, ou de sociedades que existem, em algum sentido, além dos indivíduos, constitui, na verdade, um dos pressupostos tácitos comuns a ambos os contendores na luta entre “individualistas” e “coletivistas”, ou como quer que possam denominar-se. (ELIAS, 1994, p.64)

Tal reflexão é relevante em um trabalho sobre a biografia e trajetória, pois tais perspectivas que separam e não percebem tal relação, questionam “Deve-se partir dos ‘indivíduos’ para compreender as ‘sociedades’ ou dos fenômenos sociais para explicar os indivíduos?” (ELIAS, 1994, p.64).

Igualmente, a partir das reflexões do autor, podemos perceber que indivíduo e sociedade se estabelecem a partir do aspecto relacional, ou seja, só podem existir em simbiose. O indivíduo, sem o contexto social, se reduz aos

aspectos biológicos, pois é a vivência em sociedade que o forma enquanto ser social. Dessa maneira, os indivíduos existem na sociedade através de processos de interdependência, pois é esse contato que ligam umas às outras. O excerto é elucidativo sobre a questão:

Todas essas funções interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona-de-casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos. Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela. Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". (ELIAS, 1994, p.20)

Tendo em vista as reflexões acima, podemos perceber que analisar a trajetória de um indivíduo como Antonio Espíndola poderemos compreender não somente ele, também, através de sua vivência, como o conjunto social se estabelecia. Através de uma análise individual, será possível tecer suas redes de relações e os processos de interdependências entre ele e seu meio social. Como o sujeito não é alheio ao meio em que vive, lançar luzes sobre os elementos que o forçaram a agir é, também, perceber como a sociedade impactava em sua vida. Assim, estudá-lo, é ainda compreender como ele se conecta a outras pessoas e como essas relações se expressam objetivamente em seu cotidiano.

Portanto, para nós, fica evidente que, ao estudar a trajetória de Antonio Nailem Espíndola, poderemos evidenciar como um sujeito atua no seu espaço de trabalho, modificando e sendo modificado por ele, mas não somente isso, como as estruturas sociais pressionavam a agir, como era o cotidiano de trabalho, a maneira que estabeleceu sua conexão com os demais trabalhadores; ou seja, como sua ação transita do individual para o coletivo. Assim, quando escolhermos estudar sua trajetória, uma de nossas perguntas norteadoras girava

em torno de compreender as redes de relações estabelecidas por um sujeito “comum” e como elas influenciavam sua trajetória.

Nossa intenção é compreender problemas de ordem mais complexa na sociedade através da *redução de escala analítica*, uma vez que constitui um universo privilegiado de observação no qual poderemos compreender problemas de ordem social mais complexa. Conforme Rosental (1998), a observação do micro permite observar os múltiplos olhares estabelecidos dentro do social, evidenciando suas contradições. E ao citar a influência de Barth, o autor diz que, aprofundando-se nas relações sociais, a escala de observação se destaca em evidenciar as variantes comportamentais, assim como ir além da compreensão de que as estruturas impõem/determinam as ações dos sujeitos dentro da sociedade.

Inspirando-nos em Ginzburg (2007), ao tratar sobre o que seria a redução de escalas numa perspectiva da micro-história italiana, entendemos que “[...] o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-versa” (GINZBURG, 2007, p.267). Percebe-se que uma análise sob a perspectiva da biografia nos permite aprofundar nossa compreensão sobre como se estabelecem determinadas relações sociais. Isso, por sua vez, nos permite ainda compreender as heterogeneidades existentes no meio social e não apenas as semelhanças. Levi (2015) estabelece uma crítica sobre uma perspectiva histórica que apenas enfatiza a homogeneidade, a qual, segundo o autor, não explica a complexidade do mundo e das posições dos sujeitos:

Em geral, estudamos o que ocorreu sem pensar naquilo que não ocorreu. Por exemplo, se estudamos o movimento operário, estudamos os operários que fazem greve. Isso nos fascina mais. Mas e os operários da mesma fábrica que não fazem greve? O que sabemos deles? O problema é que estudar somente os grevistas não explica nada. Devemos explicar as duas posições, equilibrar as duas perspectivas, os que não atuam como aqueles que atuam. (LEVI, 2015, p.250)

Congregar uma história que possibilite compreender o conjunto das disputas dos trabalhadores e ao mesmo tempo evitar os determinismos tem sido uma das importantes discussões da história do trabalho.

Tendo em vista que o campo em questão busca constantemente novas abordagens para lidar com a complexidade ligada a temática do trabalho, a

biografia surge como uma proposta relevante, visto que lança um olhar diferenciado para a compreensão do ambiente. Sob esse viés, aliado a uma visão que relaciona o sujeito ao seu meio, uma redução da escala analítica através da análise biográfica poderá revelar como um trabalhador transitava entre diferentes espaços sociais, desvendando até que ponto a trajetória individual se mostra consonante ou dissonante do grupo, assim como, evidenciando um sujeito que é produto e produtor do meio social em que vive.

Leitores mais exigentes, neste momento, podem se questionar sobre “este é um trabalho de biografia ou trajetória?”. Tal diferenciação advém porque, segundo Borges (2008), “Apesar de os historiadores hoje usarem o termo biografia sem maiores preocupações, alguns autores, especialmente os ligados à Antropologia, rejeitam o termo, preferindo falar em ‘trajetórias’” (BORGES, 2008, p.204). Entretanto, segundo a autora, a biografia pode ser entendida como a narração, oral, visual ou escrita das várias fases da vida de um indivíduo ou como a história de vida de alguém. Para ela, existem vários tipos de biografias, desde as que focam num rápido percurso da vida do biografado ou as mais ambiciosas, que visam mergulhar na alma do biografado (BORGES, 2008, p.213).

Todavia, na perspectiva de Karsburg (2015), o que diferencia Biografia de Trajetória está relacionado à temporalidade e ao foco de análise. Ainda que ambas busquem analisar a vida de um indivíduo, para o autor, a biografia tende a compreender a totalidade da vida de um sujeito, ou seja, da vida à sua morte. A trajetória, entretanto, não possui tal obrigatoriedade. Nesse modelo de análise é possível centrar-se apenas em um determinado período da vida de um indivíduo.

Ainda que para alguns autores possa haver uma diferenciação quanto às abordagens, distinguidas a partir do recorte, não usaremos essa perspectiva como critério. Em nossa pesquisa buscaremos remontar o quanto for possível o passado de Espíndola, desde as motivações que o levaram a migrar de Arroio Grande-RS até o município de Rio Grande-RS. Contudo, nosso foco privilegiará as relações que estabeleceu, bem como, seu percurso de atuação no sindicato e os reflexos que isso trouxe para sua vida, também apresentaremos sua militância, o período em que foi perseguido pela ditadura e como lidou com as dificuldades impostas pelo período, finalizando com seu retorno ao Porto, além

de seu processo junto a Comissão da Verdade. Destarte, aprofundaremos o quanto for possível em sua vida, mas sempre tendo em vista que daremos ênfase em momentos de maior relevância para o cumprimento do objetivo desta pesquisa.

Para alcançar esse objetivo, optamos por apresentar sua história através de uma escrita que ao mesmo tempo apresenta sua trajetória através de uma linha cronológica, mas que também destaca pontos importantes que serão, em seu futuro, relevantes. Portanto, em alguns momentos avançaremos e retrocederemos no tempo, a fim de criar alguns pontos de ligação com suas escolhas. A estratégia narrativa tem por finalidade chamar a atenção do leitor para elementos significativos que escapavam à compreensão do protagonista, mas que acabaram sendo condicionadores de sua trajetória. É preciso ser dito que, embora isso seja realizado, em momento algum, sua vida deve ser interpretada como um caminho predestinado, repleto de escolhas conscientes e racionais, as quais, determinaram um caminho certo. Muito pelo contrário, a trajetória é tortuosa, repleta de dúvidas e incertezas, constantemente sendo adaptadas conforme as experiências condicionadas pelo trilhar do percurso. Assim, os pontos de ligações que estabelecemos é uma compreensão de quem hoje escreve este trabalho. O privilégio de conhecer o futuro do protagonista é nosso. Portanto, é um exercício realizado no presente, referente a um passado já consolidado. Sendo assim, passível de ser visualizado.

Além da forma de escrita, a organização do passado de Espíndola, do mesmo modo, foi pensada de forma a contemplar momentos distintos e simbólicos em sua trajetória. Assim, no primeiro capítulo apresentaremos quem é Antonio Nailem Espíndola, bem como seu local de origem. Evidenciaremos as motivações que permitiram que o jovem agricultor migrasse do meio rural para o urbano. Este capítulo será relevante para observar como ocorreu sua chegada no município, em quais locais trabalhou, como ocorreu sua formação escolar e técnica, até seu ingresso no Porto de Rio Grande.

No capítulo dois, discutiremos sobre sua entrada no Porto e como o trabalho se organizava inicialmente no setor. Posteriormente, compreenderemos o processo de transformação da condição de vida dos trabalhadores a partir fundação do sindicato, também será evidenciada as disputas internas, entre os

trabalhadores, e externas, com as tentativas, por parte do Porto, de impedir a sindicalização dos trabalhadores.

O capítulo três tratará da força sindical na urbe riograndina e de como os portuários e as diferentes categorias de trabalhadores atuavam de forma combativa nas décadas de 60. Esse capítulo terá como grande foco a atuação dos trabalhadores frente à campanha da legalidade em 1961, traçando suas motivações e formas de organização. E versará sobre o período do Golpe de 1964. Nele, observaremos como os militares se preocuparam em prender os principais líderes sindicais de Rio Grande. Compreenderemos como ocorreram essas prisões, já que Espíndola lidou com tal realidade, e quais as consequências que a perseguição gerou em sua vida.

Frente a todos esses temas, buscaremos desvelar um passado instigante que nos possibilitou refletir sobre a importância da atuação de atores anteriormente menosprezados pela historiografia.

## Capítulo I – Traçando a vida: do campo ao Porto

Qual o limite da compreensão de Antonio Espíndola sobre a sua imersão na sociedade a qual vivia em diferenciadas épocas? O quão importante seriam as relações que estabeleceu com as pessoas? Quais eram as suas expectativas sobre o futuro enquanto trabalhador? Essas, são algumas perguntas que nos despertaram curiosidades acadêmicas, durante a estruturação desta pesquisa. Elas emergiram, pois, dos contornos do percurso dessa trajetória operária que passaremos a refletir.

Neste momento, investigamos um passado que já se concretizou, portanto, estamos em uma posição privilegiada, a qual permite uma reflexão mais ampla dos acontecimentos e seus efeitos. Assim, torna-se possível descortinar quais os elementos que impactavam, no nosso entender e com o diálogo com as fontes, em seu cotidiano, bem como, os caminhos, escolhas e eventuais consequências decorrentes dessas vivências. Uma amostragem do mundo operário riograndino nos foi desvelada pouco a pouco.

Todavia, tal posição privilegiada, em relação aos acontecimentos, pode nos fazer construir um passado teleológico e plenamente racionalizado por quem o viveu. Assim, torna-se importante destacar as decisões, dúvidas, expectativas e os acontecimentos inesperados, não com o objetivo de tirar o protagonismo da vivência de Espíndola, mas sim, para destacar a imprevisibilidade das ações, as quais, por si só, já pertencem a um universo de possibilidades limitadas pelo seu lugar social e a sociedade em que está imerso.

O exercício reflexivo feito sobre o passado não acontece apenas por quem escreve este trabalho, mas também por quem o protagoniza: Antonio Nailem Espíndola. Isso ficou evidente na entrevista de 07 de maio de 2018, quando ao avaliar a escolha feita em 1958, de ingressar nos serviços portuários, frente a possibilidade de ter ido trabalhar no setor da indústria elétrica<sup>15</sup>, em Minas Gerais, Espíndola avalia que “antes tivesse ido”, ou seja, assim não teria passado por tudo que passou, sobretudo a perseguição política pós-Golpe Civil Militar de 1964.

---

<sup>15</sup> Ele constantemente cita que iria trabalhar na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em Minas Gerais. Possivelmente a empresa para a qual seria enviado é a Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG).

Essa releitura feita sobre seu passado sucede dos fenômenos vivenciados e experienciados em suas formas individuais e coletivas no passado, é uma reflexão que ele realizou no momento da entrevista, buscando compreender se “valeu a pena” ou não ter passado por tudo o que passou. Vemos que a memória é um fenômeno que sofre constantes reavaliações e reformulações conforme o tempo. “Boas” e “más” escolhas, no caso em específico, são mais que interpretações que dizem respeito às consequências advindas delas. Também diz respeito a como ele se percebe frente à construção histórica de sua categoria e da sociedade.

Como veremos, as escolhas estabelecidas pelo jovem Espíndola oscilaram entre efeitos positivos e negativos em sua vida pessoal. E, como qualquer ser humano, ele precisou enfrentar o devir histórico após seu leque de opções na vida. No caso de Antonio Espíndola, ao mesmo tempo em que suas escolhas lhe trouxeram ganhos financeiros, também carregaram consigo momentos de dificuldades e perseguições. Portanto, como avaliar esse passado? Entendemos que não nos cabe, enquanto historiadores, julgar o passado, mas sim, “iluminar” os acontecimentos, tentando compreender e dar sentido ao processo como um todo. Todavia, é salutar para isso, em um estudo sobre trajetória, visitar os sentimentos e entendimentos de quem a trilhou. Nesse interim, percebemos que Espíndola ao confrontar sua trajetória, frente ao presente, observa seu passado sem arrependimentos, mesmo afirmando em alguns momentos que seria melhor ter seguido outros rumos. Ele entende que foram os desafios e as inseguranças estruturais que permitiram a construção de sua história. Por isso, é perceptivo um sentimento de orgulho e pertencimento, visto que, apesar de tudo, em conjunto de seus companheiros, ele reconhece que lutou em prol de seus ideais e galgou importantes vitórias que geraram uma melhoria na sua vida e de toda uma categoria.

De certo, o jovem “recém-chegado” à nova cidade não poderia saber qual seria sua trajetória diante dos anos que seguiriam. Não sabia ele que teria grande relevância na fundação e organização do que viria a ser o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Capatazia de Rio Grande, pouco poderia prever sobre sua importante atuação política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), posteriormente na fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e também na fundação do Partido Democrático Trabalhista

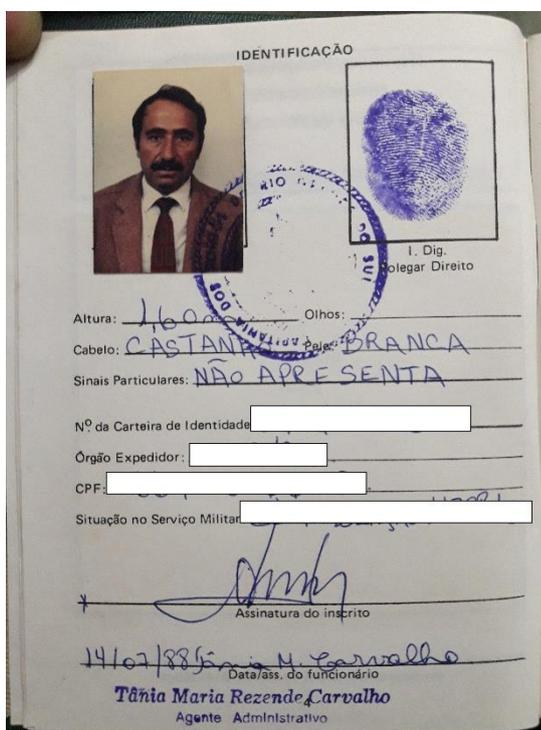
(PDT). A limitação na observação do tempo futuro não podia fazê-lo prever que alguns anos depois de sua chegada estaria envolvido no apoio da Campanha da Legalidade – em Rio Grande – e que esse mesmo ativismo custaria, a partir de abril de 1964, uma longa trajetória de perseguição política que durou mais de uma década.

Assim, rememorando o passado, aos 81 anos, Espíndola compreende que seu ativismo sindical e político o levou à prisão, bem como à cassação de seus direitos políticos. Isso, por consequência, fez com que grande parte de suas conquistas materiais fossem perdidas, uma vez que, impossibilitado de obter um emprego formal, necessitou vender parte de seus bens para sobreviver, no decorrer do período ditatorial de 1964.

Apesar disso, e por causa disso, que o sindicalista do século passado se torna tão relevante para o estudo histórico. Sua vida se constituiu de inúmeras reviravoltas, contradições, incertezas, ganhos e perdas, além de múltiplos contatos e transformações do meio social que moldaram seu próprio lugar na sociedade riograndina. As últimas, cujas quais, em momentos ele foi partícipe do cotidiano, e noutros, um importante líder combativo frente às estruturas cotidianas. Sua vida e vivência se constitui tanto a partir de um fenômeno individual, repleto de experiências particulares, quanto também coletivo, visto que habitava um espaço e realizava ações sociais conectadas com outros grupos de trabalhadores.

Tendo em vistas tais questões, podemos levantar os seguintes questionamentos, a serem respondidos no decorrer deste capítulo: quem é Antonio Nailem Espíndola? Como parte do ambiente rural para o urbano e por quê? Como se instala e vivencia a experiência urbana? Qual a importância do Porto para a cidade e como ele influencia em sua trajetória?

## 1.1 Do campo à cidade: quem é Antonio Nailem Espíndola?



**Imagem 1:** Caderneta de Inscrição e Registro  
Fonte: Arquivo pessoal de Antonio Nailem Espíndola

Na imagem acima, temos o registro de identificação, na Caderneta de Inscrição e Registro, de Antonio Nailem Espíndola. Ela data do ano de 1988, período em que trabalhava no Sindicato da Estiva de Rio Grande. A partir dela, podemos ver sua cor de pele, altura e aparência – no período, possuía por volta dos 51 anos. Esse registro se posiciona temporalmente nos anos finais de nossa Tese, indicando assim, onde sua trajetória o levará.

Antonio Espíndola nasceu em 1937, no distrito Olimpo, na cidade de Arroio Grande, localizada no interior sul do Rio Grande do Sul (RS). Contudo, em 1959, esse distrito emancipou-se, formando a cidade de Pedro Osório. Nessa data, Espíndola já morava em Rio Grande – RS, e já participava ativamente do movimento sindical, principalmente para a formulação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande – STSPRG. Contudo, por manter contato com seus familiares, ele presenciou como a propriedade de seus pais mudou de um município para o outro:

Pedro Osório era a vila Olimpo, aí se emancipou em mil novecentos e cinquenta e pouco. Aí se emancipou de Arroio Grande. A vila Olimpo, passou a ser Pedro Osório. Então, o quarto e o quinto distrito de Arroio Grande, que meu pai tinha propriedade rural era no quinto distrito, passou a ser segundo distrito de Pedro Osório<sup>16</sup>.

Conforme Alves *et al* (2016), foi no dia 3 de Abril de 1959 que Olimpo e Cerrito<sup>17</sup> se emanciparam dos municípios de Arroio Grande e Canguçu, formando, assim, a cidade de Pedro Osório. Isso ocorreu, com a lei n.º 3.735 de 03.04.1959.

Todavia, retrocedendo alguns anos no tempo, anterior a sua tomada de decisão de morar em Rio Grande, Espíndola vivia no campo, nas mesmas terras de seu pai Nelson Espíndola e sua mãe Nair Gonçalves Espíndola – que ainda pertenciam a Arroio Grande. Como pequenos agricultores, seus pais possuíam cerca de 75 hectares de campo, contudo, as terras e a produção davam conta apenas de contribuir com as necessidades básicas da família, compostas por quatorze filhos. Assim, “tudo o que ele produzia ali praticamente era para abastecer a casa e dar comida, roupa, calçado, remédio”<sup>18</sup>. Tal condição o impossibilitava de ajudar os filhos.

Motivado pelas precárias condições enfrentadas no meio rural, Espíndola buscou outros caminhos para obter melhores condições de vida como tantos outros camponeses nesse momento da história do Brasil. Dessa forma, a decisão de migrar para outra cidade e buscar emprego no comércio e na indústria foi o que aconteceu. Contudo, a opção de migrar do meio rural para a cidade não o diferenciava muito de outros tantos moradores do campo que realizaram esse processo de fuga para os centros urbanos, no contexto dos anos 1950<sup>19</sup>. Conforme o Senso do Rio Grande do Sul de 1960, publicado em 1984,

---

<sup>16</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>17</sup> Posteriormente, Cerrito também irá se emancipar de Pedro Osório. Conforme aponta Alves *et al* (2016). Em 22 de outubro de 1995, realizou-se Plebiscito Popular, culminando em outro processo emancipatório, no qual a comunidade decidiu por elevar Cerrito à categoria de Município, tendo sido criado oficialmente pela lei nº 10.656, de 28 de dezembro de 1995” (ALVES; OLIVEIRA; BRUM; BRAGHIROLI, 2016, p.4).

<sup>18</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>19</sup> Destacamos que não iremos nos aprofundar na discussão sobre os aspectos conceituais a respeito da imigração e das cidades, contudo, reconhecemos que há um profícuo debate que

a população do estado ainda se concentrava em sua maioria no meio rural. Todavia, Jardim e Barcellos (2012), destaca que:

O crescimento urbano do Estado já superava o da população rural em 1940, e teve seu índice mais elevado na década de 50, quando superou os 5% ao ano. A partir dos anos 70, quando a população urbana se torna majoritária, as taxas relativas ao incremento rural passaram a ser negativas, refletindo em grande parte a modernização agrícola dos anos 60, que expulsou grandes contingentes migratórios especialmente do norte, em direção às áreas industriais. (JARDIM; BARCELLOS, 2012, p.327)

Assim, podemos perceber que ainda que a maioria da população habitasse o campo, o cenário urbano já demonstrava um crescimento gradual. Esse processo tenderia ao crescimento no decorrer das próximas décadas. Essa perspectiva também é corroborada por Gandra (2009), o qual afirma que houve um processo de migração, ao longo do século XX, o qual se mostrou mais intenso entre os anos de 1930 a 1950, que conduziu grande parte desses trabalhadores a cidades urbanas do Rio Grande do Sul. Observamos, todavia, que esse não foi um fenômeno exclusivamente local, visto que, conforme Vale, Lima e Bonfim (2012):

A história do Brasil está fortemente marcada pelo fenômeno da migração, inicialmente, pelo fator colonização e, mais recentemente, pelo deslocamento interno, em que cada ciclo econômico trouxe consigo um fluxo migratório. A partir de 1930, as migrações internas começaram a desempenhar um papel de destaque na recomposição espacial da população. (VALE; LIMA; BONFIM, 2012, p.22)

Tais migrações, conforme os autores, podem ocorrer de uma região para outra (inter-regional) ou dentro da mesma região (intra-regional) e “Em linhas gerais, a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento” (VALE; LIMA; BONFIM, 2012, p.22). Assim, diante dessa perspectiva, podemos caracterizar o processo de migração de Espíndola como uma migração intra-regional.

Observado isso, no caso rio grandinho, muitos são os postos de trabalhos que demonstram essa variedade de trabalhadores advindos de outras localidades, para a cidade riograndina. Um bom exemplo foi a estiva, a qual entre

---

discute/relaciona o processo de migração do campo, no século XX, e o papel que o meio urbano industrial ocupa nesse contexto.

os anos de 1931 a 1974, chegou a reunir cerca de 1.100 trabalhadores, os quais, em sua maioria, era proveniente da campanha.

Dos 1100 trabalhadores vinculados ao Sindicato, somente 496 eram naturais do Município de Rio Grande. Os outros 604 trabalhadores, ou seja, 54,9 % eram oriundos de outras regiões que vieram residir e trabalhar no município e conseguir seu sustento com o trabalho no porto. Estes dados permitem dialogar com os movimentos migratórios, que estão ocorrendo em todo o país, num momento em que a industrialização urbana é fomentada e o Brasil rural esta se tornando um país urbano (SILVA, 2016, p.58)

De forma semelhante podemos observar através de nossas fontes – entrevistas e fichas do sindicato dos portuários – que um número significativo do operariado era originário de regiões rurais do estado sulino.

Assim, como no restante do país, no estado rio-grandense, evidencia-se um processo semelhante, em que, gradualmente, o meio industrial passa a absorver os trabalhadores rurais, que migravam devido a dificuldades encontradas no campo e promessas de obtenções de empregos, gerada pela demanda do capitalismo industrial que ocorria já na primeira metade do século XX. Assim, percebe-se que a cidade de Arroio Grande também se inseria nesse contexto, no qual, parte de sua população mudou-se para os centros urbanizados.

Naquela época a tecnologia na agricultura era 10 por cento do que é hoje. Primeiro lugar, não existia, o adubo era uma coisa muito difícil para adquirir, não é... Tudo era difícil naquela época. Então, o que acontecia? Os filhos quando passavam a maior, eles procuravam, por exemplo, ir embora para a cidade, ou ir para uma estância, onde eles pudessem trabalhar, por que os pais não podiam. Os pais quando os filhos cresciam, eles não tinham condições de dar uma vida que um filho merecia, não é... Por exemplo, o sustento, a roupa, o remédio, tudo por que não tinha como tirar das pequenas propriedades, por exemplo, um lucro, que pudesse manter os filhos em casa. Então os filhos passavam a maior, as filhas quando passavam a maior, elas geralmente casavam, não é... e os filhos iam embora, uns iam embora pra cidade, outros iam trabalhar numa empresa, principalmente em granja, plantações maiores<sup>20</sup>

Arroio Grande, conforme o Senso da década de 1960, contava com uma população de cerca de 16.140 habitantes. Conforme o mesmo Senso, a

---

<sup>20</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

característica econômica do município era baseada prioritariamente nas atividades agropecuárias e extrativistas.

Segundo podemos perceber, no diálogo com as fontes, os jovens, ao concluírem dezoito anos, buscavam diferentes localidades para obtenção de serviços, sejam elas nas cidades ou em propriedades de maior capacidade produtiva. Como é perceptivo, a necessidade se fazia presente, visto que algumas famílias possuíam uma quantidade significativa de filhos e isso impactava no orçamento familiar, uma vez que obter lucros significativos com a terra era demasiado difícil. Havia um fluxo de jovens que migravam para as cidades ou para as estâncias, e assim, trocavam a vida de produção nas próprias terras para a venda de sua força de trabalho. Isso ocorria não por uma mera vontade, mas, muitas vezes, pela necessidade. A dificuldade de obter insumos e a baixa escolaridade das famílias podem ser exemplos de fatores que impactavam na possibilidade de expandir os negócios.

É nesse contexto, que se insere Antonio Espíndola. Um jovem camponês que iria ser tornar trabalhador urbano e que conhecia as dificuldades, mas também potencialidades de obtenção de serviços que existiam nas cidades industrializadas. Mas, talvez a pergunta que fique no momento é: mas como ele conhecia essas potencialidades, ou mesmo, por que decidiu o meio urbano para viver? Acreditamos que um conjunto de fatores ajudam a explicar tal questionamento, seja por esse costume dos jovens migrarem para outras localidades, ou talvez pelo caráter histórico das cidades industrializadas vizinhas, por questões conjunturais, ou pelas redes de relações que ele possuía com pessoas que já estiveram trabalhando nas urbes. Acreditamos que o mais provável é que seja um somatório de todos os fatores.

Levando em consideração a proximidade com o município de Arroio Grande, os municípios de Pelotas e Rio Grande, eram as cidades mais promissoras para a tomada de decisão de migrar para obter melhores trabalhos. É visto que, tanto Pelotas como Rio Grande eram cidades industrializadas e que possuíam um peso histórico importante no desenvolvimento econômico, social e cultural do Sul do Rio Grande do Sul. Enquanto Pelotas, durante todo o século XIX e início do XX se destacou pela produção de charque e pelas belas construções arquitetônicas, Rio Grande tornou-se o principal centro exportador e comercial da região.

Rio Grande, situa-se no extremo sul brasileiro, e é considerada uma das cidades mais antigas no Rio Grande do Sul. Até o século XVIII, chamava-se Vila do Rio Grande de São Pedro, e suas origens compreendem tanto a função militar, bem como para fornece suporte a Colônia do Sacramento (ANTOCHEVIS, 2013). Conforme a historiografia, seu reconhecimento enquanto cidade deu-se em 1835.

[...] quando assume o posto de capital imperial do Estado na eclosão da Revolução Farroupilha, era o único porto marítimo do Rio Grande do Sul. Isso permitiu no século XIX uma expansão das atividades mercantis através do comércio de importação e exportação, principalmente nas mãos de imigrantes europeus e urbanos. (MARTINS; PIMENTA, 2004, p.86)

Conforme a historiografia local, a cidade está, desde suas origens, profundamente conectada a seu Porto. A região, localizada no atual centro histórico, onde situava-se o principal Porto, desenvolveu-se a partir da zona portuária e do comércio. Notadamente, a urbe possui uma ligação oceânica distinta e tal característica geográfica a colocava em uma posição de destaque no Rio Grande do Sul. Isso, impulsionou a economia e a sociedade local. Esses elementos não se extinguem entre os séculos XVIII e XIX, muito pelo contrário, se mantêm relevantes para o florescer riograndino ao logo do século XX. Assim, a dinâmica relação entre o Porto e a cidade se aprofunda ainda mais, conforme os diferentes contextos do século XX, necessitando a construção de um novo Porto, a encampação do mesmo pelo Estado, bem como o seu – e de seus agentes – controle econômico, político e ideológico. E, assim, ficam marcados que tanto o cotidiano e o desenvolvimento da cidade, os quais não podem ser dissociadas da sua estrutura portuária<sup>21</sup>.

Retomando a trajetória de Espíndola, entendemos que a decisão de afastar-se da sua família, foi condicionada por alguns elementos, os quais impulsionaram tanto o “quando” como “para onde” ele iria. Dentre elas, destacamos: a sua dispensa do quartel, a ajuda de um amigo e a conexão familiar. Os dois últimos elementos foram relevantes na medida em que possibilitariam obter moradia, estudo, trabalho e sua filiação partidária.

---

<sup>21</sup> Retomaremos e aprofundaremos essa discussão histórica ao final desse capítulo.

Antes de tomar a decisão de rumar para as terras riograndinas, Espíndola decidiu apresentar-se para o cumprimento do alistamento nos serviços militar. Na data, aparentemente, algumas ideias de mudar de cidade parecem já existir em sua mente. Todavia, sua intenção ao se alistar era em seguir a carreira militar. Ele possuía o exemplo de dois primos que seguiram essa carreira, e acreditava que ela seria uma boa escolha. Um desses primos, Nei Espíndola, Capitão do exército, e que também foi tesoureiro do 3º Exército, era o maior incentivador para que Antonio Espíndola ingressasse na carreira militar.

Não apenas como incentivador do jovem Espíndola ele seria importante. Nei apareceria novamente, ao longo das entrevistas, na década de 80, onde ele seria o elo entre Nailem e a Delegacia do Trabalho Marítimo, possibilitando que ele retornasse para o trabalho portuário, após os anos de perseguição pela ditadura.

Todavia, ao se apresentar no quartel de Jaguarão ele foi dispensado como incapaz, pelo médico. Isso ocorreu porque fazia cerca de 30 dias que ele havia realizado uma cirurgia de hérnia inguinal. Visto isso, disse o médico para ele: “como é que tu vai andar a cavalo? Aqui tu precisa andar a cavalo. E uma pessoa com uma cirurgia de hérnia, no mínimo tem que ficar um ano sem andar a cavalo, não é... se não tu vai abrir essa cirurgia de novo”<sup>22</sup>

Dessa forma, seria difícil para Espíndola permanecer no quartel, exercendo esforço físico com treinamentos e andando a cavalo, tendo tido um recente problema sério como uma hérnia inguinal.

Como havíamos dito anteriormente, as ideias de migrar para outro município já transitavam por seus pensamentos há algum tempo, e isso é perceptivo, pois durante a entrevista, Antonio Espíndola diz que ao chegar em casa, após ser dispensado, ele conversou com seu pai, comunicando que iria para Rio Grande. Sua decisão foi tomada, pois havia sido dispensado do quartel e, como possuía muitos irmãos, eles poderiam continuar ajudando nas atividades do campo. Seu pai não se opôs a sua decisão.

Observa-se, entretanto, que essa possibilidade de ir para a cidade ocorreu de uma conversa anterior a que realizou com seu pai. A oportunidade foi apresentada por um amigo que morava em Pedro Osório, que havia trabalhado

---

<sup>22</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

e se aposentado como açougueiro em Rio Grande e que na época<sup>23</sup> fazia parte do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Esse, era casado com a prima-irmã de sua mãe:

E como ele, a esposa dele era parente da mãe, a gente já se conhecia, né. Porque eles iam para fora, para a casa de onde era o sogro dele, e lá eu fiz relacionamento com ele. Eu ia lá para casa dele, em Pedro Osório. Ele morava em Pedro Osório, na rua principal que tinha ali, que vai sair lá no cemitério [...]<sup>24</sup>

Ele era um amigo influente e que nutria grande amizade com então prefeito Álvaro Ribeiro Pereira, também do PTB. Conforme Antonio Espíndola, ele disse “Olha, guri, tu quer ir para Rio Grande? Tu vem. Pega tudo o que é teu, vem que eu te levo e te arrumo um jeito de arrumar emprego”<sup>25</sup>.

É notável que as primeiras redes de contato que ele começou a tecer, e que seriam importantes para a construção de sua trajetória, iniciaram-se anterior a ideia de partir de Arroio Grande, ou seja, no seio familiar. Elas seriam fundamentais, pois, por exemplo, esse amigo apresentou a possibilidade tanto de seu transporte para o município, como sua filiação partidária e escolarização. Sem ele, dificilmente sua trajetória teria se desenhado como a que apresentaremos aqui.

Para além desse amigo, ele não era o primeiro da família que tentou a sorte no município de Rio Grande. Seu tio Gercí Espíndola, também conhecido como Bibi, tempos antes, havia vendido a sua pequena propriedade e se dirigiu a mesma cidade, também na busca de obter uma melhor condição de vida.

Ele tinha uma pequena propriedade, e também já tinha um filho em idade de colégio, e na campanha não existia colégio naquela época, aí ele foi para lá para poder arrumar o filho e trabalho. Também pegou no Porto em seguida. Primeiro foi para Swift, trabalhou na companhia Swift um ano, ele e a senhora dele, minha tia, a tia Francisca. E depois entrou para o Porto e terminou se aposentando no Porto<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Antonio Espíndola não soube precisar a data, mas era entorno de 1954 até 1955.

<sup>24</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>25</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>26</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Podemos ver aqui a dificuldade que era viver no campo, pois, não bastasse a dificuldade de subsistência, a escolarização era precária nesse meio. Para além da observação da dificuldade que fazia um pequeno agricultor vender sua propriedade para migrar para o centro urbano, com o intuito de lá vender sua força de trabalho. Tal diálogo também nos apresenta dois locais importantes que absorviam os trabalhadores recém-chegados: a Companhia Swifit e o Porto. É comum encontrarmos relatos de diversos trabalhadores que atuaram em ambos os setores e/ou relatar sua relevância na obtenção de serviços<sup>27</sup>.

Vemos que, como o tio e o amigo, Espíndola também tentou um novo caminho em busca de construir sua vida. E não somente ele, seu irmão, tempos depois, também tentaria os mesmos horizontes. O irmão de Antonio trabalhou no Pier Petroleiro durante um curto período, mas acabou retornando para Arroio Grande, onde comprou uma pequena propriedade e passou a trabalhar nela.

Faremos, nesse momento, uma breve pausa sobre sua trajetória para elucidar uma questão importante. Durante as entrevistas do dia 7 de maio e 17 de julho de 2018, uma questão nos chamou a atenção: como o seu pai e tio obtiveram essas terras? Ainda que não fossem grandes extensões de terras, isso passou a chamar a atenção no decorrer das conversas e análises delas. Na entrevista de 15 de agosto de 2019, foi possível compreender que as terras de seu pai – como ele costuma dizer – foram adquiridas através da herança que sua esposa, Nair Gonçalves Espíndola, recebeu de seu pai.

O meu avô, ele recebeu por parte do pai dele, meu bisavô, ele recebeu uma herança muito grande, mas ele também tinha nove filhos. Nove filhos, então, quero dizer, para dividir, mesmo sendo herança grande, para dividir para nove, terminou que cada um recebeu uma base de 51 hectares, mais ou menos.<sup>28</sup>

Podemos perceber que a família passada de Espíndola possuía vasta quantidade de terras, porém, com o passar do tempo, essa propriedade foi diluída entre filhos e netos. O mesmo aconteceu com a família de seu pai, visto que ele também herdou terras de sua família: “mas não era muita coisa. Eram

---

<sup>27</sup> Discorreremos mais sobre o Porto no decorrer do trabalho, contudo, para mais informações sobre o Porto e a Swift, consultar a bibliografia riograndina, a saber: SIMÕES (2017), GANDRA (2016), SILVA (2016), ALVES (2008), OLIVEIRA (2000) e PELLEJERO (2009).

<sup>28</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

cento e poucas hectares, e também tinha nove filhos. Quer dizer, foi dividido para nove”<sup>29</sup>. Por fim, Nelson Espíndola, acabou por vender sua parte para um irmão, já que essas terras ficavam muito longe de onde residia. E, assim, entendemos como ambos, pai e tio, adquiriram suas propriedades.

Contudo, as terras advindas da família de Nair Espíndola são menores que a apresentada por Antonio Espíndola. Isso ocorre porque seu pai adquiriu mais uma porção de terra:

[...] depois meu pai comprou um pouco, ele comprou do Valter Farias, que era um fazendeiro que tinha lá. Ele tinha 29 hectares de campo pegado [...] E aí vendeu para meu pai, aquele campo que ficava separado da fazenda dele e ele tinha muita dificuldade, por exemplo, de manter empregados ali para cuidar, por que era pouco mesmo aquilo ali, e ele tinha uma fazenda grande, de uns 400 hectares, como aquilo ficava bem separado, bem longe, aí ele perguntou para meu pai se ele queria comprar, e meu pai disse que ‘desde uma vez que me facilite o pagamento, não tem problema’. Aí ele facilitou, meu pai pagou em, sei lá, em quatro ou cinco anos aquilo. Todos os anos, quando ele vendia lã, vendia novilho, vendia vacas gordas, aquela coisa, então ele pagava uma parte, para o fazendeiro esse”<sup>30</sup>

Assim como havia feito seu Nelson Espíndola, Valter Farias também venderia parte de sua propriedade por estar muito distante de onde residia. Contudo, o que nos chama a atenção aqui é a forma de efetuar o pagamento, o qual era anual. Como a maior parte da produção no campo ocorria em determinados períodos, a depender do tipo de plantio e colheita, ou animais que produzia, o pagamento anual foi a maneira mais fácil de ser realizada. Nesse excerto podemos ver um pouco do tipo de produção que existia em suas terras.

Pontuamos, por fim, que o trabalho na terra era realizado desde a tenra infância. Essa era uma atividade familiar que dependia dos seus integrantes nas diversas atividades existentes. A requisição dos filhos variava conforme a idade:

Naquela época o filho com 10 anos já trabalhava na agricultura, na pecuária, fazia todo o serviço de campanha que ele podia, que o físico dele suportasse ele trabalhava. Não é como hoje que nem pode trabalhar. Porque hoje tá proibido. Menor tem que estudar, não pode trabalhar. Naquela época não, não é.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>30</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>31</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Isso é marcante, tanto que parte da justificativa que permitiu Antonio Espíndola de migrar para Rio Grande é porque o restante dos irmãos continuaria ajudando seus pais nos serviços do campo e outros migrariam das terras em busca de oportunidades. Pelo que foi destacado apenas o mais velho teria ficado permanentemente junto à propriedade.

Retomando a discussão anterior, outro elemento que também impactou na decisão do “para onde” a – ou seja, qual cidade iria –, que levantamos anteriormente, se dava pelas frentes de trabalho. Embora Pelotas e Rio Grande sejam duas cidades muito importantes para a região sul, durante o século XX, após o fim do ciclo da produção do charque, Pelotas viveu mudança no seu perfil econômico. Conforme Jeferson Salaberry (2012), sobre o contexto do final do século XIX e início do XX:

A industrialização em Pelotas apresentava algumas diferenças com relação a Rio Grande e também a Porto Alegre. Pelotas estava constituída como uma estrutura mista de industrialização, pois era importante a exportação do seu produto principal, o charque, mas também havia uma grande quantidade de pequenas e médias manufaturas de caráter artesanal, que produziam para o mercado local e regional. (SALABERRY, 2012, p.80)

Entretanto, Rio Grande, a partir da confluência entre a base industrial já formada e sua capacidade exportadora, obteve um expressivo destaque no seu desenvolvimento econômico e na requisição de mão de obra. Observamos tal questão quando questionamos o motivo da escolha pela cidade de Rio Grande:

Rio Grande tinha muito mais frente de trabalho que Pelotas. Lá tinha a Swifit que trabalhava com quase 7 mil trabalhadores, tinha o Porto que trabalhava com 4,5 mil trabalhadores, tinha a Rheingantz que trabalhava com 6 mil e 800 trabalhadores [...] Rio Grande, naquela época, no ano de 1957, devia de ter quase 20 fábricas de conservas e fábrica de peixe. Então, a fonte de trabalho era muito maior que Pelotas.<sup>32</sup>

Rio grande, desde seu começo no século XVIII, sempre demonstrou uma forte vocação portuária. Isso, possibilitou o crescimento do seu comércio,

---

<sup>32</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

desenvolvimento da cidade e instalação de novas indústrias. De acordo com Gandra (1999), já no início do século XX, na urbe residiam cerca de 29 mil habitantes. Desses, cerca de 1.200 atuavam nas indústrias. Ao observarmos a historiografia, temos que algumas indústrias que aparecem recorrentemente nas diversas obras que discutem o desenvolvimento industrial do município – além das referidas por nossas fontes –, sendo duas delas indústrias: Fábrica de Tecidos Rheingantz (1873) e a Companhia Swift do Brasil (1918). Conjuntamente, destacamos também a existência de um Porto – Porto Velho – e que nos primeiros anos da virada do século inicia-se a construção do Porto Novo, maior e mais moderno.

Assim, vemos um município que se mostrava atrativo para diversos trabalhadores, dentre eles Antonio Espíndola. Portanto, é preciso que fique evidente que o crescimento industrial do município que, conforme apresenta Gandra (1999) e Pellejero (2009), ocorre tanto pela instalação de um parque fabril, como devido a esse potencial exportador. E esses setores, por um lado, foram o motor que fazia andar a economia local e que condicionava o ritmo de transformações do espaço social, mas, que por outro, para sua efetiva realização, dependia da obtenção de mão de obra.

Todavia, é preciso observar que:

O período áureo para a cidade estendeu-se de 1874, data da implantação do primeiro grande parque fabril, até 1930, quando transformações na economia nacional ditaram mudanças locais na disputa de mercado com a economia fabril do centro do País, especialmente São Paulo. Este importante ciclo industrial conheceu seu declínio. A estagnação de determinados setores da economia acabou culminando com o fechamento de várias empresas industriais nas décadas de 1950 e 1960, o que trouxe novas formas de ocupação espacial, pondo fim à cidade planejada pela municipalidade sob inspiração do urbanismo francês e cedendo lugar a todo tipo de especulação fundiária sob os ditames da iniciativa privada, com participação direta das empresas fabris em crise. (MARTINS; PIMENTA, 2004, p.85-86)

Esse processo de desenvolvimento do capitalismo industrial local, possibilitou a criação do proletariado riograndino no decorrer do século passado. Numa cidade fortemente industrializada, com um contingente significativo de trabalhadores, acometidos a um sistema de trabalho que nem sempre lhes garantia os meios necessários para suprir suas necessidades básicas e

segurança financeira, aliado a um contexto histórico de lutas trabalhistas, Rio Grande se tornou um palco importante de diversas reivindicações da classe trabalhadora<sup>33</sup>, e ficou conhecida como “a cidade vermelha”. Será nesse contexto que Antonio Espíndola se formará enquanto uma forte liderança sindical.

É bem provável que Espíndola não soubesse desse passado histórico riograndino no momento de sua escolha. Portanto, quando sugerimos esse processo como relevante para sua decisão, evidentemente, tratamos de uma relação histórica de desenvolvimento da urbe que abriu espaço para, naquele momento, ser vista como um horizonte de possibilidades. Assim, o passado histórico, embora fosse como um véu, escondendo as relações que também condicionaram sua escolha no presente, o impactou objetivamente.

Por fim, foi no dia 6 de julho de 1957 que o jovem de 18 anos iniciou outra jornada partindo de sua residência no campo, deixando sua mãe, pai e seus irmãos. Munido das informações e relações que possuía à época, ele rumou em direção a um dos municípios mais industrializados do interior do Estado, na esperança de encontrar melhores condições de garantir sua subsistência, história de vida, conforme já mencionado, compartilhada por muitos contemporâneos seus.

## **1.2 A cidade de Rio Grande: moradia, trabalho e estudo**

Até o momento, apresentamos como era sua vida e quais motivações percebidas nas fontes, diante do contexto histórico que condicionaram as escolhas de Antonio Espíndola até Rio Grande. Agora, chegando no município, poderemos ver como a relação porto, indústria e cidade é fortemente observável no cotidiano de Espíndola. A indústria se apresenta na relação de Antonio com o trabalho, condições de subsistência, local e condições de moradia, bem como, na barganha, cedência e no enfrentamento, diante das diferentes conjunturas sociais, através de sua militância político-sindical. Isso ocorre, pois, as ações

---

<sup>33</sup> Sobre a formação operária e suas lutas, indicamos: a tese de Beatriz Ana Loner (1999), intitulada *Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas:1888-1937*; dissertação de mestrado (ou livro) de Mário Augusto Correa San Segundo (2009), intitulada *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)*.

dele se fortalecem e se potencializam nesses ambientes, impulsionando o seu viver de uma forma mais complexa e relacional com o ambiente e período vivenciado<sup>34</sup>.

Tendo em vista tal reflexão, já em sua chegada no município riograndino, podemos observar elementos muito significativos de sua trajetória, a saber: como obteve sua primeira moradia e o local onde construiu sua primeira casa, sua rápida filiação partidária ao PTB, o começo de sua formação escolar e os primeiros serviços onde passou a atuar, até seu ingresso nos serviços portuários.

Um pouco antes de sair do município onde vivia, Antonio Espíndola vendeu alguns de seus bens, que eram algumas vacas que criava. Essa ação objetivava custear sua permanência em Rio Grande, até obter serviço. Já na “nova” cidade, sua primeira estadia foi na casa do seu tio, no Bairro Getúlio Vargas - BGV, na rua 25, casa nº 258<sup>35</sup>. Lá, ele morou de aluguel até obter condições de mudar-se para sua primeira casa própria, na vila Ernesto Buchholz, na década de 60.

Esse dinheiro custeou, não apenas sua estadia, mas também transporte. Isso porque, dias seguintes, ele se dirigiu a loja Central Doméstica, do Português<sup>36</sup> senhor Arthur, que se situava na rua Andradas, esquina República do Líbano. Sua loja vendia diversos tipos de utensílios, incluindo bicicletas. Lá ele comprou uma bicicleta da marca Goricke, e essa, o acompanharia durante longos períodos e jornadas, o transportando por toda cidade, mas principalmente, de sua casa para o serviço.

Conforme nossas fontes, principalmente das entrevistas, pudemos destacar que a bicicleta, como meio de transporte, era muito comum pelos trabalhadores na cidade. Embora houvesse outras formas de transporte, o custo era demasiado oneroso para alguns grupos de trabalhadores, seja pela sazonalidade das atividades ou pelos baixos salários. Muitos trabalhadores que estavam sujeitos a sazonalidade das atividades produtivas não possuíam garantias de obtenção de serviços. Por isso, necessitavam dirigir-se para

---

<sup>34</sup> Todas essas questões poderão ser percebidas ao longo do trabalho, portanto, não se limitando apenas a este capítulo.

<sup>35</sup> As casas e a rua mencionadas basicamente não existem mais, pois, conforme dito por ele, as casas foram retiradas para a instalação de indústrias.

<sup>36</sup> É notório em nossas fontes, seja através das entrevistas, matérias de jornais, ou bibliografia, como na urbe riograndina circulava e residia um número significativo de estrangeiros.

diversos setores da cidade, procurando demanda por serviços. Sendo assim, a busca por garantir sua subsistência era uma tarefa diária. Portanto, deveriam se deslocar, sem saber se ao menos receberiam para pagar essa viagem. Contudo, mesmo aqueles que possuíam remunerações fixas, os valores eram baixos, o que impactava o orçamento familiar.

Retomando, possuindo um local para residir, Espíndola pode dar os primeiros passos em direção a obtenção do seu primeiro emprego. Com o apoio do amigo, que o levou para o município, suas primeiras ações foram a realização da Carteira de Trabalho e do Título Eleitoral. Ambos muito importantes, pois sem a Carteira de Trabalho ele não poderia obter um emprego formal e seu título possibilitaria a sua filiação no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu ingresso no partido ocorreu ainda no dia 7 de julho de 1957, dando início, também, a sua vida política no município.

É notável, quando realizamos uma retrospectiva sobre o passado, tentando agrupar os fragmentos que dão sentido e possibilitaram os acontecimentos, perceber como as influências impactam e potencializam os acontecimentos. Isso, é preciso dizer, são condições que observamos no retrospecto e dando sentido, mas que fogem à clareza de quem vivencia o processo em seu desenrolar. E ocorre devido as múltiplas variáveis que o dia a dia condiciona. Ainda assim, é possível perceber a importante amizade de Espíndola com o amigo mencionado, pois ele o levou para Rio Grande, criou as condições para obtenção de serviço, mediou sua filiação junto ao PTB e, também, contribuiu para que Espíndola pudesse concluir seus estudos.

Outra ação, que seria de grande importância em sua trajetória, ocorreu logo em que chegou ao município. Como mencionamos anteriormente, a escolarização na região interiorana era demasiado precária na época, impactando seu processo formativo. Até aquele momento, Espíndola não havia concluído o ensino primário. Contudo, isso não durou por muito tempo, pois sua matrícula foi realizada em uma escola no BGV, a qual situava-se na rua Marciano Espíndola, local onde hoje há um posto de saúde<sup>37</sup>. Tratava-se uma escola particular, mas que, segundo uma das professoras, era mantida pela Câmara

---

<sup>37</sup> Em outra entrevista ele cita um ambulatório médico.

dos Vereadores. A partir da influência de seu amigo, sua vaga foi conseguida já nos primeiros dias de estadia:

Ele me perguntou se eu queria estudar, e eu disse sim. Ele disse então vou te arrumar com os vereadores, para tu entrar num colégio, daqueles deles lá. E eu entrei, fazia uma semana que eu estava, e eu já estava estudando<sup>38</sup>.

É digno de nota que a sua escolarização, até a chega em Rio Grande, foi um ponto inesperado para a pesquisa. Não por ele ter tido a oportunidade de estudar, mas por como ocorreu. Em Arroio Grande, devido à dificuldade de alfabetizar os filhos:

As pessoas se juntaram, que tinham filho menor, se juntaram, fizeram uma reunião e vieram em uma comissão aqui em Arroio Grande, pediram ao prefeito, na época, isso foi em 1951, 51, não, em 50, 1950. Aí vieram aqui e falaram com o prefeito da época e pediram ao prefeito para ver se ele conseguia uma professora pra manda para lá, para dar aula, porque ninguém... não existia. Todo mundo era analfabeto total. Tinha moças com 18 anos que não sabiam nada, elas não conheciam a letra O. Nada. Tinha rapaz que já estava inclusive já pronto para ir para o quartel, não sabiam ler nem escrever nada, nada, nada. Eu mesmo, eu tinha mais ou menos nessa época uns 12 anos, era por aí, nasci em 37, 40... é, eu tinha 13 anos. Eu não sabia ler. Não conhecia nada. Não conhecia a letra O. Nada. Meu irmão que era mais velho que eu, dois anos, já tinha 15 anos, também não sabia nada. As minhas irmãs que já eram gurias de 10 anos, 11 anos, não sabiam nada. E outras crianças dali da vizinhança. Aí vieram aqui e conseguiram uma professora.<sup>39</sup>

Possivelmente, por se tratar de uma região mais interiorana e de difícil acesso no período, a professora Nereida Saraiva Bono precisou morar no local onde daria aula: na casa dos falecidos Astrogildo Gonçalves e da uruguaia Juanita Jara Gonçalves, respectivos pai e mãe de Nair Gonçalves Espíndola e, portanto, avós de Antonio Espíndola.

Foi fundado um colégio dentro da propriedade que pertencia ao meu avô. Que era de uma tia minha, irmã da minha mãe. Ela ficou com a casa, que era do meu avô, que era uma casa muito grande, essas casas antigas de campanha que hoje está lá com 200 anos mais ou

---

<sup>38</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>39</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

menos e está intacta. Só trocaram o negócio de madeiramento, telhado, aquela coisa<sup>40</sup>.

Assim, na casa do avô de Antonio, a professora passou a lecionar. Dava aula diariamente no período da tarde. A escola atendia crianças e adultos, de toda a região. Foi lá onde Espíndola, aos 13 anos de idade, iniciou a sua formação escolar, tendo concluído a terceira série. O prosseguimento somente foi dado em Rio Grande, na escola anteriormente mencionada.

Porém, essa retomada dos estudos não se encerraria apenas com o ensino primário:

Fiz o quarto, fiz o quinto[...]. Procurei a melhor. Fiz o ginásio. Curso ginásial, fiz 4 anos [...], por que naquela época tinha que fazer 5 anos no curso primário, era o primário como se chamava, e depois tinha que fazer admissão ao ginásio. Porque a admissão ao ginásio era o vestibular [...]<sup>41</sup>

Conforme mencionado, ao concluir o ensino primário, ele estudou para a prova de admissão. Essa, ele enfatiza, que era muito difícil e concorrida:

[...] só para entrar no ginásio o senhor fazia um vestibular, nós éramos duzentos e vinte candidatos para a primeira série colegial no colégio Lemos Junior, duzentos e vinte candidatos para vinte e oito vagas, vinte e oito vagas no primeiro ano. Eu passei em vigésimo sétimo lugar quase que não consigo, mas era difícil do senhor conseguir ingressar no ginásio, era muito difícil.<sup>42</sup>

Após ser aprovado no teste, ingressou na Escola Estadual Lemos Junior a qual ficava na rua Doutor Nascimento<sup>43</sup>. A escola era composta por quatro pavilhões, cada qual correspondente a um ano de ensino. De maneira bem-humorada ele explica como se dava a infraestrutura:

Era o 1, depois tinha um intervalo, 2, depois o 3 e depois o 4. Então, tu entrava na primeira série do ginásial no 1, passava para a segunda

---

<sup>40</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>41</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino..

<sup>42</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>43</sup> Atualmente a escola está situada na rua Dr. Nascimento, nº224, no Centro da cidade de Rio Grande.

série ia para o 2, passava para terceira para o 3, passava para a quarta, já saia. Quer dizer, fazia a volta para ir embora<sup>44</sup>.

A escola<sup>45</sup>, além da formação básica, também oferecia formação técnica. Assim, seus estudos não se encerraram apenas no ensino básico, tendo concluído também o curso de contabilidade.

O processo formativo foi importante, pois oportunizou seu ingresso no Porto, além da ocupação de cargos de destaque dentro do sindicato – como de secretário e presidente interino. Não obstante, sua formação também seria relevante para obtenção de serviço, em um futuro um pouco mais distante, momento que, até então, escapava de qualquer expectativa de vislumbre: o período ditatorial de 1964.

Sua trajetória de trabalho na indústria riograndina se inicia cerca de 15 a 20 dias após sua chegada no município, na fábrica de conservas Torquato Pontes. Lá trabalhou, como principal atividade, recebendo e conferindo a carga dos caminhões que descarregavam uma grande variedade de produtos, tais como sorgo, aspargo, além de, morango, figo, pêssego, ou seja, “com tudo quanto é tipo de fruta que eles transformavam em conserva”<sup>46</sup>. Espíndola considerava-se sortudo, pois ele obteve a oportunidade de trabalhar na função pouco tempo depois de ter ingressado na fábrica. O capataz ofereceu essa oportunidade de trabalho, ainda que sobre o aviso de que ele teria que ficar no serviço até as 7 horas da manhã, ou seja, contabilizando 12 horas de serviços prestados. Assim, ficava sob sua responsabilidade tanto a conferência quanto a liberação das cargas, como:

Ligar as máquinas e botar, por exemplo, a ervilha, eles traziam a ervilha tudo em saco, tudo ensacado. Então o que eu fazia, pegava aqueles sacos de ervilha botava na máquina, a máquina descascava, separava tudo direitinho, que era pra quando chegasse o pessoal que trabalhavam, principalmente senhoras, que trabalhavam e eram mais de 200 na fábrica. Então quando elas chegavam, a ervilha tava pronta, descascada, o pêssego tava todo arrumado para elas ali, quer dizer,

---

<sup>44</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>45</sup> Sobre o tema da escola no Brasil, na década de 50 e 60, consultar *A Construção da Cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960*, por Janice Theodoro. Disponível em <<https://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/.pdf>>

<sup>46</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

chegava às 7 horas e eu entregava, já pra eles ali, e ficava livre e só voltava às 7 horas da noite.<sup>47</sup>

Com uma carga de cerca de 12 horas de serviços, por que ele se considerava sortudo? Espíndola vivia em um contexto de precariedade e sobrecarga de trabalho, contudo, diante da realidade social riograndina onde muitos operários conviviam com o desemprego, baixo salário e na busca constante por atividades remuneradas, ter um emprego, muitas vezes, podia ser entendido como sorte. Alguns dos elementos ocorrem certamente pelo fato de apesar da grande carga horária, as atividades não eram realizadas durante toda a noite. A maior parte do tempo era apenas aguardar a chegada dos caminhões, assim, muitas vezes não havia muito trabalho a ser realizado, pois sua tarefa só começava, por volta de 2 horas da manhã, quando os caminhões começavam a chegar para realizar a descarga.

Outro ponto pode ser explicado pelas refeições que fazia no pequeno restaurante do senhor Luiz Pereira de Carvalho. O restaurante se situava atrás do atual Supermercado Guanabara da rua General Osório. Lá, realizava a janta e o café da manhã, ambos custeados pela fábrica, devido ao serviço noturno que se estendia até cedo da manhã.

A vivência também propiciou que ele presenciasse o começo da formação de um grande empreendimento riograndino. Esse mesmo dono do restaurante, era um imigrante que veio de Portugal com dois anos de idade, em 1928<sup>48</sup>, e que na década de 1950 alugava o espaço onde desenvolvia seu negócio com sua esposa, futuramente se tornaria o dono do Supermercado Guanabara.

Para o senhor ter uma ideia, como é que o Luiz iniciou a vida dele, o restaurante dele, as mesas eram de madeira grossa, madeira de tábua de polegada, sem aplinar. E os bancos também era, uns bancos grandes, assim, de três, quatro metros de comprimento, também de tábua de trinta, sem aplinar. A pessoa tinha que sentar com cuidado, por que se pegasse uma felpa<sup>49</sup> daquelas, rasgava.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Essas são informações que constam na página do supermercado Guanabara. Conforme o site, aos 16 anos ele deixou o trabalho no campo e foi morar na cidade. Seu primeiro emprego foi em um restaurante chamado Guanabara. Mesmo restaurante que ele se tornaria dono anos depois. Possivelmente, esse seja o restaurante ao qual Antonio Espíndola se refere. Disponível em < <http://www.smguanabara.com.br/historia.html>> acessado em: 25 de agosto de 2021.

<sup>49</sup> "Felpa", no contexto, refere-se a uma lasca fina de madeira.

<sup>50</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Poder realizar duas refeições, nesse contexto de insegurança e precariedade, poderia ser visto como algo importante frente à realidade salarial da indústria riograndina no período. É comum vermos em trabalhos acadêmicos, entrevistas de História Oral ou mesmo estampadas nas páginas de jornais, reclamações e reivindicações de diversas categorias de trabalho quanto ao valor dos salários ou mesmo atrasos nos pagamentos. É perceptível que a indústria pagava baixíssimos salários e exigiam altas cargas horárias de serviços, e isso impactava diretamente no bem-estar dos operários, os quais costumavam desenvolver mais de uma atividade remunerada, afim compor uma remuneração que garantisse suas necessidades básicas. Antonio Espíndola também vivenciou isso, visto que exercia, de forma esporádica, atividades no Porto.

Eu trabalhei provisório da estiva. Eu trabalhava na fábrica, mas de noite, quando eu vinha, soltava do serviço às 5h, às 7h. A estiva naquela época, era, um senhor que era fiscal geral da estiva, que morava na Silva Paes, ele me conseguiu um cartãozinho com um carimbo do sindicato dos portuários, estivadores, e aí quando tinha muito serviço, aí ele pegava, eu ia para lá, aí ele fazia assim pra mim, tava esperando ali, 'tens o teu cartão?', 'tenho', 'tá, vai pra tal navio lá', e ia trabalhar no navio<sup>51</sup>

Aqui é perceptível mais uma vez a importância das relações estabelecidas. Dois são os fatores que podem ser destacados: as relações políticas para exercer atividades no Porto, assim como, a possibilidade de obtenção de serviços propriamente ditos. É relevante destacar que poder disputar a uma vaga de serviço dentro do Porto é uma coisa, conseguir o serviço, é outra. Essa questão será melhor discutida no Capítulo seguinte. Contudo, destacamos que para poder ingressar no Porto os trabalhadores necessitavam ter um crachá, expedido pela Capitania dos Portos, o qual seria apresentado no Porto, permitindo sua entrada para exercer as atividades (SIMÕES, 2017). Contudo, para obter esse registro, as redes de relações eram importantes, conforme afirma Gandra (1999). Segundo o autor, para obtenção do registro junto à Capitania dos Portos de Rio Grande e ao DEPREC, comumente dever-

---

<sup>51</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

se-ia apresentar uma carta de apresentação. E essa era obtida através de relações políticas. Assim, possivelmente, através do fiscal da estiva que conheceu, Espíndola conseguiu sua entrada no Porto, 1957, autorizada por Ivo Pereira Braga<sup>52</sup>.

Assim, a segunda jornada de trabalho poderia ser realizada na Estiva<sup>53</sup>. Contudo, outro ponto a ser evidenciado na importância das relações era quanto à seleção dos provisórios. Como essa ocorria através da demanda, ou seja, da necessidade de mão de obra para executar uma determinada atividade, as requisições eram limitadas. Alguns trabalhadores poderiam adquirir serviços e outros não. Quem realizava essas chamadas, comunicando sobre quantas e quais trabalhadores ficariam com as vagas, era o fiscal. Assim, ser bem relacionado permitia obter um maior número de trabalhos<sup>54</sup>. Tal relação não estava apenas ligada aos favorecimentos por amizades, é preciso ser dito, mas também pelo reconhecimento dos indivíduos mais comprometidos com as atividades. A última era uma preocupação que não existia apenas na estiva, mas também em outras categorias, tais como na dos arrumadores (SIMÕES, 2017).

Portanto, é possível que o trabalho no Porto também poderia impactar na visão positiva que ele tinha do trabalho noturno, ainda que condicionado a longa jornada de trabalho, uma vez que teria o período diurno para trabalhar no setor da estiva, complementando sua renda. Outro elemento que o trabalho noturno também impactou foi na possibilidade de permanecer estudando. Pois, como é perceptível, toda sua formação escolar e técnica foi realizada concomitante com as atividades labutares. Assim, a condição de um trabalho noturno, que em seu entendimento não desgastava muito seu físico e permitia que tivesse horário disponível durante o dia, período esse de funcionamento da escola, possibilitava que ele desse prosseguimento na sua formação.

Evidenciamos que, se por um lado tentamos nos aproximar de uma compreensão do entrevistado sobre a própria atuação, também nos cabe identificar que o mesmo se encontrava em uma condição de profunda

---

<sup>52</sup> Até o momento, não tivemos a oportunidade de nos aprofundar sobre quem foi Ivo Braga, contudo, percebe-se a sua importância, visto que em outro momento ele foi citado por Espíndola como diretor do Porto.

<sup>53</sup> Antonio Nailém Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailém Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>54</sup> Retornaremos e aprofundaremos essa questão no capítulo seguinte.

precariedade. Antonio Espíndola, vivenciou nesse período uma extenuante carga horária, dívida entre os trabalhos e o estudo. Isso advinha da necessidade de composição salarial para sustento e de uma perspectiva de um futuro melhor, que o estudo poderia gerar. Espíndola, aqui, se próxima da realidade subalterna de muitos outros operários urbanos do período.

Suas atividades na Torquato Pontes duraram cerca de oito meses, até que foi convidado para trabalhar da “Fundação CEEE”. Seu ingresso ocorreu através também das amizades que realizou, tanto no Porto, como pela atividade de caça – conseguimos ver que Espíndola utilizou-se de um costume que havia trazido do meio rural, e que o auxiliara a tecer importantes relações. Quando a primeira:

Havia um cara da alfandega que era muito amigo meu. Na alfandega fiz uma amizade muito grande com ele, no Porto. Porque ele era fiscal aduaneiro do Porto. Hélio, chama-se ele, de Uruguaiana. E a gente fez um relacionamento grande no Porto. E ele foi quem me conseguiu, para mim trabalhar na Fundação CEEE. E aí fui trabalhar na CEEE.<sup>55</sup>

Conjuntamente, ele também elenca como importante os três engenheiros italianos, Cocke, Bino e o chefe geral Walter<sup>56</sup>, os quais conheceu e fez amizade através da caça que as vezes realizavam juntos. Conforme Espíndola, os engenheiros gostavam muito de caçar, tanto que:

Tinham armas de caça, chegavam andar com duzentos cartuchos carregados. Iam para essas cerras, aí, pediam às pessoas a autorização, e iam para essas cerras e caçavam tudo. Chegavam com um jipe cheio de caça. Só para matar os bichos<sup>57</sup>.

Em uma das caçadas, conta Espíndola, o engenheiro Walter, em um acidente, perdeu dois dedos. Aparentemente, os três engenheiros tratavam essa atividade, possivelmente, como um lazer. Assim, não havia a finalidade de se alimentarem com a caça, pois conforme diz Espíndola, eles matavam muitos animais, ou seja, acima da possibilidade de consumo.

---

<sup>55</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>56</sup> Na entrevista do dia 17/10/2017, Antonio apresenta os mesmos sujeitos, porém, nesse dia, ele diz que o engenheiro chefe era o Bino. O Engenheiro Walter era o Fiscal e Coke trabalhava com eles nas torres de alta tensão.

<sup>57</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Como veremos, ao longo de sua trajetória, aquela não seria a única vez que a atividade da caça possibilitaria que ele fizesse uma amizade importante em sua vida. A atividade que havia trazido da sua vivência no campo, mas que continuou realizando na cidade, se tornou um elemento que lhe permitiu se relacionar e estabelecer redes de contato.

Retomando sua trajetória, mudaram as atividades e o espaço laboral, os engenheiros o ensinaram a lidar com o “equipamento de deteorito”<sup>58</sup>. Sua atividade consistia em:

Eles me entregavam a parte de balizamento e a parte de nivelamento, era tudo comigo, por que essas torres de alta tensão que tem aí, feita de alumínio, isso aí a pessoa não pode errar um milímetro, lá na base, por que quando ela chegar lá em cima, ela chega com dois centímetros, e aquilo tudo é encaixado [...] e eles me ensinaram a trabalhar com o aparelho, e eu fazia a coisa exatamente, mil por cento, graças a deus. Queriam me levar, eles chegaram até me transferir para Belo Horizonte, com um salário em três vezes.<sup>59</sup>

Espíndola aprendeu rapidamente a lidar com o equipamento, tanto que por vezes eles costumavam deixá-lo sozinho, enquanto iam caçar. Ele ficava fazendo as bases e o nivelamento, para que depois fosse feita a instalação das torres de alta tensão. Essa era uma atividade muito importante, pois o mínimo erro poderia levar a sérios problemas na fixação das torres, visto que elas chegavam prontas. E as instalações iam de Herval a Rio Grande:

Eu trabalhava, eram três engenheiros, nos trabalhávamos daqui da Estação Basílio até Rio Grande, na fundação dessas torres. Essas torres de alta tensão que tem aí, eu trabalhei, em grande parte delas<sup>60</sup>

Por conta do seu bom desempenho, rapidamente ele foi convidado a sair do Estado, com possibilidades de ganhos muito superiores. Porém, no mesmo período, ele havia feito um processo de seleção para ingressar nos serviços portuários e passou. Dessa maneira, dois caminhos se abriram em sua vida:

---

<sup>58</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>59</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 7/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

<sup>60</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

permanecer na empresa a qual trabalhava e mudar de estado ou ingressar no Porto. Em sua fala atual, ele não aparenta ter tido muitas dúvidas à época:

Eu cheguei lá e pedi demissão: 'não, não, já está transferido para Belo Horizonte'. Digo: 'não quero. Não quero, vou para o Porto. Vou deixar de ser portuário, para trabalhar na fundação da CEEE<sup>61</sup>. Não quero'. Levaram uns três dias para me assinar a saída da carteira.<sup>62</sup>

Sua decisão tinha como base a crença de que atuar no Porto seria melhor, ainda que os ganhos financeiros, para essa transferência, fossem maiores. Ele não queria abrir mão de um emprego público, pois via condições de melhorar sua vida no setor. Imaginário esse que não correspondeu a suas expectativas, logo no seu ingresso. Dessa forma, compreendemos que os sujeitos históricos agem em conformidade com seu horizonte de expectativas, contudo, suas ações são comumente permeadas pelas vicissitudes da vida, a qual traz imprevisibilidade e constante mudança na trajetória dos acontecimentos.

Esse foi o momento, ao qual no referimos no começo deste capítulo, sobre sua avaliação sobre o passado. É perceptivo que é um momento simbólico, uma vez que reconhece a importância e as dificuldades que essa escolha gerou em sua vida. As palavras que proferiu durante a entrevista “E tivesse ido, porque se tivesse ido não teria me envolvido em toda essa coisa aí que me envolvi. Mas graças a Deus tô aqui”<sup>63</sup>. Demonstra o peso que a decisão teve em sua trajetória.

Nos fica evidente, a partir do exposto, que sua decisão de migrar em 1957 para Rio Grande estava relacionada a um contexto favorável vivenciado pela urbe e por uma situação de insegurança vivenciada por muitos dos trabalhadores do meio rural. Assim, sua atitude não deve ser entendida como um comportamento isolado, mas sim que está conectado a uma realidade vivenciada por muitos moradores do meio interiorano rural.

Ainda assim, é preciso perceber que seu processo de migrar para o município em questão foi norteado pelas relações que possuía com seu amigo e tio, os quais possibilitaram seu deslocamento e moradia. Isso foi importante em

---

<sup>61</sup> Relembramos que provavelmente referia-se a CEMIG ou Eletrobrás.

<sup>62</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>63</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

sua trajetória na medida em que: facilitou sua instalação na urbe, proporcionou que ele retomasse seus estudos, o inseriu no BGV, um dos principais bairros operários do município e possibilitou a criação de suas redes relacionais.

Ao mudar de uma cidade para outra, Espíndola, não apenas mudou geograficamente, mas também se inseriu em um cotidiano completamente diferentes do qual vivenciava anteriormente. De um camponês, tornou-se um operário da indústria. Sua jornada diária passou a ser dividida entre o trabalho na Torquato Pontes e, por vezes, no Porto, como provisório da estiva, enquanto mantinha seus estudos.

A partir da amizade estabelecida com os engenheiros da CEEE, relação que adveio da atividade caçadora, Antonio Espíndola pode obter uma melhor condição de trabalho no setor da indústria elétrica. E através dele, obteve a oportunidade migrar novamente, a fim de trabalhar em Minas Gerais. Todavia, no mesmo período, ele havia realizado um processo de seleção de operários para trabalhar nos serviços de capatazia do Porto. A decisão de não ir para Minas Gerais, mas sim, ficar e atuar como portuário, ocorreu por acreditar que dentro do Porto encontraria melhores condições de crescer profissionalmente, já que estaria atuando em um setor público e que relativamente já conhecia o espaço portuário pela sua experiência como provisório do Sindicato da Estiva. Todavia, como veremos a seguir, tal expectativa de melhora na condição de vida e crescimento profissional não foi correspondida, ao menos inicialmente.

Assim, o cotidiano vivenciado entre a indústria, Porto e o bairro, possibilitaria que ele experienciasse o viver de um operário urbano riograndino, se inserindo num contexto de trabalho, de sociabilidade, de insegurança e de necessidade em lutar por melhores condições de vida. Portanto, será a partir desses elementos, suas redes, experiências e inseguranças, que o jovem desconhecido Espíndola sairá da opacidade social para se tornar um importante líder sindical.

Por fim, foi no dia 28 de setembro de 1958 que Antonio Naillem Espíndola iniciou sua trajetória como um trabalhador nos serviços portuário, agora não mais a bordo dos navios, mas em solo na capatazia.

### **1.3 Breves considerações sobre a história do Porto de Rio Grande**

No capítulo a seguir, discutiremos como ocorreu a inserção de Espíndola no Porto, bem como, como se deu sua militância pela edificação da categoria de capatazia. Contudo, diante do histórico contextual apresentado acima, decidimos contextualizar a região portuária que Antonio Espíndola se insere ao chegar no município, a fim de compreender seu peso histórico no município.

Conforme mencionamos anteriormente, Rio Grande teve um papel de destaque na economia regional, ao logo do século XIX e século XX, principalmente por conta do seu Porto. Contudo, destacamos que a atividade portuária é intrínseca à gênese da formação social e econômica da urbe, ou seja, seu processo histórico de construção vinculou Porto e cidade. A autora, Marcia Fernandes Rosa Neu (2009), ao realizar um profícuo levantamento histórico e do desenvolvimento de diferentes portos da região sul do Brasil, a partir de seu estudo, nos permite perceber que na região Sul “O litoral foi ocupado primeiro para garantir o resguardo da costa brasileira e evitar a ocupação espanhola em território disputado pelos países ibéricos.” (NEU, 2009, p.24). Assim, ao longo do século XVIII, buscou-se atrair, vindos da Europa, colonos (pequenos agricultores, operários, pequenos empresários) que ocupassem as terras e as guardassem de invasões.

Essa perspectiva coincide com a gênese portuária do município riograndino, apresentada no artigo *Cartografia Histórica da Cidade de Rio Grande/RS: Expansão Urbana entre 1737 e 2017*, dos autores Pires, Reis, Torres e Mayer (2020), na medida em que os autores ilustram que:

A cidade do Rio Grande tem uma gênese militar no período de disputa territorial entre Portugal e Espanha, **sua expansão espacial resultou de novas demandas sociais oriundas da função portuária essencial no comércio no período das charqueadas** e no desenvolvimento comercial e industrial do início do século XX. [*Grifo Nosso*] (PIRES, REIS TORRES E MAYER, 2020,1756)

Outro ponto relevante que conecta o apresentado pelos autores a Neu (2009) é que:

O fato é que a maioria das cidades-portos do sul do Brasil, no século XVIII, estava em plena atividade. Por sua vez, **as outras cidades que nasceram integradas às cidades-portos estavam se fortalecendo como entrepostos comerciais, industriais** e/ou como canais de comunicação entre as áreas mais densamente povoadas [...] [*Grifo Nosso*] (NEU, 2009, p.24)

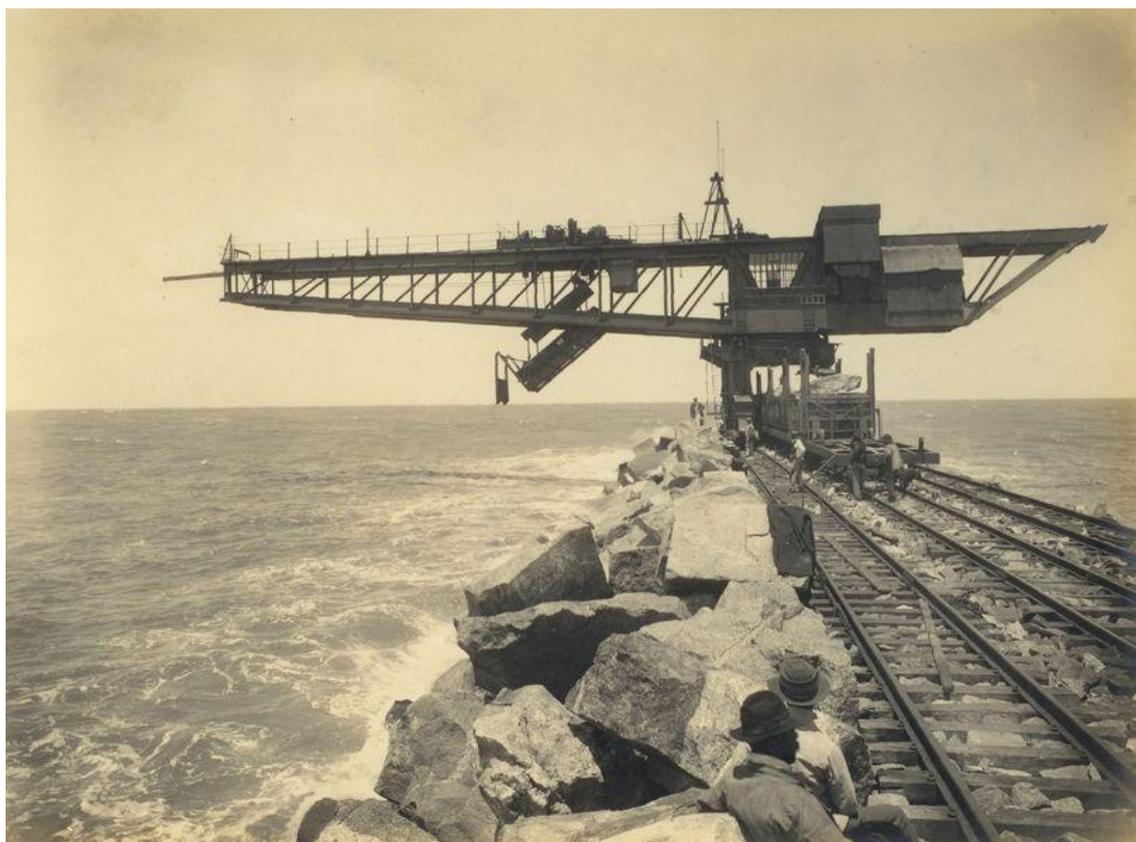
A fim de reforçar a importante relação entre porto e cidade, complementamos a discussão com o trabalho elaborado por Luiz Ribeiro e Maria Siqueira (2016), intitulado *A relação entre cidades e portos no Espírito Santo: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação*, no qual os autores afirmam que desde o Brasil colonial as cidades portuárias foram fundamentais no processo de desenvolvimento nacional, assim:

As mudanças que foram ocorrendo nessa trajetória, envolvendo a cidade, o comércio, a economia local e o porto, se refletiram diretamente na dinâmica cidade-porto, modificando também as relações socioespaciais e funcionais da cidade. (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2016, p.389)

Para os autores, esse processo, somado aos investimentos em infraestrutura do porto, em conjunto com a urbanização do começo do século XX, condicionou a direção das ocupações urbanas. A cidade de Vitória, para os autores, surge baseada nessa dinâmica, visto que tinha “[...] seu porto como referencial maior em seu cenário comercial, social e urbano, em consonância direta com o desenvolvimento econômico do estado”. (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2016, p.389).

Observada tais questões, podemos perceber que Rio Grande, a partir de seu porto, na medida em que influenciava o crescimento de outras localidades, também era impactada por elas. Nesse quesito, se destaca a já apresentada relação entre Pelotas e Rio Grande, na qual, ambas cresciam mutuamente pela dinâmica industrial e exportadora que possuíam.

Assim, podemos apontar que a relevância histórica desse porto foi tamanha que, logo no começo do século XX, a urbe foi contemplada com um projeto que objetivava expandir o seu potencial exportador. Para isso, seu sistema passaria por uma série de reformas físicas, nas quais, seu Porto – hoje conhecido como Porto Velho – passaria por um processo de ampliação, ao mesmo tempo em que a cidade ganharia um novo cais – conhecido como Porto Novo –, maior e mais moderno. Não somente isso, o projeto também incluiria a desobstrução do Canal da Barra, possibilitando, assim, a futura atracação de navios de maior calado. Destacamos que, a construção do Porto Novo levou cerca de 5 anos, a partir de 1910, para sua conclusão.



**Imagem 2:** Construção dos Molhes da Barra de Rio Grande (1910)

Fonte: Disponível em < <https://prati.com.br/rio-grande/rio-grande-construcao-dos-molhes-da-barra-decada-1910.html> > Acessado em: 07/09/2023

Diego Vivian (2008), apresenta que até o início do século XX havia uma grande dificuldade de navegabilidade na Barra de Rio Grande, visto que, em determinados momentos, na mesma, apenas poderia aportar navios de baixo calado. Contudo, destacamos, que essa é uma condição periódica que impactava a navegabilidade na barra, se repetirá ao longo dos anos, conforme pudemos constatar através das matérias publicadas no Jornal Rio Grande. Tais condições, a qual apresentaremos no Capítulo 3, influirá em um dos marcantes episódios do cenário nacional/local, a Campanha da Legalidade em 1961, e que levará a ação dos operários na urbe.

Contudo, retomando a discussão anterior, a partir do projeto apresentado, acreditava-se que o porto ganharia capacidade de absorver significativa parte da produção local e regional, que tinha como destino o mercado nacional e internacional. Assim, a partir de autores como Gandra (1999; 2009), Vivian (2008) e Francisco das Neves Alves (2008), podemos identificar que esse projeto

estava vinculado aos interesses de desenvolvimento do capitalismo industrial na região do Rio Grande do Sul. Tais intenções, compactuavam com as perspectivas da elite econômica local – por exemplo, a industrial, que necessitava escoar sua produção –, tanto no período em tela, quanto no decorrer da segunda metade do século XX, visto que são inúmeras as menções encontradas no Jornal Rio Grande sobre o interesse local no desenvolvimento do Porto.

Nessa perspectiva, havia também o interesse nacional do Capitalismo, que via, a partir da construção de portos, um meio de alavancar o país, uma vez que eles possibilitavam estabelecer conexões comerciais internas e externas ao país. Assim, é perceptível que o desenvolvimento industrial e produtivo estava fortemente relacionado ao sistema portuário, pois, o Porto tinha a capacidade de importar a matéria prima utilizada nas indústrias e também de exportar o produto resultante das fábricas<sup>64</sup>. Destacamos que Rio Grande era o único Porto no Rio Grande do Sul que possuía contato direto com o Oceano, portanto, esse projeto possibilitava criar um ambiente competitivo com o Porto de Montevideu<sup>65</sup>, e que pudesse escoar a produção da indústria local.

Dessa forma, o projeto não era apenas restrito ao município em questão, mas, também, a outras cidades do estado<sup>66</sup>. Isso ocorria, pois, não era suficiente apenas construir e ampliar um único porto, ou desobstruir apenas um canal, propiciando a navegabilidade. Para que tais perspectivas se concretizassem, era necessário um projeto ousado, o qual necessitava a desobstrução de diversos canais internos do Estado. O que potencializaria as condições de navegação de maiores embarcações e a conexão entre diferentes portos, muitos dos quais também seriam construídos ou ampliados em outras cidades gaúchas, a exemplo de Pelotas e Porto Alegre.

---

<sup>64</sup> O sistema portuário não era o único a realizar tais tarefas. Podemos citar também a importância do sistema férreo que participava ativamente e era fundamental para a economia regional e local.

<sup>65</sup> Tanto Alves (2008) como Gandra (2016) discorrem sobre a questão em suas respectivas obras. Alves pontua que no processo de transição da Monarquia para a República, as tensões econômicas eram evidentes no Estado. O contrabando da produção destinado para Montevideu era um problema a ser solucionado. Gandra evidencia que o Porto de Montevideu era um importante campo de domínio econômico, assim, o interesse do governo brasileiro, com esse projeto, foi de mudar o fluxo comercial marítimo do estado.

<sup>66</sup> Para mais informações sobre o interesse para ambas as localidades, consultar Francisco das Neves Alves (2008).

O historiador Alves (2008), em seu livro *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária* apresenta essa era a preocupação existente em 1911 pelo estado e destaca que esse projeto abrange o conjunto de interesses e aspirações antigas existentes na urbe. Todavia, podemos perceber no diálogo com as fontes, que tais preocupações e aspirações não são restritas ao começo do século, e tampouco cessam com essas reformas recebidas. Ao contrário, elas se estendem ao longo dos anos, e ocupam um lugar histórico na discussão social riograndina. Podemos constatar isso nas inúmeras matérias que ocupam as páginas do jornal Rio Grande, como as que demonstram a preocupação com novas reformas e investimentos no Porto, ou seu impacto econômico e social (através de matérias sobre greves, as quais relacionam porto e indústria para o crescimento do município etc.), o longo dos anos. Exemplo de tais preocupações com reformas, podemos citar a matéria do dia 1º de agosto de 1961, na qual o jornal destaca a matéria “A propósito da dragagem da Barra”, na qual é apresentado que uma draga se dirige para o Rio Grande do Sul, para desobstruir os canais. Segundo o jornal “Aquela notícia veio trazer contentamento geral a todos os que se interessam pelo progresso de nossa terra”, e destaca “Nossos aplausos para àqueles que, direta ou indiretamente, se esforçaram para a vinda da referida draga”<sup>67</sup>.

Na matéria, o jornal, como podemos perceber, se coloca favorável a ação, uma vez que a dragagem da barra permitiria a entrada de navios ainda maiores. Contudo, com o início nas atividades, o mesmo tece críticas sobre a forma que seria feito:

Ocorre que, a draga iniciou o seu trabalho, e uma surpresa tivemos, porque o aprofundamento da barra será executado, sobre o banco na direção SE, contrariando as correntes da barra e da costa, e o que é mais surpreender, a abertura, não é um canal, mas sim um <<valo>> (como diz o gaúcho) de 150ts. de largura e 1.000 mts de extensão, dentro das arrebentação naturais do banco, quando seria mais aconselhável o inverso [...] (RIO GRANDE, 01/08/1961, p.7)

Segundo a matéria, esse trabalho não traria benefício algum, pois, estaria obstruído em menos de um ano novamente, devido aos ventos fortes e arrebentações.

---

<sup>67</sup> RIO GRANDE, 01/08/1961, p.7.

Essa matéria nos é relevante, pois, se por um lado a vinda da draga poderia ser importante para a economia local, por outro, provavelmente, ela está imersa em um contexto histórico destacado por Espíndola, durante a Campanha da Legalidade – retornaremos à matéria em questão no Capítulo 3. Assim, a matéria nos possibilita compreender a situação vivenciada a barra de Rio Grande, no decorrer dos anos.

Conforme o contexto do começo do século XX, em Rio Grande, a empresa contratada e responsável pela realização das obras – construção do Porto e desobstrução da Barra – foi a Companhia Francesa. Esse projeto, salientamos, além de vinculado a discussões da ordem política e econômica, também impactou a sociedade, ou seja, o conjunto de homens e mulheres que moravam na urbe, ou que, migraram para ela, na esperança de obtenção de serviços e construir uma “vida melhor”. Todavia, como podemos observar através da historiografia que discute a história e o Porto riograndino – incluindo esta Tese – desde o início, bem como ao longo do século XX, diversos conflitos entre a sociedade – das quais destacamos seus representantes operários – e o Porto, surgiram<sup>68</sup>.

Evidenciamos, portanto, que a construção do Porto condicionou a: uma modificação e reorientação do espaço urbano e social, a partir da instalação de novas indústrias, comércios e locais de sociabilidade ao redor do mesmo; bem como, a criação dos bairros contíguos ao setor – Bairro Getúlio Vargas e Vila Santa Tereza. Assim, podemos seguramente constatar que esse projeto também impulsionou a migração de trabalhadores da zona rural para a urbe, uma vez que com o crescimento industrial destacou-se na requisição da mão de obra para os diversos setores em expansão – incluindo o próprio Porto. Conforme mencionamos anteriormente, houve ciclos de migração ao longo do século XX, e que estão relacionados, segundo Gandra (2009) a fragilidade do setor agroexportador – contexto no qual se inseria nosso objeto de pesquisa. Diante desse cenário, uma profícua quantidade de trabalhadores se direcionou a

---

<sup>68</sup> No que diz respeito a relação entre o Porto e os trabalhadores, ao longo da segunda metade do século XX, podemos observar que eram frequentes as reclamações sobre atrasos e faltas de pagamentos, ou mesmo, sobre condições de trabalhos insalubres e perigosos que levaram muitos trabalhadores à morte. Isso impactava diversas categorias, conforme observamos em nossas entrevistas.

diferentes centros urbanos, tais como, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria.

Concluimos que, ao longo do século XX, podemos encontrar um conjunto de disputas observadas entre o Porto e os operários, os quais possuíam interesses distintos frente a suas necessidades. Além disso, diante da importância e possibilidades que o setor trouxe para o conjunto de operários organizados em uma determinada atividade econômica – as categorias de trabalho –, também disputaram entre si, afim de expandir sua esfera de negociação e primazia na realização das atividades. Por fim, também evidenciamos que a questão política, nesse setor, foi tão significativa no decorrer do século que ela pode ser percebida tanto em sua esfera de influência micro – sobre “quem” obteria serviços – como na macro – a exemplo do período da Campanha da Legalidade (1961), no qual o reconhecimento da importância estratégica do Porto riograndino gerou especial interesse de Leonel Brizola na cidade, visto que ele deveria ser protegido contra as forças golpistas no município<sup>69</sup>.

### **1.3.1 A região portuária: formação e seus impactos sociais**

Nosso campo de observação, ou seja, onde se passa a maior parte da vivência de Espíndola acontece num espaço de atuação que é contíguo à região portuária, aqui compreendido não apenas pelas suas instalações que condicionam as atividades (cais, armazéns, setor administrativo, etc.), mas também pelo seu entorno, ou seja, que influencia e é influenciado pela dinâmica portuária, como: bairros, indústrias e comércios próximos, sindicatos, instalações militares etc.

Como podemos perceber, a região portuária se constitui em um amplo espaço de convivência econômica, política e social, que está relacionada aos interesses diversos setores da sociedade. É uma região que sente o impacto direto e indireto do Porto. Diretamente, pois, seu desenvolvimento permitiu a criação dos bairros em suas características; condicionou economicamente a região, com a criação de indústrias e comércios; permitiu ser uma região de

---

<sup>69</sup> Desenvolveremos a questão sobre o impacto da Campanha da Legalidade em Rio Grande no Capítulo 3.

circulação de pessoas (viajantes de diversas regiões do país e do mundo, de famílias e de trabalhadores de diversas áreas de atividades). Além disso, indiretamente, a região influenciava a partir das formas de apreender o estilo de vida portuária, ou seja, era um espaço que formava os indivíduos; bem como estimulando a formação de redes de relações diversas, ou seja, de companheirismo e divergência, que se organizavam a partir de seus interesses, necessidades e afinidades.

Espíndola, embora tenha nascido fora desse ambiente, em sua chegada, foi viver na região portuária e rapidamente absorveu a cultura local. Assim, tendo seu tio – Gercí Espíndola – como referência, a comunidade ao redor e visualizando/vivendo o ritmo dessa parte da cidade, aprendeu rapidamente a se inserir nesse novo modelo de dinâmica social (industrial). A partir de suas experiências passadas e das novas vivências, teceu suas novas redes nesse ambiente, e, com isso, ao longo do tempo, transformou-se em um sindicalista. Assim, é profícuo observar o contexto historicamente constituído em que se insere, a fim de evitar uma visão simplificadora, que deixa de compreender as múltiplas influências que o conduziram a tal processo formativo e transformativo.

Espíndola não nasce líder político sindical, transforma-se em um. Assim, acreditamos que isso não ocorre devido a uma “iluminação repentina”, mas sim, faz parte de um conjunto de ações e decisões tomadas, ao longo de seu contexto social e histórico, e das vivências teve. Contudo, destacamos que o contexto sócio-histórico que o antecede também é profícuo em nossas análises, visto que, ele cria as possibilidades de inserção no setor em análise e as condições de vida e aprendizado, as quais estão profundamente vinculadas com a orla riograndina.

Embora nossa região de observação seja na localização do Porto Novo, também evidenciamos que o Porto Velho – que se situa próximo do centro histórico da urbe –, permaneceu em atividade no contexto do século XX. Todavia, o grande fluxo de embarcações e mercadorias, no decorrer do século, teve como protagonista o Porto Novo – na região mais afastada do centro.



**Imagem 3:** O Porto Novo nos anos de 1950

Fonte: Disponível em <

<https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11018662796/in/photostream/>> acessado em: 07/09/2023

Abaixo podemos ver uma foto aproximada do cais, guindastes, linhas férreas e dos armazéns que se situavam dentro do espaço portuário, nos anos de 1930.



**Imagem 4:** Porto Novo nos anos de 1930

Fonte: Disponível em < <https://prati.com.br/rio-grande/rio-grande-porto-decada-1930.html> > acessado em: 07/09/2023

Na primeira imagem, podemos observar como se constituía o ambiente onde Espíndola vivia e atuava. Traçando uma linha imaginária, orientada pela

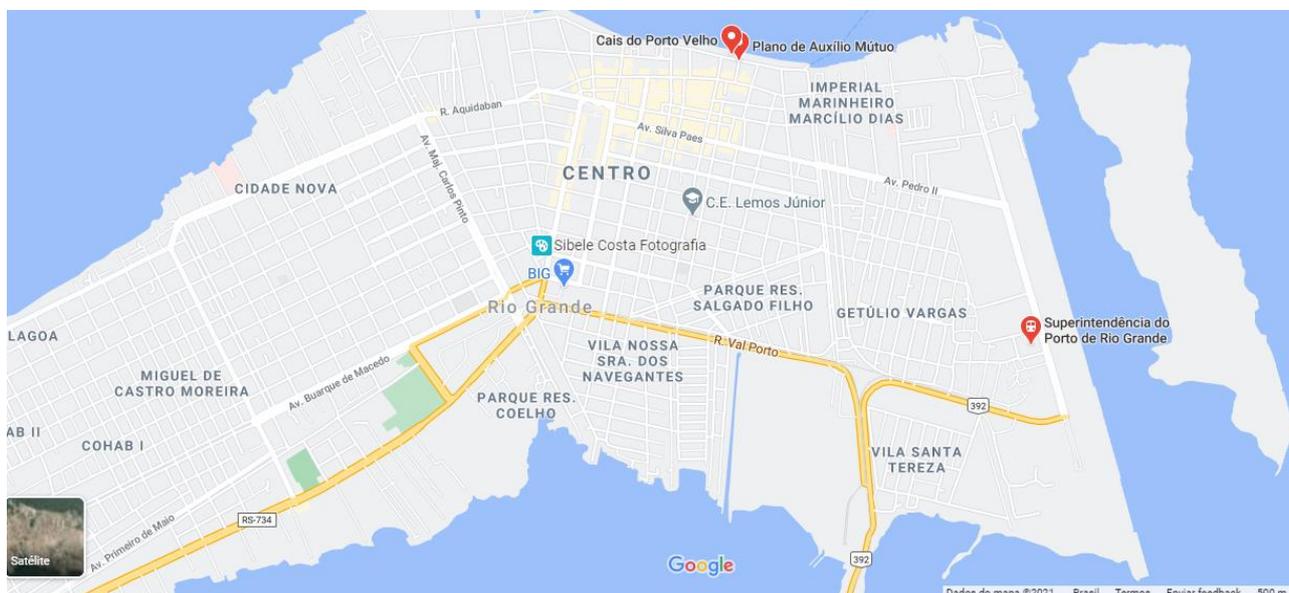
rua à frente do Porto, podemos observar em destaque, a nossa esquerda, os navios junto ao cais, os armazéns e, à frente, os muros e os portões do Porto. O cais e os armazéns eram os locais principais, da dinâmica das categorias portuárias, onde os serviços de capatazia, entre outros, desenvolviam suas atividades. Ao lado de outras categorias, como os Estivadores e os Arrumadores, atuavam na movimentação dos produtos dos navios e armazéns, transportando de um ambiente para o outro. Foi nessa dinâmica em que Espíndola deu início em seus trabalhos, inicialmente como provisório na Estiva, depois como servente de avulso na capatazia, até a constituição de sua entidade sindical.

No lado direito, no canto inferior, podemos ver o prédio da polícia, no centro, o prédio da Brasília e, logo a cima, o BGV. Devido a mudanças ao longo do tempo, o ângulo da foto e a baixa qualidade da imagem, não é possível identificar outros elementos importante da região, como a Vila Santa Teresa, que fica mais ao fundo do BGV, a empresa SWIFIT, outras indústrias e comércios etc. Portanto, é nesse ambiente que se desenham grande parte do cenário onde se passará nossa Tese, visto que compreende os principais acontecimentos sob a vida de Antonio Nailem Espíndola.

No que concerne ao processo da construção das moradias, ou seja, da instalação do conjunto de trabalhadores que migravam e moravam em Rio Grande, ainda no começo do século XX, diz respeito às disputas travadas entre os operários, com a administração do Porto e as forças públicas, frente à proposta do projeto de construção de um bairro, destinado as classes mais abastadas da sociedade do município, na proximidade do Porto. Tal projeto, entretanto, foi frustrado mediante ao contingente de trabalhadores que passaram a se instalar nos arredores do Porto, construindo, de forma não planejada, os bairros operários. Esse processo que se inicia com a construção do Porto Novo, foge do controle das autoridades da época, e torna-se o principal centro de moradia popular operária da região. E, mesmo a contragosto das autoridades públicas, ele não parou de expandir ao longo do tempo. Portanto, destacamos que, esse processo gerou inúmeras discordâncias, relacionadas aos distintos interesses dos grupos sociais. Contudo, esses diferentes jogos de interesses, possibilitaram a formação histórica de grupos atuantes e combativos, bem como, potencializou a criação dos bairros, de comércio, indústrias e espaços diversos

de sociabilidade na região, gerando um ambiente “rico” e multifacetado para a vivência.

Observemos abaixo uma imagem atual do mesmo espaço:



**Imagem 5:** Mapa da cidade de Rio Grande de 2021  
Fonte: realizada pelo Autor através do Google Maps

A imagem acima, retirada em 2021, nos permite observar os bairros que se formaram a partir da instalação, e permanecem até os dias atuais: Getúlio Vargas e a Vila Santa Tereza. Conforme Gandra (1999), e nossas fontes orais, os bairros foram erguidos a partir da construção de pequenos casebres, realizados pelo conjunto de operários que laboravam no Porto e na indústria. Conforme o referido historiador, o BGV era conhecido como o bairro que crescia à noite, devido ao horário que os trabalhadores erguiam suas casas. Como mencionamos anteriormente, havia uma disputa entre os operários e o poder público no município, assim, essa dinâmica era fortalecida tanto pela proibição legal da construção das moradias na localidade, bem como, devido à necessidade dos operários em trabalhar durante o dia.

Tais conjecturas apresentadas, constitui relevância para nossas análises, visto que, a moradia próxima ao Porto e à indústria se tornaram uma forma estratégica, e de necessidade, elaborada pelos operários que precisavam constantemente dirigir-se aos postos de trabalho, a fim de desempenharem suas funções, ou obterem remunerações através da realização de serviços como

trabalhadores avulsos. Destacamos que muitos operários estavam sujeitos as sazonalidades das atividades do Porto e da indústria, não havendo, assim, garantia de serviços, ou seja, de obter uma remuneração mínima que garantissem sua subsistência. Portanto, quando mencionamos que essa foi uma forma de estratégia elaborada por esses sujeitos, nos referimos ao fato de que morar próximo dos setores empregatícios permitia saber onde se necessitava de serviço; também, ajudava na dificuldade com o transporte, uma vez que, a cidade não ofertava um sistema eficiente de deslocamento<sup>70</sup>, morar nas imediações de onde se trabalhava agilizava e barateava o custo deslocamento – trabalhadores avulsos nem sempre obtinham serviço, portanto, utilizar-se do sistema de transporte do município levaria a um gasto extra, sem uma garantia de retorno; além disso, mesmo aqueles que obtinham trabalho, conviviam com péssimas remunerações. Portanto, podemos destacar que, no contexto, era marcante a insegurança financeira, gerada pelo trabalho avulso e sazonal, aliado aos baixos rendimentos pagos a grande parte dos operários.

Quando observamos Espíndola, diante desse cenário, ao menos até a edificação do Sindicato, entendemos que ele é representativo desse processo de vivência e desenvolvimento do bairro BGV. O mesmo, se instalou na região portuária, pois, facilitava a obtenção de serviços e seu deslocamento até o Porto e a indústria, o qual, para baixar o custo, fazia uso da bicicleta adquirida. Relatos de outros operários do Porto também nos demonstram que era comum o uso da bicicleta como forma de deslocamento. Conforme o trabalhador arrumador Luis Amaral:

E na época não existia muito carro. O trabalhador andava muito de bicicleta, né. Então, era assim... em cada período de chamada, em cada local de trabalho, se aglomerava 300 a 400 homens. Imagina tudo isso, 70% de bicicleta? Quantas bicicletas no pátio, né.<sup>71</sup>

Conforme o arrumador, era mais cômodo morar próximo do trabalho. E segundo Hélio Amaro, ex-trabalhador portuário e parceiro de sindicato de Antonio Espíndola, quando acontecia de o operário chegar no local de trabalho

---

<sup>70</sup> A partir do jornal Rio Grande, pode ser observada algumas matérias no contexto dos anos 50/60 referindo-se a dificuldade nos transportes. Uma dessas matérias será tratada ao longo desta Tese.

<sup>71</sup> Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o vice-diretor do Sindatacap, Luis Carlos Silva Amaral, em 23 de maio de 2016.

e não obter serviço, podia ir embora ou ficar nas imediações buscando serviços. Assim, a bicicleta favorecia na velocidade de deslocamento, aliado ao baixo custo.

No desenrolar histórico do século XX, observa-se, que o crescimento dos bairros, também estimulou novas atividades econômicas como os bares, lojas, mercearias etc. Esses espaços de atividades econômicas estavam conectados com as demandas da população vigente.

Esse conjunto de atividades também estava vinculado à circulação portuária, tanto dos trabalhadores como dos tripulantes dos navios. Quando os navios atracavam no cais riograndino, o movimento ao redor do Porto era expressivo. Havia inúmeras categorias atuando nos turnos da manhã, tarde e noite, nas atividades portuárias. Além disso, destaca-se que muitas vezes os tripulantes desembarcavam e permaneciam por longos períodos na cidade, contribuindo para a movimentação econômica local. A partir dos relatos de nossas fontes, podemos ver que essa dinâmica favorecia a taxistas, lavanderias, meretrizes, vendedores, entre outros, que lucravam em momentos que os navios atracavam (SIMÕES, 2017). Em suma, a atividade econômica da urbe não estava restrita apenas a movimentação de carga e descarga dentro do Porto – ou nas indústrias – mas certamente sofria seu impacto.

A fim de darmos uma conclusão a discussão acima e darmos encaminhamento a trajetória de Espíndola, observamos que esse breve histórico da história do Porto riograndino possibilitou elucidar alguns aspectos que serão relevantes para este trabalho:

- 1) A construção do Porto Novo foi uma obra importantíssima para o desenvolvimento do capitalismo local, regional e nacional;
- 2) As obras remodelaram o espaço urbano e social da urbe, condicionando de forma relacional o desenvolvimento da indústria-comércio, entre outros setores empregatícios, e a criação de novos bairros;
- 3) Com o crescimento econômico e industrial, a cidade demandou maior mão de obra para suprir a demanda da produção, o que gerou um grande fluxo migratório ao longo do século XX para a cidade, os quais, trabalhando nos setores industriais e portuários, puderam desenvolver-se enquanto operariado;

- 4) O desenvolvimento do operariado e suas inseguranças diante das condições de trabalhos existentes, tais como o trabalho avulso e sazonal, bem como aos baixos salários, que motivaram o desenvolvimento e as disputas desses grupos por melhorias em suas condições de vida (seja através das disputas institucionais ou das intragrupos);
- 5) Nesse espaço social, é onde se insere a figura de Antonio Nailem Espíndola, sendo um agente transformado e transformador da sociedade de sua época.

Aqui retornamos para o ponto que liga a trajetória de Espíndola, apresentada ao longo desse primeiro Capítulo, ao contexto exposto. Ele, em meio a tantos outros, é um dos trabalhadores que chegavam a Rio Grande na década de 1957 e que se instalou no BGV. Trabalhou na indústria e ingressou no Porto em 1958. E, assim como tantos outros trabalhadores que vieram do meio rural, de agricultor, tornou-se um operário. Precisou enfrentar as dificuldades políticas e estruturais econômicas estimuladas pela condição avulsa e sazonal. Mas ainda assim, enraizou-se no centro urbano, construindo sonhos e expectativas. Com isso, através das experiências advindas de sua vivência e dos demais operários que coabitavam o mesmo espaço social, modificou seu espaço de trabalho a partir de sua militância.

## Capítulo II – O fazer-se: o nascer de um sindicalista

Neste capítulo buscaremos dialogar observando o crescimento da cidade do Rio Grande, bem como, correlacionando a ida de Antonio Naillem Espíndola para o referido município e a sua edificação enquanto líder sindical. Diante de uma sociedade em constante crescimento, que acolheu e se desenvolveu, a partir do trabalho de migrantes que chegaram no decorrer do século XX. Ademais, que o mesmo passará do trabalho na indústria – concomitante com sua experiência de trabalhador avulso na estiva –, para posteriormente atuar como portuário na capatazia; bem como, sua trajetória de formação enquanto uma liderança sindical no Porto.

No decorrer deste capítulo, evidenciaremos esse processo de trabalho e ação sindical a partir de sua inserção no porto, enquanto trabalhador avulso e frente às contradições enfrentadas, além da sua luta contra a administração na busca de criar uma entidade de classe representativa. Soma-se a isso, as relações que se estabeleceram entre os operários na condição de vida, diante do contexto de trabalho tipicamente avulso e sazonal que propiciou um sentimento de pertença e identificação entre esses trabalhadores.

Através da luta que se estabeleceu, Espíndola, junto com seus companheiros, conseguiram no ano de 1959 a construção do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande (STSPRG). Nesse sentido, ficou evidenciado que as motivações, dificuldades e o impacto que esse processo gerou na vida dele e dos demais operários uma intensa compreensão da necessidade de organização para lutar por seus direitos.

Diante de tais discussões, nos interessa compreender aqui neste Capítulo, como era a condição de vida e trabalho, antes e depois da sindicalização, a fim de identificarmos o processo de mudança que Espíndola experienciou. Essa mudança o alcança em diversos âmbitos, como: melhor qualidade de vida, através de ganhos financeiros, na construção de uma identidade enquanto trabalhador portuário, assim como, enquanto um dos líderes representativos de uma categoria importante de trabalhadores.

Assim, é importante destacar que, embora estejamos narrando a trajetória de vida de Espíndola, a luta ocorreu de forma coletiva, portanto, através da nossa escrita, destacaremos muitas vezes a ação do grupo, a fim de não posicionar

nosso personagem como singular em um processo que abrange outros agentes históricos importantes para sua concretização. É necessário que o leitor compreenda que os impactos citados a cima não foram vivenciados apenas por Espíndola. As ações pela sindicalização ocorreram num ambiente de alianças, disputas (internas e externas), tensões e formulações de estratégias, algo que só seria amenizado a partir do esforço colaborativo do grupo ao qual nosso Antonio Espíndola se inseriu logo ao ingressar no Porto. Tendo em vista o contexto do momento de luta coletiva por direitos que dava a unidade para esses operários.

Essa análise, se insere diante de um amplo contexto histórico o qual, se por um lado, a urbe viu-se em um ambiente de expressivo crescimento econômico, urbano e social – apresentado no capítulo anterior –, e de outro, isso propiciou um ambiente complexo, marcado pelas disputas de diferentes interesses, sobretudo diante da ampliação dos direitos trabalhistas e sociais. E esses, estão profundamente conectados a nossa investigação, já que provocaram tensionamentos, condicionando a uma ação que justificou o processo de criação do Sindicato dos portuários.

Dentre eles podemos destacar: as disputas políticas no contexto social e sindical (tanto em nível nacional, como local); a disputa entre os portuários da capatazia e os arrumadores, onde ambos buscaram ter a prioridade na prestação de serviço na capatazia, e – principalmente no caso do portuário – ter algum controle do processo de organização do trabalho e distribuição de suas atividades; a própria relação da administração portuária com as categorias, também é um elemento importante a ser observado, visto que tal administração buscava evitar a formação do Sindicato da capatazia, mantendo, dessa forma, tanto o controle sobre disposição da mão de obra, para a execução das atividades, como um modelo de ganhos baseados no trabalho avulso e sazonal. Se para a administração portuária isso estava de acordo com seus interesses, na visão de Espíndola, isso gerava uma falta de compromisso com a dignidade do trabalhador.

Cabe ressaltar que esse processo conflituoso é de longa duração. De uma forma, ou de outra, acontecendo desde o processo de criação do Porto. Os conflitos entre os interesses dos operários (dentro e fora da categoria), empresários e o estado gaúcho, bem como a própria condição de vida, trabalho

e vivência social nos bairros, fazem parte de um conjunto de experiências históricas adquiridas. Essas experiências marcaram a ação dos diferentes sujeitos sociais. Destacamos dois momentos importantes, a saber: a Campanha da Legalidade, em 1961, e a Ditadura Civil-Militar, implantada a partir de 1964. Ambos contextos serão discutidos no capítulo seguinte, contudo, há uma linha de compreensão que só fará sentido a partir da construção do fortalecimento do poder e legitimidade sindical, e principalmente, da compreensão da luta operária por direitos, que abarca um processo dinâmico que não se restringe em apenas uma ação reivindicativa ou um “ganho permanente”, mas sim, como uma prática constante de uma interação cotidiana diante das forças e dos jogos de interesses sociais/políticos que vivenciavam.

Nesse contexto, Antonio Espíndola, ao nosso ver, pode ser compreendido como um produto e produtor do seu meio, é um representante e resultado de um ambiente complexo. Exemplificando, é produto, na medida em que é um, entre muitos, sujeitos que buscavam Rio Grande como horizonte possível para se estabelecer, e que vivenciou a situação de precariedade social, conjuntamente com o avanço industrial da cidade. É produtor, pois atuou para transformar o meio social e de trabalho na cidade para qual migrou, ou seja, tornando-se mais um “tensionador” operário das questões sociais. Na medida em que, pressionado pelo sistema vivido, lutou para obtenção de direitos que iam contra o modelo vigente que buscava restringi-los.

Espíndola é um representante do conjunto de operários portuários por vivenciar as pressões estruturais que esses atores históricos sentiam, e encontrar no Sindicato um meio de representatividade e de luta pela obtenção de direitos. Contudo, ele também se diferencia frente a esse conjunto, na medida em que sua forma de ascensão social foi, também, como uma liderança política dentro do sindicato.

## **2.1 Atuando no Porto: entre a estiva e a capatazia**

Neste item, vamos aprofundar o momento em que Espíndola havia trabalhado no Porto, como provisório do Sindicato dos Estivadores e, de certa forma, isso conferiu a ele alguma compreensão sobre o cotidiano de atividades no setor portuário e as contradições vivenciadas nesse espaço.

Conforme o pesquisador Thiago Silva (2016), a função do estivado caracteriza-se por:

A arte de estivar, ou melhor, carregar e organizar cargas nos porões de navios e embarcações é de certo antigo. Desde o surgimento das primeiras embarcações, temos a presença de pessoas que se incumbiam dessa função. No Brasil, no entanto, os serviços da estiva de embarcações só foram definidos categoricamente em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, no decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio do referido ano. Anterior a este momento, o obreiro podia exercer tanto a função de capatazia, ou seja, trabalhar carregando mercadorias dos armazéns portuários ao cais, quanto da estiva a bordo do navio, arrumando as cargas no porão. (SILVA, 2016, p.37-38)

Ao iniciar suas atividades no Porto, Espíndola chega em um momento histórico onde as atividades dos estivadores (estiva) e dos portuários<sup>72</sup> (capatazia) já estavam consolidadas<sup>73</sup> e estabelecidas. Portanto, sua primeira experiência foi atuando a bordo dos navios. Já a capatazia era caracterizada pela execução em solo do embarque e desembarque das mercadorias dos navios, bem como, dentro dos armazéns. Assim sendo, estivadores e portuários exerciam funções diferentes, porém, complementares para a realização do serviço de carga e descarga.<sup>74</sup> É digno de nota sua percepção que os estivadores, devido a sua organização, detinham muito mais direitos que os portuários de capatazia.

Todavia, apesar dessa experiência profícua em sua jornada, enquanto atuou na “dobradinha” indústria/porto, essas atividades foram exercidas de forma esporádica. Diferente das memórias sobre sua atuação no sindicato dos portuários, esse momento não é contado com grandes detalhes e sem a mesma sensibilização na fala que sua memória reavivada referente a atuação no sindicato dos portuários. Antonio Espíndola era “apenas um provisório” – um *bagrinho*, como eram chamados esses trabalhadores que atuavam apenas na falta de mão de obra do sindicato –, ou seja, atuava conforme a necessidade e demanda do sindicato e do Porto.

---

<sup>72</sup> Quando tratarmos do conjunto de operários como “portuários, capatazia ou doqueiros”, estaremos nos referindo ao mesmo grupo.

<sup>73</sup> Isso refere-se a um ponto de vista legal. No caso da capatazia riograndina, ela já existia, mas não de forma organizada.

<sup>74</sup> Destacamos que essas não eram as únicas categorias a atuarem no porto. Conforme Thiago Silva (2016) “Em geral, as categorias que predominam nas operações portuárias, desde sua regulamentação, são os estivadores, trabalhadores de capatazia, conferentes e consertadores de carga e descarga e arrumadores.” (SILVA, 2016, p.38)

Essa forma de atuação não era uma exclusividade do Porto de Rio Grande. Sarti (1981) destaca, ao analisar a relação dos bagrinhos e sindicalizados na estiva de Santos, que:

É preciso considerar que o “bagrinho” enquanto matriculado na estiva que não consegue obter uma vaga no sindicato é apenas um tipo que se convencionou chamar de “Bagrinho”. Convém, entretanto, ressaltar a universalidade do fenômeno “bagrinho” entendido não apenas como mão-de-obra marginalizado no mercado de trabalho estivador, mas também como fenômeno de desemprego ou subemprego. O “bagrinho” tipifica a força de trabalho disponível, sem especialização, que recorre ao porto como seu último reduto de luta pela sobrevivência. Em outros casos, é produto do baixo nível econômico da classe operária, em alguns contextos nos quais o salário não é suficiente para cobrir os custos de reprodução da força de trabalho. Nesses casos, o trabalhador é levado ao cais em busca de um “bico” que possa acrescentar ao ganho parco. (SARTI, 1981, p.135-136)

Assim, acreditamos que esse momento não conferiu a ele uma identidade com a categoria, dado sua atuação esporádica e o pouco envolvimento no interior do grupo. O sentimento, que ao nosso ver, conferiria a noção de pertencimento, viria apenas futuramente, ao se tornar membro da categoria, e esse torna-se seu referencial de vida e trabalho, o qual mudou e a partir daí, tornou-se imperativo lutar pela melhoria nas condições de trabalho e dignidade de vida de sua categoria.

Frente a isso, até então, sua atuação na estiva servia apenas como uma forma de complemento financeiro. Buscar uma remuneração extra era uma prática comum durante os anos 50 e 60 – mesmo anteriormente e posteriormente –, devido aos baixos salários pagos aos funcionários das indústrias, conforme os operários que atuaram durante o período<sup>75</sup>.

Destaca-se que a estiva à época era um local propício para obtenção de serviços, devido à alta demanda de mão de obra e a facilidade do sindicato de aceitar outros sujeitos – na situação de provisórios – para atuar em suas atividades.

[...] mesmo com o surgimento do sindicato oficial em 1931, organizando a mão de obra da estiva, o excedente de mão de obra continuou existindo. No período que prossegue a criação do SERG, teremos o ingresso de um número significativo de trabalhadores no sindicato. Apesar de existir um contingente reserva de trabalhadores avulsos (bagrinhos) que não possuíam vínculo profissional associativo com a

---

<sup>75</sup> Para saber mais consultar Simões (2017).

entidade. É importante ressaltar que o fenômeno do excedente de mão de obra não é ocasionado por má administração da entidade sindical. Ocorre que é comum encontrarmos um excesso de trabalhadores em frente aos portões do porto, e essa é uma característica mundial em se tratando da busca por emprego na zona portuária. (SILVA, 2016, p.52)

Além disso, percebe-se que historicamente o sindicato da estiva se estruturou como uma categoria já legalmente consolidada e com uma relação distinta com a administração que necessitava respeitar certas normativas que garantiam aos estivadores um relativo controle no processo do trabalho, ou seja, sem possuir um vínculo empregatício com a administração do porto, possuíam garantia legais de que lhes garantiam trabalho e direitos. Contudo, não é isso que ocorre com o grupo da capatazia. Como veremos, no contexto da década de 50, os portuários eram uma categoria que não tinham conseguido se estruturar e, além disso, possuíam uma forma diferente de ingressar no Porto. Além disso, no decorrer dos anos 50/60, diferentemente da estiva, os portuários passaram a ter uma categoria auxiliar oficial em suas atividades – na falta de mão de obra –, os arrumadores.

Para iniciar a prestar serviços na estiva, Antonio precisou obter o crachá emitido pela Capitania dos Portos e ter boas relações com os capatazes. De acordo com a Lei 5452, de 1 de maio, 1943:

A mão de obra na estiva das embarcações, definida na alínea a do art. 255 só poderá ser executada por operários estivadores ou por trabalhadores em estiva de minérios nos portos onde os houver especializados, de preferência sindicalizados, devidamente matriculados nas Capitânicas dos Portos ou em suas Delegacias ou Agências, exceto nos casos previstos no artigo 260 desta Seção.<sup>76</sup>

Assim, apesar de haver a preferência dos sindicalizados, destacamos a importância de ter uma matrícula. O parágrafo 1º, evidencia que:

§1º Para essa matrícula, além de outros, são requisitos essenciais:  
1) Prova de idade entre 21 e 40 anos;  
2) Atestado de vacinação;  
3) Atestado de robustez física pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva;  
4) folha corrida;

---

<sup>76</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em: 08/04/2023

5) Quitação com o Serviço Militar, quando se tratar de brasileiro nato ou naturalizado.<sup>77</sup>

Apesar dessa pequena lista, conforme Edgar Gandra (1999), para obter o registro era muito importante também tecer boas relações políticas. Essa mesma perspectiva é observada na trajetória de Espíndola e corroborada nas entrevistas.

Espíndola ressalta, também, que ter boas relações com os capatazes era necessário. Possuindo o registro, era com eles que ele lidava para obter serviço, pois, na prática, eram os capatazes que controlavam a distribuição dos bagrinhos na realização das atividades.

Os capatazes, contramestres e fiéis de armazéns, eram principais responsáveis por organizar os trabalhadores, direcioná-los para as atividades e fiscalizar a execução dos trabalhos. Os sindicatos possuíam os seus capatazes, assim como também haviam os do Porto, que, segundo as entrevistas, negociavam a posição dos trabalhadores diariamente na execução das atividades, sobretudo os bagrinhos. Portanto, isso conferia um alto grau de poder para esses sujeitos, em comparação a outras funções no Porto, visto que eles definiam e controlavam para quem iria os trabalhos – é importante observar que no sindicato da estiva havia o sistema de rodízio<sup>78</sup>, determinado pela Lei de 1 maio de 1943, todavia, na capatazia, sem um órgão representativo para gerir os operários (até 1959/60), quem controlava eram os capatazes do Porto. Dessa forma, quem fosse bem relacionado entre os trabalhadores, conseguia mais e melhores atividades do dia. E onde, muitas vezes iniciavam tais relações? Como identificamos nessa Tese, na região portuária. Seja no bairro, através de um vizinho, amigo ou parente, ou nos espaços de sociabilidade, econômico ou de trabalho. Grande parte dos contatos de Espíndola moravam no BGV e

---

<sup>77</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em: 08/04/2023

<sup>78</sup> Permitia a rotatividade dos operários na execução das atividades. Segundo a Lei “*Parágrafo único*. Sendo os serviços executados por operários sindicalizados, organizarão os respectivos sindicatos os rodízios de operários, para que o trabalho caiba, eqüitativamente a todos.” (BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em: 08/04/2023)

trabalhavam na região próxima do Porto. Assim, um sabia sobre as necessidades e condição de vida do outro. Eles constantemente tinham contatos e se ajudavam mutuamente. Isso se dava em sua rede relacional, o que oportunizava apoios diversos, mas principalmente com informações e indicações de trabalhos, logicamente essa proximidade também, algumas vezes, gerava rugas pessoais que influenciavam no ambiente de trabalho, é nessa dinâmica que o mundo do trabalho e a vida se mesclavam. Por isso, morar próximo do porto não era apenas uma questão de simples comodidade ou necessidade, mas era também uma forma estratégica de sobrevivência e aumento de ganhos.

Diante do exposto, é relevante considerar que não parecia haver um sistema fechado e rigoroso de contratação dos operários na estiva. Havia o sindicato, que possuía seus sócios, porém, a demanda em certas épocas era tamanha, que seu quadro principal não dava vasão. Isso favorecia a contratação extra, em que havia a prevalência das redes de relações que o sujeito possuía. Isso não difere da versão apresentada por outro operário portuário que atuou também na estiva, o ex-arrumador Ivanor Lopes. Ele atuou durante muitos anos como provisório da estiva, ao mesmo tempo em que atuou como sindicalizado nos arrumadores. Segundo ele, as relações de parentescos que possuía na estiva favoreciam a obtenção de serviços.

Quando trabalhou na SWIFIT, Lopes diz que, após cumprir seu primeiro turno de trabalho, ia ao porto:

Ficava nas grades, ali. Passava um contramestre, ali, procurando gente: “quer trabalhar? ”, “Quero! Onde é o serviço? ”, “no navio tal, armazém tal”. Pegavam ali um papel do chão, uma caixa de fosforo, botavam o número e “toma, se apresenta [...]”<sup>79</sup>

Durante nossa investigação, não conseguimos esclarecer se ele e Antonio Espíndola se conheceram ou se atuaram juntos no ambiente de trabalho, ainda que essa situação seja plausível. Uma situação que é referência do “poder” de atuação dos capatazes era que até a liberação para o almoço no refeitório do Porto dependia da anuência do mesmo. Isso, por sua vez, poderia gerar facilidade para alguns, recebendo até mesmo mais do que um cartão de refeição,

---

<sup>79</sup> Ivanor Lopes e Luis Carlos Silva Amaral. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 06/06/2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

enquanto outros poderiam ficar sem a alimentação do dia, dependendo do tipo de relação, ou mesmo do entendimento do capataz, conforme o desempenho do provisório que estivesse atuando no dia.

Nesse sentido, é importante destacar que Espíndola, provavelmente, vivenciava essas relações de exploração e compadrio, existentes no ambiente portuário. Sobretudo com aqueles que desempenhavam precariamente suas funções.

Todavia, ainda que não tenham se conhecido, observamos que Lopes e Espíndola compartilhavam de muitas semelhanças: ambos moravam no BGV, atuaram na indústria e foram provisórios na estiva. Soma-se a isso o impacto de suas relações e a consciência sobre a importância delas. Não somente isso, sua atuação na dupla jornada de trabalho, na busca por complementar a renda, era semelhante em ambos os casos. Isso reforça a ideia de que essa dupla atuação era comum a muitos sujeitos. Contudo, o que irá diferir ambos é que, no decorrer de suas trajetórias, e da disputa de seus respectivos sindicatos, pela prioridade na prestação de serviços e por se estabelecerem no “controle” da distribuição dos serviços, os portuários prevaleceram, e, com isso, muda o *status* de seus associados<sup>80</sup>.

Tendo compreendido isso, observamos que para Espíndola atuar na capatazia, o processo foi um pouco diferente, pois, além desses mesmos elementos – registro na Capitania e boas relações –, era necessário realizar um processo seletivo. Diante da realidade que presenciava naquele momento, mesmo diante da possibilidade de mudar de estado e obter melhores rendimentos, como apresentamos no capítulo I, Espíndola acreditava que no Porto poderia obter uma vida melhor. Sua perspectiva inicial era de que, diferentemente na estiva, teria melhores condições de progredir no setor, ainda que reconhecesse que os ganhos eram poucos. Foi com esse “espírito otimista” que, em 1958, ao saber sobre o concurso do Porto, decidiu prestar a prova.

**Foi um senhor que era guarda do Porto**, o nome dele era Valdomiro... não me lembro o sobrenome dele. Ele era, **ele pertencia ao Partido Libertador**, ele era do libertador, por sinal uma pessoa muito boa ele, cidadão muito bom. E ele era **vizinho do meu tio**, aí **ele**

---

<sup>80</sup> Sobre a condição de vida dos arrumadores, consultar Simões (2017).

**me disse: olha, vai ter concurso**, não quer entrar para o Porto? E eu: ué quero, vamos fazer. Aí fiz e passei. [*Grifo Nosso*].<sup>81</sup>

Observamos aqui, os elementos apontados anteriormente referentes a rede de contatos, relações políticas, proximidade de moradia e as informações partilhadas entre os trabalhadores. E, como vimos no histórico da formação da região portuária, grande parte dos operários da cidade, incluindo os trabalhadores do Porto, residiam no BGV, como já referenciado, o que fortalecia às redes de contatos entre a comunidade operária, possibilitando compreender momentos de oportunidade de trabalhos e facilitando o caminho para obtê-los, sempre retornamos a essa reflexão para reforçar os laços que estabeleceram no processo de tessitura social dessa cidade portuária. O bairro operário era um “locus” que podia ser um facilitador na aquisição de empregos para os setores subalternos da sociedade.

Através de sua fala, pontuamos o fato de ser seu vizinho e na ênfase em apresentá-lo como membro partidário. Sobre esse último, sabemos que haviam muitos conflitos partidários entre os operários. Contudo, a partir das memórias de Espíndola, cremos que, ainda assim, eles conviviam no cotidiano de atividades, e, muitas vezes, as condições da vida social superavam as eventuais desavenças que poderiam existir – ainda que em dados momentos elas fossem fatores de profundas desavenças. Neste caso, mesmo ambos ocupando partidos distintos, Espíndola do PTB e Valdomiro do Partido Libertador, isso não impedia o apoio mútuo.

O apoio de Valdomiro foi intenso, não apenas por comunicar quanto ao concurso, mas também, foi quem entregou para ele o cartão de apresentação<sup>82</sup>. Ou seja, através dele que Espíndola pode ter sua experiência enquanto trabalhador no Porto. Assim, a boa relação política necessária, a qual Gandra (1999) enfatiza, Espíndola estabeleceu com seu vizinho.

Possuindo seu registro, Espíndola pode participar do processo de seleção realizado pelo Porto, em 1958. Essa seleção consistia em uma prova, a qual submetia os participantes a comprovarem alguns conhecimentos gerais,

---

<sup>81</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>82</sup> Essa é a mesma carta de apresentação mencionada anteriormente que possibilitou Espíndola trabalhar na estiva. Contudo, no momento da entrevista ele chama de cartão de apresentação.

apreendidos no decorrer dos anos escolares. Assim, ele relembra que ela era composta por “um caderno com um monte de perguntas [...] parte de matemática, parte de português, geografia, tudo” e em sua compreensão “era uns concursos puxados<sup>83</sup> pra se fazer”<sup>84</sup>.

Aqui vemos o primeiro efeito em sua vida, de ter tido a oportunidade de continuar estudando, ao chegar no município. Lembremos que, ao sair de Arroio Grande, Espíndola não havia concluído seus estudos básicos, devido à dificuldade de estudar no interior. Assim, ter continuado sua formação, apesar da desgastante jornada de trabalho, permitiu que ele obtivesse um resultado satisfatório nessa avaliação, o levando a entrar no quadro de funcionário do Porto, agora na capatazia.

Destacamos que, apesar da proposta de selecionar os trabalhadores a partir da sua aprovação, ou seja, isentando da subjetividade ou possíveis favorecimentos na relação de contratação, isso nem sempre ocorria. Conforme percebemos, a partir de suas memórias, tais processos realizados pelo Porto também podiam ficar sujeitos a favorecimentos relacionais, seja por amizade, família ou político. Exemplo disso foi o processo seletivo realizado em 1971, durante a Ditadura Civil-Militar, no qual:

Foi a coisa mais horrível. Eu vi! Com esses olhos que a terra há de comer, daqui a uns anos mais, se deus quiser. Eu vi! O Silvio, que era **o Apontador Geral do Porto**, na casa de um sobrinho dele. Aliás, de um sobrinho não, era casado com a sobrinha. Aliás, **cunhada**. O cara na mesa da cozinha dele, e ele preenchendo o caderno do concurso. Na mesa dele. Ele hoje está aposentado do Porto. Em 1971. Quero dizer, era assim, **a pessoa se filiava a Arena**, na época, não é, e ia lá, se inscrevia no concurso, já levava um cartãozinho da Arena. Ai o encarregado do concurso, que era o Silvio, que era o Apontador Geral do Porto, ficava com o endereço da pessoa ali, depois pegava um caderno, não é, que era o caderno que a pessoa tinha que responder no dia do concurso, ia na casa e dizia “a resposta da pergunta tal é essa, tal e essa [...]” tudo assim. [*Grifo Nosso*]<sup>85</sup>

Nesse salto temporal que demos, para a década de 70, Espíndola vivenciava outro contexto e já havia acumulado muitas vivências dentro do setor

---

<sup>83</sup> O termo utilizado por Espíndola refere-se a algo árduo, difícil. Nesse caso, um concurso difícil.

<sup>84</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>85</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

portuário. No período em questão ele já se encontrava desligado do sindicato de capatazia, que havia participado da fundação. Ele, na ocasião, estava enfrentando a perseguição dos militares, e buscando retornar para as atividades portuárias. Contudo, sua visão é profícua para compreendermos que algumas dinâmicas de controle, influência e favorecimento permaneciam. Além disso, que apesar da perseguição, Espíndola mantinha um relativo contato com o setor através da rede de relações constituída em sua trajetória de vida.

Não estamos, com isso, sugerindo que em todas as seleções acontecia isso. Apenas queremos elucidar o alto grau, mencionado anteriormente, de interferência que era possível de ser feita pelos agentes do Porto, e que ela não se restringiu apenas a uma categoria, setor ou período específico. Além disso, em sua fala, novamente volta a questão das relações pessoais e políticas como meio de obtenção de favorecimentos. No caso em tela destaca-se a influência partidária no sistema, a ação de seus agentes e a relação familiar e política como meio de burlar e influenciar o sistema.

Assim, não é por acaso que Espíndola apresenta a relação do encarregado pelo concurso, o “Silvio”<sup>86</sup>, e os membros afiliados na Arena, o partido que encabeçava no congresso a ala do governo. Nesse caso, vemos a interferência não apenas de um indivíduo no processo, mas da própria máquina estatal, do período ditatorial, influenciando e selecionando os indivíduos que ocupariam o espaço no setor. Um dos entraves apresentados pelo regime consistia na obtenção de um documento emitido pelo DOPS ou polícias, de que o indivíduo não era fichado como subversivo e nem estava respondendo a processo – elemento que impactou na vida de Espíndola a partir de 1964. Como veremos no capítulo seguinte, o histórico combativo e opositor ao golpismo de setores militares, sociais e políticos, a exemplo da União Democrática Nacional (UDN), em 1961 e depois em 1964 – tanto em matéria partidária, já que grande parte integrava o PTB ou o PCB, mas também como força sindical organizada que lutava por seus interesses – se impunha entre os operários do Porto.

Destacamos a emoção que Espíndola contou esse episódio em sua entrevista. Exteriorizou com evidente indignação em sua fala, quando

---

<sup>86</sup> Referenciado na entrevista com Antonio Naillem, apenas como Silvio. Não obtivemos mais dados sobre o referido.

mencionava que havia presenciado uma fraude na realização do concurso. Todavia, essa situação se insere no âmbito reflexivo e crítico que ele apresenta, sobre o que constantemente presenciava em seu cotidiano, a situações de favorecimento realizada por parte dos agentes do Porto. Em sua visão, muitas vezes elas vinham na direção de prejudicar o conjunto de trabalhadores, em favor de seus círculos de amizades.

Retornando ao seu ingresso no Porto. Aprovado na seleção, foi no dia 28 de setembro de 1958 que ele iniciou suas atividades como servente avulso<sup>87</sup>. Esse se tornaria um momento divisor em sua vida, pois, apesar de já ter vivenciado a dinâmica industrial e portuária, seria nessa atividade que ele se reconhecera como participante de uma categoria.

Entretanto, a entrada no setor cumpria apenas uma primeira etapa em sua nova jornada, pois, ao contrário da sua compreensão exteriorizada na sua fala inicial, ela apenas significava que ele poderia disputar uma vaga nos serviços de capatazia quando houvesse oferta de serviços. Assim, o imaginário de Espíndola, no qual ser um concursado público seria melhor que um funcionário de uma indústria/empresa privada, rapidamente foi frustrada, pois, apesar de portuário, ele ainda necessitava seguir atuando em outros setores, devido as dificuldades na obtenção de serviço e remuneração. Embora ele tivesse realizado a seleção, possuindo, assim, alguma espécie de vínculo com o Porto, na prática, as dificuldades encontradas no trabalho, que também era avulso e sazonal, foi uma marca forte em sua atuação. De maneira que, durante muito tempo, ele não possuiu garantia alguma de obtenção de trabalho, estando sempre sujeito às relações políticas e da necessidade de mão de obra para obter serviços.

Assim, como exemplificamos anteriormente, novamente ele estava diante de um contexto que não lhe garantia remuneração. Dessa forma, seria a partir das experiências acumuladas, e, principalmente, devido as condições e situações vivenciadas naquele momento que ele e seu grupo buscariam conquistar e formar seu espaço de trabalho, com a finalidade de terem melhores condições de vida que almejavam.

---

<sup>87</sup> Nome dado aos trabalhadores da capatazia no período, possivelmente devido a característica irregular do trabalho e a remuneração de acordo com a atividade realizada.

Eles precisavam conquistar seu espaço, como veremos ao longo do capítulo, pois: havia a interferência e uma relação conflituosa com o Porto e seus agentes; também, uma disputa entre arrumadores e portuário sobre a prioridade na prestação de serviços; e por que não bastou apenas conquistar a fundação do sindicato, já que, no decorrer dos anos, novos contextos e debates na política social impuseram tomadas de decisões por partes dos operários, em prol da manutenção de suas conquistas, tema que será discutido no Capítulo seguinte.

## 2.2 Entre expectativas e vivências: o trabalho avulso e sazonal

Nesse item, pretendemos aprofundar a discussão referente as características do trabalho portuário, visando compreender que a dinâmica do trabalho avulso e sazonal, além de lançar luzes sobre a própria condição de vida desses operários, os quais durante muito tempo foram sujeitos a esse modelo, para inserir Espíndola no contexto de vida do grupo de trabalhadores que estava ingressando. Portanto, é profícuo refletirmos, e nos atentarmos, aos primeiros momentos do ingresso de Espíndola no setor portuário, pois, nos permite confrontar suas expectativas iniciais, a luz de sua nova vivência, bem como identificar as pressões geradas internas e externas por essa condição de trabalho.

Observamos que, sobre essa temática, é relevante levarmos em consideração: a dinâmica econômica dos setores produtivos correlatos ao porto – ou seja, aqueles que dependem do porto como meio de obtenção de matéria prima ou escoamento de sua produção –, visto que condicionavam o ritmo de trabalho no setor; a forma e o quanto se remunerava esses sujeitos, pois, impactam na demanda e na regularidade dos serviços, bem como em sua rentabilidade. Dito isso, todavia, como nosso foco não será nos aprofundar no desenvolvimento do setor industrial<sup>88</sup>, faz-se necessário que o leitor compreenda, a partir do histórico já discutido, que o setor industrial riograndino frequentemente esteve presente e impulsionando essa relação, visto a dinâmica de crescimento mútuo entre indústria, porto e cidade, como já discutimos. Assim, destacamos que na década de 50/60 não foi diferente, ainda que se considere suas particularidades<sup>89</sup>.

Grande parte dos autores que tratam sobre a condição de vida operária portuária, de uma forma ou de outra, discutem sobre o trabalho avulso e sazonal<sup>90</sup>. Isso porque essa situação se estende a diversas categorias. Em nosso entender, evidenciar isso é oportuno, pois, essa dinâmica encontrada no

---

<sup>88</sup> Sobre o tema da indústria gaúcha, para maior aprofundamento, sugerimos consultar “PESAVENTO, Sandra. Os Industriais da República. Porto Alegre, IEL, 1991”. Vide a produção de Silvia Regina Ferraz Pettersen.

<sup>89</sup> Para aprofundar nesta questão consultar Vivian (2008).

<sup>90</sup> Destacamos aqui Gandra (1999) e (2009), Thiago Silva (2016), Simões (2017), Fernando Silva (1993) e (2003), Falcão (2009), Vivian (2008), Oliveira (2000), Githay (1992), Sarti (1981), Darcy di Paolo (1981-1986), José Bento Rosa da Sila (2004) e Erika Arantes (2005-2010)

setor portuário é um dos elementos condicionantes para compreender, a partir das experiências, a insegurança que se gerava na vida de Espíndola – e dos operários. Não somente isso, como esse próprio contexto impactava na relação entre as categorias e os sujeitos, favorecendo as disputas internas do operariado portuário.

Esse tema da insegurança de vida está na gênese das ações e decisões tomadas por Espíndola. Ela é um elemento formador constante de suas experiências, individuais e coletivas. Portanto, ela é um dos fatores constitutivos para sua condição de vida e, assim, busca por uma organização coletiva. Observar a sua vivência nos permitirá refletir sobre esse processo.

Dito isso, retomando a sua entrada no setor, agora como portuário de capatazia, vemos que ao longo das entrevistas, é marcante sua decepção com a falta de compromisso do Porto com os trabalhadores, destacando sua postura inversa a essa situação. Logicamente, temos presente sua memória de si, que tende a valorizar suas posturas. Já no caso do Porto, isso era gerado devido as cobranças impostas pela administração e pelas constantes faltas de serviço encontrada no momento em que se dirigia para participar das chamadas. Diante dessa situação, Antonio Espíndola, tinha que regularmente se dirigir aos portões do Porto buscar por serviço. Caso houvesse a oferta de um serviço, e ele fosse requisitado, mas não estivesse presente, poderia ser punido, ficando fora do quadro das próximas requisições:

O senhor era obrigado a ir lá. Por que se lhe dessem trabalho e o senhor não tivesse lá para responder, o que acontecia? O senhor era suspenso. Primeiro trabalho que desse, lhe suspendiam. Às vezes chegavam a suspender de três trabalho, porque a pessoa tinha faltado.<sup>91</sup>

Em sua avaliação, essa cobrança era considerada injusta por inúmeros motivos, mas principalmente, pela administração obrigar os funcionários a estarem presentes, mesmo em momentos de baixo fluxo, visto que, não era garantida a contratação e nem a remuneração.

Gitahy (1992) e Fernando Silva (1995; 2003) nos permitem compreender que, para a dinâmica portuária, o Porto precisava que houvesse mão de obra

---

<sup>91</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

suficiente disponível para a realização das atividades, visto que haviam prazos para sua execução. Assim, percebemos, que pressionar os trabalhadores, através de normativas, era um meio eficiente de garantir o número de operários disponíveis. Contudo, nesse período de ingresso de Espíndola, era difícil os operários resistirem ao sistema, uma vez que: esse era o modelo característico do sistema de contratação da categoria e havia uma falta de organização dos operários.

Entre 1958 até o final de 1959, a capatazia do Porto não estava devidamente organizada<sup>92</sup>. Portanto, o Porto definia o número de funcionários a serem requisitados e os capatazes realizavam as chamadas. A partir delas se selecionava os operários, afim de formar os grupos de trabalho, denominados “ternos”<sup>93</sup>, e, então, direcionava-os para os serviços: “Nós comparecíamos às sete da manhã, a uma da tarde e às sete da noite. Todos os dias”<sup>94</sup>.

Esse modelo era muito comum em diferentes portos, uma vez que fazia parte do processo flexível de contratação. Podemos perceber isso nos trabalhos de Fernando Silva (1993; 2003), ao discutir sobre os portuários de Santos no século XX, bem como, em Erika Arantes (2010), a qual discute o trabalho portuário no Rio de Janeiro, durante o final do século XIX e o início do século XX.

E apesar dessa flexibilização atingir diversas categorias, em Rio Grande, no caso de estivadores e a capatazia, havia a diferença de que, na estiva, quem organizava a distribuição dos trabalhadores era o sindicato, embora temos presente que mesmo a estiva negociava em alguns momentos com a administração portuária. Porém, o modelo de contratação – avulso e sazonal – era o mesmo para ambos.

Assim, seja pela busca de remuneração ou pela imposição da administração, gerava-se uma multidão de trabalhadores que se aglomeravam na expectativa de serviços. Conforme Arantes (2010), esse era um sistema que

---

<sup>92</sup> Discutiremos essa questão adiante.

<sup>93</sup> O termo pode variar conforme a localidade do país ou das categorias. Conforme Arantes, “No caso do Rio de Janeiro, os estivadores denominam esses grupos de “ternos”, e os carregadores e arrumadores de “tropa” ou “turmas”. (ARANTES, 2010, p.41). Em Rio Grande, conforme constatamos em nossas fontes e na bibliografia, essas categorias referidas, utilizavam o termo “terno”.

<sup>94</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

emerge entre o século XIX e o XX, se estendendo pelo mundo. Tanto para a autora, Gitahy (1992), como para Oliveira (2007), esse sistema era conhecido como “parede” no Brasil, e outros locais do mundo haviam outras denominações, como “freecall” (Inglaterra) ou “shapeup” (Estados Unidos). No caso de Rio Grande-RS era denominado “Chamada na Pedra”, referência o local onde eram feitas essa distribuição onde haviam pedras grandes no calçamento, conforme referenciado por Edgar Gandra (1999).

O número de braços contratados para determinado serviço variava de acordo com a carga, e a escolha dos homens era feita através da “chamada livre”, sem obedecer nenhum critério pré-definido. Quem queria trabalhar levantava a mão e “rezava” para ser apontado pelos capatazes ou encarregados das firmas agenciadoras da mão-de-obra, responsáveis pela contratação, que eram firmas intermediárias, contratadas pelos donos do navio ou pelas firmas de importação/exportação. (ARANTES, 2010, p.40)

Sabendo disso, a questão é: por que esse modelo? O modelo de serviço avulso é uma característica tipicamente encontrada em vários portos do mundo, em diferentes momentos históricos. Portanto, não é um modelo elaborado pela administração portuária riograndina. Ele se constitui em um modo de contratação de mão de obra flexível, que visa diminuir o custo com o trabalho. Assim, surge como uma estratégia dos empregadores para maximizar os lucros, frente as constantes flutuações das mercadorias no processo de carga e descarga, conforme compreendermos a partir da leitura de autoras como Gitahy (1992) e Arantes (2010).

Seria muito desvantajoso para os donos de tais firmas manterem trabalhadores fixos, porque teriam que, assim, pagar também salários fixos independentes da quantidade de trabalho. Assim, as firmas costumavam manter um pequeno número de trabalhadores contratados e contratavam os demais por tempo determinado, de acordo com a quantidade de carga a ser embarcada ou desembarcada. Esses trabalhadores eram chamados de ‘avulsos’ e ficavam sujeitos às flutuações do mercado. (ARANTES, 2010, p.39-40)

Seja durante o século XIX, com os trapiches particulares, ou durante o século XX, com a encampação dos portos pelo Estado, essa foi uma estratégia historicamente utilizada pelo setor. Como o porto trabalha a partir da demanda e possui tabelas de cargas e descargas com valores diferenciados, também seria mais lucrativo contratar os operários apenas para cumprir determinada atividade, quando houvesse necessidade. Contudo, se por um lado isso garantia maior

rentabilidade para o Porto, por outro, colocava os trabalhadores em uma condição constante de incerteza remuneratória.

A sazonalidade das atividades fazia que houvesse épocas de muita requisição de mão de obra, porém em outras, não. Assim, a obtenção de serviço variava conforme o período<sup>95</sup>. E, por ser uma contratação avulsa, ou seja, para uma demanda, só recebiam mediante a contratação.

Aqui, marca-se a grande precariedade vivenciada, nesse momento, por Espíndola e pelos operários. Gandra (1999), que entrevistou esses sujeitos – incluindo Antonio Nailem Espíndola – em sua dissertação de mestrado, destaca a miserabilidade desses operários que se reconheciam como “homens famintos”, conforme expressão utilizada por um dos entrevistados. Isso demonstrava que essa condição gerava insegurança alimentar desses indivíduos<sup>96</sup>.

A partir da vivência de Espíndola – tanto na estiva como na capatazia –, observa-se que as relações de favorecimento, são impulsionadas nesse modelo de contratação. Como já mencionado, os indivíduos melhores relacionados com os capatazes acabavam tendo prioridades na obtenção de serviços, e tinham menos chances de vivenciar a situação citada, anteriormente, por Arantes (2010), de ter que “rezar” pela contratação.

Os favorecimentos poderiam ser para obter os serviços que melhor remuneravam, ou mesmo para obter o serviço que estava disponível. Isso garantia serviços para uns, em detrimento de outros. Assim, o alto grau de poder que possuíam, como mencionado anteriormente, impactava todo um conjunto de indivíduos e suas famílias – ou seja, essa questão não ocorreu apenas quando ele esteve na estiva, mas também na capatazia, demonstrando com isso que era uma prática corriqueira no Porto.

No contexto de pesquisa de Arantes (2010), ela apresenta que:

Como não havia um critério lógico para a escolha dos operários, a escolha dos braços que faziam determinado trabalho ficava nas mãos dos encarregados das firmas empregadoras, que também eram chamados de capatazes ou feitores. **Era comum que esses encarregados favorecem uns em detrimento de outros, de acordo**

---

<sup>95</sup> Aqui voltamos a questão da importância da indústria. Se ela tivesse com baixa produtividade, isso gerava uma baixa contratação dos serviços do porto, o que acarretava em pouca requisição operária.

<sup>96</sup> Além desses fatores estruturantes, potencializava-se a precariedade dos operários, de diversas categorias, a partir dos constantes atrasos nos pagamentos. Para mais informações consultar Simões (2017).

**com sua vontade, afinidade ou interesse.** Isso fazia com que os trabalhadores buscassem relações pessoais com os responsáveis pela contratação, que exerciam grande poder sobre os avulsos. [*Grifo Nosso*] (ARANTES, 2010, p.41)

Embora a autora trate de um período histórico anterior ao de Espíndola, muitas práticas também eram observadas em seu contexto. Assim, esse universo discutido é central, visto que, justifica a fundação do Sindicato, conforme Antonio. Elas o condicionaram a se juntar em um grupo de operários que visavam a organização da categoria, para lidar com sistema existente.

Nós começamos a nos revoltar, porque era assim, no Porto, eles pegavam de manhã, pegavam tudo quanto era **serviço bom**, aonde não tinham que fazer **esforço físico**, e mandavam os peixinhos pra lá. **Os peixinhos deles. O pessoal que pertencia a UDN**, que pertencia aquela coisa toda. Era os políticos. Aquilo era uma politicagem, naquele Porto ali, era uma coisa incrível. [*Grifo Nosso*]<sup>97</sup>

Damos destaque, em sua fala, em elementos já discutidos, afim de reforçar o peso das relações, além disso, Antonio Espíndola, enfatiza um direcionamento político para os apadrinhados, que seriam só da UDN, aspecto que não corresponde às fontes consultadas, pois haviam apadrinhados de vários partidos e por outros motivos que não políticos. Sua fala apresenta uma disputa existente no contexto da década de 50/60, no qual havia uma tácita rivalidade entre PTB e UDN. Isso, portanto, demonstra a memória reavivada de Espíndola ainda trabalha com essa perspectiva.

A dinâmica de relações que se estabelecia entre os trabalhadores e as chefias portuárias, até a década de 50, era muito relacional e complexa. Isso ocorria, principalmente, pela compreensão de injustiça existente com os trabalhadores, quanto a forma de organização e distribuição dos serviços. A partir de sua experiência, ele relata que os trabalhadores mais antigos ou mais bem relacionados, tinham prioridade na contratação para os melhores serviços, possibilitando melhores rendimentos financeiros.

[...] porque a gente ganhava mal. De saída principalmente. Nós ganhávamos muito mal, porque, nós éramos distribuídos só para serviços que não davam produção, que não davam hora extra, que não

---

<sup>97</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

tinha prolongamento. Porque, em princípio, sabe o que faziam, a administração, nós saíamos para um serviço de navio, aí o navio ia prologar das quinze para as cinco até as quinze para as sete, nos dispensavam e traziam as pessoas que estavam fazendo média para se aposentar. Aí botavam ali para fazer um extra, para poder depois incluir aquilo na média da aposentadoria.<sup>98</sup>

O “fazer média” era uma prática muito comum em diferentes categorias de trabalhadores<sup>99</sup>. A prática consistia no interesse dos operários mais antigos, os quais, a fim de registrar horas de trabalho para a aposentadoria, ou assumiam os melhores serviços, ou seja, mais leves e de maior rentabilidade, ou registravam o seu número de chamada, mas entregavam a realização da atividade para outro trabalhador. Assim, eles ficavam com as horas de trabalhos registradas e os benefícios, enquanto o operário que trabalhou no seu lugar, recebia a remuneração do dia. Isso era prejudicial para Espíndola, visto que, era comum ele realizar trabalhos desgastantes e receber pouco, e ainda assim, correr o risco de no futuro não ter tempo suficiente para se aposentar<sup>100</sup>.

É fácil perceber que esse processo era mais vantajoso para um lado, pois além de obter as melhores remunerações, também demonstrava um controle do processo de contratação e disposição dos serviços aos operários. Assim, a falta de um sistema que organizasse e distribuísse as atividades aos trabalhadores de forma mais “justa”, era a tônica naquele momento entre um grupo de trabalhadores que estavam descontentes com o modelo. Disse Espíndola: “E isso que nos revoltamos, por isso que nós criamos o sindicato. Aí foi a causa principal, foi a maneira como a administração nos tratava.”<sup>101</sup>

Apesar da justificativa apresentada por ele, Gandra (1999), destaca que o motivo da criação do sindicato diverge na visão dos operários. Conforme o autor, ao menos três visões foram identificadas: 1) a origem estava ligada à disputa de prestígio com os estivadores; 2) a resistência e a luta pelos direitos,

---

<sup>98</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>99</sup> Para mais informações consultar (SIMÕES, 2017).

<sup>100</sup> Aparentemente, essa não era uma prática permitida, ainda que fosse amplamente realizada. Assim, ter boas relações também impediria possíveis denúncias. Também destacamos que, apesar da crítica apresentada, aparentemente, ela não deixa de existir após a fundação do sindicato.

<sup>101</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

encabeçada pelos operários; 3) essa relacionada com as conquistas estabelecidas pelos portuários de Porto Alegre<sup>102</sup>. Todavia, dentro do universo discutido, percebemos que diferentes agentes históricos compreenderam o processo a partir de uma perspectiva, contudo, tal qual afirma Gandra, concordamos que tais divergências não se anulam. Elas são complementares, uma vez que representam a complexidade do processo. Além do mais, podemos destacar aqui o papel da memória, discutida na introdução desta Tese. Como nosso foco de análise está direcionada a trajetória de um indivíduo e em seu relato, é evidente que sua subjetividade construa suas concepções e de significado aos acontecimentos. Sua memória esta relacionada aos acontecimentos coletivos, porém, diz muito sobre seu entendimento sobre essas vivências.

Gitahy (1992) apresenta que, também no contexto da primeira metade do século XX, os estivadores conquistam através do sistema de rodízio, organizada pelo Sindicato, uma forma mais justa de distribuição das atividades. Assim, diz a autora:

É importante, por isso, ter em mente este contexto ao analisar a reivindicação da *close shop*, comum na história dos sindicatos portuário em todo mundo. Nem sempre a reivindicação do *close shop* significa o exclusivismo corporativista, de liderança corruptas ou gangues de orla marítima. Ao contrário, a experiência histórica tem demonstrado que onde o controle de trabalhadores tem estado presente em algum grau, uma certa democratização na distribuição dos trabalhos tem existido. (GITAHY, 1992, p.106)

Aqui temos uma importante chave de leitura para compreender as ações de Espíndola frente ao contexto presenciado, em conjunto do movimento dos trabalhadores: a precariedade gerada pelo já citado modelo de sistema de trabalho, mas que era agravada pelas relações políticas, além do autoritarismo e descaso praticado pela administração. O que produzia um impacto significativo nas vidas dos trabalhadores, levando-os a viver em condições de miserabilidade. Não somente na questão material, também impactava na compreensão sobre a valorização e na representatividade dos operários, pois conforme destaca Espíndola, apesar deles terem compromisso com o Porto, esse não possuía com eles. Assim, não se reconhecia o valor dos proletários. Entretanto, ele – e outros operários – demonstram reconhecer a importância de seu papel na economia

---

<sup>102</sup> Para se aprofundar na discussão consultar (GANDRA, 1999, p.46-47)

local e nacional, e esse reconhecimento ganha maior força coletiva a partir da organização de sua categoria.

Todavia, essa organização e a situação apresentada apenas iria mudar entre 1959/60, para os trabalhadores da capatazia, mas não sem: uma forte resistência/pressão do Porto, o qual visava impedir organização dos trabalhadores; a necessidade de convencimento dos diferentes operários que atuavam na capatazia, os quais possuíam medo de ser despedidos, devido a pressão exercida pela administração do Porto; assim como pela disputa interna contra a categoria dos arrumadores, grupo que, ao observar o setor da capatazia não organizado, buscou se inserir na realização das atividades.

Dado o exposto, nos torna compreensivo o motivo de tamanha insegurança vivenciada pelos operários. Também, clarifica os motivos que levaram a frustração vivenciada por Espíndola e evidenciada em sua fala em entrevista. Tais condições colocavam os trabalhadores em uma situação de vida difícil, visto que, eles dependiam da existência de demanda para obterem serviço e somente assim serem remunerados. Portanto, em nossa visão, o sistema avulso e sazonal é um elemento central e estrutural do conjunto de experiências que impulsionou as ações de Espíndola – e dos operários –, devido as diversas pressões que ele gerava em sua vida.

Esse modelo também condicionava que os arredores do Porto fossem um local de intenso fluxo de operários. Isso ocorria porque, ao serem dispensados do Porto, muitos não retornavam para suas casas. Era necessário ganhar o sustento diário. Portanto, perambulavam nos setores do comércio, nas fábricas de pescado, na estiva, ou em outros locais, requisitando algum serviço para serem remunerados. Essa mesma situação foi intensamente vivenciada por Espíndola.

Se isso evidenciava a precarização do trabalho, é exatamente tal condição que favorecia a criação e o fortalecimento dos laços entre esses sujeitos. Ao nosso ver, esse aspecto foi um fator profícuo na formação de Espíndola, pois, a convivência com os diferentes operários garantiu não só a obtenção de serviços ou saber do concurso – como mencionamos anteriormente sobre seu vizinho –, mas também, formar relações e conexões com operários das categorias portuárias, e de outros setores da indústria, que permitiu seu crescimento/reconhecimento como liderança.

Como os operários necessitavam ficar nos arredores do Porto, a espera de serviço, era comum que eles se alimentassem na localidade. A falta de dinheiro, para tanto, era um dilema a ser enfrentado. Assim, como estratégia para lidar com a situação, era comum os operários se juntarem, onde cada um contribuía com um pouco, e realizarem uma refeição coletiva. Tais medidas, condicionadas pela precariedade, também se tornava um elemento de criação de laços de solidariedade.

Diante desse cenário de insegurança vivenciada cotidianamente por Espíndola, ele necessitou buscar serviços constantemente em outros setores empregatícios, que também realizavam a contratação de avulsos. Assim, diferentemente de antes, que o porto era local de busca por complemento financeiro, agora, a indústria era onde encontrava melhorar ou encontrar algum rendimento<sup>103</sup>.

Essa condição de trabalho e a precariedade, também é uma justificativa encontrada para explicar a motivação de Antonio Espíndola em viver próximo da região portuária, e, considerando que essa era uma realidade vivenciada pelo conjunto operário, explica o constante crescimento dos bairros operários. Seria demasiado complicado ele residir em um local distante, e ter que se deslocar diariamente – duas ou três vezes ao dia, para responder as chamadas – e ao final não obter serviço.

É preciso considerar que, apesar da modernização urbana que passa a ocorrer no começo entre o final do século XIX e início do XX, impulsionada pelo comércio de importação e exportação, de interesse da burguesia riograndina, conforme aponta Pedroso (2012), percebemos que tais reformas não foram suficientes para suprir a necessidade de transporte dos operários, ao longo do século XX. Observamos que o Jornal Rio Grande, na matéria publicada no dia 29 de janeiro de 1959, evidencia essa dificuldade do município. Afirma o jornal:

É fato notório a insuficiência de recursos do Serviços Riograndino de Transporte Coletivos o que dia a dia agrava a situação de milhares de pessoas que residindo em lugares afastados dos seus locais de trabalho são obrigadas a arcar com grandes incômodos.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> Fazemos essa diferenciação apenas porque nesse momento o Porto torna-se, simbolicamente e profissionalmente, seu setor principal.

<sup>104</sup> RIO GRANDE, 28/01/1959

Na década de 60, em matéria do referido jornal<sup>105</sup>, por exemplo, os estivadores entram em greve devido à dificuldade no transporte. Além disso, também consideramos que a dificuldade de utilizar o transporte em alguns momentos, como na crítica feita pelo jornal, em 17 de janeiro de 1959, onde afirma que após às 22 horas as pessoas não conseguiam esperar nos abrigos de bondes, devido a eles tornarem-se o “quartel-general da malandragem”, e pela falta de policiamento. Não bastasse isso, através das memórias de Espíndola, também podemos perceber que o transporte não cobria todos os turnos, visto que, em diversas passagens podemos perceber que a dificuldades de transporte atravessavam as questões discutidas, exemplo eram os trabalhos realizados à noite ou, durante a ditadura (1964), quando necessitava prestar os depoimentos. Assim, por morar próximo do porto, indústria e comércio, Espíndola podia circular pelos diferentes espaços de forma ágil e barata, visto que poderia fazer o trajeto com sua bicicleta ou mesmo a pé.

Nos fica mais evidente que essa situação surge principalmente da necessidade e torna-se uma estratégia. Somente quando mudam as regras de remuneração e distribuição dos serviços, a partir da criação do Sindicato, é que Espíndola se mudará para um bairro distante. Ou seja, quando eles deixam a condição de avulsos e controlam o impacto da sazonalidade em sua categoria, ele pôde adquirir uma casa própria e escolher onde gostaria de morar.

Com isso, não queremos dizer que todos os trabalhadores que melhoraram sua condição financeira necessariamente mudaram-se do bairro. Possivelmente muitos se mantiveram, já que formaram amizades, possuíam familiares etc. Contudo, a possibilidade de escolha sobre onde morar – no caso de Espíndola –, foi estimulada pela maior previsibilidade sobre os ganhos e melhor remuneração, o que, no caso da capatazia, surgiu somente após a sindicalização.

Concluimos esse tópico reiterando que ao ingressar como portuário sua expectativa de uma vida melhor foi rapidamente frustrada. Sua vida passou a ser condicionada por uma situação de insegurança pior do que a existente no trabalho anterior. A condição de trabalho avulso e sazonal não gerava qualquer garantia de remuneração, além disso o baixo salário, as imposições normativas

---

<sup>105</sup> RIO GRANDE, 5/05/1960, p.2

administrativas do Porto e as relações de favorecimento políticos foram vivenciados desde os primeiros dias.

Tais elementos o provocaram a se juntar com um grupo de operários, que também estavam insatisfeitos com os desmandos existentes no setor. Por conta desse processo de precariedade e insegurança vivenciado no dia a dia, que os operários irão se organizar a fim de lutar pela formação do sindicato. Com a criação da entidade sindical, seria possível organizar uma diretoria votada pelos trabalhadores, estabelecer normativas, ao mesmo tempo que poderiam reorganizar e distribuir as atividades demandadas pelo Porto, segundo os interesses da categoria, e não mais passíveis aos favorecimentos existentes no Porto. Não apenas isso, mas, a partir da criação do sindicato, os operários teriam maior legitimidade política e representativa, ampliando seu poder reivindicativo por melhores condições de trabalho e salários, a fim de possuírem uma segurança financeira.

Portanto, sem entendermos o que era o modelo de contratação e seu impacto na vida operária, não seria possível observarmos as condicionantes que permitiram as pressões sobre a vida de Antonio Espíndola e das categorias. Sem isso, não compreenderíamos o que impulsionaria os conflitos internos, entre categorias, operários, Porto, capatazes, etc. Assim como, não entenderíamos o sentido da disputa realizada pelos trabalhadores da capatazia e arrumadores na busca por identificar as possibilidades de uma época que levasse a uma mudança para a condição de vida dos operários.

Enfim, é diante desse contexto que Espíndola passa da condição de um simples operário e dá os seus primeiros passos rumo à construção sua trajetória enquanto sindicalista, o qual encontra um dos elementos importantes da sua identidade síndica frente ao sindicato da capatazia de Rio Grande.

### **2.3 A fundação do Sindicato: organização e disputas com o a Administração Portuária**

Nesse item buscamos refletir sobre aspectos constitutivos do STSPRG, para esse fim é necessário explorar aspectos do vividos no dia a dia e da ação

militantes de alguns trabalhadores que exerciam suas atividades no Porto em questão, em específico nosso objeto central de pesquisa nessa Tese.

Destacamos, inicialmente, que o conjunto de motivações que levaram Espíndola a se envolver na fundação do Sindicato, com seus companheiros, já foram abordadas anteriormente. Contudo, observamos que apenas motivações não bastaram para levar a cabo essa edificação da entidade, era necessário haver uma intensa organização dos operários, a fim de enfrentar as condicionantes que impunham os desafios para tal projeto, a saber: o Porto, o contexto político, a categoria dos arrumadores e os próprios operários da capatazia.

Neste primeiro momento, trataremos sobre a organização dos trabalhadores frente à administração portuária, bem como, apresentaremos como o contexto político do período impactou nesse processo desafiador de formulação sindical.

O contexto precário e sua indignação, expressada nas entrevistas, da relação vivenciada com a administração do Porto, logo estimulou com que Espíndola se juntasse a um grupo de uns poucos trabalhadores, organizados em uma associação civil. Parte desses operários já atuavam no Porto antes de sua entrada. Alguns dos nomes que ele lembrou foram: Dinarte Luís Alves, João Rangel e Cosmos Antonio. Naquele momento, eles realizavam as reuniões “dentro [...] do terreno da Brasília”, situada em frente ao Porto, e cuja estrutura era precária, sendo “uma peça de madeira, mais ou menos de uns 12 metros quadrados, mais ou menos”<sup>106</sup>.

Assim, diz Espíndola:

Seguida que eu entrei nós já começamos a nos organizar para criar uma Associação Profissional. Porque não tinha nada. Não existia organização. Eu acho que não fazia um mês que eu tinha entrado, eu já pertencia. Nós criamos uma diretoria. Juntemos uma turma grande, que estavam interessados a procurar melhorar o padrão de vida do trabalhador avulso. E aí começemos a nos reunir e aí foi nomeado uma diretoria. Uma diretoria pra fazer a organização da Associação Profissional. E eu fui eleito secretário dessa diretoria. Era o Dinarte como presidente, seu Antonio Cosmos como tesoureiro, eu como

---

<sup>106</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

secretário e mais outros ali. Fizemos uma diretoria. Nós éramos mais ou menos oito.<sup>107</sup>

Destaca-se que esse grupo viria futuramente a fundar o Sindicato. Além disso, percebe-se que Antonio Espíndola passa a ocupar um lugar de destaque já nesse momento, ou seja, o recém-chegado operário, rapidamente, foi nomeado para a posição de secretário da diretoria. Ao nosso ver, possivelmente isso possa ter acontecido devido a ele ter um papel ativo nessa organização – chegando a ceder sua residência para as reuniões –, além de ser um dos poucos trabalhadores a possuir escolaridade – demonstrando outro impacto que sua escolarização gerou.

Se no primeiro capítulo discutimos sobre seu processo de passagem de um pequeno agricultor para operário, e no começo desse capítulo sobre seu ingresso nos serviços portuários e a precarização de tal atividade, agora podemos vislumbrar o começo de sua inserção no meio da luta sindical. É aqui, que sua identidade operária portuária tem início, visto que, será a partir desse processo de construção do sindicato que ele começa a construir as bases de sua representatividade enquanto liderança, bem como o reconhecimento de seu valor frente aos demais trabalhadores. Um dos elementos dessa diferenciação, logicamente, estava no seu grau de instrução que frente aos demais colegas era visto como o mais “letrado”, o que auxiliou na sua ascensão como liderança sindical.

A partir do entendimento de que a estrutura vivenciada gerou a pressão social que o impeliu a agir em prol de seus interesses e assim lidar com a precariedade, compreendemos que o contexto histórico delimitou as possibilidades de como agir. Assim, o meio encontrado, dado contexto histórico e político, foi a organização sindical. O sindicato, portanto, foi o meio, legal/oficial, que os operários encontraram para gerar a força representativa coletiva por mudança<sup>108</sup>. Conforme Gandra (1999):

As difíceis condições de vida desta categoria proporcionaram uma experiência em comum e motivaram a elaboração de uma identidade

---

<sup>107</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>108</sup> Destacamos que esse não era o único meio combativo, porém, no caso em questão, os operários o viram, a partir do contexto de fortalecimento do Ministério do Trabalho e da ampliação dos direitos aos sindicalizados, como uma possibilidade de angariar melhorias.

de classe, que veio possibilitar a criação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. (GANDRA, 1999, p.47)

Para Espíndola, a proposta principal desse grupo era a formação de um sindicato, através do qual poderiam distribuir os trabalhos de acordo com a demanda, e assim, não ficar sujeitos as decisões dos agentes do Administração Portuária. Em suma, o que estava em jogo nessa ideia, era o controle da *close shop*. Assim, frente a situação avulsa e sazonal, serem negociadores da prestação de serviço e de seu modo de distribuição, era algo relevante, visto que permitia uma garantia de que todos em algum momento trabalhariam e teriam remuneração. Era uma estratégia de lidar com a insegurança gerada pelo sistema.

Observamos que esses tipos de disputas, de dificuldades, meios e soluções, encontradas por Espíndola, não são necessariamente apenas uma particularidade histórica de seu período e local. Elas não se edificam com ele, mas sim, fazem parte de um processo mais amplo, no qual, existe uma demanda por melhorias e lutas dos trabalhadores que o antecedem. Essa, é uma luta histórica existente nas classes operárias brasileiras, conforme Fernando Teixeira da Silva (2003):

[...] a luta dos trabalhadores no processo produtivo com a finalidade de obter ampla margem de comando da organização do trabalho. Tal luta implica a ação operária destinada a resistir a estratégias de controle empresarial dos locais de trabalho, consideradas arbitrarias, despóticas e contrarias a dignidade de operários que se identificavam como produtores de riqueza. Assim, a luta pelo controle da organização do trabalho tornou-se o coração das ações de ampla parcela da classe operária. (SILVA,2003, p.25-26)

Podemos perceber esse passado de luta dos trabalhadores com o historiador Marcelo Badaró Mattos (2009), em seu livro *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, o qual tece um histórico das formas e motivações do apoio estabelecidos entre os trabalhadores, entre o século XIX e XX. E assim, como tantos outros pesquisadores que tratam sobre o período que ora analisamos, o autor apresenta que, as péssimas condições de vida e trabalho, violência, discriminação e a luta dos trabalhadores por uma vida digna, são temas intrinsecamente ligados à ideia de necessidade de união e organização dos sujeitos, mesmo em um período em que a ideia de operariado não se fazia

presente. Assim, o autor destaca o papel da experiência elaborada pelos trabalhadores, ao longo da história, como um mecanismo de união e formação da classe operária. Como parece ser o caso específico que estamos abordando nesta Tese.

Se relacionarmos essa questão à precariedade vivenciada e à relação conflituosa com o Porto, a qual apresentamos – e veremos a frente, a partir das ações tomadas pela administração do porto, na tentativa de evitar a sindicalização –, podemos identificar essas experiências que condicionavam a tomada de ação, por parte de Espíndola e os operários, que também ocorriam em outros portos, conforme a literatura consultada. Além disso, em um ambiente portuário, as relações estabelecidas entre as categorias de trabalho, sejam elas no mesmo espaço de atuação ou com os sindicatos de outros portos – ou mesmo categorias de outros ramos de atividades –, também são fatores expressivos para criar novos horizontes de formas de organização, reivindicação e ampliar direitos, motivação principal dos portuários naquele momento. A formação de redes de contato, possibilitava formular meios de compreender, lidar e mudar as condições impostas pelo sistema. As relações em diferentes escalas – pessoais, no grupo de trabalho, dentro ou fora da categoria – contribuía para a formação da consciência de sua condição, para elaborar estratégias de combate e organização, entre outras. Temas esses que dialogam com as questões abordadas por Mattos (2009) e Silva (2003).

Portanto, é importante perceber que a sindicalização representava, para esse grupo que começa a se organizar no Porto de Rio Grande, um meio legal de reconhecimento da categoria enquanto grupo detentores de direitos. Esse reconhecimento era importante, pois os colocaria diante da disputa legal pelos direitos reivindicados<sup>109</sup>. Além disso, através da sindicalização dos operários, eles poderiam ter uma representatividade, com a qual poderiam lutar por melhorias salariais e nas condições de trabalho, bem como serem reconhecidos socialmente, a exemplo dos estivadores que desempenhavam funções próximas deles. Assim, para Espíndola, criaria a possibilidade de mudar a realidade que

---

<sup>109</sup> Estamos cientes sobre as diversas discussões estabelecidas pela historiografia sobre as possíveis visões referentes a criação do sindicato organizado pelo Estado, assim como sobre a relação existente entre os trabalhadores e o Estado, a qual é traduzida em pelo menos duas perspectivas distintas de análise Trabalhismo ou Populismo.

tanto o decepcionou em seu ingresso como servente avulso. Espíndola percebeu que em seu contexto que o sindicato traria maior poder de barganha – tanto pela questão legal, como coletiva – favorecendo a realização de pressão para a busca de direitos. O quanto isso traria melhorias para seu contexto de vida, ainda era uma incógnita que só o tempo revelaria. Porém, é perceptivo, a partir de sua avaliação no presente, que a esperança de melhoria era um dos fatores impulsionadores de sua ação.

Porém, uma pergunta a se fazer é: como e por que seu contexto permitiu que eles encontrassem na sindicalização um meio de disputa? Para responder essa pergunta, destacamos que grande parte dos pesquisadores que versam sobre as formas de organização dos trabalhadores – principalmente os que dão ênfase na organização sindical – apresentam a primeira metade do século XX como o momento importante da politização e ação reivindicativa da classe operária brasileira. Esse mesmo cenário pode ser percebido na cidade de Rio Grande, como mencionamos no começo do capítulo. Conforme Loner (1999), na década de 1930, “Essa cidade concentrava um grande número de trabalhadores, divididos entre porto e a área industrial [...]” (LONER, 1999, p.481)

No referido momento, igualmente, é percebido que ocorre as bases para um novo modelo organizacional dos trabalhadores, instituído pelo Estado, o chamado Sindicato Oficial. Isso ocorre através do estabelecimento de novas relações entre o Estado, as empresas e os trabalhadores, cuja a figura de Getúlio Vargas, pós-Revolução de 30, possui um papel de destaque nesse processo.

De acordo com a CLT, caberia aos sindicatos, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, representar legalmente os interesses de suas categorias profissionais, colaborar com os órgãos públicos e participar de contratos coletivos de trabalho. Somente um sindicato de cada categoria profissional seria reconhecido oficialmente em uma determinada base territorial, tendo que seguir modelos de estatutos propostos pelo Ministério do Trabalho, que igualmente fiscalizaria suas eleições, atividades e gastos orçamentários. Os empregados e empregadores, filiados ou não a esses sindicatos, seriam por eles oficialmente representados, contribuindo financeiramente para seu funcionamento via o imposto sindical. Ademais, os sindicatos corporativistas estariam vinculados a uma federação estadual e a uma Confederação de âmbito nacional. Diversas categorias – patronais e de trabalhadores – se organizaram no meio urbano com base no modelo sindical imposto por esta legislação. (RAMOS, 2010, p.1)

A reformulação de tais relações e seu impacto social, entretanto, não se limitam apenas à primeira metade do século, mas sim, podem ser percebidas no palco do debate político e social que se estabelece até 1964. Podemos observar isso, a partir da fala de Espíndola, no contexto da década de 60, dentro sindicato e das reuniões na União Operária, no qual as disputas também refletiam a dinâmica existente no interior do Estado, que colocaram em ação uma intensa disputa partidária que pode ser observada, também, nesse conjunto de trabalhadores. Assim, as relações partidárias também influenciaram na representatividade e disputa dentro do sindicato.

O período de 1930 a 1964, para muitos historiadores, marca um momento em que a classe operária amplia sua importância no quadro de disputa política nacional. Assim, como podemos observar a partir das ações de nosso contexto de pesquisa – cujo foco está nas ações tomadas por Espíndola e seus companheiros e nos efeitos dessas ações, seja quanto a melhorias na condição de vida, mas também na aquisição de prestígio e poder político – entendemos que a classe operária se tornou um objeto de disputa política, ao mesmo tempo que um ator político necessário no contexto da época. Isso ocorre, pois, se por um lado houve um esforço significativo do Estado na tentativa de disciplinar os trabalhadores a partir desse novo modelo relacional, condicionando a expansão dos benefícios para os grupos que adentrassem no novo sistema, e excluindo os demais, isso não quer dizer que eles, ao se submeterem, tornaram-se passivos ou que não faziam isso também a partir de seus interesses. Como veremos, esse meio abriu caminho para a aquisição de direitos e de um relativo controle do processo de organização do trabalho – no caso dos portuários –, através das requisições coletivas feitas ao Estado, ou através de protestos, ou mesmo por intermédio das relações de apoio político. O sindicato tornou-se, nesse momento, um profícuo *locus* de debate político e formação militante. Isso ajudou a driblar os problemas existentes na condição avulsa e sazonal, e de favorecimento apresentadas pelos capatazes do Porto.

Portanto, se esse período marca o reconhecimento e legitimação do sindicato mediante a inclusão controlada dos trabalhadores na vida política, a partir do modelo sindical corporativista que se consolidava, também é o momento histórico onde há a consolidação dos sindicatos como meio representativo, combativo e de disputa, o qual aproxima os trabalhadores da política institucional

(através da relação com os partidos), e de uma profícua mudança na experiência de organização dos trabalhadores que impactou na trajetória dos operários estando no sistema e lutando por dentro. Essa questão fica clara, na medida em que, segundo Espíndola, antes da formação do sindicato, nos períodos de atrasos nos pagamentos eles pouco podiam fazer, pois “Nós não tínhamos autoridade para nada, porque não existia uma organização. Nós éramos cada um por si”.<sup>110</sup> Como sabemos, através do relato de diversos ex-trabalhadores dos sindicatos, os atrasos nos recebimentos eram uma prática comum no Porto<sup>111</sup>. Contudo, sem um esforço coordenado dos operários, era difícil articular reivindicações. Assim, o projeto de fundação do sindicato seria importante nessa ação coletiva – seja pelas reivindicações próprias, ou conquistadas pela categoria em sentido amplo, ou seja, reivindicadas de outros portos - como veremos a diante.

Assim, diante desse contexto, conforme Espíndola, Dinarte Luís Alves foi quem deu início ao projeto de organização dos trabalhadores. Ele dizia: “vamos fazer o seguinte, vamos criar uma associação”<sup>112</sup>. Esse seria o primeiro passo para a mobilização do operariado. Todavia, é preciso enfatizar que, em momentos anteriores, aparentemente, outras associações e diretorias também foram criadas, segundo Espíndola. Assim, outra questão a ser levantada é: por que as outras diretorias e trabalhadores não buscaram ou conseguiram atuar para a formação do sindicato? Dois motivos podem ser observados para responder à questão: primeiramente a pressão exercida por parte da administração do Porto para a não formação de um sindicato, e em segundo, uma questão conjuntural, diferente dos anos de 1958 e 1959 – a qual formou um cenário favorável para fortalecer a atuação dos trabalhadores.

Para Espíndola, anterior a formulação da sua diretoria, as tentativas de organização foram frustradas pela administração do Porto, na medida em que

---

<sup>110</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. 27/09/2017. Entrevista concedida a Edgar Ávila Gandra e Elvis Silveira Simões.

<sup>111</sup> É possível observar esse tipo de luta reivindicativa histórica também por outras categorias portuárias no trabalho desenvolvido sobre os trabalhadores arrumadores (SIMÕES, 2017) ou na dissertação de Mestrado escrita por Thiago Silva (SILVA, 2014).

<sup>112</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

pressionavam os trabalhadores a não se sindicalizar<sup>113</sup>. Ameaças e subornos eram realizadas como forma de impedir tal ação:

Eles faziam assim “criavam uma associação, eles pegavam a diretoria, chamavam, e vamos fazer o seguinte: vocês querem trabalhar encostado no armazém tal, no lugar tal... mas vocês têm que desistir, tem que desistir da associação.” Eles não gostavam que organizasse os trabalhadores. Quanto mais desorganizado o trabalhador, naquela época, era melhor para o patrão.<sup>114</sup>

Assim, vemos que um dos artifícios utilizados pela administração do Porto era o de oferecer os melhores serviços para cooptar os operários. Dessa forma, como eles controlavam o processo de distribuição das atividades, era bem possível cooptar os operários, que viviam em situação de miserabilidade. Essa estratégia também foi utilizada para buscar inviabilizar o grupo que Espíndola integrava:

[...] nós fomos chamados na administração, na presença do Dr. Braga<sup>115</sup>, e ele nos fez uma proposta, se nós quiséssemos desistir da associação, que ele nos arrumava para nós passar para, [...] eles tinham uma classe [...] **eles criaram uma classe** que eram trabalhadores que eram privilegiados. Quer dizer, primeiro distribuíam aquela turma ali, para depois então, o que sobrasse, distribuíam para os serventes de avulso [...]. Aí nós dissemos para o dr. Braga ‘infelizmente nós não vamos aceitar, nós **estamos afim de criar uma associação e queremos cambar essa carta e criar um sindicato aqui dentro do porto**. Então não. O senhor, muito obrigado, o senhor desculpe, mas não’. Porque era assim, as pessoas se reuniam para criar qualquer coisa, aí eram chamada na administração, e aí **uns eram encostados nos armazéns, outro botavam aqui, outro botavam lá**. Aí desmanchavam tudo [...].<sup>116</sup> [*Grifo Nosso*]

A partir desse trecho, nos chama a atenção de que, na visão dele, a administração do Porto estimula uma divisão interna buscando criar uma espécie “grupo de privilegiados”. Esses privilégios estavam relacionados a prioridade na

---

<sup>113</sup> Essa visão também é corroborada pelo companheiro de trabalho de Espíndola, Hélio Amaro de Souza, o qual afirma que, após a decisão de se organizarem, o “problema agora era com a chefia do porto, pois não permitia sindicato, mesmo com autorização”. Hélio Amaro Soares. História dos Sindicatos dos Portuários e Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 13 /10/ 2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

<sup>114</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>115</sup> Ivo Braga era o nome do diretor da Superintendência do Porto de Rio Grande na época.

<sup>116</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/ 2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

distribuição das atividades. Isso reforça a ideia de controle do Porto, nesse processo. Além disso, a recusa em participar dessa “classe”, demonstrava que a ação de Espíndola e de seus companheiros, não era meramente individual. Eles poderiam ter cedido como, aparentemente, tantos outros fizeram. Contudo, dado o contexto e sua compreensão sobre os benefícios que a sindicalização traria para eles e para a categoria como um todo, os fizeram recusar. Esse elemento, a nosso ver, faz parte da tomada de consciência de sua posição na disputa social e política, algo importante para a formação da identidade de Espíndola como operário portuário e sindicalista. Além disso, soma-se o fato de que os mesmos tinham consciência dos ganhos salariais significativos dos trabalhadores, mediante a sindicalização, sobretudo pelo seu contato com a estiva.

Assim, a experiência em lidar com a administração portuária, a qual foi acumulada pela categoria, portanto, pelo grupo que se formava, trazia consigo um profundo inconformismo com tais práticas. Era tamanha a indignação apresentada por Espíndola que, segundo ele, ao decidirem lutar pela formação do sindicato firmaram um compromisso entre eles dizendo “não aceitamos nada que venha de parte da administração do porto. Vamos criar uma associação aqui, e vamos terminar com isso aí”<sup>117</sup>.

Essa, conforme Espíndola, era uma situação tipicamente encontrada na década de 50, e que não se restringia apenas ao Porto, o que é forçado por Gandra (1999), em seu livro *O Cais da Resistência*. Os operários da indústria riograndina também vivenciavam essas pressões e ameaças de serem despedidos. Assim, se um trabalhador “quisesse se organiza, reivindicar direitos, botavam na rua. Porque não queriam. Na época o capital não queria que o trabalhador se organizasse, pra reivindicar algum direito”<sup>118</sup>.

Todavia essa perspectiva mudaria no ano seguinte, ao ingresso de Espíndola. Conjunturalmente, até os anos de 1958 o Governo do Estado estava sob o comando de Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD). Contudo, com a vitória de Leonel Brizola (PTB) e sua posse em 1959, as

---

<sup>117</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>118</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

expectativas políticas se alteram entre os operários, e isso torna-se evidente na capatazia riograndina.

Com a vitória dos trabalhistas em 1958 para o Governo do Estado, diferentes categorias portuárias viram um momento propício para a oficialização de seus interesses na sindicalização. O apoio do governador Brizola e do vice-presidente da república João Goulart, foi compreendido como indispensável para a realização do projeto de sindicalização pelos trabalhadores.

UDN e o Libertador. Eram os dois partidos que administravam o Porto em Rio Grande. Naquela época, eram eles que administravam [...] O governador até 1958, era o Ildo Meneghetti. Aí passou o Brizola, 59, 60, 61, 62. Em 63 voltou o Ildo Meneghetti de novo. Voltou o Ildo Meneghetti, por que o Meneghetti foi governador 4 anos, aí ficou 4 anos fora, porque ele perdeu a eleição. Porque o Meneghetti lançou no lugar dele o Coronel Walter Perack Barcelos, mas aí o Brizola ganhou dele. Ganhou, e ganhou longe. Foi uma votação, assim, estupenda que o Brizola teve. **Aí então fiquemos nós, mandando 4 anos, no governo do Rio Grande do Sul.** [*Grifo Nosso*]<sup>119</sup>

A vitória trabalhista foi encarada por muitos como a oportunidade de maior representatividade nos interesses dos trabalhadores, no Governo do Estado, aliada a proximidade que isso estabelecia com o Governo Nacional. É significativo observar que Espíndola refere-se que eles ficaram mandando por 4 anos no governo, denotando sua clara preferência política, uma vez que ele, em junto com tantos outros operários, faziam parte do mesmo partido do então governador, conforme identificamos na análise de nossas fontes.

### **2.3.1 Desafios relacionais: a dinâmica do universo operário no Porto de Rio Grande**

Neste momento é importante refletir sobre a dinâmica das articulações operárias no Porto de Rio Grande e a própria dialética interna dos portuários. Assim, é visível no debate com as fontes que o contexto contribuiu para a luta pela sindicalização. Contudo, apenas o contexto não explica o processo. Quando observamos mais atentamente, evidencia-se que a sindicalização ocorreu frente a um período histórico de jogos de tensão dentro do ambiente portuário, os quais

---

<sup>119</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

podem ser vistos interna e externa ao conjunto de operários doqueiros, aspectos que refletiremos a seguir.

Destarte, o mesmo contexto que favoreceu a criação do Sindicato, também impulsionou a formação de outros. Dentre eles, citamos o Sindicato dos Arrumadores, o qual tem relação importante nesse caso, pois, tensionou a disputa pela sindicalização e controle da prestação de serviços, diante dos doqueiros. Como veremos a seguir, esse tensionamento na década de 60 se perpetuou ao longo do tempo, e se mantém até hoje vivida na memória de Espíndola, e dos antigos operários arrumadores, conforme estudamos na Dissertação de Mestrado.

Assim, é profícuo compreender que, conforme Gandra, “As relações entre os portuários de Rio Grande e outros segmentos da classe operária oscilavam conforme a conjuntura”, tais relações se davam “principalmente com as demais categorias da orla marítima, repetindo o movimento do mar deles tão próximo” (1999, p.69). De acordo com o autor, conflitos entre portuários e estivadores também eram frequentes. Conforme José dos Santos Leal, operário entrevistado pelo autor:

[...] eu acho que é um problema meio difícil de se explicar, era problema das condições de serviço. Uma mercadoria que dava mais dinheiro para a estiva, dava menos para o portuário e as condições [de trabalho] do portuário eram as mais difíceis para aquele serviço andar rápido para o estivador ganhar bem e vice e versa, então criava aquele choque. [...] o estivador achava que o cara estava carregando de má vontade e aí que existia aquele choque e muitas vezes o portuário achava que o estivador estava trabalhando de má vontade, porque aquela carga não ia render bem, mas aí também que entrava a maldade de certos administradores (apud GANDRA, 1999, p.69)

Além disso, também houve pressões por parte da administração Porto, a qual buscava impedir a emergência da entidade sindical dos operários. Espíndola, como vimos, soube e presenciou diversas tentativas de impedir, através de subornos e ameaças, que isso ocorresse. O que produziu uma certa rejeição/medo por parte dos operários pela tentativa de formar o Sindicato. Contribuindo para aumentar os desafios para edificar a entidade de classe.

Dessa forma, damos destaque a três fatores, vivenciados por Espíndola, que dificultaram a edificação do Sindicato: a disputa com os arrumadores, a pressão/coerção realizada pela administração do Porto para a não criação do

Sindicato e a resistência em se sindicalizar, por uma parcela dos operários. Dessa maneira, para compreendermos tal questão, dividiremos a discussão em duas partes, primeiramente o processo de tensão entre arrumadores e portuários, e, posteriormente, a coerção e a rejeição por parte dos operários em se sindicalizar, uma vez que compreendemos que são fatores correlatos.

Conforme estudamos na Dissertação de Mestrado, intitulada *No centro e a margem: trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande – RS, entre as décadas de 1950-60*, os arrumadores têm sua normativa e origem legal vinculada a Lei 2.196, de 1º de abril de 1954. Sua origem legal ocorre, pois:

[...] anterior a 1954, ainda que a partir da intervenção estatal e da promulgação da CLT, momento o qual o trabalho avulso passou a ser regulamentado dentro da dinâmica de atividades no porto, não havia concessão sobre quais sindicatos prestariam serviços de suplência a capatazia no Porto Organizado. Portanto, somente com a aprovação da referida Lei que o trabalho avulso passa a dispor de um sindicato específico que organize esta demanda de trabalho. (SIMÕES, 2017, p.72)

Assim, os arrumadores passam a ter exclusividade de atuação, quando houvesse carência de operários para a execução de atividades no setor. Em outras palavras, ela era a força supletiva nas atividades de capatazia – observa-se que suas funções não eram restritas apenas ao porto e a capatazia, visto que também atuavam no comércio, indústria, etc.

Contudo, destacamos a força legal não gerou/implantou automaticamente tal categoria. Diversas entidades sindicais no país surgiram em diferentes momentos e contextos históricos e sociais, tendo como prisma suas relações e interesses distintos. Sabendo disso, no caso riograndino, o processo de edificação da identidade da categoria ocorreu de forma complexa<sup>120</sup>, e tem sua história de sindicalização relacionada ao período histórico do final da década de 1950 e início de 1960. Assim, observamos que ela ocorre no mesmo momento histórico da sindicalização dos operários da capatazia.

Quando comparamos ambos os grupos, diante do período em tela, podemos ver que eles enfrentavam dificuldades na obtenção de serviços. No caso capatazia, já discutimos anteriormente, mas sobre os arrumadores,

---

<sup>120</sup> Não aprofundaremos nessa complexidade, contudo, indicamos a leitura de nossa referida Dissertação para mais informações.

podemos citar o grande número de trabalhadores vinculados à categoria, bem como, a baixa demanda encontrada nos setores empregatícios da cidade. Assim, devido a necessidade de encontrar meios de garantirem sua subsistência, ambas as categorias começaram um processo de formação de seus sindicatos representativos, objetivando obterem maior poder de barganha junto às negociações. No caso dos arrumadores, acreditamos que ao verem o setor da capatazia sem uma representação sindical efetiva, viram esse ambiente como possibilidade de maior obtenção de serviços. Conforme a compreensão do ex-arrumador Ivanor Lopes, naquele momento, apenas existia o sindicato deles, pois no caso dos portuários:

Ali é as bichas que faziam, aquelas filas esperando trabalho. Se desse trabalho, trabalhava, né. Mas tinha meses que o senhor tinha que dar o seu troco, que não trabalhou para quem não trabalhava, por que não tinha serviço no Porto. E era muita gente. Era três, quatro mil homens dentro do Porto. Agora, Sindicato era só o nosso. Ali era bicha, era provisório.<sup>121</sup>

Oficialmente, o Sindicato dos arrumadores edifica-se apenas em 1962, contudo, enquanto grupo em organização, podemos vê-los desde 1955 – ou antes, 1953, com o Sindicato do Comércio Armazenador. Assim, nas memórias de Lopes, podemos ver o não reconhecimento da organização dos operários da capatazia. Possivelmente, isso ocorria devido as dificuldades que apresentamos anteriormente.

Todavia, que quando ambos os grupos passam a se empenhar na edificação de suas entidades representativas, os operários das docas passam a ter a primazia na prestação de serviços no Porto, enquanto os arrumadores tornam-se a força de mão de obra supletiva desses. Entretanto, esse processo, na memória dos arrumadores, ocorre, pois, houve a venda de sua Carta Sindical para os doqueiros:

Olha, não tinha de parte do Porto não tinha... eles também criaram um Sindicato, tinha o Sindicato dos Portuários, e foi fundado com a nossa carta. Só que eles, a gente reaveu a carta de arrumadores porque eles compraram a nossa carta com esse presidente que fez avaria que te falei, lá em 60. Aí eles fundaram como Sindicato dos Portuários, mas

---

<sup>121</sup> Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador arrumador Ivanor Lopes (estando presente o vice-diretor do Sindatacap Luis Carlos Silva Amaral ) em 06 junho de 2016.

eles pegaram tudo o histórico dos arrumadores com a carta, só mudaram o nome. Ai quando a gente, através de justiça, a gente reaveu a carta do Sindicato [...] <sup>122</sup>

Essa foi uma história que não pudemos constatar/comprovar, contudo, é emblemática na relação e disputa dessas categorias que disputavam seu/um melhor posicionamento no setor. Portanto, foi nessa disputa de interesses, frente à precariedade na manutenção das suas condições de vida, que observamos o tensionamento entre ambas as categorias.

Observamos que, embora ambas as categorias, até a sua sindicalização tiveram condições consideravelmente semelhantes de precarização, isso rapidamente irá mudar após 1960. Com a sindicalização, os operários da capatazia passam a obter inúmeros direitos e mudam significativamente seu *status* e condição de vida, enquanto os arrumadores enfrentaram as dificuldades do sistema. Foi por volta de 1968 que os arrumadores passariam obter significativas melhorias, conforme identificamos nos relatos.

Diante desse contexto, podemos observar, que a classe trabalhadora é dinâmica e diversa. Ela é donatária de interesses em comum, mas também distintos, os quais, por vezes, podem ser conflitantes. Como mencionamos na introdução, não há um determinismo conflitante entre as categorias, portanto, é sempre necessário observar as dinâmicas contextuais e históricas. Corroboramos com essa ideia, na medida em que podemos perceber, no contexto de vida de Espíndola, que a união entre os sujeitos e as diferentes categorias portuárias, dentro e fora do porto, é um elemento marcante. Lembremos que, as memórias de Espíndola são continuamente atravessadas pelas relações que ele estabelece com as pessoas ao seu redor, e a partir das redes que ele tece, é que sua história se complexifica. Novas oportunidades surgem, assim seu horizonte de possibilidades se expande. Nos fica evidente que essa união possibilitava a força do operariado local.

Contudo, essa mesma experiência de vida nos apresenta que os conflitos também eram cotidianos. O caso da relação entre portuários e arrumadores – ou mesmo a existente entre estivadores e portuários – é emblemático sobre essa questão. Portanto, observemos que, ainda que concordemos com Kirk (2004),

---

<sup>122</sup> Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões, com o ex-trabalhador arrumador Diógenes Sampaio Souza, em 14 de abril de 2015.

sobre as estruturas sociais não obrigarem uma falta de união entre o operariado de diferentes categorias, nos é evidente que, em alguns casos, o contexto pode incentivar a disputa entre elas.

Além disso, o caso dos arrumadores também serve de exemplo sobre essa questão. Espíndola, ao longo de sua trajetória, vivenciou a experiência da precariedade, semelhantemente ao dos demais operários doqueiros, e que não era muito diferente da condição de vida dos arrumadores. Assim, da mesma forma que Espíndola buscou aproveitar o contexto vivido para, junto de seu grupo, fundar o sindicato, os arrumadores fizeram a mesma leitura de seu momento histórico. A falta de uma representatividade sindical dentro do Porto – no que tange a capatazia – aliado com o modelo de gestão realizada pela administração, possibilitou gerar a disputa entre as categorias. A possibilidade de prioridade da realização das atividades portuárias, diante do contexto de precariedade, sazonalidade e do trabalho avulso, impulsionou a disputa desses sujeitos. Vemos a partir da experiência já discutida, que ter a prioridade e o controle relativo da organização da disposição da mão de obra era a tônica dos portuários da capatazia.

Como já mencionamos, a relação, vivenciada por Espíndola, com as decisões e ações da administração do Porto, eram problemáticas para os operários. Assim, quando os operários firmaram um pacto de não ceder às pressões exercidas pelo Porto, antes de qualquer coisa, os operários visavam construir um ambiente propício para o desenvolvimento da categoria e de suas vidas, retirando o poder de controle do Porto sobre a organização da prestação do serviço dos operários, e tomando a frente na disputa pela prestação de serviços, diante da categoria que estava disputando a primazia na escolha das atividades portuárias, os arrumadores. A sindicalização, portanto, era o meio legal e oficial para a obtenção de tal pretensão.

Além da bibliografia portuária riograndina, as memórias e a vivência de Antonio Espíndola são alguns dos elementos que nos permitem destacar tal intenção. Contudo, Espíndola, ao mesmo tempo que vivencia essa ação coordenada de seu grupo, identifica que, não necessariamente todos os trabalhadores se colocaram a favor da sindicalização. Ele percebia que isso ocorria, pelo fato de grande parte dos operários estarem mais preocupados com

a obtenção de serviços para conseguirem sobreviver, assim como, pelo temor às ameaças da administração.

[...] **as pessoas tinham medo**. Porque as administrações diziam para os trabalhadores que eles não podiam entrar para sindicato. Nenhuma organização. Nem uma associação profissional eles podiam entrar, porque aquilo ali podia resultar em **eles irem pra rua sem direito a nada**. Porque eles metiam na cabeça do trabalhador que dentro do estado, dentro do estado da pessoa jurídica do estado, não podia ser criado nenhuma organização de trabalhador. E **as pessoas acreditavam nisso** aí. [*Grifo Nosso*]<sup>123</sup>

Assim, na medida em que ele e seu grupo necessitaram de apoio por parte dos operários doqueiros, em muitos casos eles não obtiveram. É visível a percepção dele quanto a essa falta de apoio que presenciou. Quando levamos em consideração a insegurança vivenciada pelos operários e o poder exercido pela administração, não é difícil entender o receio dos operários. Já existia uma dificuldade de obtenção de serviço, a qual era intrínseca a fluabilidade das operações portuária, somada às políticas de favorecimento de agentes do porto. Assim, ir contra as proposições indicadas pela administração – isso tudo, sem haver uma entidade que lutasse pelos interesses de seus representados – era se colocar diante de uma condição de ainda mais insegurança para sustentar sua vida e de sua família, pois o risco de represália era grande.

Contudo, ao mesmo tempo que percebemos isso, também identificamos que Espíndola se destaca nesse processo, frente aos demais operários. Sua experiência partidária, possivelmente, o conectava com os acontecimentos políticos do período. Assim, ele e seus companheiros, sabiam que a luta pela criação do sindicato era também a luta pela representação desses operários. No diálogo com as fontes ficou evidenciado o conhecimento de Espíndola sobre essa impossibilidade apresentada pela administração do Porto, na perspectiva da inviabilização legal de sua categoria. Os operários tinham o direito de criar seu sindicato e representar suas categorias. Também acreditamos que, por compreender essa questão e identificar o contexto vivido como um momento propício para tal projeto, é que Espíndola se colocou a frente, com seus companheiros, para desenvolver esse projeto. Assim, embora por óbvio

---

<sup>123</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

desconhecesse o desfecho no futuro de suas escolhas, envolveu-se na estruturação de sua entidade de forma consciente dos riscos assumidos, de tal modo, sua ação não ocorreu fruto do acaso ou de uma coragem e heroísmo fortuito. É mais provável que ele tenha feito uma leitura das possibilidades de seu tempo – estimulada pela sua vivência na estiva e no PTB – e tenha compreendido que valia a pena essa luta.

Assim, a equipe diretiva organizadora que se formou para conduzir o processo de edificação da entidade de classe, buscou desde o começo a discutir a questão com outros trabalhadores, apresentando que “que aquilo ali era uma coisa, que era os patrões, era o patrão que criava aquilo ali para não deixar a pessoa se organizar, para a pessoa não ter direito nenhum dentro do trabalho.”<sup>124</sup> Todavia, ainda assim, os operários foram relutantes no começo, negando-se a apoiar a sindicalização:

E registramos, a associação, e depois começamos a convencer os trabalhadores de nós cambar aquela carta, cambar para sindicato. Porque tinha mais força. A gente dizia para o pessoal, que não eram muito fácil, as pessoas eram muito rude, assim, muito atrasadas, o trabalhador do porto, na época. Porque basicamente ninguém sabia, não tinha nem o segundo ano primário, terceiro ano primário, primeiro ano primário. Assim, então era difícil de convencer as pessoas.<sup>125</sup>

Aqui vê-se um reforço a ideia de que eles compreendiam que o sindicato possuía uma força representativa. Também nos fica evidente que eles logo no começo iniciaram um trabalho de convencimento dos operários, visto que necessitavam desse apoio. Todavia, outro elemento apontado, é quanto a dificuldade dos próprios operários em entender a importância do sindicato. Isso também denuncia a falta de organização da categoria, pois, a diretoria não possuía força de convencimento. O “atraso” evidenciado por Espíndola, embora ele direcione para os operários, também deve ser compreendida através de problema na unicidade das ações dessa categoria. Isso corrobora com a visão apresentada pelos arrumadores de que inicialmente esses operários eram apenas um conjunto de sujeitos que se direcionavam até o porto para buscar

---

<sup>124</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>125</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 27/09/2017. Entrevista concedida a Edgar Ávila Gandra e Elvis Silveira Simões.

serviços. Além disso, justifica nossa percepção de que será a partir desse grupo que a identidade sindical e operária dos portuários da capatazia de Rio grande começa a ficar mais evidente.

Frente ao contexto social e político da época, observa-se também que graças à articulação desses trabalhadores e sua ligação com o PTB, uma vez que a maioria do grupo era pertencente ao partido de Brizola e do Vice-presidente João Goulart – caso de Espíndola, que como apresentamos no capítulo I era afiliado ao partido PTB.

É, tudo era. Não, tinha alguns que não eram do PTB, por que eram comunistas. Eram comunistas. Nós tínhamos inclusive [...] o Moacir Martins, não é, ele era comunista doente. Só que não podia se manifestar. Se manifesta, não é, dava pra bola dele.<sup>126</sup>

Existiam exceções, como no caso do Moacir Martins, porém, a maioria dos operários eram petebistas, como mencionamos anteriormente. Assim, eles conseguiram estabelecer uma conexão importante com o governo do Estado, a partir da eleição de Brizola ao governo do estado, em 1959 – conexão essa que se manterá e reforçará, diante diferentes contextos, seja no dia a dia ou combativo, como podemos observar na memória de Antonio Espíndola.

Vemos que Brizola mostrou-se muito interessado pela urbe riograndina e por seu Porto<sup>127</sup>. No ano de 1959 é comum encontrarmos inúmeras páginas no jornal Rio Grande com matérias que destacam o governador Brizola na cidade. Percebe-se o tom crítico do jornal ao governador, porém, também é visível ele possuía o interesse nas eleições a prefeitura na cidade, a serem realizadas no dia 08 de novembro do referido ano. Em matéria de 02 de outubro de 1959, intitulada “Brizola teria ameaçado deixar Rio Grande ‘a pão e água’”, o jornal tece uma crítica ao governador que teria ameaçado a cidade, caso o PTB não ganhasse a eleição, de não dedicar atenção ao seu desenvolvimento. Contudo, ao mesmo tempo em que evidencia isso, o próprio jornal compreende que dificilmente o partido perderia, devido à força que ele tem em Rio Grande.

---

<sup>126</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>127</sup> Esse interesse será melhor observado no capítulo 3, a partir das constantes visitas que Brizola fazia a Rio Grande, além do forte contato estabelecido entre os trabalhadores e o Governador.

Na matéria de sábado, do dia seguinte, o jornal menciona uma visita que o Governador, junto de João Goulart, fez à cidade. Nela, ele tratou das disputas internas à eleição existente dentro do PTB riograndino. Aparentemente, nessa reunião ele mencionou que se o líder Alberto Martins da Silva não retirasse sua candidatura à cabeça de chapa, e viesse a perder as eleições, então deixaria a cidade a “pão e água”. Assim, isso demonstra o que Espíndola apresenta, ou seja, de que havia um interesse do governador na cidade e na condução política dela, bem como, de que muitos operários eram filiados ao seu partido.

Isso ocorria por quê? Provavelmente pelo peso econômico da indústria portuária riograndina, bem como do pelo peso eleitoral do município. Em matéria do mesmo jornal, de agosto de 1958, na primeira página, estampava-se a notícia de que Rio Grande era o 5º eleitorado do Estado. Na matéria, o jornal tece uma crítica a oposição do município, pois, acreditava que poderiam ser o 3º. Ela apresenta os dados do Tribunal Regional Eleitoral, o qual diz que no município haviam 28.296 eleitores inscritos. Na frente do município estavam 208.568 de Porto Alegre, 30.242 de Pelotas, 29.419 de Caxias e 28.419 de Santa Maria. Assim, tirando Porto Alegre, vemos um relativo equilíbrio entre os outros municípios, o que tornava Rio Grande um ponto político estratégico eleitoreiro.

Além disso, poderemos perceber as diversas passagens, citadas por Espíndola, na qual Brizola esteve na companhia dos operários riograndinos:

O Brizola, na fundação [...] o primeiro assentamento que houve ali em Camaquã [...] Ali, mais de um domingo eu fiz parte de reunião, que **nós ia de combi**. Tinha um português, em Rio Grande, português parreira, que fazia a linha, dali do abrigo central até a Swift [...]. Ali, esse português fazia a linha com duas combi dali do abrigo, até lá, levando e trazendo gente, pro Porto e pra Swift, ali. E nos domingo, ele fazia excursão, quando tinha reunião lá [inaudível] Colégio, **quando o Brizola vinha, ele fazia**, levava. Eu, uma quantas vezes. **O Brizola sentava no chão, no capim com nós** lá, pra conversar. Fazia churrasco, o pessoal dele trazia churrasco para fazer, pra reunir o pessoal, nós via o pessoal, **eu presidia o PTB**, então eu vi [...]

Espíndola, como podemos perceber a partir de seu relato, possuía um vínculo forte com o partido, uma vez que chegou a presidi-lo<sup>128</sup>. Assim, ele era

---

<sup>128</sup> Na entrevista de 17 de julho de 2018, Espíndola relata ter, ao longo de sua trajetória, atuado em outros dois partidos, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), os quais ajudou a fundar em Rio Grande. Decidimos não aprofundarmos nessas questões partidárias, contudo, destacamos que com a mudança do contexto social, ele manteve-se atuante politicamente.

um articulador entre os operários e também partidários. A passagem acima demonstra que, no mínimo, algumas vezes Brizola se direcionava até o município para conversas e articular com suas bases. Espíndola, e outros, faziam questão de ir ao encontro do líder político do estado. E esse, na sua visão, os recebia de forma humilde e receptiva, na medida que agia como eles, sentando-se no chão com eles e oferecendo churrasco<sup>129</sup>.

Essa visão, nos permite identificar a proximidade e o vínculo que Brizola estabeleceu com suas bases. Além disso, a visão de Espíndola, nos faz compreender o forte sentimento que ele possuía por Brizola. Espíndola se identificava como getulista e brizolista. Essa passagem é importante, porque nos ajuda a entender a proximidade do governador com alguns setores do município, bem como, entender o afinco da ação dos operários na eleição de Brizola para governador e durante a Campanha da Legalidade em 1961, a qual será discutida no capítulo seguinte.

Assim, destaca-se que o controle político do Porto, exercido por diferentes governadores, ocorria devido a relevância política e econômica que ele exercia entre as relações políticas, econômicas e sociais. Sendo o Porto importante para economia local e regional, seja no seu aspecto industrial/comercial, como também social, ter o controle sobre o modelo de política empregada nele e gerenciar, o quanto possível, os grupos que o administrariam, poderia trazer vantagens políticas, tais como: fortalecer as bases políticas e alinhar os interesses produtivos do setor industrial com os do Governo.

Assim, era reconhecida a importância do governador, na visão de Espíndola, pois “Se não fosse o Brizola, na época, nós não tínhamos fundado o sindicato. Porque era uma pressão, era uma pressão tão grande do capital em cima de nós, que nós não íamos conseguir”<sup>130</sup>. Essa pressão era significativa, tanto que:

As vezes chegávamos a passar a noite inteira, e íamos até de manhã, organizando. Nós chegamos ao ponto, para dizer para vocês, que ficamos assim, com tanta vontade de criar uma associação... porque o

---

<sup>129</sup> Não nos aprofundaremos quanto a esse tipo de prática política – muitas vezes encaradas como parte do populismo –, visto que, o que nos interessa é como Brizola era visto por Espíndola, já que isso gerou o apressado pelo líder, que contribuiu para a luta ao seu lado.

<sup>130</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

peçoal não queria, porque tinham medo. Sabe o que nós fizemos? Precisava de não sei quantas assinaturas. Falsifiquemos assinaturas. Olha, e não foram poucas. Nós devemos ter falsificados umas 150 assinaturas.<sup>131</sup>

Como a administração portuária, sobretudo através dos capatazes, vinculados ao DEPREC pressionavam os operários, foi difícil obter a adesão de significativa parcela dos trabalhadores. Contudo, sem esse número ficava impossibilitado a criação do Sindicato, portanto, “forjar” as assinaturas foi a única forma que a então direção da associação conseguiu um número suficiente para requerer a carta. Tomaram essa ação “porque a gente via que aquilo ali, nós estávamos procurando a criar um esquema de trabalho pra melhorar para as pessoas. Mas eles, não entrava na cabeça”<sup>132</sup>. Assim, para Espíndola essa era uma atitude plenamente justificada, visto que, no entender do mesmo, traria melhorias para a vida dos trabalhadores que viviam acuados pela administração portuária. Todavia, eles estavam cientes dos riscos que a atitude poderia gerara para eles e seus planos de sindicalização “Tanto que depois, o falecido Dinarte, até pegou e queimou aquelas [...] Foi queimada a documentação do sindicato”<sup>133</sup>. Atualmente, Antonio Espíndola conta esse episódio sorrindo, evidenciando que como já se passou 50 anos do ocorrido, não traria mais problemas.

Tal ação, no entender de Espíndola, de passar longas madrugadas discutindo a questão operária, em diversas localidades, inclusive na peça onde morava o próprio Espíndola, foram fundamentais para a aquisição da Carta Sindical, para “cambiar” de Associação Civil para Associação Profissional, e posteriormente, pelo apoio do João Goulart e de Brizola, a Carta Sindical, em 1959: “Aí deitamos e rolemos”<sup>134</sup>.

Todavia, esse processo de formação do sindicato, levou a uma divisão entre os operários. Parte desses, decidiram se sindicalizar, a outra menor, devido as negociações que aconteceram com a administração portuária, não se

---

<sup>131</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>132</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>133</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>134</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

sindicalizou e passaram a fazer parte do quadro de efetivos dos funcionários do referido Porto, segundo informações obtidas informalmente, através de um concurso para atuarem como serventes e serviços gerais.

Segundo Gandra (2016), a consolidação do Sindicato dos portuários ocorreu entre os períodos de 1959 a 1964, período que corresponde ao momento em que o Sindicato ganhou evidência/prestígio e seus trabalhadores passaram a ostentar uma visível melhora em suas condições de vida e trabalho.

Por fim, enfatizamos que tanto a resistência na sindicalização como a divisão dos portuários gerada, reforça que não era plenamente desenvolvida, antes de 1959, uma identidade coletiva da categoria, que superasse os enormes desafios da criação da entidade sindical. Os trabalhadores portuários, em vários momentos, não se entendiam necessariamente como grupo, e isso, possivelmente, devia-se ao modelo de serviço avulso e sazonal, bem como pela falta de representatividade. Assim, quando o Sindicato se edifica, há um estímulo na compreensão e um sentimento de pertença enquanto um grupo cujos interesses convergem.

## **2.4 O sindicato**

Com a fundação do Sindicato vemos que diversas melhorias ocorreram e os trabalhadores estabeleceram-se como negociadores entre a administração portuárias, bem como operavam em vários espaços buscando ampliações de direitos. Como vimos anteriormente, até a organização do Sindicato era comum os operários se reunirem um na residência do outro, a fim de discutirem a condição da vida operária e quais ações deveriam tomar, diante de seu contexto. Espíndola era um integrante desse grupo que cedeu sua residência, como já mencionado, para esses encontros.

Contudo, conforme a documentação que fazia o balanço de bens adquiridos pelo Sindicato, em 1961, ou seja, cerca de um ano após a fundação do sindicato, os operários ainda não possuíam uma sede permanente. Abaixo podemos ver o documento, com o balanço dos bens adquiridos pelo sindicato até 1961:

BALANÇO DE BENS DOS SINDICATOS DE 1961, DOS IMÓVEIS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS, BENS E COUSAS, CRÉDITOS E DÉBITOS, DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS DE RIO GRANDE.			
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIAS	
		PARCELAS	TOTAIS
<b>A T I V O</b>			
<b>BENS IMÓVEIS</b>			
1	Prédio de madeira, 5,40x7,80, coberto de telhas de barro, localizada na esquina das ruas, Dr. Marciano Espíndola e Dezenove, construído em terreno próprio, cercado de madeira, servindo atual e provisoriamente de sede do Sindicato.....	80.000,00	80.000,00
<b>MOBILIÁRIO E INSTALAÇÕES</b>			
1	Máquina de escrever, "Remington", modelo antigo, carro curto, reformada e em funcionamento, capa de lata.....	15.000,00	
1	Máquina de escrever, marca "Olivetti-Remington 80", c/135 espaços, matrícula 565339, moderna, adquirida este ano	55.000,00	
1	Armário de pinho, lustrado, c/portas envidraçadas, 1,00x0,80x0,40, para a guarda de livros e material de exped.	300,00	
1	Mesa escrivaninha c/4 gavetas e 1 nicho, lustrada, 1,00x0,80x0,40, usada como mesa de máquina escrever.....	300,00	
67	Cadeiras tipo colonial, c/assento de palha, sem lustro ou pintura, sendo 31 já bastantes usadas.....	8.150,00	
1	Mesa-biro com sete gavetas, lustrada, de pinho, 0,90x1,50x0,70.....	3.500,00	
2	Lampêses de iluminação a querosene, c/recipientes de vidro.....	120,00	
1	Grampeador para uso no escritório....	320,00	
1	Máquina de furar papéis p/arquivar...	200,00	
1	Mesa comprida, de pinho, c/tres gavetas, medindo 2,50x0,65x0,70.....	500,00	
1	Filtro de barro p/uso na Sede, p/filtragem e armazenagem de água potável.	600,00	
1	Cama-gaita, retrátil, de madeira e lãna.....	900,00	
1	Pasta de couro, para guarda e porte de papéis e documentos de uso da Diret..	2.680,00	
1	Cofre de aço, Marca , mod R-1, reg. 669, medindo 1,50x0,60x0,60	23.000,00	111.570,00
<b>BIBLIOTECA</b>			
Valor de 21 volumes como segue:			
1	Consolidação das Leis do Trabalho p/ Alense Caldas Brandão (1956)....	300,00	
1	Consolidação das Leis do Trabalho p/ Alense Caldas Brandão (1959)....	450,00	
1	Consolidação das Leis do Trabalho p/ Viçar Valério (3ª edição)...	200,00	
1	Legislação Portuária do ano de 1958..	250,00	
1	Legislação Trabalhista Correlata p/ Alense Caldas Brandão.....	300,00	
1	Previdência Social p/ Julião Campos Amaral (1959).....	470,00	
14	Livretos de assuntos diversos que compõem a Caixa Linfalfa Color.....	250,00	
1	Lei Orgânica da Previdência Social de 1961.....	300,00	2.520,00
	a transportar.....		194.090,00

**Imagem 6:** Balanço de bens dos sindicatos  
Fonte: arquivo do Sindicato dos portuários. 1961.

Através do documento podemos constatar os inúmeros bens existentes no sindicato. É visível que o documento divide os bens em três categorias distintas, sendo elas: Bens Imóveis, Mobiliário e Instalações e Biblioteca. No Bens Imóveis, refere-se a estrutura física da sede. Como podemos perceber, no documento apresenta que o sindicato possuía uma sede provisória em um prédio de madeira com telhas de barro, construído em um terreno não próprio, localizado na esquina das ruas Dr. Marciano Espíndola e Dezenove.

No registro de Bens Imóveis, podemos perceber alguns itens básicos para o desenvolvimento das atividades, como: máquinas de escrever, armário, escrivaninha, cadeiras, mesas, lampiões de iluminação, grampeador, máquina

de furar papel, filtro de barro para beber água, cama-gaita, pasta de couro e um cofre.

Na Biblioteca encontramos cerca de 21 volumes de documentos, a saber: livros sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (1956 e 1959), Legislação portuária (1958), Legislação trabalhista, Previdência Social, Lei orgânica da Previdência Social (1961) e livros diversos. Assim, a biblioteca era uma parte importante do sindicato, pois, era o local onde recorriam para compreender as leis e assim buscar lutar pelos direitos, diante do porto e na justiça. É perceptível a importância desse local, pois, muitos desses registros permaneceram até o presente salvaguardados pelo sindicato, possibilitando expandir a pesquisa.

Não encontramos registros que mencionem a localização do sindicato em 1962, porém, quando consultamos os documentos de janeiro de 1963, neles já constam que o sindicato possuía uma sede própria na rua General Câmara, 102. Assim, é possível constatar que demorou cerca de dois anos para que pudessem conquistar um local próprio. Segundo Espíndola, a conquista da sede deveu-se muito da contribuição dos mais de 400 dos operários sindicalizados, que davam uma porcentagem do que ganhavam ao sindicato. Ele diz que quando compraram o local, ele era um “lixo”, onde hoje é um prédio de dois andares, com a associação dos aposentados em baixo e o Sindicato na parte de cima.

Como já mencionamos, Espíndola atribuiu a criação do sindicato a forma como os operários eram tratados pela administração do Porto. Assim, é importante vermos que as atribuições que esse sindicato possuía, iam a favor dos interesses dos operários. Destacamos apenas algumas, as quais julgamos profícuas para essa discussão, a fim de não prolongar demais a questão. Primeiramente, podemos identificar que algumas das atribuições que o sindicato passou a ter foi a de realizar eleições para estabelecer a sua diretoria, assim como, de organizar a mão de obra que prestaria os serviços. Abaixo podemos ver uma tabela, na qual encontramos alguns nomes que compunham a diretoria, de 1961 a 1966:

<b>A partir dos documentos fiscais podemos perceber que em:</b>	
1961	Dinarte Luis Alves era o presidente do sindicato, Moacir Martins Rodrigues era o Tesoureiro, Noely Celso Soares Leal, Satiro Araujo Moraes, Rui S. Silveira eram do Conselho Fiscal. O técnico em contabilidade era o Ruy Soares Godinho
1962	Dinarte Luis Alves era o presidente do sindicato, Moacir Martins Rodrigues era o Tesoureiro
1963	Nos documentos não constavam as assinaturas
1964/66	No documento do balancete, período de 1 <sup>o</sup> a 31 de janeiro de 64, quem assina como Tesoureiro é Cosmos Antonio da Costa, e no conselho fiscal José Santos da Silva, Noely Celso Soares Leal e José Manoel Lobato. Até 30 de abril Cosmos assina como Tesoureiro, já no balancete de maio 64, quem passa assinar é João Borges. Cosmos, nesse período, torna-se o Presidente do Sindicato até 1965. O período em que começa a aparecer o nome de Jose dos Santos Leal como Presidente é 1966. Noely Ceso Soares, permanece no conselho fiscal, porém, Antonio Baldez e Lucidio Arocha de Oliveira, assinam. O técnico em contabilidade era o Ruy Soares Godinho, também permanece.

**Tabela 1:** integrantes da gestão do sindicato  
 Fonte: coletada pelo Autor a partir dos arquivos do Sindicato

Os nomes citados foram obtidos através da assinatura de alguns documentos fiscais do Sindicato, portanto, a tabela não apresenta o nome de todos que atuavam na parte administrativa do sindicato. Dessa forma, isso justifica o motivo de não constar o nome de Antonio Nailem Espíndola na relação acima.

A partir do exposto, podemos refletir que a partir da fundação do Sindicato os operários passaram a escolher os representantes que ficariam responsáveis pela gestão do Sindicato e seus bens, ou seja, aqueles que estabeleceriam as negociações e acordos com a administração do Porto e que pagariam os trabalhadores. Além disso, também a ficar sob responsabilidade do sindicato estabelecer as dinâmicas dos grupos de trabalho – Rodízios e Ternos.

Assim, o Sindicato edificava-se de forma concreta como representantes dos trabalhadores portuários de capatazia, uma vez que, possuía legalmente tais atribuições e estavam inseridos em uma dinâmica permanente de negociação com a administração portuária, outras entidades e o poder público. Convém destacar, que não queremos dizer que as decisões tinham pleno acordo entre os trabalhadores, mas se evidenciou uma maior participação dos trabalhadores nas decisões, o que diferenciava em muito o cenário anterior, o qual as decisões eram impostas pela administração do Porto, tendo uma baixa participação dos operários, impossibilitando ou minimizando sua capacidade negociativa. Em outras palavras, escolher a equipe gestora e organizar os grupos de trabalho, foi uma mudança significativa na condição de vida e trabalho operária.

### **2.5A sindicalização: condição de vida e trabalho**

Neste item é importante mostrar as transformações significativas ocorridas com a emergência do Sindicato dos Trabalhadores Portuários nos Serviços de Capatazia. Tomando como prisma Antonio Nailem Espíndola, observamos que ao longo de 1960 até 1964, inúmeras melhorias seriam incorporadas à categoria, e ele se tornaria uma das referências sindicalistas de luta para aquisição e manutenção dessas conquistas, em Rio Grande, segundo as fontes consultadas. A partir das fontes, compreendemos que sua condição de vida, nesse processo, teve uma mudança significativa, passaria da invisibilidade política/sindical e da insegurança na manutenção de seus ganhos, para uma situação de prestígio e melhoria da condição de vida e trabalho.

Nesse momento, Espíndola, combinaria as atividades de operário de dirigentes sindical, com as de trabalhador das docas. No entanto, as atividades como Fiscal do Sindicato na orla tomavam a maioria do seu tempo. Visto que, sua posição dentro do sindicato o diferenciaria de seus demais colegas que atuavam somente na rotina de carga e descarga. A partir da fundação do Sindicato, passou a ocupar posições de caráter mais administrativos dentro do mesmo, e gradativamente não mais atuando nos serviços braçais a beira do cais:

Primeiro eu fui Fiscal Geral<sup>135</sup>. Fiscal geral, acho que dois anos. Depois, fui secretário. Foram os dois cargos que eu tive. E presidente interino. Quando o Dinarte se afastava, que às vezes ia, e chegava a tirar um mês lá no Rio, eu ficava na presidência.<sup>136</sup>

Aqui percebemos a mudança em relação a sua atuação. Quando servente avulso, Espíndola dependia dos capatazes para distribuição do serviço. Quando houve a sindicalização, e o Sindicato passou a ter o protagonismo no processo de gestão da prestação de serviço, Espíndola tornou-se o fiscal responsável por distribuir os serviços – dentro do sistema de rodízio – organizar os grupos de trabalho – nos ternos –, e indicar quem seria o capataz (responsável por fiscalizar o andamento da atividade) do terno. Ele se tornou o fiscal geral, ou seja, quem organizava as equipes e coordenava a realização das atividades dos operários durante a prestação do serviço. Isso o colocava em uma posição de destaque nesse processo.

Vemos aqui, nessa primeira função, outro processo importante de seu crescimento e prestígio. Espíndola passa a ampliar sua relevância e influência, visto que ele passa a indicar o responsável por gerenciar o grupo de trabalho, assim como, fiscalizar e, se necessário, notificar o operário que não desempenhasse a função conforme o esperado. Assim, sua função passou de mais um trabalhador braçal, para o coordenador dessa atividade.

Conforme a documentação salvaguardada por ele, podemos identificar que a partir de 02 de dezembro de 1962, tornou-se Secretário do Sindicato. Esse documento foi utilizado por Espíndola na Comissão da Anistia, e consta a assinatura de José dos Santos Leal, Paulino Airton Fondaik, Hélio Amaro Soares e Auri Machado de Castro, em 2001, os quais confirmavam que conheciam Espíndola e que ele havia tido seus serviços interrompidos pelo DEPREC em abril de 64.

---

<sup>135</sup> Na mesma entrevista ele também afirma que primeiramente foi Tesoureiro, depois fiscal geral e depois secretário.

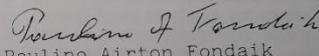
<sup>136</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

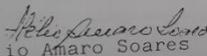
DECLARAÇÃO

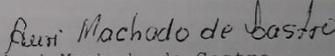
Nos, abaixo assinado "declaramos" a quem possa interessar que, conhecemos o Sr. Antonio Nailem Espindola desde o ano de 1958, e que o mesmo assumio as funções de Secretário do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande, no dia 20 de Dezembro de 1962, e interrompido seu mandato, em Abril de 1964, por ter sido despedido do Departamento Estadual de Portos Rios e Canais.

Rio Grande, 24 de agosto de 2001

  
José dos Santos Leal

  
Paulino Airtton Fondaik

  
Helio Amaro Soares

  
Auri Machado de Castro

\*\*\* SERVIÇO NOTARIAL COMASSETTO \*\*\*  
Terreiro Tabelionato - Tab. Carlos Henrique dos Santos  
Rua da Liberdade, 100 - 91100-000 - Rio Grande, RS  
Escritório: Rua da Liberdade, 100 - 91100-000 - Rio Grande, RS  
Assinados por: José dos Santos Leal, Paulo Fondaik,  
Helio Amaro Soares e Auri Machado de Castro, Udu.  
EM ( ) TESTEMUNHO DA VERDADE - (Tabela): Tab. Marcia E. C. dos Santos  
1 Tab. Subst. Carlos Henrique dos Santos 24.08.2001  
1 Tab. Subst. Airtton dos Santos Enclomentos: 5,40  
X Tab. Subst. Sérgio M. dos S. Siqueira 16.11.03-31444-049103

Imagem 7: Declaração

Fonte: Arquivo pessoal de Antonio Nailem Espíndola

Quando ele se torna secretário, passa a atuar ainda mais detalhadamente na gerência da burocracia do Sindicato. Destaca-se sua presença constante nas reuniões, as quais tinha a função de compor a Ata, soma-se a isso, as atividades no controle de toda a documentação do Sindicato. Isso permitia que ele tivesse um grande conhecimento sobre a organização do Sindicato, o tornando um dos seus principais agentes, visto que fazia parte de sua gestão. Essa posição, provavelmente, adveio de ser um dos que possuía maior formação em nível escolar. Seja como for, aqui vemos outra etapa de sua atuação, a qual o coloca em uma posição que permitia vislumbrar vários aspectos da rotina sindical. Destaque e prestígio, foram se consolidando na trajetória de Espíndola, o que

permitiu que, na ausência do então presidente Dinarte Luís Alves, ele se tornasse o presidente interino.

É relevante enfatizar que a sindicalização trouxe além primazia da prestação de serviço na atividade de capatazia, somando-se ao papel de negociador na distribuição das atividades requeridas pelo Porto, também passou a permitir uma maior estabilidade financeira, independente do fluxo de navios no Porto de Rio Grande. Esse fato, por si só, foi um estímulo à sindicalização, o que, na visão de Espíndola, permitiu uma maior justiça e dignidade para o trabalhador, que tinha garantido pelo menos um salário mínimo por mês, por conta da legislação. Além disso, com a edificação da entidade sindical, os operários organizados adquiriram maior representatividade nas disputas sindicais da categoria em âmbito nacional e regional, e assim, participando, esses militantes, com maior ênfase nas lutas sindicais.

Essas conquistas de direitos não tardaram a chegar até os portuários riograndinos:

Foi rápido. No momento em que nós cambamos a carta, que passamos para sindicato. Quer dizer, aí, a primeira coisa que aconteceu **nós passamos a ganhar, tivesse ou não tivesse trabalho**, se não tivesse trabalho, nós ganhávamos escala fria, que se chamava. Quer dizer, **a gente tinha que responder todos os dias**, toda a hora, por exemplo, às sete da manhã, a uma da tarde, era de noite só que não, aquilo ali **à noite era extra**, mas durante o dia a gente respondia escala de manhã, às sete horas e a uma hora, tivesse ou não tivesse trabalho, aí ganhava a diária. Não tendo trabalho, ganhava a diária.<sup>137</sup> [Grifo Nosso]

Conjuntamente com primazia no acesso ao trabalho e o papel de negociador da organização desse, essa, possivelmente, tenha sido uma das maiores conquistas que a categoria obteve, embora não tenha sido a única relevante. Dizemos isso, pois, conforme vimos anteriormente, uma das questões que impactou Espíndola em seu ingresso no Porto foi ter retornado à condição de insegurança, uma vez que não havia garantia alguma de remuneração fixa, mas era perceptível um campo de possibilidades de crescimento. Além disso, os operários eram obrigados pela administração a comparecer aos para responder a chamadas, independentemente de não haver serviços para todos. Ambas

---

<sup>137</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

questões, já discutidas, fazem parte do modelo de sazonalidade e da condição avulsa do trabalho. Portanto, receber a “diária”, a qual era paga quinzenalmente, foi uma conquista, para Espíndola, de dignidade e reconhecimento que garantiam um maior campo de ação e respaldo da categoria portuária.

Nesse sentido, a primazia de prestação das atividades, garantia a regularidade de trabalho dos portuários sindicalizados na orla do Porto. A negociação na distribuição permitia, através da sistematização dos grupos de trabalho (os ternos) e o rodízio, fato que possibilitava que todos os operários trabalhassem em algum momento, sem grandes distorções. Contudo, receber a chamada “escala fria”, ou seja, mesmo quando não houvesse trabalho, seria um elemento de conquista profícuo para seguridade financeira. Como o operário deveria estar à disposição, tendo que ir até o porto responder a chamadas, Espíndola entendia ser justa a remuneração

Segundo nossas fontes, como já mencionado, atuavam conforme necessidade portuária da circulação de mercadorias, a qual requeria uma intensa dinâmica de trabalho abarcando tanto à noite, como também finais de semana, feriados ou mesmo quando as condições climáticas eram desfavoráveis a atividade. Assim, é perceptível que a jornada de trabalho era muito desgastante e perigosa, que os trabalhadores lutavam por uma melhor remuneração. A partir de uma das memórias de Espíndola, podemos compreender como era extenuante a atividade, causando extremo cansaço. Isso, por sua vez, poderia gerar conflitos entre os operários e os capatazes do porto, uma vez que eles cobravam celeridade e produtividade dos trabalhadores:

O cavanhaque era um sujeito muito ignorante, coitado. [...] O cavanhaque era capataz geral. Nós estávamos fazendo um carregamento de couro, salgado, no armazém A7, ali, era uns carrinhos de roda de ferro, e a gente botava os couros encima daquilo ali, e levava para o cara lá embarca. Mas o couro vinha nuns caminhões, botava, ficava um monte. Por exemplo, duas vezes esse forro aqui, de altura de couro. Então, as pessoas tinham, uns subiam lá pra cima do monte aquele, pra derrubar o couro lá de cima, para os outros lá embaixo botar no carrinho. E o rapaz subiu lá e tava, nós já tínhamos trabalhado todo o dia, e tavamos trabalhando toda a noite lá, fazendo praticamente vinte e quatro horas de trabalho. E o cara tava cansado, era um cara magrinho. E era meio tísico. Bom e o cara estava que não aguentava mais. E o cavanhaque chegou lá e começou a ofender ele. Por que ele tava produzindo pouco mesmo, por que tava cansado. Já não tinha mais condições. E aí o cara disse um desaforo para o cavanhaque, e o cavanhaque subiu, por que ele era meio violento, subiu aquela pilha de couro assim. Quando ele chegou lá em cima, o

cara deu um soco assim, no meio da testa, que ele rolou por aquele couro. A, pegaram o cara e colocaram na cadeia.<sup>138</sup>

Apesar de Espíndola não dizer de qual período se tratou o ocorrido, nos é perceptível que foi uma vivência sua de quando ainda atuava nos serviços de carga e descarga, no cais. Portanto, provavelmente anterior a formação do Sindicato. A partir dela, vemos que Espíndola e seus companheiros, a fim de obterem a remuneração, trabalharam uma carga horária extenuante. Isso se devia pela necessidade de obter rendimentos extra, quando possível. Contudo, também nos é visível que a realização da carga horária excessiva gerava problemas e risco para os operários, os quais eram cobrados pela baixa produtividade que ocorria quando o corpo não respondia mais com a mesma eficiência, devido ao cansaço no desempenho da sua função braçal. O que importava, nessa situação, para o Porto, era a celeridade na realização da circulação de mercadorias, não importando o desgaste da mão de obra.

Observamos que a historiografia costumeiramente versa sobre essa questão. O trabalho extenuante e perigoso é um dos pontos mais abordados pelos estudiosos, visto que é constitutivo das atividades típicas exercidas nesse setor. Destacamos a esse respeito o trabalho Jairo Fleck Falcão (2009) que também teceu considerações a respeito, mas que também apresentou:

Como no trabalho braçal, o corpo físico é a principal ferramenta. A experiência desses trabalhadores faz que o exercício dessas tarefas braçais permaneça na lembrança, nuançado pelos eventos significativos que foram incorporados no dia-a-dia dos trabalhadores os quais, ao longo do tempo, se misturaram à tarefas executadas e passaram a fazer parte da memória. (FALCÃO, 2009,p.139)

Assim, o autor demonstra a força que tais atividades e situações geravam, em decorrência dessa característica labutar, e tornam-se uma parte importante das memórias dos trabalhadores.

No caso riograndino, possivelmente, esse uso da força de trabalho dos operários, levou os mesmos a reivindicar por melhores remunerações e organização da prestação dos serviços. Assim, podemos ver algumas portarias

---

<sup>138</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

que foram lançadas pelo DEPRC que buscam regular tal dinâmica, conforme verificamos na documentação guardada pelo Sindicato.

A Portaria nº 1535, de 29 de setembro de 1960, (que trata do contido no ofício nº 61 de 4 de agosto de 1960, que no Departamento Estadual de Portos Rios e Canais – DEPREC – consta como processo nº6280/60) assinada pelo diretor geral, Engº Edu Baroni, diz respeito da remuneração dos trabalhadores portuários nos domingos e feriados. Conforme aponta o documento, trata-se de uma reivindicação realizada pelos Trabalhadores em Serviços Portuários de Porto Alegre. Ela determina que:

[...] a remuneração aos trabalhadores portuários, nos domingos e feriados, seja a base dos salários a que fizeram jus durante a semana, no horário normal de trabalho, ou seja, no período de serviço ordinário, de conformidade com o que estabelece o artº 7º, letra C), da Lei nº 605, de janeiro de 1949. Nas mesmas condições e na forma do disposto no artº 140, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, deverão ser remunerados os períodos de Férias.<sup>139</sup>

Podemos perceber que a portaria regulamenta o cumprimento e a forma de remuneração devida aos operários, que reivindicam seu direito. É possível que até então, não houvesse, portanto, um padrão remuneratório satisfatório para os trabalhadores, assim, através de seu Sindicato puderam realizar a luta coletiva pelo direito. Embora tenha a reivindicação tenha partido de Porto Alegre, possivelmente, ela serviu de base para Rio Grande também, por isso a necessidade de guardar a documentação.

Dentre as fontes guardadas, também estão inclusas a Portaria nº471 de 29 de setembro de 1960, do Ministério da Viação e Obras Públicas, publicado, que trata sobre (que consta no processo nº25.430/60) o trabalho dos portuários de Santos. Nele se determina um:

Acréscimo de 30% no pagamento quando trabalhar no tráfego sob chuva (a céu aberto), quando o serviço for requisitado por terceiros e cobráveis do mesmo O recebimento se dará em cima do valor da hora ordinário. Começará a constar a partir do início do trabalho, se já estiver chovendo, ou quando começar a chover, até o término no trabalho (conta-se a hora da refeição).<sup>140</sup>

---

<sup>139</sup> Arquivo do STSPRG. BRASIL. A Portaria nº 1535, de 29 de setembro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC). Rio Grande do Sul. 29 set. de 1960

<sup>140</sup> Arquivo do STSPRG. Portaria nº471 de 29 de setembro de 1960. Ministério de Viação e Obras Públicas.

No contexto riograndino, o Sindicato conquistou também uma taxa de insalubridade devido ao risco de atuar no cais em dias chuvosos, entre outras conquistas trabalhistas.

A partir de ambas as portarias, percebemos que os portuários de Rio Grande, possivelmente, utilizavam dessas informações para requisitar melhorias para si. A partir das portarias, vemos que essa busca por direitos vinha em favor da requisição dos trabalhadores, mas, também garantia o interesse dos portos e dos empresários. Se tomarmos como referência a situação apresentada por Espíndola, podemos ver que a própria condição da atividade no porto, por si só causava risco<sup>141</sup>. Assim, em dias chuvosos a atividade estava sujeita ao agravamento dos riscos que as condições climáticas geravam.

Dessa forma, concluímos que a exposição dos operários a essa situação vinha em favor da celeridade e eficiência requisitada pelo setor. Portanto, ela cumpria um importante papel para o empresariado, que era de manter a produtividade das atividades portuárias, independente das condições climáticas ou da carga horária de trabalho que o operário seria submetido. Isso evitava maiores custos com as taxas cobradas pelo porto. Em contrapartida, para o operário, essa lógica produtiva gerava o ímpeto em trabalhar cada vez mais, visto que, havia a possibilidade de obter maiores rendimentos. Além disso, também havia uma disputa por atuar nos melhores serviços, ou seja, os que geravam maiores ganhos, devido taxa de produção que ganhavam. Isso, nos permite compreender a complexidade no setor, mas que contribuía para a criação de contextos de excessivas prestações de serviços e desgaste dos trabalhadores – além de disputas entre os operários, uma vez que buscavam as atividades com maior rentabilidade –, que devido aos ganhos se sujeitavam a essas situações.

Entretanto, evidenciamos que, diante do jogo de forças e frente ao contexto, um caminho possível encontrado pelos trabalhadores foi a reivindicação de uma melhor remuneração e da regularização dos ganhos, a qual foi possível a partir da ação sindical.

---

<sup>141</sup> Além de Espíndola, podemos observar a partir de autores como Fernando Teixeira da Silva, na caracterização que este faz das atividades portuárias, a apresentando deste de contexto de desgaste e perigo aos operários.

Destacamos também que a guarda desses documentos, referente a requisições de outros portos, demonstra, a nosso ver, que o processo de sindicalização permitiu que as conquistas requeridas por um grupo, poderia alcançar todos, independentemente do porto que atuassem. Assim, ter em mãos essas portarias era um instrumento de político e jurídico que o sindicato poderia fazer para reivindicar melhorias para a categoria.

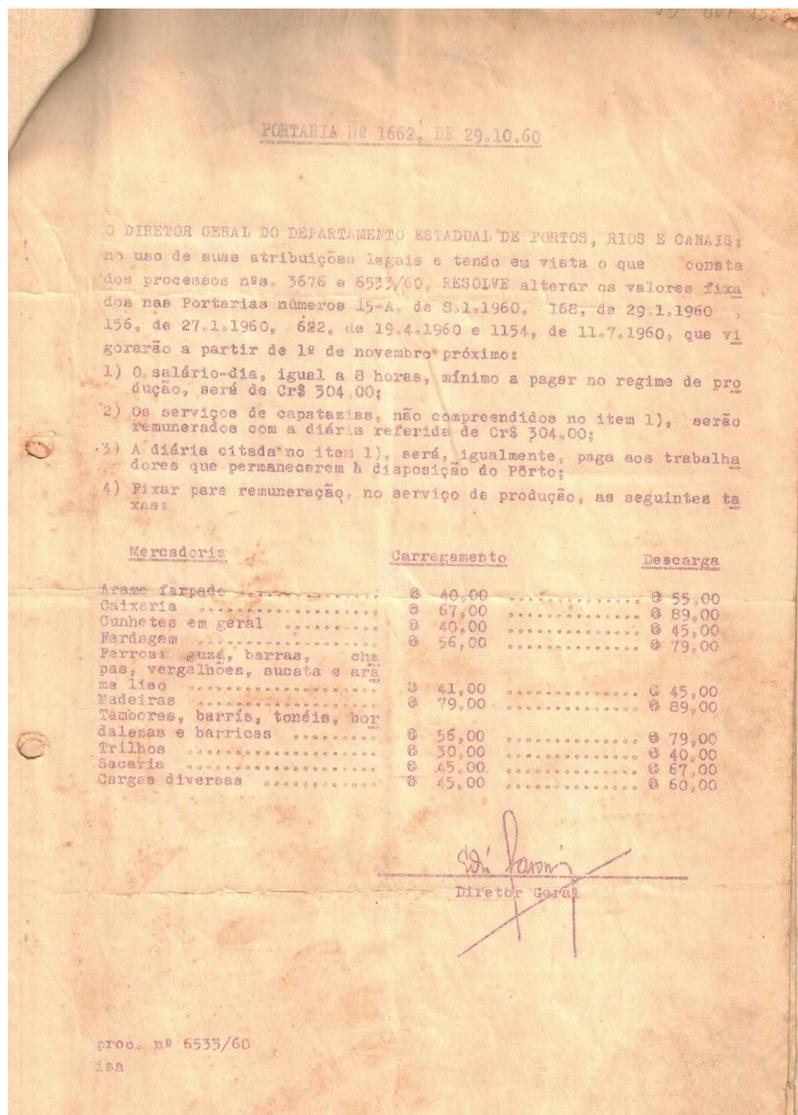
Pensar a partir dessa questão, nos permite compreender as ações de Espíndola, no momento em que demonstrava indignação por muitos operários não aderirem inicialmente ao sindicato. Quando ele, em conjunto com seus companheiros, decidiu fundar o Sindicato, como vimos anteriormente, ele formava a consciência de que isso traria maior força para a categoria. Ele percebia que a atuação coletiva era o único meio de lidar com essa estrutura que tornava incompatível os seus interesses com os do Porto e dos empresários. Sua tomada de consciência adveio da experiência vivida e da relação que estabelecia com os operários.

A sindicalização implicou em uma melhoria salarial expressiva, na vida de Espíndola. Como vimos, os trabalhadores passaram a receber a escala fria, ou seja, passaram a ter um salário mensal. Contudo, conjuntamente com esse salário, recebiam por produção, ou seja, um valor extra conforme o valor do produto com que trabalhavam. Na documentação do sindicato, encontramos a Portaria nº1.582 de 10 de outubro de 1960, do DEPREC que determina o aumento da tarifa portuária, e a elevação das diárias a 25%, além da taxa de remuneração do trabalho por produção em 35% para os trabalhadores portuários, até que “proceda ao reajustamento desses salários, após a decretação do salário mínimo para o estado”<sup>142</sup>. Assim, mesmo antes da oficialização do salário mínimo para a categoria, os operários já passaram a perceber melhorias.

No dia 10 de outubro de 1960, o diretor geral apresenta os valores a serem recebidos, conforme podemos observar no documento abaixo:

---

<sup>142</sup> Arquivo do STSPRG. Portaria nº1.582 de 10 de outubro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC)



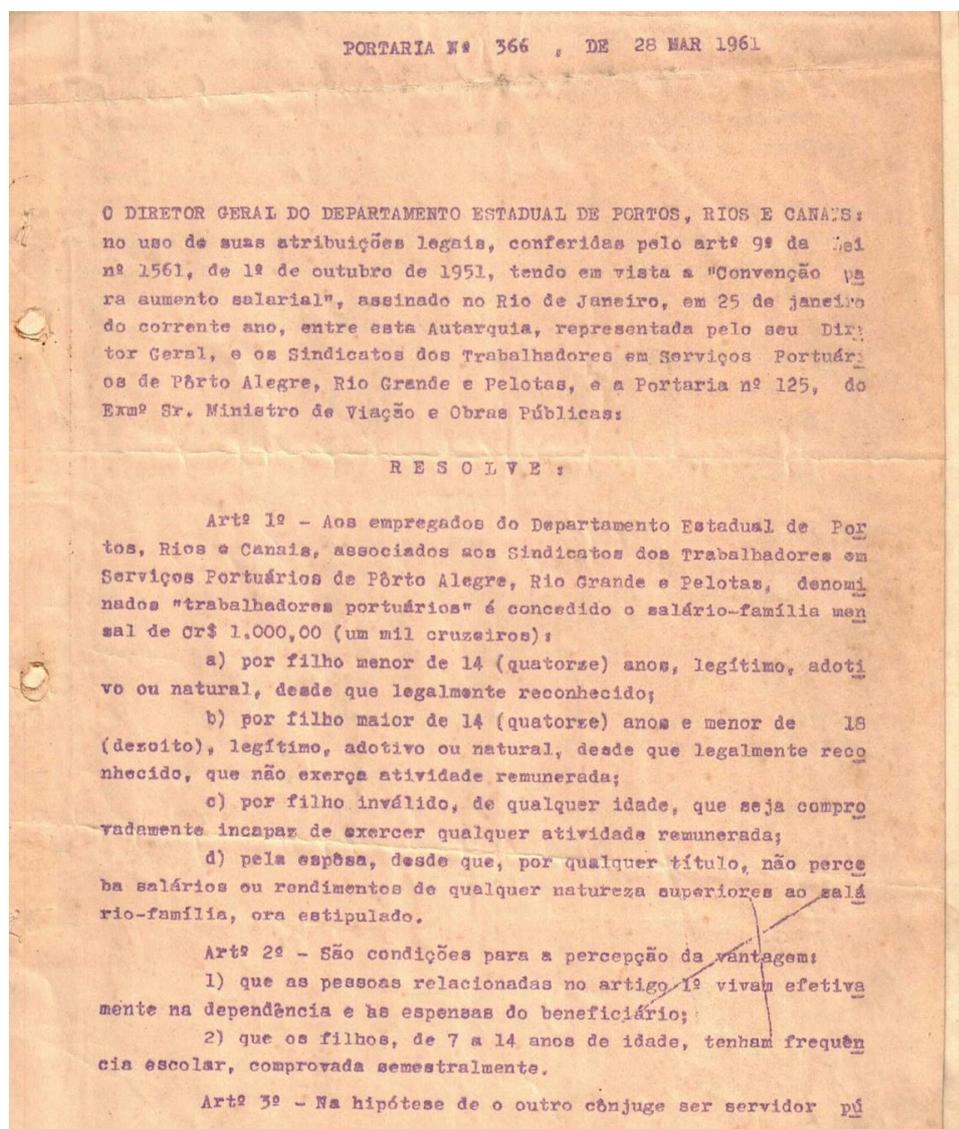
**Imagem 8:** Portaria nº 1662

Fonte: Arquivo do STSPRG. Portaria nº 1662 de 29 de outubro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC).

Através desse documento podemos identificar os valores pagos nas diárias, como os valores por produção. Nesse contexto, na qualidade de Fiscal Geral, a remuneração de Espíndola tinha como base de referência o maior valor percebido entre os operários nas atividades portuárias.

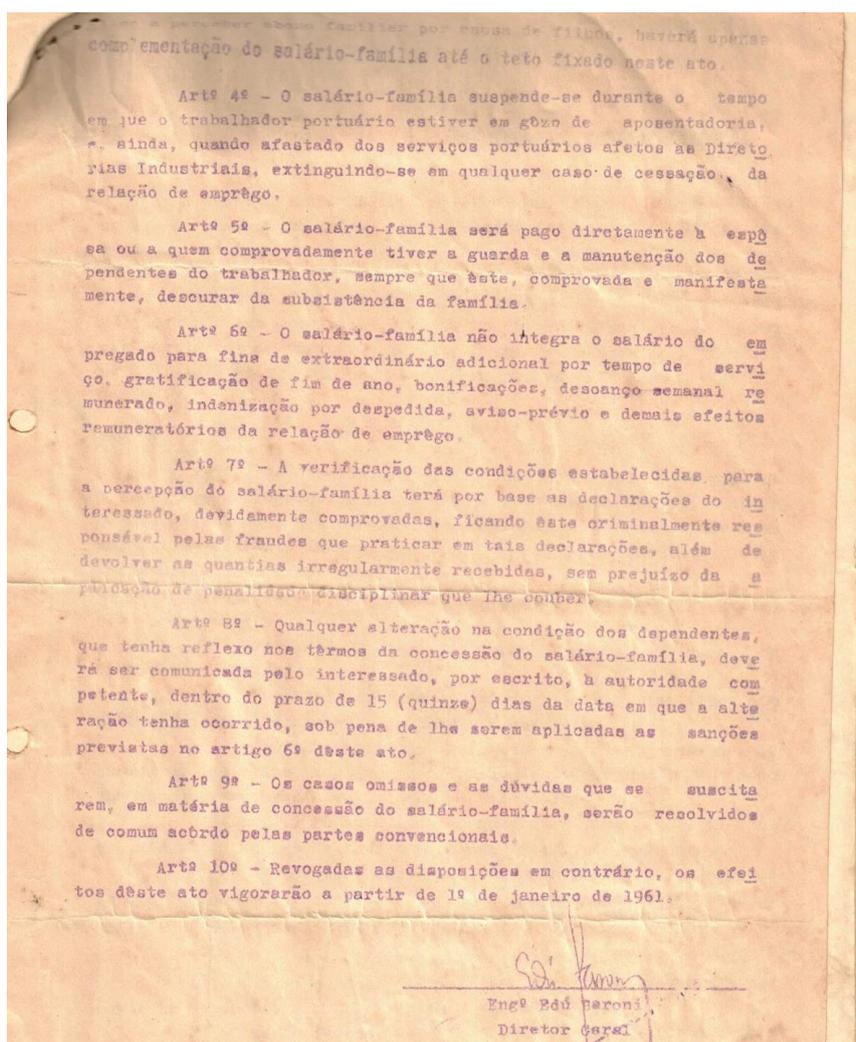
Outras portarias também foram guardadas pelo sindicato, que nos permitem observar mudanças no padrão de remuneração, assim como a obtenção de novos benefícios para a categoria. A Portaria nº366 de 28 março de 1961 trata sobre a decisão do aumento dos salários, realizado a partir da “Convenção para aumento salarial” que foi assinada no Rio de Janeiro, no dia 25 de janeiro de 61, que teve como representantes o Diretor Geral do DEPREC (Edu Baroni) e os

sindicatos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. A baixo damos destaca ao documento:



**Imagem 9: Portaria nº366**

Fonte: Arquivo do STSPRG. Portaria nº366 de 28 março de 1961. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC).



**Imagem 10:** Portaria nº366

Fonte: Arquivo do STSPRG. Portaria nº366 de 28 março de 1961. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC).

O documento acima apresenta uma série de benefícios adquiridos pelos portuários. Assim, ele discorre sobre a concessão do salário-família no valor de mil cruzeiros e define as condições do recebimento. É concedido por filho, menor de 14 anos (legítimo, adotado ou natural, desde que reconhecido); entre 14 e 18, desde que não exerça atividade remunerada; por filho inválido; pela esposa, desde que não possua rendimento superior ao salário-família. É importante observar que além da preocupação do art. 2, da necessidade de todos morarem juntos, é a obrigatoriedade do filho de 7 a 14 anos, estar cursando a escola e isso ser comprovado a cada semestre. Esse conjunto de direitos adquiridos, garantiam maior dignidade às famílias dos operários.

Observamos também que há o pagamento quando na suspensão do pagamento (aposentadoria ou quando afastado dos serviços), além de apresentar que o salário-família será pago para a esposa ou quem tiver a guarda da família, em situações de descaso por parte do trabalhador (assim evitando o desamparo familiar). Cabe nota, que a partir das entrevistas, podemos perceber que os homens eram quem geralmente administravam os ganhos, fazendo com que as mulheres possivelmente não tivessem acesso integral a quantia percebida pelos maridos. Há casos onde os homens possuíam suas contas na Caixa Econômica Federal, e as mulheres não tinham acesso. Isso foi possível perceber, a partir da fala de Espíndola, quanto ao desamparo que muitas mulheres tiveram durante a prisão dos maridos, pelo regime militar em 1964. Outro ponto é a visão que eles deveriam ter continuado com os direitos e que foi injusto o que era imposto pelos “vencedores do golpe”, e que isso virou um modelo de luta.

Outro ponto a ser destacado, nessa questão, é que o próprio sindicato também possuía engajamento e atuava junto com a vivência das famílias dos operários para garantir a subsistência dos filhos e da esposa, em momentos de descaso dos homens. Exemplo de tal situação eram os casos dos operários com problemas com o alcoolismo: “A gente às vezes pegava e chamava os caras lá e aconselhava. Mas os caras, não adiantava, porque bêbado é bêbado. [...]”<sup>143</sup>. O sindicato buscava ajudar o operário, porém, Espíndola reconhece que não havia muito o que fazer. Entretanto, há caso em que o sindicato conseguiu retirar o recebimento da remuneração do marido, e passar para a esposa:

Era eu que pagava. Quando eu era o Tesoureiro, era eu, depois o senhor Cosmos. [...] A gente conseguiu para o dinheiro ser remetido pra lá, entregue pra ele. Por que ele pegava o dinheiro e saía, chegava a passar quatro, cinco dia sem ir em casa, enquanto ele tinha dinheiro andava na rua bebendo e sei lá [...] Se metia nas confusão.<sup>144</sup>

Esse foi um caso específico de um operário, o qual inclusive o sindicato conseguiu interná-lo para tentar uma reabilitação. Contudo, ainda que seja um

---

<sup>143</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>144</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

caso específico, nos permite compreender a dimensão e inserção do Sindicato dentro da vida das famílias. O sindicato não era apenas uma entidade do operário, mas também se estendia a realidade familiar, buscando a integração e dar dignidade para a família. A entidade dos trabalhadores ocupava uma centralidade no cotidiano desses obreiros, era um *lócus* reconhecido e dinâmico no contexto social da época.

Outro exemplo que podemos trazer, agora sobre a integração do sindicato e a família é quanto a um espaço de lazer e sociabilidade, ainda havia aos concursos de mais bela portuária. O que demonstra sensibilidade e aspectos importantes desse *lócus* dos trabalhadores. Como não tinham espaços e clubes sociais de elite, ressignificam essas funções em seu próprio espaço.

Sendo a atividade realizada no porto um trabalho tipicamente exercido pelos homens, aqui vemos a integração das famílias, a partir desses concursos. Aos operários, destacamos os times de futebol<sup>145</sup>, que gerava a integração e disputa entre os operários. Espíndola jogou durante muito tempo no time dos portuários. Contudo, observa-se que, ao mesmo tempo em que era um espaço de lazer, também gerava brigas e confusões:

Os Vargas eram medonhos. Eram impossíveis. Brigavam, andavam sempre armados de faca. Andavam com as facas atravessadas, chegavam a botar duas facas na cintura. Uma atravessada nas costas e outra [...] Mas nós tínhamos também uns brigão.<sup>146</sup>

O exemplo a cima, o qual da centralidade nos irmãos Vargas, não é restrito apenas a esses indivíduos ou apenas aos momentos de jogos. São inúmeros os episódios de conflitos, os quais poderiam ocorrer em diversos momentos ou situações. Como podemos ver pela bibliografia, o Porto é um espaço onde a violência é comumente encontrada. Isso impactava na própria visão da sociedade, a qual via os portuários como perigosos.

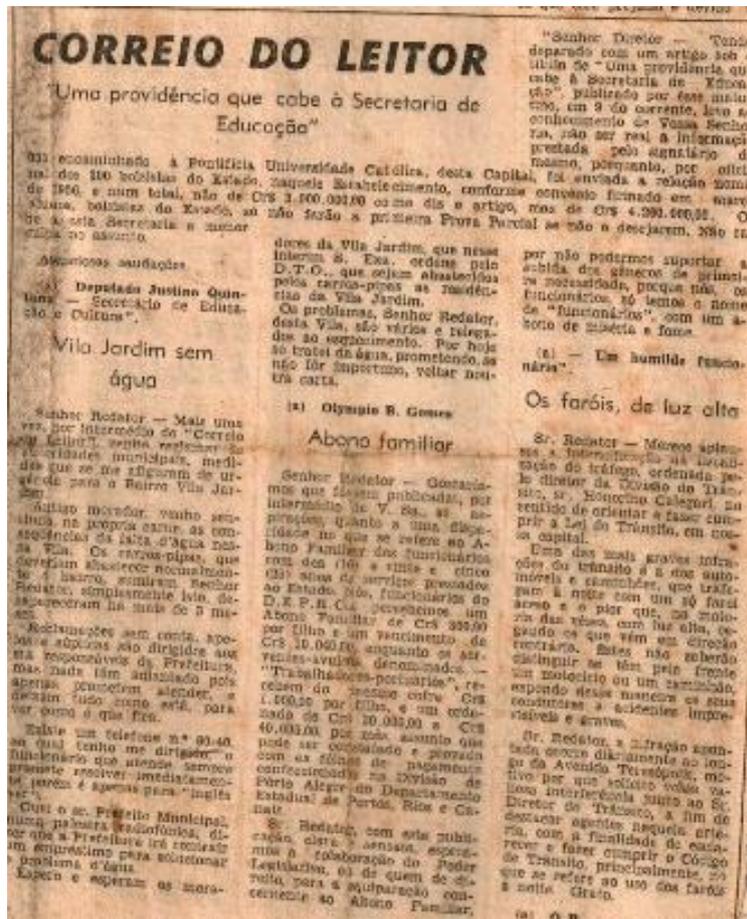
Retomando a questão das conquistas. A rápida e sensível melhora na condição de vida, a partir do salário e dos benefícios alcançados pelos

---

<sup>145</sup> Para mais informações consultar Gandra (1999) e Silva (2016).

<sup>146</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

trabalhadores dos sindicatos, levantou questionamento de funcionários do DEPREC, conforme podemos observar no jornal guardado pelo Sindicato:



**Imagem 11: Abono Família**  
 Fonte: arquivo do Sindicato dos portuários.

Na matéria consta uma reclamação dos funcionários do DEPREC, referente ao abono família, recebido pelos portuários de Porto Alegre, diante de um contexto social de aumento do custo de vida. Conforme a reclamação:

Nós, funcionários do D.E.P.R.E.C percebemos um Abono Familiar de Cr\$ 300,00 por filho e um vencimento de Cr\$ 10.040,00, enquanto os serventes-avulsos, denominados “trabalhadores-portuários”, recebem do mesmo cofre Cr\$ 1.000,00 por filho, e um ordenado de Cr\$ 30.000,00 a Cr\$ 40.000,00, por mês [...]147

A pesar dessa reclamação direcionar-se aos trabalhadores de Porto Alegre, ela nos demonstra como cresceu e melhorou a condição financeira dos

147 Arquivo do STSPRG. Matéria de jornal “Abono Família”.

trabalhadores portuários. É possível compreendermos que, possivelmente, em comparação entre os operários que decidiram pela sindicalização e os que foram para o DEPREC, os primeiros tiveram melhores condições de lutas. Observamos, dessa forma, a existência das contradições internas e espaços de divergência, existentes no setor.

Essas melhorias foram importantes na transformação da condição de vida de Espíndola, – um cotidiano em transmutação – uma vez que a conquista do salário mínimo permitiu ele possuir maior previsibilidade sobre seus ganhos. Também, ao casar-se e ter uma filha, ele pode usufruir desses benefícios. Conforme Antonio Espíndola “Meu salário não baixava de vinte e cinco salários mínimos, na época. Cheguei a tirar, chegar mês de tirar cinquenta salário mínimo. [...] não era muito alto o salário mínimo, mas cinquenta salário mínimo dava bem pra viver, né”<sup>148</sup>.

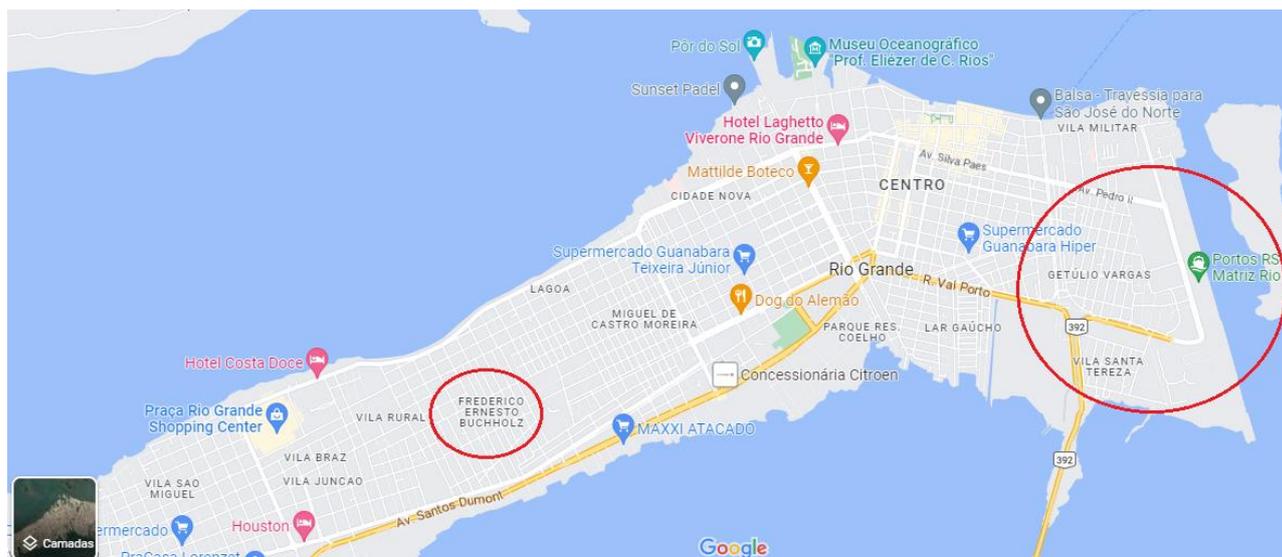
Essa condição salarial impactou sua vida em diversos aspectos. Como já mencionamos no primeiro capítulo, Espíndola precisava constantemente se dirigir ao porto. Assim, utilizava-se de uma bicicleta, para fazer o percurso de sua residência até as imediações portuárias (ou industriais e comerciais). A bicicleta era uma necessidade, pelo baixo custo, já que não se podia arriscar gastar com o transporte, sem a garantia de retorno financeiro. Contudo, essa condição se altera, a partir da fundação do Sindicato.

Com a fundação do Sindicato, e a melhora financeira, entre 1960/61, Espíndola muda sua residência, passando a morar no bairro Frederico Ernesto Buchholz<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>149</sup> Na entrevista do dia 15 agosto de 2019, Espíndola diz que a casa ficava a duas quadras da escola Frederico Ernesto Buchholz.



**Imagem 12:** Distância entre o bairro Frederico Ernesto Buchholz e o Porto  
 Fonte: foto tirada e editada pelo autor, através do Google Maps<sup>150</sup>

Como podemos perceber, na imagem acima, ele mudou-se para uma região sensivelmente distante do seu local de trabalho, ou seja, saindo da região portuária, onde se situavam os bairros operários que surgiram com o Porto. Agora, para se deslocar até as imediações do porto, ele precisaria atravessar toda a cidade. Inicialmente, ele realizava esse trajeto junto a sua bicicleta. Era um longo e cansativo trajeto, no qual revezava em momentos com a moto, também comprada após a fundação do sindicato:

Eu gostava muito da bicicleta. E a moto, gostava muito da moto, mais para fim de semana, aquela coisa. E para trabalho também, quando tinha muita coisa para fazer. E a moto era muito grande, era um motão, era quinhentas cilindradas, dois carburadores. [...] Eu usava gasolina de avião [...] usava a gasolina azul.<sup>151</sup>

Através de sua fala, podemos ver como a rápida melhora financeira impactou na sua vida. A partir da fundação do sindicato ele passou a ter condições de comprar uma moto e sua residência.

Chamamos a atenção para o fato de que sua moto era mais utilizada em finais de semana. Isso, possivelmente, demonstra que no começo era difícil custear o deslocamento constante até o Porto com ela, visto a distância, além

<sup>150</sup> Disponível em <<https://www.google.com/maps/@-32.0387119,-52.1124977,14z>>

<sup>151</sup> Antonio Nailém Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailém Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

das contas com a nova residência – ao menos inicialmente. Contudo, sua menção sobre abastecer a moto com “gasolina de avião”, nos remete aos elementos de sua ascensão social. Essa gasolina, vendida nos postos, possuía uma alta octanagem, ou seja, era de melhor qualidade, e conseqüentemente, mais cara. Contudo, não era para aviões. A alusão aqui é devido ao combustível das aeronaves também serem nessa coloração. Seja como for, vê-se em sua fala, durante a entrevista, a alegria ao enfatizar que ele abastecia sua moto com uma gasolina de boa qualidade. Sinal de prestígio e da melhora financeira. Era uma questão simbólica de ser um trabalhador bem remunerado. Sua fala demonstra essa sua nova condição social.

Nessa medida, quando consideramos que a necessidade era um dos principais fatores que levavam a grande parte dos operários a morar nesses bairros, tais aspectos nos mostram como a condição de vida de Espíndola mudou. Com a fundação do sindicato, e sua atuação como fiscal geral, ele pode obter uma melhor remuneração, que possibilitava ter acesso a esses bens.

Destacamos também que essa melhora na condição de vida de Espíndola permitiu que ele se sentisse seguro para constituir uma família. Quando ele chega a Rio Grande ele ainda era solteiro. Ao longo da entrevista, conta em tom bem-humorado, que por não ser “muito feio” na época, era “meio namoradeiro”. Contudo, já instalado em na cidade, ele conheceu a mulher que viria ser sua esposa: “Nos vínhamos num baile ai fora<sup>152</sup>, namorei ela, e ai ficamos namorando. Casamos.”<sup>153</sup> Eles começaram a namorar em 1959. No dia 14 de abril de 1962, tendo uma condição de vida mais estável, ele casou-se com sua esposa, Edite Teixeira Espíndola, que na época possuía aproximadamente de 21 anos, “Nós casamos aqui fora e fomos para Rio Grande. Eu já tinha casa. Em 62 eu já tinha comprado terreno, já tinha mandado fazer casa e tinha mobiliado já.”<sup>154</sup> Enquanto namoravam ele falou para ela:

Por enquanto não tiver casa mobilhada, com tudo, vamos esperando. Quando tiver tudo, a gente casa. E foi. Aí comprei terreno. Mandei fazer a casa. Aí terminou a casa. Paguei tudo que tinha que pagar. Aí

---

<sup>152</sup> Segundo distrito de Pedro Osório.

<sup>153</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>154</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

comprei tudo que tinha que comprar pra dentro de casa. [...] Agora tá pronto. Vamos casar”.<sup>155</sup>

Por volta de um ano depois, eles tiveram sua filha. Com isso, percebe-se que a luta realizada pelos trabalhadores trouxe uma sensível alteração na condição de vida de Espíndola e possivelmente na dos operários. A partir da sindicalização, a condição avulsa e sazonal foi substituída por um modelo de trabalho mais conectado com as necessidades reivindicadas pelos operários. A formação do sindicato trouxe maior poder de barganha para os operários, além de uma maior relação entre a categoria, a qual agora poderia lutar de forma coletiva pelos direitos reivindicados. Além disso, houve uma significativa melhora na remuneração dos operários, os quais passaram a ter um salário mínimo – o que permitia fugir da condição de recebimento sazonal, já mencionado – além de do recebimento pela produtividade – o que acrescentava na remuneração, visto que, dependendo do tipo de serviço realizado, os valores poderiam ser expressivos para o operariado. Constituindo-se em um grupo de operários diferenciados e visados por outras categorias também, sobretudo os arrumadores.

Neste escopo, entendemos que Espíndola pode ser percebido como mais um operário, mas também um sujeito singular nesse processo. Assim como os demais, ele passou pelas mesmas condições precárias. Contudo, como vimos, nem todos os operários tomaram a frente e reivindicaram as mudanças para formação do sindicato. Assim, o biografado e seus companheiros, formaram e articularam-se, no intuito de formar o sindicato visando um horizonte possível de mudança. Esse embate foi travado diante da administração do porto, da categoria dos arrumadores e também entre os próprios operários, que não queriam se juntar a organização pela sindicalização. Contudo, conquistada a sindicalização, para além dos benefícios já citados, vemos que Espíndola migra da condição de mais que um “simples operário”, para ocupar posições de destaque dentro do sindicato. Nesse processo, ele deixa de ser só mais um trabalhador, e começa a consolidar-se como uma liderança política-sindical.

---

<sup>155</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Essa relação ficará ainda mais evidente no capítulo a seguir, onde será possível perceber que a luta pela fundação do sindicato e pelas conquistas trabalhistas não se encerra em si mesma, quando discutimos a condição de vida dos trabalhadores. Conquistar não basta, pois, há que ter uma manutenção da conquista, porque na sociedade capitalista os direitos não são “bens” transitórios sujeitos ao contexto político e econômico, e assim, dependendo de um processo constante de luta pelo seu mantimento.

### **Capítulo III – Lutar e/é sofrer: a trajetória de luta e perseguição do sindicalista Antonio Nailem Espíndola**

Neste capítulo, buscamos– refletir, tendo como prisma a trajetória de Antonio Espíndola, os “dessabores” vivenciados pelos militantes sindicalistas nos pós 64. Visto que, uma perspectiva de ascensão do movimento sindical que teve em 1961 como marco de sua atuação e poder de barganha, vivência uma abrupta transformação com o advento do golpe civil militar de 1964. Conforme discutido até o presente momento, podemos perceber que Antonio Nailem Espíndola, ao migrar do campo para a cidade, passou por um processo de grande mudança e adaptação em seu contexto de vida.

Reforçamos que, ao se inserir no Porto, que o mesmo atuou como estivador inicialmente, porém, foi enquanto operário da capatazia que passa a se edificar enquanto uma figura representativa e a lançar bases para sua construção como sindicalista. Todavia, isso ocorreu a partir das experiências que teve com as estruturas de serviços que o impeliam a uma precariedade e, portanto, impulsionavam uma forma de buscar garantir sua subsistência.

Diante dessa vivência – a qual corresponde a um quadro histórico existente que não se restringe apenas ao operariado riograndino – a formação do Sindicato foi uma estratégia elaborada, pelo grupo ao qual Espíndola se inseriu e ajudou a construir, para lidar com a insegurança gerada pelo trabalho avulso e sazonal, bem como com a relação conflituosa com o Porto. A luta empregada pelos operários tinha como objetivo o controle da *close shop*.

Contudo, no diálogo com as fontes, ficou perceptível que não foi uma tarefa fácil, seja pela disputa com a administração do Porto, a categoria dos arrumadores – que também identificaram a possibilidade de controle da *close shop* como meio de lidar com a insegurança gerada pelo sistema – ou mesmo pelo medo existente entre os operários, das ameaças de represálias da administração do Porto. Contudo, conseguiram o êxito nessa disputa, e isso, possibilitou a criação do Sindicato e uma alteração significativa na precariedade de suas condições de vida, os retirando – temporária e relativamente – da situação de insegurança. Não somente isso, esse processo formou uma das bases da construção da identidade trabalho de Espíndola e o colocou em uma posição de destaque nas relações de trabalho, uma vez que ele passa a fazer

parte da diretoria e ter um papel ativo, transformando-se em uma figura importante no sindicalismo riograndino.

Assim, se pudemos perceber o quão difícil foi a disputa/luta pela sindicalização, não devemos ter em mente que ela cessou após a criação do Sindicato, ou mesmo após as conquistas que vimos. Ao contrário, a sindicalização trouxe novas questões, como: a expansão do poder político dos operários, inserido em uma cidade, cujo histórico se dava através da combatividade; a necessidade de manter suas conquistas, ou seja, a partir das ações e do aumento da representatividade e do poder do Sindicato, ele precisou se inserir na dinâmica histórica de seu tempo, a qual 1961 se torna um episódio emblemático a sua participação no movimento pela Legalidade, com a atuação presente e atuante dos riograndinos; e, por fim, a força de atuação no mantimento de suas relações políticas e disputas de interesses, se por um lado permitiu manterem seus interesses durante um período, em 1964, o quadro político e social nacional impactaria profundamente esses sujeitos, que seriam perseguidos por serem considerados subversivos, devido a esse poder político e de mobilização.

Assim, neste capítulo buscaremos compreender brevemente como se dava o quadro sindical riograndino ao qual Espíndola se inseriu enquanto liderança, e, depois, entender sua atuação durante a Campanha da Legalidade (1961) e, por fim, quais as consequências dessa sua atuação quando houve a instauração da Ditadura Civil-Militar de 1964

### **3.1 A Resistência riograndina: a Campanha da Legalidade**

Nesse item, discutiremos as ações tomadas pelos operários riograndinos no contexto da Campanha da Legalidade, de 1961, a qual visava o mantimento da ordem constitucional, que garantia a posse de João Goulart como novo Presidente da República. A partir da vivência de Antonio Naillem Espíndola, poderemos compreender como o operariado da cidade se mobilizou e quais ações tomaram, afim de resistirem ao lado de Brizola.

Observando o contexto político nacional de 1961, podemos constatar na agitação política o processo identificado historicamente como Campanha da Legalidade. Ela teve início no dia 25 de agosto e durou até o dia 07 de setembro

do mesmo ano. Se por um lado ela teve uma curta duração – 14 dias –, de outro, ela provocou uma intensa movimentação das bases de apoio de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e João Goulart – também conhecido como Jango – vice-presidente da república.

A agitação política deveu-se à renúncia do então presidente Jânio Quadros, o que, de acordo com a Constituição da época, tornava seu vice o novo presidente do Brasil. Isso, por sua vez, levou a uma disputa dentro dos setores militares, conforme Francisco das Alves (1990):

Nos dias que se seguiram à renúncia de Jânio, surgiu uma luta entre os ministros militares, que se opunham à posse de Jango, e os que apoiavam a "legalidade". Estes últimos, militares, políticos e homens públicos, tinham opinião de que o sucessor legal, fosse ele quem fosse; deveria ser empossado. Já os ministros militares, apoiados por um "prestigioso" grupo civil, queriam impedir Jango de assumir, realizando novas eleições em sessenta dias, ficando Ranieri Mazzilli interinamente na Presidência. Os ministros militares em manifesto (29/8/61), acusavam Jango de ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a "agentes do comunismo internacional" posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares na visita à China Comunista, além dele poder favorecer a subversão nas Forças Armadas, transformando as em simples "milícias comunistas". (ALVES, 1990, p.22)

Via-se, a partir desse cenário a tentativa de impedir que Jango, que no momento encontrava-se fora do país – em visita à China –, de assumir a presidência. Diante desse contexto que veremos Brizola estabelecer sua articulação com o III Exército e com os setores civis – em nosso caso de análise, as lideranças sindicais do operariado. Portanto é diante dessa situação que vemos a vivência de Espíndola e de seus companheiros, se articulando com o governador em busca de garantir a posse de Jango.

Ao longo dos anos, Espíndola desenvolveu um hábito de, ao acordar entre cinco e seis horas da manhã<sup>156</sup>, para se preparar para o serviço, ligar todos os dias seu rádio para ouvir as notícias, na Rádio Farroupilha. Contudo, no ano de 1961, em um dia que não soubemos precisar, ele relata que ligou seu radiozinho e ouviu a notícia sobre Brizola e a Campanha que começara:

Brizola já tava falando na rádio [...] Que o povo tinha que se organizar, que o trabalhador tinha que se organizar, pedindo ao sindicato que se

---

<sup>156</sup> Na entrevista do dia 7 de maio de 2018 ele diz ter levantado às 5h e na de 15 de agosto de 2019, às 6h.

reunisse, pra criar uma força contra os militares, que não queriam a posse, que o Jango assumisse, e que a dirigência [SIC] sindical é que tinha ser os principais responsáveis pelos trabalhadores para parar o Brasil, o Rio Grande do Sul, para fazer com que João Goulart assumisse a presidência da república.<sup>157</sup>

Embora não saibamos precisar qual o dia ou discursos do Brizola que ele ouviu, fica evidente que tenha sido ainda nos primeiros dias, entre a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 61, e a articulação do movimento, por Brizola, em Porto Alegre, no dia 27 de agosto do mesmo mês. Essa possibilidade é colocada, principalmente devido a crescente na movimentação que se deu no estado e na cidade.

A notícia sobre a renúncia teve grande impacto nacional e foi amplamente divulgada pelo país. Em Rio Grande, por exemplo, observamos que o jornal Rio Grande, já no dia 26 de agosto de 61, publica uma matéria na primeira página intitulada “Nação brasileira em <<suspense>>: Jânio não é mais presidente”. Na abordagem do jornal, percebemos que a surpresa da ação de Jânio, uma vez que a matéria apresenta “A situação é confusa, não se podendo afirmar a verdadeira causa da renúncia do Presidente” (RIO GRANDE, 26 Agosto 1961, p.1). A matéria apresenta um grande conjunto de manifestações que ocorrem no país, em apoio ao presidente que renuncia, além de relatar que vários pedidos de demissões acompanharam a renúncia, “Dos componentes do ministério, apenas os militares permaneceram, além dos titulares do Trabalho (Castro Neves) e da Justiça (Pedroso Horta)” (RIO GRANDE, 26 agosto 1961, p.1). O jornal destaca que João Goulart, que estava fora do país, também foi surpreendido pela renúncia em Hong-Kong. Portanto, retornava ao país. Sua expectativa era chegar ainda no dia 26, no Rio de Janeiro.

Entretanto, na mesma página de jornal, percebemos o movimento de contestação a posse de Jango, uma vez que o artigo intitulado “Câmara de Vereadores e a Renúncia de Jânio”, apresenta uma transcrição dos telegramas dirigidos a Brizola, pela bancada do PSD (Partido Social Democrático) e PR (Partido Republicano), de Rio Grande. A primeira, parabenizava a “manifestação em defesa da democracia garantias constitucionais” do governador. Na segunda destaca-se:

---

<sup>157</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Apoiamos decididamente patriótica manifestação vossência, empenhado prestígio [ilegível] ação seu Governo na defesa e resguardo da Constituição e legalidade democrática. **Os gaúchos cumprirão seu dever para com a democracia e o progresso de nosso País, que não admite retrocesso.** [*Grifo Nosso*] (RIO GRANDE, 26/08/1961, p.1)

Vemos aqui que no dia após o ocorrido, as notícias já circulavam em Rio Grande. Brizola, já havia se posicionado e membros da sociedade civil, e dos partidos políticos da cidade, já tomavam partido sobre a legalidade da posse de João Goulart. O trecho destacado apresenta um posicionamento firme/propositivo em relação aos acontecimentos. Na assinatura do telegrama consta os nomes de Carlos Lima Aveline, Cap. Athaydes Rodrigues e Enestor Farias Albanez, os quais eram vereadores do PR. Os dois primeiros nomes são citados por Espíndola e fazem parte dos perseguidos durante a Ditadura Civil-Militar de 1964.

Assim, devido a circularidade das informações, acreditamos que Espíndola tenha ouvido as primeiras comunicações de Brizola pela rádio. Segundo ele, logo que soube, saiu de sua casa, de moto, e dirigiu-se ao Porto. No trajeto, buscou o diretor de seu sindicato, Dinarte Luz Alves, e então ambos foram ao Porto. Chegaram lá, por volta das 06h30, “[...] já tava o pessoal, já tava o Carnaval, o Presidente dos Conferentes, Presidente dos Vigia, Presidente dos... tava tudo que era gente ali, diretores tudo”<sup>158</sup>. Aqui podemos ver mais uma vez que a circularidade da informação do ocorrido, visto que as diretorias portuárias se reuniram no Porto.

E ali, já combinamos para vir pra União Operária. Já chegamos na União operária, e em seguida chegou o Prefeito [**nesse período ainda não era prefeito**], que era o **Farydo Salomão**. E chegou o prefeito e já fizemos ali uma reunião. **Olha, era uma 8 e pouca da manhã, e já tinha umas 300 pessoas ali na União Operária [...]** E ali a gente já organizou tudo. Já começamos a entrar em contato com o Brizola [...] E aí ele botou o subchefe da Casa Militar para fazer contato com nós, que era o, ele era Major, Major Emílio Nerme. [*Grifo Nosso*]<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>159</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

A primeira ação dos operários foi dirigirem-se para a União Operária de Rio Grande. Ao chegarem lá, encontraram Farydo Salomão. Segundo Francisco das Neves Alves, no trabalho intitulado, “Governo do Prefeito Farydo Salomão”:

Ele iniciou sua carreira política em 1946, na fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, na época, fez parte integrante e ativa do Diretório local, tendo sido Presidente do Setor Jovem do Partido em Rio Grande, de cuja estrutura foi organizador. Mais tarde, foi Delegado junto ao Diretório Regional do PTB, tendo se destacado pelos pronunciamentos ideológicos trabalhistas - nacionalistas que proferiu. (ALVES, 1990, p.29)

Assim, Farydo Salomão era um personagem conhecido pelos integrantes do PTB e um articulador, como veremos a seguir, contudo, Espíndola confunde sua atuação no período. Em 1961, o prefeito da cidade era Horácio Ubatuba de Farias (PSD), tendo como vice Alberto Martins da Silva (PTB). Possivelmente, Salomão, nesse momento, ocupava algum cargo dentro do diretório do PTB, visto que, Segundo Neves (1990), após o relatado acima, “Mais tarde, foi eleito Presidente do Diretório do PTB em Rio Grande, quando sustentou e apoiou a criação de vários sindicatos trabalhistas, onde realizava constante pregação política” (NEVES, 1990, p.29). Farydo Salomão somente viria a ser prefeito de Rio Grande em 1964, embora seria cassado três meses após, pelo Golpe Militar.

Contudo, na Legalidade, vemos que Farydo Salomão teve um papel ativo na organização dos operários riograndino, em prol da resistência iniciada por Brizola no estado sulino. Na entrevista que realizamos no dia 17 de julho de 2018, Espíndola diz que Farydo, diante do ocorrido, havia ligado para o Sindicato para comunicar que Brizola estava organizando uma resistência. É provável que Salomão tenha comunicado outros sindicatos, ajudando na circulação da informação sobre os acontecimentos nacional e regional, contribuindo para a organização operária na cidade, visto que, na mesma entrevista, ele diz que Farydo havia organizado os operários na União Operária, afim de prestarem apoio ao Brizola.

Outro ponto relevante a ser observado, é a participação do presidente da estiva, Delmar Simões, o Carnaval. Quando chegaram ao Porto, na primeira hora da manhã, o Carnaval já estava mobilizando parte do operariado, dizendo:

Olha, vamos ter que fazer um movimento, aí, por causa, não querem deixar, os militares tão querendo que o Jango não assine. E o governador já tá organizado em Porto Alegre, pedindo que o pessoal do sindicato dê um apoio pra ele, pra ver se consegue empossar o João Goulart<sup>160</sup>

Acima, Espíndola apresenta sua versão da fala do Carnaval. Nela, percebemos que ele teria visado informar e articular os operários, em favor de Brizola e Goulart, ou seja, buscando o apoio dos operários. Ademais, os demais dirigentes sindicais também contribuíram nessa articulação – incluindo Antonio Espíndola e Dinarte. Assim, é possível inferir que a movimentação organizada do operariado teve a influência das dirigências sindicais, bem como de Farydo Salomão. Sem essa participação, dificilmente seria possível organizar tantos operários em um espaço de tempo tão curto <sup>161</sup>.

A gente organizou todos os sindicatos. Todos! Era sindicato portuário, sindicato da estiva, sindicato dos conferentes, sindicato dos vigias, sindicato de carnes e derivados, sindicato de tecelões<sup>162</sup>, sindicato da indústria, comércio, tudo, tudo [...] Chegava às vezes ter mais de 100<sup>163</sup> dirigentes sindical, dentro, ali, da União Operária. A União Operária não fechava dia e noite. [...] Tava sempre reunido ali, sempre. E a prefeitura também, no gabinete. O gabinete<sup>164</sup> do Farydo Salomão, às vezes, chegava a ter 10, 12 colchão no chão, colchão de solteiro, não é. As pessoas dormiam lá dentro do gabinete dele, lá. Não dormiam de dia, não dormiam de noite, por que a gente não parava, não fechava o olho nunca [...] Porque a preocupação era grande. Era muito Grande. Tava se vendo que eles iam terminar aí, não é, o Odílio Denys, e mais aqueles marechal que tavam pro lado dele. A gente tava vendo que eles iam terminar, quando a gente via, eles chegando aí e impondo as coisas. E não é o que nós queria, na época. E nem se podia, não é.<sup>165</sup>

Sobre a Associação Sociedade União Operária (ASUO) de Rio Grande, segundo Thiago Cedrez da Silva (2016):

No que se refere à Sociedade União Operária (SUO), esta foi fundada em 24 de dezembro de 1893, e fechada pela ditadura civil-militar em 1964. Durante sua existência, tornou-se uma entidade representativa

---

<sup>160</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>161</sup> Não estamos com isso querendo restringir apenas a eles, mas sim, apresentar suas ações diante do contexto.

<sup>162</sup> Na entrevista de 8 de maio de 2018, ele apresenta que os operários que trabalhavam na Fábrica Nova e na Rheingantz, reunia quase 7 mil funcionários, que eram sindicalizados.

<sup>163</sup> Na entrevista de 8 de maio de 2018, ele afirma que chegava a haver 300 líderes.

<sup>164</sup> Possivelmente o gabinete ao qual estava se referindo situava-se na sede do PTB. Mas não sabemos afirmar.

<sup>165</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

e significativa em termos do movimento obreiro rio-grandino. De modo a atuar, em alguns momentos, tanto como principal representante dos trabalhadores organizados quanto para aqueles que ainda não eram. (SILVA, 2016, p.40)

Espíndola diz que a ASUO era a central sindical de Rio Grande, pois era onde todos os sindicatos se reuniam e tomavam as decisões coletivas. Para ele, ela tinha tamanha importância no município que uma das primeiras atitudes dos militares em 64 foi fechá-la. Não somente isso, ele atribuiu<sup>166</sup> aos militares a venda do prédio onde eles se reuniam “Aquilo ali foi vendido. Uma firma ali, para fazer apartamento. Aqueles apartamentos que tem na Zalone. Que tudo era União Operária [...]”<sup>167</sup>. Segundo Espíndola, eles deram um jeito de vender “coisa que nem podia. Nem podia, porque aquilo ali era patrimônio dos sindicatos, dos operários, da união operária riograndina”<sup>168</sup>.

Não tivemos como nos aprofundar nessa questão apresentada, contudo, nos fica evidente seu olhar e entendimento sobre as pretensas ilegalidades cometidas pelos militares. Esse sentido acusatório ocorre em diversos momentos das entrevistas, visando apresentar as diversas ações deflagradas pelo regime, a qual iam contrárias ao interesse dos trabalhadores, bem como, em muitos casos, da lei. No caso, em sua crítica, acima de tudo, vê-se a valorização que ele dá ao espaço que a ASUO representava. Em sua fala, também é possível identificar que a ação dos militares buscava “derrubar” um símbolo e centro de organização desses sujeitos.

Dessa forma, podemos perceber que Espíndola possuía um apreço pela ASUO, visto que ela era um espaço muito frequentado pelas diretorias sindicais. Aparentemente, a mesma, em Rio Grande, fazia o papel de uma espécie de central geral dos trabalhadores. Lá se encontravam trabalhadores de diversos sindicatos e vertentes políticas. Geralmente ocorria que diretorias primeiro se reuniam no sindicato de suas categorias e depois iam para a União Operária “A gente reunia a diretoria. Discutia todas as pautas que a gente queria e ia para a

---

<sup>166</sup> Apesar de estar na memória de Espíndola, não temos dados para corroborar a afirmação.

<sup>167</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>168</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

União Operária e lá cada um apresentava suas pautas, lá”<sup>169</sup>. Assim, nas assembleias as lideranças podiam discursar sobre as causas operárias da cidade e organizar seus movimentos.

Espíndola, nesse contexto, foi uma das lideranças que discursavam para as demais categorias. A partir da fundação do Sindicato dos portuários, eles tiveram maior representatividade. Sendo Espíndola uma das lideranças, tanto do Sindicato como partidárias, conforme já indicado, ele tinha voz ativa na tribuna – provavelmente principalmente a partir de 1962, período em que ele se torna Secretário do Sindicato. Sua atuação na tribuna reforça seu reconhecimento enquanto liderança entre os portuários e, ao mesmo tempo, seu reconhecimento entre os demais setores operários da cidade. Como podemos perceber ao longo de suas vivências, ele possuía muitas amizades e contatos na cidade, as quais extrapolavam o Porto e o bairro onde morava.

Por fim, ainda tratando sobre a ASUO, é profícuo destacar que apesar de ser compreendido como um local onde os operários organizavam suas lutas coletivas, não devemos deixar de observar que era um ambiente de intenso debate e discordância. Assim, haviam muitas discussões entre os operários durante as assembleias. Exemplo disso, foi a situação vivenciada por Espíndola:

Eu mesmo, puxaram, um cara da UDN puxou o revólver, numa Assembleia [...] O Gildo [...] Ele puxou, e olha, não me atirou, porque os caras, quando ele veio, ia me dar um tiro no peito assim. Chegou a um metro, assim. Aí um cara deu um safanaço<sup>170</sup> nele, e levantou o braço.<sup>171</sup>

O motivo ocorreu porque, Espíndola que estava na tribuna, e o Gildo na plenária, começaram a discutir<sup>172</sup>. A partir disso, ou seja, do episódio, Gildo foi desligado do Sindicato. Porém, que aparentemente ele possuía boas relações políticas/sindicais com o diretor do Sindicato de Porto Alegre, o João Gregório

---

<sup>169</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>170</sup> Referência a bater ou empurrar.

<sup>171</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>172</sup> O conteúdo da discussão não ficou claro na entrevista.

Nascimento, visto que ele pediu a reintegração de Gildo. Todavia, a diretoria decidiu não o reintegrar.

Essa situação não é trivial, visto que, Gregório é apresentado, por Antonio Espíndola, como alguém que ajudou e apoiou a fundação do Sindicato em Rio Grande – Segundo Gandra (2009), mesmo tendo o interesse em comum na fundação do Sindicato, possuíam agremiações políticas distintas, que era opositoras no estado. Sob a luz do mesmo autor, João Gregório Nascimento pertencia ao partido político PSD. Partido esse que possuía aliança com a UDN, assim, possivelmente, a partir da recusa dos portuários riograndinos, o mesmo pode ter contribuído para que Gildo permanecesse atuando no porto. Isso por que Espíndola diz que ele se manteve nas atividades portuárias, porém, no Sindicato dos conferentes. Como diversas vezes pontuamos, ter boas relações permitia benesses, portanto, aqui temos um exemplo em que as relações no interior dos partidos também faziam parte desse contexto, bem como as relações entre sindicatos, a qual possibilitava vantagens aos operários bem relacionados. Embora não podemos confirmar que isso tenha acontecido nessa situação, são inúmeros os relatos dos operários que indicam operários a outros sindicatos<sup>173</sup>.

Retomando a discussão sobre 1961, a partir dessa organização dos operários eles prestaram apoio a Brizola de inúmeras formas. Uma delas foi através de passeatas:

E nós fazíamos passeata, em Rio Grande. Passeata com todos do Porto, todo o pessoal da Estiva, todo o pessoal dos Arrumadores, todo o pessoal do Carnes e Derivados, todo o pessoal das Fábricas de Tecelagem, que era a Fábrica Nova e a Rheingantz. Nós saíamos, era uma multidão de gente, pelas ruas, pedindo para fechar o comércio, em auxílio ao Brizola, pra fazer com que [...] os militares, retrocedesse [...] nós fizemos um movimento em Rio Grande. Nós paramos Rio Grande<sup>174, 175</sup>.

Aqui vemos como a ação organizada possibilitou a mobilização dos operários. Passeatas eram uma importante tática de pressão realizada por operários em Rio Grande e no restante do Brasil. Silva (2016) apresenta que no

---

<sup>173</sup> Para mais informações consultar SIMÕES (2017).

<sup>174</sup> Não foi possível nos aprofundarmos nessa questão a partir das matérias dos Jornais, visto que a pesquisa no jornal foi impactada pelo tempo da COVID19.

<sup>175</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

dia 04 de setembro, foi organizada uma passeata pelos Estivadores. Todavia, essa não foi a única forma encontrada pelo operariado riograndino de enfrentar as questões postas na sua luta por direitos. Foram tomadas ações combativas e de enfrentamento mais diretas frente às principais autoridades militares do município. Tais ações demonstraram a força sindical de Rio Grande e o tamanho engajamento dos operários junto a Brizola.

Como é difícil precisar os dias exatos dos acontecimentos, dado o fato de que escrevemos a partir das memórias das vivências de Espíndola, as quais se encontram em um período recuado no tempo, buscamos tecer suas ações diante das mudanças ocorridas na conjuntura, visto que nos parece plausível sustentar que suas ações estavam em compasso com as de Brizola, visto o contato frequente que eles tiveram com a assessoria do Governador.

Dito isso, observamos que no dia 28 de agosto de 1961, o jornal Rio Grande publica a matéria “Governador Leonel Brizola Transformou Porto Alegre em Praça de Guerra”. A matéria do jornal referia-se a data do dia anterior. Segundo o jornal, o clima dificultou a comunicação com a capital e outras partes do país, permitindo a difusão de boatos sobre a queda do regime constitucional. As emissoras Farroupilha, Gaúcha e Difusora, tiveram suas transmissões interrompidas. Somente a partir 13 horas, que passaram a compreender melhor a situação, com a transmissão da Rádio Guaíba “[...] requisitada pelo Governo do Estado, passou a transmitir, diretamente, da Sala de Imprensa do Palácio Piratini” (RIO GRANDE, 28/08/1961, p.1). A partir desse momento, quem passaria a comunicar era o Governo do Estado.

Segundo Ferreira (2014):

Em Porto Alegre, Brizola foi percebendo que, para resistir ao golpe já em curso, necessitava de apoio militar e político, mas precisava igualmente de se comunicar com a população. Mantendo-se apenas no Palácio Piratini, a derrota seria certa. Era fundamental romper com a censura dos meios de comunicação para ganhar e manter aliados à posse de Goulart. (FERREIRA, 2014, p.33)

A ação deflagrada, em ordenar a Guarda Civil invadir a Rádio Guaíba e levar os equipamentos para o Palácio, foi uma estratégia para gerar a adesão popular.

O jornal apresenta Brizola, às 14:30, dirigiu-se aos rio-grandenses, elogiando o III Exército e garantindo que o Rio Grande do Sul manteria a legalidade. Na última página do jornal, do mesmo dia, consta que o comandante do III Exército, General Machado Lopes, afirmou estar do lado da Legalidade, e que também contavam com o apoio do Comandante da V Zona Aérea, o brigadeiro Passos. No discurso ele declara que o palácio se tornou uma barricada, e que contava com o apoio da Brigada Militar, Polícia Civil e Rodoviária. Sua luta era em favor da posse de João Goulart. Às 18 horas o governador voltaria a se comunicar, diz a matéria, afirmando “que o Rio Grande do Sul resistiria até <<a última gota de energia>>” (RIO GRANDE, 28/08/1961, p.1). A matéria frisa também a presença do Regimento Bento Gonçalves, nas imediações, assim como o pedido de calma, por parte de Brizola, dizendo que não havia ordenado greve geral, portanto, as atividades de trabalho deveriam permanecer<sup>176</sup>.

Também é possível observar, a partir dessa matéria, foi ordenado a aeronáutica a bombardear o Palácio. Assim, conforme Jorge Ferreira foram dadas ordens, advindas da Guanabara, com o objetivo de instruir as Forças Armadas do Estado. Porém, como já dito, elas, em sua maioria, recusaram<sup>177</sup>, e colocaram-se ao lado do Governador.

Entretanto, o jornal busca enfatizar o descompasso entre as ações de Brizola com o restante do país, uma vez que afirma que “No resto do país a calma reinou por completo” (RIO GRANDE, 28/08/1961, p.1). Ao longo do jornal há diversas matérias apresentando que todas as atividades, no restante do país, mantiveram-se. Dando a entender que não houve preocupação alguma com a questão política.

Entretanto, verifica-se que isso não correu. Exemplo disso pode ser percebido a partir dos escritos de Fernando Teixeira da Silva (1995):

Em 26 de agosto os Ferroviários cariocas de Leopoldina decretaram uma greve em “defesa do regime”, ou seja, pela posse de João Goulart [...] Em Santos, o FSD publicou um comunicado conclamando o “povo de Santos” a manter-se “vigilante e intransigente na preservação da legalidade democrática”. (SILVA, 1995, p.174)

---

<sup>176</sup> Na matéria e anunciado que as aulas do ensino primário foram paralisadas.

<sup>177</sup> Destacamos que houve a possibilidade do bombardeio, contudo, não ocorreu devido a ação dos sargentos e subalternos da Força Aérea que sabotaram as aeronaves para que não levantassem voo.

A deflagração da greve encontrou resistência, visto os apoiados de Jânio Quadros. Contudo, constata o autor que diversas categorias entram em greve, a saber “[...] portuários, estivadores, panificadores, comerciários, empregados dos transportes coletivos, operários da Refinaria Presidente Bernardes e das empresas petroquímicas de Cubatão” (SILVA, 1995, p.174). Silva apresenta que essa ação levou a uma divisão no meio sindical. Conforme o autor, a cidade sofreu ocupação militar até a sucessão presidencial. Outro ponto destacado pelo autor é que, em nível nacional, foi realizada uma greve em 2 de setembro, “entraram em greve portuários e estivadores de todo o país, num total de trezentos mil trabalhadores paralisados” (SILVA, 1995, p.174).

Com isso, percebemos que o jornal apresenta uma posição dúbia em relação ao acontecimento, visto que embora demonstrasse um aparente apoio, também fazia transparecer a ação tomada por Brizola como algo excessivo. Essa perspectiva também foi constada por Silva (2016):

O jornal Rio Grande, que frequentemente emitia opiniões contrárias ao governo de Jânio Quadros e João Goulart, passava a apoiar, ou podemos inferir que foi forçado a apoiar pela majoritária opinião pública, a causa da campanha da legalidade. Ao analisarmos as colunas e reportagens do periódico, percebemos o interesse da diretoria jornalística em apoiar a defesa da constitucionalidade no país. (SILVA, 2016, p.105)

É preciso destacar ainda que o jornal tinha historicamente um posicionamento crítico a Brizola. Quando observamos suas publicações, desde 1959, podemos perceber que inúmeras matérias visavam atacá-lo. Assim, via-se um direcionamento político e ideológico por parte do jornal.

Apesar da fala do jornal, o mesmo também informa na matéria “Encontra-se detido o Marechal Teixeira Lott”, a qual afirma que ele havia sido preso por ordem do Marechal Odílio Denys, então Ministro da Guerra, no Rio de Janeiro, pois “julgava inoportunas as declarações que vinham sendo feitas pelo Marechal Lott” (RIO GRANDE, 28/08/1961, p.1). Acreditavam que ele poderia estar articulando um movimento subversivo. Isso, nos permite demonstrar que a

situação no país, embora não estivesse escalada tal qual no Rio Grande do Sul, não estava tão calma, quando o jornal apresentava<sup>178</sup>.

Observamos, além disso, conforme cita Silva (2016), que Brizola e Lott tiveram contato antes de sua prisão, onde o Marechal aconselhou o governador de estabelecer contato com os militares no Rio Grande do Sul. Assim, Lott contribuiu com a articulação que o governador estabelecia.

Em Rio Grande, vemos que tanto o presidente da Câmara, Nilo Fonseca<sup>179</sup>, como o prefeito Ubatuba de Farias, declaram apoio a legalidade constitucional. Segundo o prefeito declarando que a vontade do povo deveria ser respeitada

Seguido os acontecimentos do dia 28, viu-se uma forte movimentação política no estado, na defesa da Legalidade:

[...] marchando pelas ruas de Porto Alegre, surgiam, a todo o momento, batalhões universitários, transviários, marítimos, ferroviários, escoteiros, bancários, artistas, intelectuais, secundaristas, enfermeiros, operários da construção civil, metalúrgicos, militares reformados, dos Centros de Tradições Gaúchas, entre outros. Além de participar dos Comitês de Resistência e dos batalhões operários, a população também se mobilizou na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Lado a lado, populares e soldados da Brigada Militar colaboravam na defesa do Palácio. O interior gaúcho não ficou alheio à resistência política. Na maioria das cidades foram fundados comitês com milhares de voluntários. (FERREIRA, 2003, p.331)

É neste contexto que os acontecimentos de Espíndola se inserem. Como dissemos, não temos ao certo em qual momento ele escuta o comunicado em seu rádio, contudo, é possível que seja por volta do dia 27.

Diversos seguimentos da sociedade, a partir desse momento, no Rio Grande do Sul, passaram a se organizar. Em Rio Grande, o Presidente da Câmara publica no jornal Rio Grande:

Nesta hora grave da nacionalidade, quando o povo se ergue na defesa dos princípios da legalidade, quando todas as camadas sociais de nossa população se unificam na luta pela dignidade e pela manutenção das liberdades democráticas, quando o povo gaúcho, preparando-se para qualquer eventualidade, se organiza e movimenta para a formação de COMITÊS DE RESISTENCIA DEMOCRÁTICA, para a organização de voluntariado, apelamos a todos os trabalhadores, aos

---

<sup>178</sup> Em Goiás, o governador Mauro Borges, também mobilizou forças em favor da Legalidade. Contudo, sem o mesmo potencial de força que no Rio Grande do Sul.

<sup>179</sup> Para mais informações consultar Silva (2016, p.105), e sua transcrição do apoio prestado pelo presidente da câmara no dia 26 de agosto de 1961.

reservistas, aos estudantes para que se constituam em COMITÊS DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA, com o máximo de iniciativa, mobilizando a opinião pública para a defesa da legalidade e incorporando o Rio Grande, com o necessário vigor, na grande batalha de redenção nacional que está sendo comandada pelo grande brasileiro, Engenheiro LEONEL DE MOURA BRIZOLA, que do Palácio Piratini, está galvanizando a opinião democrática de todo o país, na grande campanha pela soberania e independência do nosso país. Que se formem os Comitês em todos os locais de trabalho, de residência, por profissão, sempre irmanados seus integrantes no ideal de fazer de nosso Brasil, uma nação livre e soberana, imune a influências estranhas. Dr. Nilo Corrêa Fonseca -Presidente da Câmara Municipal. (RIO GRANDE, 30/08/1961, p.1)

No dia 04 de setembro, é publicada nova matéria pelo jornal:

A cidade, apesar da calma que se observa em todos os setores de atividade pública, continua movimentando-se em torno de assuntos atinentes à grave crise surgida com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, aumentada, posteriormente, com a decisão dos ministros militares de impedir a posse do Vice-presidente João Goulart. REUNIÃO DOS COMITES: Ontem à tarde, realizou-se na União operária uma reunião com todos os dirigentes de Comitês de Resistência Democrática, ocasião em que se tratou de centralizar as operações dos referidos comitês num Comando Geral com o fito de melhor se organizar o desenvolvimento dos trabalhos dos mesmos. Também constou do temário da reunião em apreço o exame da situação de nossa pátria e as ameaças à democracia, bem como se tratou da organização do desfile a ser efetuado hoje dos comitês de resistência e corpo de voluntário. COMITÊS DA LEGALIDADE: Estão instalados em Rio Grande os seguintes Comitês de Resistência Democrática: Comitê central de resistência, câmara de vereadores; comitês de resistência democrática: Rua Paraíba 562, presidente Zalmir Amaral; Rua 11, casa 15, presidente Luís Fernandes; Vila Rural, pres. Deimar Freitas Cardoso; Rua Dr. Duprat, 541, esq. Domingos de Almeida, presidente Arlindo Teixeira Marques; Av. Santos Dumont, 47, pres. Ver. Cap. Athaydes Rodrigues; Comitê Central dos Trabalhadores, Dr. Nascimento, 297; Idem dos Sapateiros, Dr. Nascimento, 297; Idem dos Trabalhadores da Construção Civil, na mesma sede do precedente; Idem dos Hidroviários; em sua sede na Dr. Nascimento; Benjamim Constant, 355; dos Portuários, em sua sede na rua Marciano Espindola, esq. Rua 21; Rua Marciano Espindola; dos Estivadores, Rua 24 de maio; das Donas de Casa, Rua Barão de Cotegipe, 475; dos Trabalhadores em Tecidos, Buarque de Macedo; dos Ferroviários, Rua Paraná; dos Professores, General Bacellar; Bacellarristas; dos estudantes secundaristas e universitários, Ed. Wolff, sala 5; Rua 6, casa 87 A, pres. Esmelindro Silveira; Rua 46, pres. Dr. Cirilo Souza Coelho, Rua 17; casa 88, pres. Odila Santos Silveira; dos Serventuários da Justiça, pres. Dr. Heitor vilela; dos Marítimos, Rua República do Líbano, 200; do Sindicato dos Arrumadores, União Operária. (RIO GRANDE, 4/09/1961, p.1)

Na resistência travada pelos operários de Rio Grande, segundo Espíndola, Farydo Salomão era um importante articulador. Ele mantinha contato com o Major Emílio Nerme, que por sua vez mantinha contato com o Governador.

Os operários se organizavam e emitiam as informações para Brizola, que buscava coordenar as ações. Essa rede de informações era importante, dado a preocupação expressada por Brizola de um possível ataque ao Palácio.

Ao consultarmos a bibliografia riograndina, especialmente à dissertação de mestrado de Thiago Cedrez da Silva (2016), e também ao jornal Rio Grande, pudemos perceber a menção sobre o afundamento dos batelões na barra. Conforme o jornal, em matéria do dia 31 de agosto de 1961, na primeira página, Brizola, aparentemente, não tinha conhecimento sobre essa ação. Entretanto, teria havido o afundamento de 2 batelões lameiros, além da retirada das boias de sinalização, com objetivo de causar uma obstrução parcial da barra, impedindo a entrada de belonaves da Marinha de Guerra. Segundo o jornal, essa ação teria sido causada por técnicos DEPREC, o que tiveram o cuidado de não obstruir completamente, permitindo assim alguma movimentação de embarcações.

Essa mesma situação é relatada por Espíndola, na medida em que revela que o governador possuía, o receio de que um ataque poderia vir de Rio Grande, a partir de seu Porto, já que tinha contato com o Oceano.

Uma coisa que nós discordamos dele. Ele queria que nós botássemos, levássemos uns batelão<sup>180</sup>, e afundasse na entrada da barra [...] Então, Brizola queria que nós afundasse na entrada da barra um batelão para um navio, esse navio da marinha de guerra [...] E nós, que sabia que não tinha condições de um navio entrar, no cais do porto. Porque ele achava que o navio iria entrar, e daqui os aviões iria levantar voo para bombardear o Palácio, lá. Aí nós não concordamos. Nós dissemos “major, o senhor diga para o governador, para ele ficar tranquilo, por que não tem cais. Não tem pé pro navio” [...] <sup>181</sup>

Durante a entrevista não fica claro, porém, o pedido parece ter sido feito pelo Major Emilio Nerme. Assim, o objetivo, com essa solicitação, era impedir qualquer tipo de risco de ataque contra o Palácio.

Porém, o operário sabendo da realidade riograndina, entendiam as dificuldades de um navio de grande porte atracar cais. Como já mencionamos anteriormente, uma das questões que sempre tiveram na pauta de Rio Grande, desde a construção do Porto, era a desobstrução dos canais. Ao longo de nossa

---

<sup>180</sup> Uma barçaça.

<sup>181</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

pesquisa, foram inúmeras referências encontradas sobre essa temática no jornal Rio Grande. Exemplo disso é a comemoração pelo envio de uma draga, Rio de Janeiro, para o Rio Grande do Sul. Conforme a matéria, publicada em 1 de agosto de 1961, ela buscava desobstruir a barra de Rio Grande. Apesar disso, o jornal tece críticas quanto a forma da excussão dos serviços, visto que não produziria efeito.

A referida draga, apresentada pelo jornal, atuou em um período concomitante a outra draga, relatada por Espíndola. Não sabemos dizer se não era a mesma, pois, ele diz que em Rio Grande, circulava uma Draga Holandesa, com o objetivo de desobstruir o canal.

Contudo, apesar da fala dos operários, Brizola acreditava que eles estavam enganados. Brizola tinha motivos para preocupação, visto as ordens interceptadas dos golpistas<sup>182</sup>. Assim, ele entrou em contato com Farydo Salomão, e passou o telefone para o Dinarte Luz Alves, o qual falou: “Governador, não tem perigo. Não tem o cais. Nem navio tá entrando”. Esta mesma informação foi confirmada pelo presidente da estiva.

Espíndola relata que, nesse período, devido a obstrução da barra, os operários tinham que carregar os produtos dos armazéns até a barra, por que os navios não conseguiam entrar no cais. Lembramos que nesse período Espíndola era o Fiscal Geral, ou seja, quem organizava e comandava as equipes de trabalho. Portanto, ele e os operário conheciam as condições da barra do município, algo que Brizola não conhecia em profundidade.

Assim, conforme podemos ver pelos jornais e por Silva (2016), ainda que tenha havido essa comunicação dos operários, foi decidido pelo afundamento de um batelão, não na barra, mas na região do “cocoruto”<sup>183</sup>. Segundo Silva (2016)

Com essa ação, também foi reforçado o aspecto combativo e de mobilização dos trabalhadores da “cidade vermelha”. Diante do contexto de tensão política e social, algumas decisões foram tomadas dentro da dinâmica do processo, fugindo a um comando central que guiassem em suas ações. Sabia-se que o cocoruto era um local de ancoragem de navios de grande porte, e que possivelmente seria rota da força tarefa que se deslocava para o Rio Grande do Sul. A obstrução das vias de navegação, certamente, causaria problemas não só à navegação como também um impacto psicológico. (SILVA, 2016, p. 12)

---

<sup>182</sup> Para mais informações consultar Jorge Ferreira (2014, p.34)

<sup>183</sup> Para mais informações consultar Silva (2016)

Conforme o autor, guiado pela matéria do jornal, essa ação possivelmente foi realizada sem o conhecimento do comando central. Entretanto, a fala de Espíndola permite compreender que a decisão veio do alto comando ligado a Brizola e que ele estava ciente da situação.

Sobre a matéria apresentada pelo jornal, é que ao saber do ocorrido, o Comandante do 5º Distrito Naval, que já havia lançado ameaças caso isso ocorresse, afirma que não se podia mais distinguir civis e militares, no Rio Grande do Sul. Afirmava que não havia mais população civil. Essa fala foi criticada pelo jornal e rebatida por Brizola. Sua fala foi tida pelo jornal como uma justificativa para uma ação beligerante contra o município de Rio Grande.

Outro ponto relevante a destacar foi a comunicação rápida que se estabeleceu, apresentada por Espíndola, a qual se dava pelo contato que a assessoria de Brizola tinha com o município. Salomão, se comunicava muito com o Governador: “Ele tava por dentro de tudo”<sup>184</sup>. Isso ocorria por serem do mesmo partido e por nutrirem uma amizade de anos. Também, através da fala de Espíndola, é possível ver a força que os operários possuíam, já que eles eram a principal fonte de informação de Brizola e auxiliavam na transmissão de informações: “o governador quer saber tal coisa [...] aí a gente transmitia pra ele”<sup>185</sup>.

Como podemos perceber, o operariado se mobilizou em favor de Brizola. Podemos compreender essa ação também a partir de duas situações ocorridas em Rio Grande, das quais, Espíndola foi partícipe. Uma delas diz respeito às ações que os operários tiveram junto à Draga, que serviu como um posto de comunicação para o Capitão do Porto. Uma segunda foi quanto a ação que esses operários tomaram com relação ao Capitão dos Portos, por estabelecer essa comunicação.

Segundo, Espíndola, a Draga atracava no armazém A8<sup>186</sup>, e durante o momento da Legalidade, o Capitão dos Portos, Humberto Giudici Fittipaldi<sup>187</sup>,

---

<sup>184</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>185</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>186</sup> Na Comissão Estadual da Verdade ele também cita o armazém A7

<sup>187</sup> Conforme informação consultada na lista de Capitães dos Portos de Rio Grande, disponível no site da marinha, ele assume a função no dia 04/04/1961. Posteriormente temos Sidney Hélio Malechi, em 02/02/1962. E, por fim (para critérios dessa pesquisa), Mário Rodrigues da Costa, o

para se comunicar com o restante do país, utilizou-se do seu rádio. Isso ocorreu, segundo nossa entrevista, e seu relato na Comissão Estadual da Verdade, por que em 59 houve um ciclone na cidade de Rio Grande, o qual destruiu as duas torres da capitania:

Isso foi em 59. Em 61 não tinham recuperado ainda. A capitania não tinha. As comunicações eram muito ruim. Naquela época a pessoa, por exemplo, pra falar por telefone daqui, pro Rio de Janeiro, tinha que ser da meia noite em diante, porque até meia noite não tinha como. Era péssima, péssima a comunicação. Péssima, péssima.<sup>188</sup>

Fizemos uma busca nos jornais de 1959, para saber um pouco mais sobre esse ciclone. Não conseguimos ter certeza de quando ocorreu, contudo, percebemos que no mês de outubro há registros de uma chuva forte na cidade que deixou 15 famílias na Vila dos Cedros – BGV – isoladas em suas residências, até o socorro dos bombeiros. Essa matéria foi publicada em uma quarta, dia 28, referindo-se ao dia anterior. No dia 1 de setembro, outra matéria é publicada pelo jornal intitulada “Chuva forte fez transbordar o sangradouro São Gonçalo”. Nessa matéria, menciona que vários bairros de Pelotas foram tomados pelas águas e que, através de informações não oficiais, deveria haver cerca de mil pessoas abrigadas em edifícios públicos, entre outros espaços. No dia 5, o jornal publica que as chuvas destruíram uma estrada asfaltada. No dia 9, é publicada que as estradas para Santa Vitória do Palmar ficaram intransitáveis, devido às chuvas que caíram na madrugada. Assim, é possível que essa constante de chuvas se trate do ciclone mencionado por Espíndola.

Espíndola diz que ainda bem que o ciclone aconteceu num domingo de tarde, pois, próximo de onde ele morava<sup>189</sup>:

Tinha um colégio, ali. Acho que eram umas 3 salas de aulas grandes. 50 a 60 alunos. E quando desceu ali, pegou os três prédios e levantou e largou fora. Ficou os alicerces limpinhos, assim. Se é um dia de aula, no meio de semana, não sei o que teria acontecido.<sup>190</sup>

---

qual assume 03/06/1963. Disponível em < <https://www.marinha.mil.br/cprs/comandantes> > Acessado em <20 de julho de 2023>

<sup>188</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>189</sup> Na entrevista do dia 17 de julho 18, ele da a entender que era o colégio Ernesto Buchholz. Uma escola com 3 pavilhões de madeira.

<sup>190</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

O ciclone, segundo Espíndola, destruiu muitas casas e chegou até a Capitania onde “torceu duas torres”. Assim, devido esse acontecimento, a Capitania ficou sem comunicação.

Devido à dificuldade na comunicação, operários descobriram que ele mantinha contato com os militares e o Ministro de Mar e Guerra, através do rádio da Draga. Engajados no movimento de resistência, os operários foram até a Capitania, a fim de saber qual era o posicionamento do Capitão, em relação aos acontecimentos nacional:

Aí fizemos uma comissão e fomos lá falar com ele. Aí chegamos lá, **nós éramos uns doze ou quinze, dirigente sindical**. Aí chegamos lá, na Capitania, na frente ali. Aí veio um tenente lá, saber o que nós queria. Aí nós dissemos, “queremos falar com o comandante. Mas pode dizer pra ele que aqui é tudo gente de paz. Nós não viemos aqui para nada, a não ser a paz. **Nós queremos paz**”. Aí ele demorou um pouco, quando vê ele apareceu, todo de galão, aquele galão amarelo<sup>191</sup>. Aí chegou, assim, na porta “Pronto!” e falou “o que deseja?”. Aí nos falamos assim “Capitão, nós viemos aqui porque nos disseram que o senhor... Primeiro, **nós queremos saber qual é a sua posição**. O senhor, como maior autoridade da cidade de Rio Grande, o senhor como Capitão de Mar e Guerra, é a maior autoridade da cidade. Nós queremos saber qual é a sua posição, nesse problema da legalidade, aí”. Aí ele disse assim “Olha, eu sou militar”, assim pra mim. Aí o Delmar Simões, o Carnaval, que era o presidente da estiva, disse assim “Mas como capitão, é militar, então o senhor está do lado do Ministro?”. Ele “**É! Como militar, estou do lado dos militar**”. Ele “É, pois é, nós viemos lhe avisar, aqui. **Nós não concordamos com a sua posição**. Nós já estamos sabendo que o senhor está, e já sabendo que o senhor estava usando o rádio da Draga, do Armazém A8, para se comunicar com o Ministro da Guerra, que é o golpista número um, que nós temos atualmente, aí. Então, **nós queremos lhe dizer que a partir de agora o senhor se considere em prisão domiciliar**. O senhor não saia de dentro da Capitania para nada. Se o senhor sair, o senhor vai se dar mal, aí fora. Vai se dar mal, porque nós vamos lhe botar um ‘rabo’, aí. Alguém vai lhe cuidar. O senhor não saia daqui de dentro. Por enquanto, continuar isso aí, o senhor fique aí e não saia da Capitania”. Sabe que não saiu mais. O pessoal botou gente, para cuidar dele lá.<sup>192</sup>

No excerto acima, podemos ver que Espíndola, junto com os demais dirigentes sindicais cobram do Capitão uma posição favorável à posse de João Goulart. Não obtendo ela, os operários dão “voz de prisão” ao Capitão do Porto.

---

<sup>191</sup> Na entrevista de 7 de maio de 2018, ele menciona que o Capitão não queria ir ver os operários. Mas acabou indo.

<sup>192</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Segundo ele, essa não era a intenção dos operários num primeiro momento. Quem tomou essa ação foi o Carnaval. Para Espíndola, foi uma tentativa que acabou dando certo, pois ele ficou preso até terminar o conflito.

Aquilo ali foi o Carnaval. Porque foi o Carnaval que disse pra ele. Não foi nenhum de nós. O Carnaval é que se comunicou com ele. Quer dizer, nós, apenas estávamos acompanhando ali. [...] Isso foi um golpe do Carnaval, um golpe que deu certo. Quando ele falou, que ele se considerasse em prisão domiciliar, quer dizer, eu acho que ele fez aquilo... vou dar uma certa, para ver acerta, e acertou mesmo.<sup>193</sup>

Apesar de aparentemente ser uma ação tomada no momento, a partir de então, os operários se organizam e coordenam para vigiar o Capitão “o pessoal tirou uma comissão que ficava vigiando, para ver se ele iria sair da capitania”. Segundo Espíndola, quem ficou na vigia não era o mesmo grupo “foi tirado ali na União Operária, na Dr. Nascimento, tinha a União Operária, ali.”<sup>194</sup>

Conforme nos conta, a prisão do Capitão do Porto deve ter durado cerca de 4 a 5 dias, ou seja, isso ocorreu já no final da movimentação. Em sua fala ele diz que foi o tempo que levou até Jango voltar do Uruguai para o Brasil. Ele foi liberto quando Jango assumiu<sup>195</sup>.

A partir de seu relato, buscamos no jornal Rio Grande alguma menção sobre o ocorrido, contudo, não encontramos. De tal modo, não pudemos averiguar o ocorrido e precisar sua data. Ainda assim, dado o contexto, onde se encontrava um operariado amplo e organizado, contando com o apoio de setores militares, da Brigada e do Exército, ela torna-se factível. Entretanto, para além do ocorrido, seu relato nos permite gerar algumas perguntas: como eles souberam que Humberto Fittipaldi se comunicava com o Ministro? Como eles conseguiram dar voz de prisão para o Capitão do Porto, dentro da própria Capitania?

No que se refere a primeira indagação, mais uma vez, podemos ver como ocorria as redes de contatos que os operários possuíam, bem como sua articulação. No armazém A8, um dos operários, vendo a movimentação do Capitão do Porto até a Draga, dirigiu-se à União Operária, para informar aos

---

<sup>193</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>194</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>195</sup> Buscamos nos jornais alguma menção sobre o ocorrido, contudo, não encontramos.

companheiros. Chegando lá, “Me chamou, eu e o Dinarte, a parte<sup>196</sup>, e disse assim ‘olha, vim comunicar vocês, mas não quero que vocês me metam em nada. O Capitão dos Portos tá se comunicando lá, pelo rádio da Draga, que tá atracada lá. E tá se comunicando com o Ministro da Guerra<sup>197”</sup>198.

Em nenhuma das entrevistas Espíndola lembrou o nome dele, contudo, disse que ele veio do Rio de Janeiro para trabalhar em Rio Grande. Também enfatizou que ele era Comunista: “Mas era assim, gente finíssima. Mas era um comunista número um. Assim, doente, doente”<sup>199</sup>.

[...] ele tinha sido operador da Rádio Mayrink Veiga, do Rio, e da Rádio Nacional, que era o, ele era até de cor, um senhor de cor preta [...] radialista ele, rádio técnico, radialista. Ele era uma pessoa muito, muito inteligente, um homem inteligente, muito doente, ele sofria muito da pressão, uma loucura [...] <sup>200</sup>

A partir da informação, os operários decidiram ir até a Draga, afim de impedir que se mantivesse a comunicação. Para isso, decidiram inutilizar o rádio de comunicação:

Aí ele disse “a não, vocês querem tirar, eu entendo, eu trabalhei na Mayrink Veiga e trabalhei na Nacional, nas duas, como operador das duas no Rio de Janeiro. Aquilo ali a gente retira o...” Como é que é o nome. [...] Parecia um 50 centavos. [...].<sup>201</sup>

Conforme seu relato na Comissão Estadual da Verdade, reuniram-se em cerca de cinquenta e poucos homens, e se dirigiram à Draga. Chegando lá, falaram com o comandante. Segundo Espíndola, o comandante não era

---

<sup>196</sup> Os chamou na rua.

<sup>197</sup> Em seu relato na Comissão Estadual da Verdade, ele menciona que era o Ministro da Marinha, Sílvio Heck.

<sup>198</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>199</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>200</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>201</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

brasileiro, porém, conseguiram se comunicar bem, pois ele fala um bom “portunhol”. Eles anunciaram porquê estavam lá:

O senhor está deixando o Capitão do Porto se comunicar com o Ministro da Guerra por aqui. E nós não queremos. Então nós vamos [...] retirar o Cristal. E depois, quando terminar o movimento, nós lhe devolvemos. O senhor não vai se comunicar, nem o senhor, nem ninguém vai se comunicar. E aí tirou.<sup>202</sup>

Aparentemente o comandante da Draga tentou questionar os operários, possivelmente tentando impedir a ação deles. Entretanto, os operários mantiveram sua posição e inutilizaram as comunicações. Não sabemos ao certo o que foi retirado, contudo, observamos que foi Espíndola que ficou responsável por guardar o objeto, e sua escolha foi o cofre do Sindicato, visto que era um local que considerava seguro. Espíndola também demonstra que esse senhor era habilidoso em lidar com este equipamento: “não levou 5 minuto e o rádio dele tava sem condições”<sup>203</sup>.

Assim, podemos constatar que devido a muitos operários terem aderido a causa da Legalidade, e estarem organizados, eles podiam tecer uma rede de comunicação ampla dentro da cidade, permitindo saber o que ocorria em diversos locais do município. Essas comunicações, como no caso mencionado, eram direcionadas as lideranças, reunidas na ASUO, o que permitia uma articulação para uma tomada de decisão. Ao mesmo tempo, possibilitava manter o governador atualizado sobre as ações tomadas na cidade.

Quanto a outra questão, ou seja, quanto a aparente facilidade que eles tiveram em controlar a autoridade de Rio Grande – o Capitão do Porto – Espíndola apresenta que: “Mas era meia dúzia de marinheiro”<sup>204</sup>. Os trabalhadores, naquele contexto, eram mais numerosos e possuíam muito mais força: “Mas muito mais força. Ali, a Capitania, acho que não tinha 20 marinheiros

---

<sup>202</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>203</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>204</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

no total. Acho que tinha uns 3 ou 4 oficiais e uns 18, 20 manheiro. Não tinha mais do que isso”<sup>205</sup>.

Vemos aqui, que o número de operários organizado, somado ao apoio de setores militares de Rio Grande, permitiam um maior controle da situação. Somasse a isso, o baixo efetivo existente na Capitania.

**Nós não fomos lá pra brincadeira.** Nós tavamos a fim de botar ele na prensa mesmo, não é. Por causa que, pomba, o cara apoiando um golpe sujo, não é. Aí, **a gente tava vendo que a coisa ia arrebentar em nós**, não é. E não arrebento ali, mas arrebentou em 64. Eles a partir dali, eles pegaram a se organizar. Aí nos deram o golpe certo.<sup>206</sup>

A partir dessa sua fala, nos fica claro que, apesar de não ter sido a intenção inicial do grupo de prender o Capitão do Porto, os operários estavam devidamente preparados.

Espíndola destaca que contavam com apoio de parte dos oficiais Exército e da Brigada Militar, em Rio Grande:

Nós fomos também falar com o comandante, em Rio Grande. Falamos com ele. E ele disse “olha, eu to do lado da Legalidade. Eu tenho aqui 3 oficiais” Pra ver como era pouco oficial “Eu tenho 3 oficiais, aqui, 2 eu sei são contra, e 1 e a favor” [...] **Inclusive nós chegamos a perguntar pra ele, se fosse necessário, nós íamos fazer alguma maneira de prender os caras.**<sup>207</sup>

Na entrevista de 2018, ele relata que a proposta de prender os oficiais vinha, não de um dos operários, mas sim, do dentista comunista Santa Helena<sup>208</sup>, que estava junto ao grupo nesse momento. “O senhor diga quem são, que vamos prender esses caras aí”<sup>209</sup>, Diz Espíndola, reproduzindo a fala do dentista, porém, de forma bem-humorada. O humor deu-se a uma possível ideia

---

<sup>205</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>206</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>207</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>208</sup> Escrevemos conforme sua fala, porém, não temos certeza quanto a escrita de seu nome.

<sup>209</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

de imprudência do dentista, visto que, eles não sabiam quem dos recrutas apoiariam um ato desses.

Nos fica claro que essa foi uma avaliação que Espíndola estabeleceu no presente, sobre as ações e consequências possível no passado. Contudo, ela nos permite questionar que, diferentemente da Capitania, o efetivo do Exército e da Brigada era mais numeroso, exigindo maior cautela por parte do operariado.

Na entrevista do dia 18 de julho 2018, o número de oficiais diverge ligeiramente, visto que ele afirma haver 5 oficiais, onde 3 eram a favor do Brizola e 2 contras. Além disso, ele destaca que os operários se dirigiram aos oficiais para buscar apoio. Ainda assim, é possível perceber que o número de oficiais em Rio Grande, seja na Marinha, como no Exército, era pouco. No mesmo diálogo, ficamos sabendo quem ficou como encarregado de prender os operários em 64, visto que durante a Legalidade ele era um desses oficiais do Exército:

Major Massada<sup>210</sup>. Era Major na época, depois se reformou como Coronel<sup>211</sup>. [...] Ele era Capitão na Brigada. Ele foi designado pelo novo comandante do 3º Exército, em 64, pra ser o chefe das prisões em Rio Grande. Ele que prendia, no exército, era ele. Ele que ia nas casa e chegava e batia na porta, e se não atendiam, ele mandava, ia com 9, 10 soldados, e mandava mete o pé na porta e arrombar pra entrar.<sup>212</sup>

Na entrevista de 17 de julho de 2018, Espíndola diz que o nome dele era Carlos Gomes, e que em 64 tornou-se capitão. Podemos observar que há uma divergência na memória reavivada de Espíndola. Não encontramos dados que confirmassem o nome desse oficial da PM, que exercia esse posto. Mesmo assim, dado o contexto apresentado, suas falas nos permitem compreender uma relação política e de classe existente na atuação dos operários.

Como mencionamos anteriormente, não basta a aquisição de direitos, é preciso sua manutenção. Assim, a atuação de Espíndola, que fazia parte do PTB de Brizola e João Goulart, possuía uma relação que não se restringia apenas a uma simpatia com tais lideranças. Pensar dessa forma é reduzir a complexidade de suas ações. Fica evidente que seu apoio a Brizola e a Jango estava pautado

---

<sup>210</sup> Ou Maçada. Não temos certeza sobre como é a escrita do nome.

<sup>211</sup> Esta relação de Patentes apresentada por Espíndola não deixa clara a posição. Segundo Espíndola ele era do exercício, mas depois se reformou como policial, como coronel.

<sup>212</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

na compreensão da importância que essas figuras tiveram para os trabalhadores, bem como, por serem as lideranças de seu partido. Contudo, devemos também compreender que suas ações visavam a manutenção de um governo que ele entendia, baseado em suas experiências passadas, estar do lado dos operários. Devemos lembrar que, segundo Espíndola, foi o governo de Brizola, que possibilitou a fundação do Sindicato. Assim, a fala “a gente tava vendo que a coisa ia arrebentar em nós”, representa também uma consequência para a classe operária.

Passada a agitação política, Espíndola disse que eles retornam na Draga para restabelecer a comunicação: “Pedimos desculpa para o Comandante da Draga. Né, por que deixamos ele sem comunicação nenhuma.”<sup>213</sup> Também diz que foram na Capitania e pediram para falar com o Capitão dos Portos: “aí pedimos desculpa para ele, de tudo que tinha acontecido, mas que era uma coisa que a gente não podia concordar, com o que os militares tavam querendo fazer”<sup>214</sup>. Segundo Espíndola ele teria dito: “a, tá bem, também, tudo bem”<sup>215</sup>.

Não nos aprofundamos sobre as ações possíveis do Capitão do Porto, após sua possível prisão. Nosso foco de análise consiste em apresentar suas ações e organização. Contudo, não nos parece que de imediato tenha ocorrido uma represália ao conjunto dos operários. Entretanto, veremos que em 1964 que essa mesma ação não se repetiria, visto que, o número de marinheiros seria maior – conforme Espíndola – e os operários não contariam com o apoio do exército. Soma-se a isso, uma ação coordenada dos militares para impedir a organização dos sindicalistas, buscando capturar e prender grande parte dessas lideranças.

### **3.2 A repressão chega a Rio Grande: a Ditadura Civil-Militar de 1964**

Nesse tópico, discutiremos o contexto repressivo de 1964 em Rio Grande, tendo como foco a trajetória de Antonio Nailem Espíndola, na qualidade de preso

---

<sup>213</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>214</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>215</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

e perseguido político. Dessa forma, poderemos observar as primeiras ações dos militantes, como e onde ocorreram as prisões, além de, identificar os abusos cometidos regime, como ocorriam os depoimentos, e como Espíndola lidou com a conjuntura que lhe foi imposta.

Inicialmente, observamos que, embora João Goulart tenha conseguido tomar posse – diante das ações tomadas em 1961 –, com seus poderes limitados pelo parlamentarismo, os anos que se seguiriam enfrentaria dificuldade de governabilidade. Os anos de 1962 a 1964, é marcado por um período de instabilidade, visto que “o novo presidente irá governar, pendente numa balança entre a direita que o atacava implacavelmente e a esquerda que não prestava todo o apoio necessário.” (ALVES, 1990, p.24). Conforme Gandra (1999), havia um confronto entre o Congresso, mais conservador, e o Executivo, que se dizia progressista. Outro ponto relevante, destaca o autor, é que a crise econômica também era um elemento desse contexto, visto que, somadas a outros fatores, contribuiu para paralisar e desestruturar o governo.

As medidas populares e nacionalistas, tomadas no início de 1964, e que culminaram com o Comício do dia 13, aprofundaram a chamada 'guinada popular e de esquerda' do governo populista de Goulart. Esta vinculação com os movimentos populares e de esquerda, no entanto, somente ocorre de forma mais intensa quando o Governo verifica que não lhe resta nenhuma alternativa de sustentação política. (ALVES, 1990, p.25)

Entretanto, diante do contexto de agitação política, evidencia-se a crescente insatisfação de setores militares que se opunham a Jango. Ao consultar a historiografia, relacionada a temática sobre os acontecimentos de 1964, a exemplo de Helio Silva (1987), René Freifuss (2008), Caio Toledo (2014), Nelson Sodré (2014), Jacob Gorender (2014), Jorge Ferreira e Angela Gomes (2014) Jorge Ferreira (2011), entre outros, é notório as múltiplas visões e interpretações que motivaram o golpe. Todavia, ainda assim, todos os autores destacam a importante participação dos militares – os quais estiveram envolvidos historicamente em diversas agitações políticas no Estado – e do envolvimento dos setores civis na ação, para a concretização do Golpe<sup>216</sup>.

---

<sup>216</sup> Optamos em não nos aprofundar nas motivações que conduziram ao golpe, mas sim, direcionar nossa atenção aos eventos da cidade de Rio Grande. Todavia, tivemos como consulta os autores e obras referenciadas acima, dentre outras.

O clima de tensão se acirra no mês de março, de 1964. Destaca-se a grande mobilização das massas, seja aquelas protagonizadas pela esquerda ligada às organizações de trabalhadores, em apoio às Reformas de Base, ou pelos movimentos conservadores da sociedade, com a Marchar com Deus pela Família e a Liberdade, claramente em oposição ao Goulart<sup>217</sup>.

O esgotamento das relações vivenciadas chega ao seu ápice, abrindo caminho para a tentativa de golpe. Dizemos tentativa, visto que, mesmo por parte dos militares, conforme aponta a historiografia, não havia certeza quando ao sucesso. Contudo, a movimentação iniciada pelo General Olympio Mourão Filho, a qual deflagrou e iniciou a mobilização dos exércitos para derrubar o presidente, foi bem-sucedida. O dia 31 de março, marca a história nacional, pois, João Goulart é deposto, sem oferecer resistência, surpreendendo até mesmo os golpistas. A data, ficaria conhecida como o início de um regime que duraria até 1985, conhecida pela historiografia como Ditadura Civil-Militar<sup>218</sup>.

Segundo Caroline Bauer (2007), ao tratar da repressão realizada pelas ditaduras do Cone Sul:

Esses regimes caracterizaram-se em sua forma repressiva pela imposição do medo e do terror, que acabaram por configurar uma “cultura do medo”, originária das práticas repressivas e da lógica da suspeição. No exercício da coerção física e psicológica, utilizaram-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas como o seqüestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo; e a morte e a desapareição, como políticas de extermínio. (BAUER, 2007, p.3)

Em decorrência do golpe que depôs João Goulart, diversas cidades no país tiveram movimentos coordenados por militares, em razão de manter o controle social e político no Brasil. Rio Grande, foi uma dessas cidades, onde as forças militarizadas, através da Marinha, Exército, Polícias e de outros segmentos sociais, tiveram uma forte atuação desde os primeiros momentos, contribuindo a implementar o novo regime que emergia.

---

<sup>217</sup> Destacamos que essas não foram as únicas movimentações, pois, houve paralizações operárias em diversas localidades do país, assim como movimentos de contestações, perpetrados pelos conservadores – o que incluía o empresariado, a igreja e políticos.

<sup>218</sup> Esse não foi um acontecimento isolado, mas faz parte de um período histórico de disputas globais, conhecido como Guerra Fria. Caroline Bauer, destaca que “Durante as décadas de 1960 a 1980, vigoraram no Cone Sul da América Latina regimes de terrorismo de Estado, sustentados ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional [...]” e estes foram “[...] instaurados através de golpes contra-insurgentes e mantidos por ditaduras civil-militares.” (2007, p.3)

É possível observar, estampado nas páginas do Jornal Rio Grande, poucos dias após o golpe, a implementação da “operação Limpeza” e “operação Gaiola”. A matéria, publicada na terça-feira, do dia 7 de abril de 1964, na primeira página, apresenta os acontecimentos iniciados no domingo. Conforme a matéria, a deflagração da operação ocorreu através da Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS)<sup>219</sup>, no qual “Os policiais, sob ordens do delegado Evaldo Miranda, deram inúmeras batidas, procurando localizar os líderes vermelhos”<sup>220</sup>. Conforme, Bauer (2007), a função, desde a criação da DOPS, era de servir como Polícia Política. No contexto de 64, para implementação da repressão, a ditadura brasileira criou e reformulou os órgãos de estado: “A montagem desse aparato repressivo foi feita através da criação de novos órgãos que se congregaram aos existentes antes do golpe, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS).” (2007, p.4). Assim, no contexto do Rio Grande do Sul, destaca a autora:

As mudanças efetuadas no DOPS/RS após o golpe de 31 de março de 1964 e a institucionalização da ditadura civil-militar visaram adequar o órgão aos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, ao aprimoramento do aparato repressivo e ao processo de militarização do Estado e da sociedade. Esta reformulação exigiu uma reformulação na estrutura do Departamento, na composição de seus quadros e na ação de polícia política e, posteriormente, constantes ajustes conforme a conjuntura. (BAUER, 2007, p.17)

No que concerne a matéria do jornal, observamos que até aquele momento ainda não possuía a relação dos nomes presos, contudo, destaca que houve prisões de pessoas relacionadas aos partidos PR e PCB. Em conjunto, a matéria apresenta as ações sobre a cassação de mandatos legislativos de vereadores do PR. Por fim, a matéria destaca as ações realizadas no Porto Novo, destacando a prisão de Enestor Farias de Albanez e Dinarte Luz Alves, destacando suas idas para o navio hidrográfico *Canopus*.

---

<sup>219</sup> Segundo Bauer “Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPSs) foram órgãos criados junto à estrutura das secretarias estaduais de segurança pública de alguns estados brasileiros entre os anos de 1920 e 1930.” (2007, p.13)

<sup>220</sup> Jornal Rio Grande 07/04/1964, p.1

Lidiane Elizabete Friderichs, em sua dissertação de mestrado intitulada *Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970)*, destaca sobre esse conjunto de operações<sup>221</sup>:

Essas tinham por objetivo, como seu próprio nome indica, limpar a cidade daquilo que os novos donos do poder consideravam subversivo e ao mesmo tempo colocá-los numa gaiola, ou seja, prendê-los para que ficassem longe do novo modelo de sociedade imposto e não pudessem organizar uma resistência. A operação limpeza concentrava-se principalmente em punir os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Logo, os meios sindicais da “cidade vermelha” foram invadidos e fechados, assim como suas principais lideranças foram presas e/ou impedidas de seguir comandando suas associações. O prefeito da cidade, Farydo Salomão (PTB), e alguns dos vereadores também foram depostos dias após o golpe. (FRIDERICHS, 2013, p.93)

No contexto histórico da urbe, as forças sindicais tiveram forte atuação, seja na reivindicação por direitos, como nas disputas políticas. A mobilização e articulação crescente da força operária no município, percebida através do trabalho de Mário Segundo (2009), permite compreender que levou a um desapreço e temor da elite riograndina.

Conforme Friderichs (2013), no contexto que antecede o golpe:

[...] havia uma ação progressista na cidade, a qual, de certa forma, moderava as ações da direita e ajudava a legitimar os setores populares. Isso é indicado pelos projetos de casas e restaurantes populares, e pela urbanização dos bairros operários, efetivados pelo governo municipal. Dessa forma, a elite municipal estava perdendo espaço, o que fez com que ela apoiasse, incentivasse e propagandeasse o golpe e, depois dele concretizado, buscasse a deposição do prefeito do PTB e a intervenção militar na cidade, visto que, pelas vias democráticas, dificilmente, chegariam ao poder. (FRIDERICHS, 2013, p.97)

Assim, como em âmbito nacional, houve em Rio Grande o interesse de parcela significativa das elites locais pela tomada do poder, visando a limitação do poder dos grupos operários, por exemplo, a partir da retirada do governo petebista. Não à toa, no dia 04 de abril, na primeira página, o jornal estampava a matéria intitulada “Prefeito Salomão prestou declarações perante agentes da

---

<sup>221</sup> Além disso, a historiadora destaca o perfil político e ideológico do jornal, elementos importantes para compreender seu posicionamento no decorrer de 1964. Notamos, como a autor, seu perfil contrário anti-janguista e sua crescente adesão às discussões: “Nota-se, que o clima foi ficando cada dia mais tenso e o jornal passou a legitimar a ação dos conservadores, ajudando a aumentar a atmosfera de instabilidade.” (FRIDERICHS, 2013, p.96)

D.O.P.S”<sup>222</sup>. Embora não tenha havido sua prisão – a matéria referia-se ao dia anterior –, o jornal indica que o vereador Silvério Miranda Jr. daria entrada no pedido de impedimento do então prefeito. Nos dias que se seguem, ao longo do mês de abril, o jornal apresenta diversas cassações de mandatos no país e em Rio Grande, incluindo a de Salomão, no dia 24 do referido mês e ano<sup>223</sup>.

Vivenciando esse contexto, Espíndola, apresenta em sua visão que, em Rio Grande, se transformou. Em 1964, quando houve o golpe, eles não contavam mais com o apoio do exército e nem da brigada<sup>224</sup>. Além disso, a Capitania dos Portos já possuía um número maior de marinheiros, e um novo Capitão, Mário Rodrigues da Costa. Espíndola vivenciava uma conjuntura diferente, a qual sabemos que não se restringia apenas ao cenário riograndino, mas que sua experiência é demonstrativa de um contexto mais amplo.

No mês de abril de 1964 veremos um número significativo de prisões na sociedade riograndina, dentre as quais incluem-se Antonio Nailem Espíndola. Foram presas diversas lideranças sindicais, além de outros segmentos civis e militares da sociedade. Entretanto, diz Espíndola de forma bem-humorada, que, apesar da justificativa de acabar com o comunismo, a maioria dos presos eram filiados ao PTB:

Comunista, em Rio Grande, olha, eu acho que comunista mesmo, olha, nem sei se prenderam algum. Nem sei. Quer dizer, lá com nós não tinha ninguém [...] Eu mesmo, conhecia mais de 20, e comunistas, comunistas mesmo, e nenhum deles foram presos pra lá.<sup>225</sup>

O bom-humor dele, ao tratar desse assunto, pode significar sua compreensão de que essa era uma justificativa descabida, pois a finalidade era prender as lideranças políticas e sindicais riograndinas, e não só as comunistas. Mas também, sua fala pode ser entendida em um contexto que ele apresenta onde muitos dos filiados ao comunismo, no qual dentre alguns possuía maior

---

<sup>222</sup> Jornal Rio Grande 04/04/1964, p.1

<sup>223</sup> Em matéria de 8 de maio, é publicada uma matéria sobre a perda dos direitos políticos, por 10 anos, do ex-prefeito e outras personalidades políticas, incluindo Carlos Aveline.

<sup>224</sup> Conforme Bauer, essas foram duas instituições importantes no contexto da repressão: “A coerção exercida por estas ditaduras deu-se através de duas instituições: as Forças Armadas e a polícia.” (2007, p.6)

<sup>225</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

proximidade, fugiram antes de serem presos. Sabemos, contudo, que diversos membros do PCB foram presos, inclusive junto com Espíndola. Robert Castro (2016), em sua tabela de presos no navio *Canopus*, apresenta ao menos quatro nomes vinculado ao partido<sup>226</sup>.

Independente de qual sentido de seu bom-humor, é notória sua compreensão de, como consequência da ação deles em 61, os militares se organizaram em 64, e assim levaram os dirigentes sindicais presos. Segundo Espíndola “eles quiseram pegar todos os dirigentes sindicais, pra enfraquecer o Sindicato, para não haver um contragolpe”<sup>227</sup>.

### **3.3 Os militares chegam ao Porto: fugas e prisões**

Comumente, a escrita histórica se apresenta de uma forma narrativa cronológica, ou seja, encadeando os eventos em sua ordem de acontecimentos. Assim também o fizemos. Contudo, nos convém, a partir do exposto na introdução, iniciar os acontecimentos pelas fugas dos operários, visto que nos é intrigante como alguns desses operários fugiram e outros não.

Sabemos que muitos operários acabaram sendo capturados, já nos primeiros momentos e dias do golpe. Isso foi ação coordenada que não ocorreu apenas em Rio Grande, mas em todo o país. Uma das primeiras ações tomadas pelos militares foi a invasão dos sindicatos e a prisão de suas lideranças. Conforme Luiz Silva (2014):

Desde o início o regime instalado jogou seu peso repressivo com prisões de lideranças, intervenção governamental nas entidades sindicais (urbanas e rurais) e proibição do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Somente em 1964 foram 456 intervenções em sindicatos, seguida por mais 358 em 1965. No período ditatorial de 21 anos, a intervenção estatal ocorreu em cerca de 1.202. (SILVA, 2014, p.82)

Contudo, no caso riograndino, Espíndola nos apresenta que muitos operários conseguiram escapar da incursão feita pelos militares.

---

<sup>226</sup> Enestor Farias de Albernaz, José Ferreira da Costa, João Flores Aguiar e Manoel Rechia (CASTRO, 2016, p.136)

<sup>227</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Muitos conseguiram. Teve aquele rapaz que foi presidente, lá depois, o José Leal<sup>228</sup>, que faleceu agora, bem pouco, aquele foi pra Bagé. Teve, acho que um mês em Bagé, **escondido nas casas dos parentes dele**, lá. Era também, **pessoas que tavam certas que seriam perseguidas**. E aí teve mais, não foi só ele. [...] **O Carnaval**<sup>229</sup> **fugiu** também, seis meses. O Carnaval ficou seis meses escondido na **casa dos parentes**, lá no Bolacha<sup>230</sup>. Naquele tempo o Bolacha era uns campos, aquilo era uma chácara. Uma chácara, não existia aquelas casas que existe hoje, ali. Não existia nem cinco por cento daquelas casas.[*Grifo Nosso*]<sup>231</sup>

O presidente da estiva, Delmar Simões, conhecido como Carnaval, já apresentamos anteriormente. Ele, teve uma atuação combativa forte na cidade, durante a Legalidade. Como pudemos ver ele contribuiu para organizar operariado no Porto e deu voz de prisão a Fittipaldi, Capitão do Porto.

Observa-se a partir de seu relato que ambos conseguiram fugir da prisão imediata, refugiando-se na casa de seus parentes. Baseando-se em suas experiências de atuação, eles tinham certeza que seriam alvos de perseguição.

Todavia, eles não foram os únicos a fugir, como é o caso de Carlos Lima Aveline:

**O Avelino foi para Belo Horizonte.** Comprou um táxi. Porque ele tinha duas identidades. Naquela época as pessoas usavam. Ele tinha duas carteiras de identidade, o Avelino. **Ele foi pra lá com um fulano**, não sei de que, lá. Comprou táxi e botou táxi na praça, lá. **Lá que prenderam ele. Por causa que o filho dele foi visitar ele**, já a um ano fazia que ele tava lá. E o filho inventou. E a polícia seguiu. A polícia seguiu ele e prendeu ele. [*Grifo Nosso*]<sup>232</sup>

Já apresentamos Aveline anteriormente. Diante dos primeiros acontecimentos de 1961, ele foi um dos membros da Câmara Legislativa, filiados ao PR, que assinaram o telegrama a Brizola, posicionando-se ao lado do

---

<sup>228</sup> José dos Santos Leal, trabalhador vinculado ao Sindicato da capatazia. Conforme dados colhidos por Edgar Ávila Gandra, através de entrevista com o mesmo, José refugiou-se na zona rural de Aceguá, na fronteira com o Uruguai.

<sup>229</sup> Conforme dados colhidos por Edgar Ávila Gandra, em entrevista com Moacir Martins, Carnaval, primeiro teria ido para o Uruguai, contudo, por falta de apoio, retornou de forma discreta para zona rural de Rio Grande.

<sup>230</sup> Ele menciona que o Bolacha era uma região que ficava antes de chegar na praia do Cassino, próximo do Partage, hoje em dia.

<sup>231</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>232</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

governador. Portanto, percebemos que ele também foi uma figura atuante no contexto da Legalidade. Segundo Thiago Silva (2016), ele havia disputado o pleito para prefeitura de Rio Grande. A disputa se deu contra Farydo Salomão, em 10 de novembro 1963.

Assim, na data do Golpe, Rio Grande era governada por uma coligação PTB e PSB. Portanto, tinha como Prefeito Farydo Salomão, vencedor da disputa eleitoral e membro vinculado ao PTB, além de figura atuante na articulação de 1961. De acordo com Alves (1990), ele obteve uma vitória esmagadora, frente aos demais candidatos. Em 64, conforme Gandra (1999), na Câmara, via-se uma bancada expressiva de apoiadores do governo federal, abrangendo partidos como PTB, PSB, PR e vários membros do PSD. Retomaremos a questão de Farydo mais a frente.

Contudo, percebemos a importância de Aveline, pois, matéria do jornal que apresentou as operações limpeza e gaiola, publicadas no dia 7 de abril, destacam que “Consta que o Dr. Carlos Lima Aveline ao tomar conhecimento de sua prisão imediatamente conseguiu fugir, encontrando-se em lugar ignorado”<sup>233</sup>. De acordo com o conhecimento apresentado por Espíndola, podemos perceber que Aveline foi para Belo Horizonte, fugindo da perseguição. Ele foi junto com outra pessoa, a qual não soube dizer quem era. Contudo, acabou sendo preso, devido a visita de seu filho. A partir desse relato, podemos ver que Aveline foi uma figura que estava constantemente sendo vigiada, pois, a polícia seguiu seu filho para pegá-lo. Essa é mais uma das histórias que não tivemos como confrontar por outras fontes, contudo, assim como já mencionamos anteriormente, dada a rede de contatos que Espíndola possuía, os acontecimentos são possíveis.

Outro elemento que nos faz crer que Aveline estava sob constante vigia, foi outro relato de Espíndola, porém, sobre o que aconteceu com a esposa dele. Como mencionamos anteriormente, as prisões eram comandadas por Carlos Gomes, em Rio Grande. E as tentativas de prender Aveline levaram a inúmeras invasões de sua casa e de sua esposa, em Rio Grande:

Mais de uma vez, eles bagunçaram, subiram em cima de casa, tiravam as telhas, entravam pelo telhado. Na Talita Aveline, é, na Talita, muito

---

<sup>233</sup> Jornal Rio Grande 04/04/1964, p.1

fizeram isso na casa dela ali. Procurando. Achavam que o Avelino ia dormir de noite em casa [...] A Talita sofreu na mão dessa gente, sofreu muito.<sup>234</sup>

Destacamos que Espíndola apresenta que era muito amigo de Aveline, portanto, cremos que isso facilitava ele ter mais informações, seja sobre o vereador ou de sua esposa.

Durante a entrevista, ele relata que outros também fugiram, porém, não recordou os nomes. Além disso, como vemos, os operários fugiram, pois, sabiam que seriam capturados. Assim, o operariado riograndino compreendia os acontecimentos de final de abril e início de março, eles tinham ciência das prisões que aconteciam no país, e em alguns casos, buscaram se esconder. Na fuga, contaram com suas redes de relacionamentos. Exemplo disso foi o Carnaval, conforme Espíndola, que se refugiou na chácara de um primo-irmão “Ninguém sabia. Só a família dele que sabia. Nem as filhas sabiam, só a esposa”<sup>235</sup>. Nem José Leal, nem o Carnaval, segundo ele, foram pegos.

Tanto que o Capitão do Porto mandou cassar a matrícula dele [Carnaval] como estivador. Ele, quando ele pode aparecer, ele já não era mais. Ele morreu na miséria, praticamente. **Não fosse a senhora dele trabalhar, ele tinha passado até fome.** Foi um dos caras mais prejudicados em Rio Grande. [...] **Ele contextuava muito a Capitania dos Portos. O Capitão dos Portos tinha muita raiva dele.** Muita raiva dele. E tenho certeza que se o capitão tivesse pego ele na época, eu tenho a impressão que tinham botado uma corda no pescoço, uma pedra no pescoço, e jogado fora da barra, lá. Tinham largado ele lá, para os peixes. Eles tinham muita raiva dele.[*Grifo Nosso*]<sup>236</sup>

Percebe-se que o histórico combativo do Carnaval o colocou como uma pessoa fortemente procurada pelo regime. O histórico de oposição, somando ao fato dele ter dado voz de prisão ao Capitão dos Portos, possivelmente explique a percepção de Espíndola que Mario Rodrigues da Costa sentia muita raiva, por ele. Mesmo Espíndola reconhece que o Carnaval sua forte militância, afirmando

---

<sup>234</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>235</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>236</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

que ele “exigia muito do estivador”<sup>237</sup>. Assim, é nítido que ele foi um importante articulador dos operários em Rio Grande. Espíndola reconhece o impacto de Carnaval no meio portuário: “Ele era um sindicalista de primeira. Olha era um sindicalista daqueles respeitadíssimo. Era um homem que conhecia o direito sindical como muitos advogados não conheciam, nem a metade”.<sup>238</sup>

Apresentar esses personagens, a partir do relato de Espíndola, é profícuo em sua biografia, pois, o coloca diante de cenário de vivência entre muitas lideranças. Mais do que a história desses sujeitos, seu relato nos fala sobre si. Ao destacar essas figuras da história de Rio Grande, podemos compreender seu amplo conhecimento sobre o operariado da urbe, quem eram as lideranças, por quais espaços ele circulava, sua rede de contatos, e como ele interpretou os acontecimentos. Além disso, podemos confrontar as diferentes tomadas de decisões, por parte do operariado, diante do contexto que se apresentava à sua frente.

Diante do contexto apresentado, reiteramos que era notório para as lideranças que eles seriam alvo da incursão dos militares, mais cedo ou mais tarde. Na matéria do dia 7, por exemplo, o jornal Rio Grande menciona que “Durante o dia de ontem [Segunda-Feira] foram espalhados diversos boatos pela cidade, alguns deles de conteúdo tendencioso e que visavam apenas dificultar as ações dos policiais”<sup>239</sup>. Na matéria do dia 04, o jornal apresenta que haviam boatos de que Farydo Salomão havia sido conduzido a Porto Alegre, bem como quanto a Carlos Aveline ter sido preso. Assim, sabemos que as notícias circulavam pela cidade, apresentando o contexto de prisões, e certamente isso contribuiu para que muitos pudessem escapar:

Aqueles que fugiram conseguiram escapar da repressão imediata. Já aqueles que permaneceram na cidade tiveram que lidar com prisões, interrogatórios, perseguições e torturas. Segundo o *Jornal Rio Grande*, o Rio Grande do Sul contava, no final de abril, com 241 presos políticos e Rio Grande foi a cidade do interior que forneceu o maior número de encarcerados, num total de 20 pessoas. (FRIDERICHS, 2013, p.102)

---

<sup>237</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>238</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>239</sup> Jornal Rio Grande 07/04/1964, p.1

Portanto, isso nos levanta a questão: mas por que Espíndola não fugiu? Em sua trajetória, ele foi uma figura contestadora em Rio Grande, uma liderança que discursava na ASUO, um sujeito atuante em 1961 e que contribuiu para a organização da resistência na cidade, além disso, tinha em seu conjunto de amizades figuras como Carnaval, entre outros.

Assim como os demais, Espíndola acreditava que seria perseguido. Todavia, ele justifica o fato de não ter fugido, pois: “Eu era recém-casado. Tinha minha filha [...] era pequenininha, um aninho. Ia fugir? Fazer o que?”<sup>240</sup>. A preocupação com sua família parece ter sido um dos principais motivos de ter ficado. Devemos lembrar que ele possuía uma esposa jovem e uma filha adoentada na época e ambas dependiam de seu trabalho. Assim, ele optou por permanecer ao lado delas, e descobrir o que aconteceria. É importante ressaltar isso, pois, tudo isso aconteceu ainda nos primeiros dias do golpe.

Quando o troço estourou, eu sabia. Eu disse. O Dinarte veio, o **Dinarte tava numa reunião, lá, no Rio de Janeiro** no Sindicato, na Federação dos Portuário, lá. Ele chegou, e eu disse pra ele “**Dinarte, voltemos saber que vamos ser pegos. Entre hoje e amanhã**”. No dia 6, nos pegaram no dia 6 mesmo [...] De manhã, nós conversamos. Quando foi a uma hora, já tava lá. Já tava preso na delegacia, na Delegacia Regional. E ele, umas três e meia, quatro horas da tarde, foram no Sindicato e chegaram lá, pegaram ele, carregaram ele para o navio. Pro *Canópus*. [*Grifo Nosso*]<sup>241</sup>

Dinarte, que era o diretor do Sindicato, como podemos perceber por relatos também de outros operários, viajava muitas vezes para o Rio de Janeiro, pelas informações que obtivemos essa viagem ao Rio de Janeiro era uma solicitação do Deputado Osvaldo Pacheco (dirigente sindical da Estiva) pelo Estado Guanabara, para mobilizarem apoio ao então Presidente João Goulart. Na ocasião, quem estava ocupando o cargo de diretor interino, devido a essa viagem, era Espíndola, que era o Secretário. E foi indicado por Dinarte Alves como seu preposto na presidência do Sindicato.

Destacamos que Espíndola comunica a Dinarte Alves que entre um espaço curto de tempo eles seriam pegos. O que acabou ocorrendo. E, embora

---

<sup>240</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>241</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

não sabemos ao certo como ele teve conhecimento dessa informação, podemos identificar que a suspeitava de que poderia ser preso incidiu de seu costume de ligar o rádio de manhã – pela Rádio Farroupilha –, pois, foi onde ficou sabendo das prisões que ocorriam no país. “Eu tinha um Mitsubishi, desse tamanhinho, tinha comprado num navio Japonês. Mas, escutava o mundo inteiro”<sup>242</sup>.

Portanto, assim como em 1961, em 1964 ele soube dos acontecimentos pela rádio, demonstrando a importância desse meio de comunicação no decorrer da segunda metade do século XX. Destacamos que, a partir do exposto até aqui, diversas formas eram usadas para a obtenção de informações, as quais podemos destacar: a ampla cobertura realizada pelos jornais – em nosso caso de análise o jornal Rio Grande –, o já referido rádio, bem como as redes de contatos que os operários possuíam. Conforme exemplificamos ao longo deste trabalho, as informações obtidas a partir das relações políticas, estabelecidas nos locais de trabalho ou bairro, amizades entre as lideranças sindicais e políticas, nas reuniões da ASUO, etc. Assim, a vivência de Espíndola nos apresenta esses elementos, demonstrando que ele e o operariado estavam conectados a diversos meios que permitiam circular as informações.

Assim, podemos compreender que corrido o Golpe, uma das primeiras ações dos militares em Rio Grande foi a fechar o Porto:

**Mandaram a polícia militar fazer um sítio.** Sítio o Porto. Não podia entrar ninguém, só podia sair. Quem tava trabalhando saía. Quem não tava trabalhando, não podia entrar. Aí eu cheguei, eu tava na presidência do sindicato, eu era o secretário, aí tava exercendo a presidência, por que o presidente se encontrava no Rio de Janeiro, o falecido Dinarte Luz Alves. Aí cheguei lá, seis horas da manhã, mais ou menos, quinze para as seis, eu cheguei no Porto, e fui recebido por um major e ele me disse “olha, não pode entrar, porque nós estamos aqui com ordem de não deixar ninguém entrar no Porto”. Aí ele disse “então, só tem um detalhe, eu quero dizer que **nós não somos contra o governo que tá sendo deposto. Nós somos a favor. Só que não podemos nos manifestar. E, não estamos aqui para prender ninguém, não estamos aqui pra bater em ninguém.** Só vamos cumprir a ordem que nós recebemos, de não deixar ninguém entrar. Não vai ter escala de trabalho”. **E o que nós fizemos? Nós reunimos ali,** eu, o presidente do Sindicato dos Estivadores, Delmar Simões, apelido de Carnaval, mais o presidente do Sindicato dos Conferentes,

---

<sup>242</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Sindicato dos Vigias, e uma turma grande ali. **Aí resolvemos irmos para a União Operária.** [*Grifo Nosso*]<sup>243</sup>

Em sua fala podemos perceber que uma das primeiras ações da polícia foi impedir a movimentação dos operários, possivelmente impedindo a organização no local de trabalho. Outro ponto é a permanência de oficiais na cidade que não se colocavam contrários ao governo, porém, que atuaram em conformidade com o novo regime que surgia, ainda que discordassem.

Como o Porto estava sitiado pela Brigada Militar, reuniram-se na rua e decidiram ir para a ASUO<sup>244</sup>.

Então, nos reunimos e já partimos para uma organização ali, no sentido de já se organizar diante da possibilidade de a gente que fosse daqui de Porto Alegre. Já tínhamos conhecimento de que o Dr. Brizola, que era deputado federal na época, já estava se dirigindo ao Rio Grande do Sul para tomar as providências cabíveis.<sup>245</sup>

Novamente, eles decidem se reunir na União Operária, tal como em 1961. Isso demonstra a importância que ela possuía enquanto um espaço de organização e combatividade coletiva do operariado riograndino.

Aí chegamos lá, e **procuramos entrar em contato com o Farydo Salomão, que era o nosso Prefeito, pra ver qual é a atitude que nós vamos tomar**, não é. Aí seguida ele veio. Nessa altura nós já tínhamos lá, uns 40, 50 dirigentes sindicais. Por que já tinha ido o pessoal de Carnes e Derivado, tinha ido o pessoal da Viação Férrea, os diretores do Sindicato dos Tecelões, e demais. Sei que já estávamos com 40, 50, dirigentes sindicais. Aí o Farydo chegou e disse que tinha contatado com o Brizola e que o Brizola tava em Porto Alegre, e que **havendo a possibilidade de levantar uma resistência**, como nós fizemos em 61, quando a Legalidade. Aí ficamos aguardando uma comunicação do Brizola. O Brizola tava se reunindo na prefeitura, **nessas alturas o governo era do PDS, que era o Ildo Meneguetti. Quer dizer, em 61 era o Brizola, quer dizer, ele usou o Palácio Piratini como [...] quartel general, para reunir o pessoal.** [...] Ele falou pro, se comunicou com o Farydo Salomão, e disse “**Olha, tá**

---

<sup>243</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>244</sup> Situação também referenciada em seu relato na Comissão Estadual da Verdade, 12/07/2013.

<sup>245</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Naillem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013, p.06

**difícil, por que o primeiro e segundo exército tá todo do lado dos golpistas". [Grifo Nosso]<sup>246</sup>**

Percebe-se que Farydo Salomão volta a ser uma figura importante na memória do relato de Espíndola. Isso demonstra a importância que ele possuía em Rio Grande, o que nos permite entender o motivo dele ter sido eleito com uma vantagem expressiva em relação aos demais concorrentes. Salomão ocupava um lugar de representatividade dos interesses dos operários significativo. Além disso, sua capacidade de articulação com o Ex-governador era reconhecida, na medida em que foram se consultar com o prefeito para saber quais ações Brizola tomaria, diante dos acontecimentos. Vemos com isso que os operários, assim como na Legalidade, se mostraram ao lado do ex-governador e estavam dispostos a tomar a frente e realizar uma resistência novamente. Contudo, as informações que obtiveram foi de que Brizola, tentando buscar apoio, percebia que o contexto era diferente de 1961. Os operários se mantiveram no aguardo de mais comunicação, enquanto isso o número crescia dentro da União Operária “As 10 horas, já tinha umas 300 pessoas”<sup>247</sup>. Eles permaneceram aguardando, até que tiveram que dissolver a assembleia, devido à falta de decisão, aparentemente.

Diante desse contexto, Friderichs (2013), apresenta que:

Após a deflagração do golpe, ferroviários, portuários, estivadores e demais categorias trabalhistas entraram em greve geral em Rio Grande, no dia 02 de abril de 1964, posicionando-se contra a intervenção militar e em apoio ao governo legalmente eleito, de João Goulart (PTB), bem como, a base governista da prefeitura municipal. A greve geral foi uma ação em nível nacional deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). (FRIDERICHS, 2013, p.98)

Na matéria do jornal Rio Grande, do dia 3 de abril, em sua primeira página, trazia as ações tomadas por grupos que tentaram resistir na Guanabara, em Brasília e em Porto Alegre. O próprio jornal, na mesma página apresenta, na matéria intitulada “Violência Sindical”, que foi impedido de circular suas matérias

---

<sup>246</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>247</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

no dia 2. Conforme Espíndola, foi um grupo de operários que pressionaram o jornal. Contudo, ele destaca que não fez parte dessa ação.

Observa-se, a partir dessa nota, o claro posicionamento do jornal em apoio ao golpe e condenando as greves dos trabalhadores riograndinos e o seu amparo ao governo de João Goulart. Esses trabalhadores tiveram papel preponderante nesse momento, pois tomaram a frente na tentativa de realizar uma resistência, tendo clara visão contra quem e o que se levantavam: um golpe de classe. (FRIDERICHS, 2013, p.99)

Diante das ações apresentadas, no contexto da ebulição de 64, o jornal destaca que:

Não surtiu efeito o trabalho de enfraquecimento da organização militar que vinha sendo realizada pelo govêrno, junto aos sargentos, cabos e soldados. Não se conhece nenhum caso de revolta no interior dos quartéis por parte dos sargentos. As Fôrças Armadas cumpriram a missão de defensores da Constituição contra aqueles que pretendiam subverter a ordem e implantar no Brasil o domínio de um govêrno esquerdista.<sup>248</sup>

Observamos, a partir da fala Espíndola, que o mesmo compreendia que eles não tinham o apoio de setores do exército<sup>249</sup>. Conjuntamente, em sua fala, atribuiu a falta de atividade do então governador, Ildo Meneghetti. Essa atribuição deu-se devido a sua experiência no passado, onde Brizola encabeçou a resistência, transformando o Rio Grande do Sul em um estado combativo. Na conjuntura posta de 64, os trabalhadores não contariam com o apoio do governador. Conforme Bauer (2007):

No final de 1964, o governador gaúcho Ildo Meneghetti enviou à Assembléia Legislativa uma mensagem de fim de ano, onde salientava a política de segurança do Rio Grande do Sul e a colaboração mútua entre a Secretaria de Segurança Pública, o III Exército e as demais forças de segurança do país. Segundo o governador, tratava-se de “alcançar a mais rápida consolidação do movimento revolucionário de 31 de março último.” (BAUER, 2007, p.17)

---

<sup>248</sup> Jornal Rio Grande, 03/04/1964, p.1

<sup>249</sup> A historiadora FRIDERICHS (2013), destaca, em sua dissertação, que também não contaram com o apoio de outros setores, a saber: o próprio jornal Rio Grande, o Sindicato dos Bancários, entre outros ramos conservadores: “Fato que se percebe pela realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>10</sup> e de uma missa pelo reconhecimento e agradecimento às Forças Armadas por terem livrado o país da ameaça comunista.” (FRIDERICHS, 2013, p.100)

Não foi apenas em Rio Grande que podemos ver uma movimentação operária em direção a formar uma resistência contra os acontecimentos de 64. Fernando Teixeira da Silva (1995) apresenta que no Porto de Santos:

Na tarde de 31 de março, diversos sindicalistas da Baixada Santista reuniram-se no apartamento de Waldemar Neves Guerra, presidente do sindicato dos empregados da administração da CDS, para traçar o esquema de reação ao golpe anunciado pelos mais diversos boatos. A estratégia era entrar em contato com o III Exército e deflagrar uma greve geral, mas a chamada “esquerda militar” não impôs qualquer resistência ao golpe. (SILVA, 1995, p.205)

Aqui, o autor apresenta que em Santos também os operários estavam dispostos a resistir. Contudo, não houve, como em 1961, um movimento de resistência dentro dos quartéis. Portanto, vemos que tanto em Santos como em Rio Grande, o governo contava com o apoio operário.

Assim, quando houve o golpe, em 31 de março, o Porto de Rio Grande foi fechado e só retornou às atividades no dia 06 de abril. A partir das 13h começaram a realizar as escalas de trabalho. Foi nesse momento que Espíndola foi preso, pois, ele havia retornado ao Porto na data, porém, foi surpreendido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS):

Eu fui no dia 6, no dia 6. Por que o Porto ficou parado. O Porto, do dia 1 ao dia 6, não trabalhou. Estava em estado de sítio o Porto. Então ficou tudo parado, o Porto ali. E o dia 6 foi liberado, a partir da uma hora, para o pessoal voltar ao trabalho, aí nós voltamos, eu era Fiscal Geral, não, nem era Fiscal Geral, eu tava na presidência, por que o Dinarte tava viajando.<sup>250</sup>

Assim, apesar dele afirmar que sabia que seria preso entre o dia 06 e 07, aparentemente, não esperava que seria em sua chegada ao Porto. Foi por volta das 13 horas e 15 minutos que chegaram para prendê-lo: “Aí me levaram, direto. Me levaram direto na delegacia Regional.”<sup>251</sup> De lá, ele foi enviado para a Capitania e então para o Navio *Canópus*.

---

<sup>250</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>251</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Importante notar que as detenções só começaram em Rio Grande no dia seis de abril, pois, nos primeiros dias após o golpe, as Forças Armadas da cidade (Exército e Marinha) estavam divididas quanto ao seu apoio. Acredita-se que isso se deve, por um lado, à posição do III Exército, localizado em Porto Alegre, e que declarou apoio à Constituição. Por outro lado, a própria relação interna entre os chefes militares, suas hierarquias e apoios pessoais, dificultaram uma tomada de posição radical, ou apoiando, ou sendo contrários. Salienta-se que a Marinha, em nível nacional, foi a primeira instituição militar, a declarar apoio integral ao golpe. (FRIDERICH, 2013, p.101)

Um ponto que nos demonstra que ele não aguardava a prisão naquele momento é que ele não teve tempo de organizar vestimenta ou comunicar a esposa:

Um cara da própria marinha, que me levou, eu pedi para ele telefonar para o sindicato. Dei o telefone, o número, dos portuários, e pedi para ele telefonar, pra avisar. Aí ele avisou, e o nosso secretário foi na minha casa. Pra pedir umas roupas pra mim, porque eu tava com a roupa de corpo, só. Não tinha mais nada. Aí mandaram, lá, através da marinha.<sup>252</sup>

Essa situação ocorre no momento em que Espíndola também havia sido levado para o navio. Ele foi levado por uma lancha da Capitania, escoltado por cinco marinheiros. Contudo, um desses marinheiro era um amigo seu. Ele era filho de um conhecido, que era aposentado do Porto. Ambos eram vizinhos e moraram no bairro BGV, iam para festas e bailes, na época em que ele era solteiro. Espíndola relata a surpresa que seu amigo teve ao vê-lo na lancha, pois não entendia o motivo de sua prisão. É nesse momento Espíndola pede para avisar sua esposa, além de pedir vestimenta para ela:

Aí eu disse pra ele, quando chegamos no navio, disse pra ele “vem cá. Faz o seguinte, vai lá no sindicato e avisa pro o secretário ou tesoureiro lá que eu to preso, aqui no navio. **Avisar pra minha mulher, porque ela vai ficar apavorada lá.** Não vai saber de mim”. Quer dizer, eu não era de ficar fora de casa. Aí ele foi lá e avisou. Foi no sindicato. Ele foi pessoalmente. Quando saiu da capitania, passou no sindicato e avisou. Por isso ela ficou sabendo.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>253</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

Nessa entrevista, de 17 de julho de 2018, ele relata que o marinheiro foi pessoalmente no sindicato, ao invés de ligar. A preocupação principal de Espíndola era que sua esposa ficaria “apavorada”. Como ele já tinha conhecimento das prisões que ocorriam no país, possivelmente, ele tinha a suspeita de que aquele momento não se encerraria ali, ou seja, de que não voltaria tão cedo para casa. Segundo Edith Espíndola, foi o secretário do sindicato que comunicou a prisão de seu marido, e, aparentemente, justificou a prisão alegando que Espíndola havia sido preso, pois, estava no lugar do Dinarte<sup>254</sup>. Contudo, para Espíndola, conforme nos relata, apenas foi avisado que era uma ordem do Ministro da Marinha.

Esse problema, da rápida prisão que gerava a falta de comunicação da família e o preparo dos sujeitos, acontecia também com os demais presos. Alguns conseguiram avisar suas famílias, porém, muitos outros não. Dinarte foi um dos que também conseguiu comunicar sua família, através do mesmo marinheiro.

Diversos outros líderes sindicais foram presos, “O pessoal da Viação Férrea<sup>255</sup>, foram presos os cinco dirigentes. Dos tecelões também. Sindicato dos Tecelões, que era a Fábrica Nova e a Rheingantz”<sup>256</sup>. Espíndola guarda a matéria do jornal Correio do Povo, publicada em 24 de abril, na qual há o nome de todos os líderes presos no *Canopus*:

---

<sup>254</sup> A frente retomaremos essa questão.

<sup>255</sup> Para mais informações consultar Friderichs (2013)

<sup>256</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

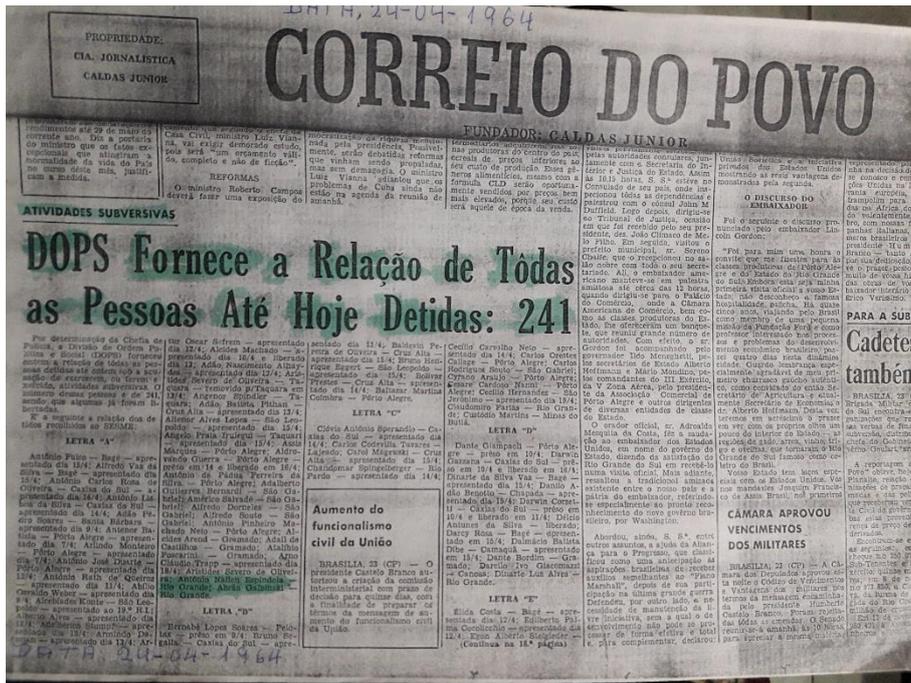


Imagem 13: Lista de presos pelo DOPS  
 Fonte: Arquivo pessoal de Antonio Nailem Espíndola

O jornal Rio Grande, em matéria do dia 25 de abril, também circulou a relação de presos – a qual, estando em ordem alfabética, tinha como primeiro nome Antonio Nailem Espíndola –, bem como os locais para onde foram enviados após desembarcarem do navio.

Para prender essas lideranças, ou mesmo para investigar, os militares começaram, desde os primeiros dias, a invadir os sindicatos.

Invadiram. Lá mesmo, no nosso Sindicato, segundo seu Cosmos, foi o que ficou. Nós éramos três diretores: o Dinarte era o Presidente, eu o Secretário, seu Cosmos o Tesoureiro. Seu Cosmos disse que eles foram lá e reviraram tudo, tudo, tudo. Tudo! Procurando coisa, lá, que disseram que tinha, que nós tínhamos material comunista. Nunca na vida nos envolvemos com comunismo. Nunca! Nunca na vida. Nem nenhum de nós. [...] Nós, a política, pra nós era a parte. Nós não misturávamos política com trabalho. Mas, eles queriam que fosse. E aí?<sup>257</sup>

Outra justificativa para a invasão do Sindicato era de que os operários possuíam armas. Contudo, segundo Espíndola “Nunca tivemos arma no sindicato. Nunca! Nenhum de nós usava arma e nem tinha arma lá dentro. Tudo

<sup>257</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

era invenção. Tudo foi eles que criaram”<sup>258</sup>. A fala de Espíndola, está direcionada a ação da diretoria do Sindicato, portanto, não deve ser entendida de que entre os operários não pudesse haver armas. Como vimos Espíndola em uma discussão por pouco não levou um tiro no peito. Além disso, no Porto, há inúmeros casos de brigas envolvendo armas brancas, como facas, que resultavam em tragédias ou ferimentos. Lembremos o caso citado no capítulo anterior sobre os Vargas quem andavam armados com facas.

Devemos, entretanto, compreender que essas invasões buscavam além de armas, obter provas para acusar e condenar os integrantes do Sindicato como subversivos. Portanto, conforme Gandra (1999), sobre a invasão do Sindicato:

Contudo, antevendo a ação repressiva dos golpistas e conscientes que tinham sido derrotados, os militantes portuários de Rio Grande incendiaram as atas e demais documentos, inviabilizando supostas provas de subversão. Essa atitude, além de demonstrar que os documentos no Sindicato comungavam com o antigo governo, revela, também, uma prática de resistência, pois negou aos vitoriosos informações sobre suas atividades políticas. (GANDRA, 1999, p.92)

Destacamos que ao processo de invasão dos sindicatos, sob pretexto de investigar ocorreu em diversos locais do país. Segundo Silva (1995), em Santos, “Em 1º de abril, por determinação do capitão dos portos, os sindicatos sofreram imediata intervenção, e neles a polícia procurava supostas armas que serviriam para a ‘cubanização’ do país” (SILVA, 1995, p.205).

Apesar da fala de Espíndola, que busca separar a relação do sindicato com a política, sabemos que essa linha era tênue. Primeiramente, como pudemos ver, ele mesmo apresenta que muitos dos operários eram ligados ao PTB, principalmente a liderança sindical. Ao mesmo tempo, temos os eventos de 61 demonstra essa relação política pela manutenção de direitos. Os conflitos internos e ou mesmo apoios, muitas vezes demonstram que a questão política estava diretamente relacionada a dinâmica de trabalho. Exemplo disso é que ele muitas vezes apresenta a relação partidária daqueles que cita, ou mesmo a relevância de Brizola para a própria formação do Sindicato. O que podemos dizer é que o Sindicato, ao mesmo em sentido amplo, não impedia o ingresso dos

---

<sup>258</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

indivíduos por serem de outros partidos. Existiam sujeitos de diversas agremiações partidárias filiadas à entidade, embora à prevalência petebista.

Sobre tal questão, damos destaque à entrevista de 7 de maio de 2018:

Nós tínhamos uns 20 companheiros que eram comunistas roxos. Todos eles. Todos eram. **E a gente sabia quem era.** E em 64, inclusive eu fui interrogado, muitas vezes, pelo delegado e por policiais civis, da DOPS, querendo que eu dissesse quem é que era comunista no Porto. “Eu não conheço ninguém. Pode ter muitos, mas eu não conheço”. “Mas como que tu não vai conhecer?” Digo “Não conheço”. **Eu não ia entregar os colegas de serviço.** Por que entregar? Eu já tava na pior, ia entregar os outros? Não entregava. Nunca entreguei.<sup>259</sup>

Em sua fala, fica visível a existência de comunistas vinculados ao Sindicato e que ele os conhecia, pois eram seus companheiros de atividade laboral.

Durante o período em que passou pelos interrogatórios da DOPS, como vimos acima, essa foi uma das questões levantadas. Contudo, o senso de companheirismo, com aqueles que atuavam no cotidiano de trabalho, não permitia os entregar. Damos destaque aqui à ideia de companheirismo, visto que, Espíndola diz que discordava dos comunistas, mas não via sentido em prejudicar seus amigos.

O conhecimento de Espíndola também apresenta que os Comunistas faziam circular um jornal na cidade, que era produzido de forma clandestina, a partir de uma gráfica que eles possuíam. Ao que foi possível entender, ela situava-se no prédio onde ficava a Sociedade União Operária, pelo lado da Rua Zalone<sup>260</sup>.

Podemos, com o exposto, compreender como e quando ocorreu a prisão de Espíndola, bem como, como ocorreram as primeiras ações dos militares nos primeiros dias que se sucederam ao Golpe. A seguir, poderemos compreender de forma mais aprofundada os processos de sua prisão até a sua soltura. Importante refletir que a trajetória de Espíndola é referência para a compreensão do momento político e da realidade vivenciada por inúmeros trabalhadores

---

<sup>259</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>260</sup> Não ficou claro se era produzido dentro da União Operária ou não. O entrevistado também não lembrou o nome do jornal.

brasileiros, sobretudo, lideranças sindicais. Perder a liberdade e direitos fez parte do cotidiano desses segmentos.

### 3.4 A prisão: da cadeia a liberdade

Espíndola, quando foi preso pela DOPS, foi levado à delegacia. A partir desse momento, sua trajetória enquanto preso político se iniciaria, pois, nos próximos 2 meses, ele seria levado para diversos locais:

Primeiro tive preso no navio *Canópus*, da Marinha de Guerra. Depois fui preso no 6º BPM. Depois tive preso no 3º Exército, lá em Porto Alegre. Depois na DOPS, defronte ao portão central, do Porto de Porto Alegre, deve ser número 1098 da Mauá. Defronte ao portão do Porto, tinha um prédio, de mais ou menos três andares, ali, que nos levaram direto para ali, para aquele prédio ali. Dali que depois nós fomos, andemos lá pelo 3º exército, que depois fomos parar na FASE, que é onde é a FASE hoje, que era a [...] SESBI<sup>261, 262</sup>.

Espíndola, conforme os registros do navio hidrográfico *Canopus*, obtidos por Robert Castro (2016), ficou preso de 06/04 a 20/04, assim, totalizando 14 dias. De lá, foi encaminhado, conforme a matéria do jornal Rio Grande, de 25 e de corrente, temporariamente, no 3º BG da Brigada Milita. Então, Espíndola, e os demais, foram enviados para Porto Alegre. Segundo Espíndola e o próprio jornal, os prisioneiros foram entregues a DOPS e recolhidos ao SESME. Nesse local Espíndola, entre outros relatos de prisioneiros, permaneceram presos<sup>263</sup>. Segundo o jornal “A DOPS, na Capital do Estado, procederá, agora, as averiguações complementares e classificará os detidos, qualificando-os na Lei de Segurança Nacional, segundo o qual serão processados”<sup>264</sup>.

Destacamos que existem informações desencontradas sobre o percurso de prisão, conforme Espíndola na Comissão Estadual da Verdade, realizada em 12 de julho de 2013:

---

<sup>261</sup> O nome correto é SESME, conforme a publicação do jornal Rio Grande, do dia 25 de abril 1964.

<sup>262</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>263</sup> Conforme Friderichs “Os ferroviários Miguel Gomes, Nery de Ávila e Roberto Germano foram presos logo após o golpe, no navio Canopus e depois transferidos para Porto Alegre, ficando enclausurados por quase dois meses.” (2013, p.103)

<sup>264</sup> Jornal Rio Grande 25/04/1964

Bom, ali ficamos de 15 a 18 dias, isso aí eu não tenho bem certeza. De lá, o navio atracou no armazém Atlante, no cais do porto, e conforme o navio atracou, já tinha escolta da Marinha e tinha gente do DOPS e da delegacia regional esperando para nos botar no jipe. **Dali nos levaram para a Brigada Militar, para o 6º BPM, da Brigada Militar de Rio Grande. Ali ficamos três dias.**<sup>265</sup>

Sabendo disso, destacamos que, primeiramente, Espíndola passou pela delegacia, onde teria sido levado à presença do delegado Evaldo Miranda, o qual lhe deu voz de prisão: “Aí me revisaram. Fizeram ali umas anotações. Aí mandaram me botar num jipe e me levaram para capitania”. Conforme seu relato:

[...] naquele tempo não existia outra condução, era jipe. As delegacias não tinham nada, condução. **Eu fazia serviço pra Delegacia Regional**, porque eu tinha um amigo, meu, que era inspetor, **Irai Ferrari, era chefe da seção de registro de armas**, e era meu **companheiro de cassada de marrecão**, e eu levava. Ele não tinha carro, não tinha moto, não tinha nada. Por que a polícia não era bem paga, naquelas alturas ali. [...] Então, chegava às vezes e ele telefonava para o Sindicato e dizia assim “Nailem, tás muito atrapalhado aí” e eu digo “Não, não, Inspetor. Não estou não”. “Vem cá, dá pra tu vim pra me dar uma carona. Uma carona porque eu tenho um monte de serviço para fazer na rua”. E aí, eu “Dá”.<sup>266</sup>

Nessa passagem, chamamos a atenção para a questão levantada no capítulo anterior por Espíndola sobre a falta de estrutura que os militares possuíam, em 1961. Nem mesmo a polícia da cidade militar da cidade possuía transportes suficientes na urbe, dificultando as ações de seus agentes. Como podemos ver, Espíndola era quem muitas vezes ajudava Irai Ferrari a realizar as atividades demandadas pela delegacia. Isso, somada à atividade de caça, costume que outrora foi importante para conhecer os engenheiros que o permitiu trabalhar na CEEE, permitiu a formação de sua amizade com Irai Ferrari.

Todavia, para além de sua fala, podemos identificar que a melhora financeira que Espíndola teve, a partir da edificação do Sindicato, está expressa nessa relação. Como a delegacia não possuía meio de transporte adequado, ou suficiente, Espíndola utilizava-se de sua moto pessoal. Além disso, sua posição

---

<sup>265</sup> Comissão Estadual da Verdade, 12/07/2013, p.7

<sup>266</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

econômica favorável também é percebida no momento em que ele diz que ambos iam, no final do expediente, para um bar, pois Ferrari gostava de beber conhaque Dreher:

Aí eu chegava ali, por que a polícia ganhava pouco, naquela época. Muito pouco. Aí eu chegava ali e dizia pro cara, pro dono do bar “bota aí. Eu vou te pagar 2” tava um copo assim, não era esses pequenininho. E ele tomava aquilo [...] E eu pagava pra ele. [...] Então ele era muito amigo meu.<sup>267</sup>

Essa relação estabelecida possibilitaria criar um sentimento de amizade entre ambos, que seria importante para Espíndola durante o período de perseguição que enfrentaria.

Retomando a discussão sobre sua prisão:

Aí me botaram naquele ali. Me levaram naquele jipe ali e me levaram para a capitania. Cheguei lá, me entregaram para o Capitão do Porto. O capitão de Mar e Guerra, esse, Capitão Mario Rodrigues da Costa. Aí ele chegou e me deu voz de prisão. Aí eu disse pra ele “mas, Capitão, digo, eu gostaria que o senhor dissesse por que. Tem que justificar por que tá me prendendo”. Ele disse assim “não, não tem justificativa. Tá na hora de ir pro navio agora”. Aí mandou os marinheiros me pegarem e me mandarem pra uma lancha da Capitania e me levar <sup>268</sup>

Apesar do bom-humor que Espíndola utiliza para relatar esse momento, percebe-se o descaso com que foi o tratamento. Não lhe foi dito o motivo pelo qual estava sendo preso, nem na abordagem, nem pelo Capitão dos Portos. Assim, ele foi enviado para o navio, que estava atracado na Barra, sem uma justificativa ou mesmo ter conseguido se despedir pessoalmente de sua esposa.

Lembramos que nesse momento, ele possuía uma filha de cerca de um ano, e sua esposa cuidava dela e dos afazeres domésticos. E durante a entrevista, de 11 de setembro de 2018, a qual Edith Espíndola participou, é notório que prisão do marido a impactou fortemente:

---

<sup>267</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>268</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Com a guria pequenininha, pequenininha, não tinha experiência, nenhuma, nenhuma. A guria não tinha nem um ano ainda. Tinha medo. Eu me apavorei. A guria chorava a noite inteira, doente, eu passava a noite em claro. No outro dia eu tava que não sabia aonde que eu andava. Mais a falta dele também.<sup>269</sup>

Edith Espíndola revela que nessa época ainda não possuía muitas amizades. Ela conhecia os vizinhos, porém, como ela diz, “amizade de confiança, que podia contar”, eram poucos. Assim, ela passava a maior parte do tempo cuidando da filha pequena, e em alguns momentos visitava sua amiga, e vizinha<sup>270</sup>, Marina. Essa vizinha, e seu marido, foram cruciais nesse momento. Segundo Antonio Espíndola:

E um vizinho meu, **que era colega de serviço**, né, o seu Loide, Loide Fuclos. Ele tinha casa de comércio. Aí ele fornecia tudo para ela, todos os dias. Ela ia lá, Dona Marina e ele, iam lá para saber se não tava faltando nada. “Olha, não quero que falte nada para vocês aí.”[...] Aí levavam. Minha mulher comprava tudo lá. Sabiam que eu chegando pagava. Tinha algum na Caixa, né.<sup>271</sup>

Vemos aqui, mais uma vez, como ocorria a cooperação e a solidariedade entre as amizades constituídas, nos locais de serviços e nos bairros. Não temos certeza se ambos trabalharam juntos nesse período ou em qual setor atuaram ao longo de sua trajetória de trabalho. Além disso, eram vizinhos, o que demonstra o apoio dentro do bairro, em momentos de necessidade<sup>272</sup>.

A amizade que eles nutriam, fez com que sua esposa e sua filha pudessem se manter nesse período. Edith Espíndola relata que eles forneceram um grande apoio, pois ela não teve necessidades de alimentação, além deles terem ajudado a levar ela e sua filha adoentada ao médico, e até mesmo no pagamento das demais contas: “a Dona Marina eu não tenho palavras para agradecer”<sup>273</sup>.

---

<sup>269</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>270</sup> Morava a cerca de uma quadra de sua residência

<sup>271</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>272</sup> Já relatamos anteriormente que essa rede de apoio era importante para obtenção de serviço, na construção das moradias etc.

<sup>273</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

Edith também contou com a solidariedade de outra amiga e vizinha, Maria, esposa de Arlindo – um português, funcionário da Ipiranga –, que também demonstrava preocupação quanto a sua situação. Além disso, Antonio e Edith relatam que ela também pode contar com o apoio de seu irmão, Aldir, que foi até Rio Grande para ficar com ela nesse período. A historiadora Sinara Veiga Faustino (2021), que também estudou a história de Edith Espíndola, destaca que ela recebeu apoio do sindicato “ela conta que recebeu a visita de alguns dos amigos de Antonio, também sindicalizados, que ofereceram suporte para ela e para a filha.” (FAUSTINO, 2021, p.52)

Apesar do apoio, percebe-se que esse foi um momento traumático na vida de Edith Espíndola: “O medo, o medo que eu tinha. E a guria doente, eu sentia pesada, eu sentia grito, eu sentia tudo, mas tudo por causa do medo. E a guria doente, chorando, piorava, né”<sup>274</sup>. A situação de sua filha pequena e adoentada, agravava a situação vivenciada. O momento foi tão impactante, que lembrar era doído para ela: “Ba, eu não gosto nem de me lembrar, sabe. Só de me lembrar o que eu passei”<sup>275</sup>. Sinara Faustino (2021) destaca que:

É importante lembrarmos que nossa entrevista com Edith foi a primeira de sua vida, até então ela nunca havia compartilhado suas memórias com ninguém, nunca antes tinha sido questionada sobre os momentos que passou durante a repressão, era a primeira vez que ela teria um espaço de escuta. (FAUSTINO, 2021, p.51)

Assim, a pesquisadora foi a primeira que teceu sobre sua trajetória. A historiadora, se aprofundou na condição de vida, e nos desafios vivenciados, de Edith Espíndola e de tantas outras mulheres durante a Ditadura Civil-Militar, em sua dissertação de mestrado intitulada “*eu meio que fui costurando essas história*”: *A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1958)*. Faustino (2021), destaca que Edith evitava sair de casa e falar sobre a prisão de Antonio. Assim, destaca a autora:

---

<sup>274</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>275</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

A violência não se limitava apenas à tortura e a prisões, esse cercamento em que as mulheres e famílias viviam também era uma forma de agressão. Com medo de sair na rua, do que poderia encontrar e como poderia ser tratada, nossa entrevistada acabou que por viver esse período trancada em sua própria casa com a filha. (FAUSTINO, 2021, p.54)

Enquanto Antonio Espíndola esteve preso no *Canópus*, sua esposa foi visitada, em sua residência na Ernesto Buchholz, pelos militares. Segundo Edith Espíndola, nesse momento justificaram a prisão de seu marido, devido a ele ocupar a posição do Dinarte Alves, ou seja, ser o diretor do sindicato<sup>276</sup>. Conjuntamente, em frente à sua residência, foi pedido para que ela entregasse os livros comunistas de seu marido: “queriam que eu entregasse as fotografias que nós tínhamos, de comunista”<sup>277</sup>. Então ela comunicou que não haviam, pois eles não eram comunistas. Mas eles insistiram: “Mas tem que ter sim. Ele era comunista”. Ela respondeu:

Não, não é. O senhor está enganado. E outro então que o senhor queria conversar e se enganou, por que aqui não tem. Pode entrar aí na minha casa e olhar, pra ver se tem alguma foto ou alguma coisa. E ele entrou na sala e olhou. Não tinha anda. O Antonio nunca foi comunista.<sup>278</sup>

A situação de desamparo foi vivenciada por inúmeras outras mulheres durante esse período. Como destaca Sinara Faustino (2021), há uma carência nos estudos que tragam à tona essas mulheres e suas memórias, dando espaço para compreender sua vivência e militância:

Assim, mulheres que já não possuíam um espaço de escuta para compartilhar suas memórias, se viram ainda invadidas pelo medo. Mais do que nunca se mostra necessário escrevermos sobre essas vivências, mais de 50 anos se passaram desde o golpe e, ainda sim, percebemos uma necessidade de estudos voltados para as mulheres. (FAUSTINO, 2021, p.18)

---

<sup>276</sup> A aparentemente essa foi a mesma justificativa dada pelo secretário do sindicato, quando foi até sua residência comunicar a prisão de Espíndola.

<sup>277</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>278</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

A partir dessa entrevista do dia 11 de setembro de 2018, também pudemos ficar sabendo um pouco sobre a esposa de Dinarte Alves e uma característica da época, no qual tornou ainda mais difícil a condição de vida dessas mulheres:

A senhora dele tinha dois filhos pequenos, quer dizer, ficou também sem ação de nada, porque, não é, quer dizer, **não tinha acesso ao dinheiro**. Por que naquela época, geralmente, as contas, as pessoas abria a conta na Caixa Federal, e Banco do Brasil, era o que tinha em Rio Grande na época, e o banco do Rio Grande do Sul, mas geralmente, as pessoas iam muito pra Caixa. Eu mesmo era cliente bancário da Caixa Federal, não é. E abri conta, não é, e aí **nunca levei, podia até ter levado ela e botado ela em conta conjunta comigo. E o caso do Dinarte e os outros mais.**<sup>279</sup>

A partir desse relato podemos compreender um dos elementos que gerou a dificuldade financeira na vida de Edith Espíndola. Com a melhora financeira que Antonio vivenciou, Edith Espíndola não precisou buscar serviços nos setores econômicos da cidade. Sua atuação ocorria nos cuidados da filha e da casa, possibilitando, assim, que Espíndola pudesse atuar em sua militância. Contudo, vemos que ela não tinha livre acesso ao dinheiro no banco<sup>280</sup>. Dessa forma, com a prisão de seu marido, ela não teve condições de manter sua residência, ficando dependente de seus vizinhos. Possivelmente, essa foi uma situação vivenciada por muitas outras esposas dos presos políticos.

Enquanto isso, nos porões, Espíndola encontrava-se preso e sem acesso a informações do exterior, no navio hidrográfico *Canopus*. Robert Wagner Porto da Silva Castro (2016), tratou de forma profícua sobre o histórico e a atuação do navio *Canopus*, em sua dissertação de mestrado intitulada *Na esteira da memória: A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e pressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)*. Conforme o autor, ele foi um símbolo de repressão militar na urbe, e fazendo parte do imaginário local:

Imediatamente após o golpe, já nos primeiros dias de abril de 1964, Rio Grande passou a vivenciar uma intensa repressão levada a cabo pela Marinha, sob o comando do Capitão dos Portos do Rio Grande do

---

<sup>279</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>280</sup> Com isso não estamos dizendo que cotidianamente ela não podia acessar o dinheiro. A questão é que o acesso dependia de seu marido, visto que a conta estava apenas em seu nome.

Sul. Neste contexto, a atuação do *Canopus* se reveste de grande importância no que concerne à intensidade com que a repressão se abateu sobre lideranças sindicais e políticas da cidade. (CASTRO, 2016, p.122)

Conforme Castro (2016), o *Canopus* foi um navio hidrográfico, construído na cidade de Tóquio, no Japão, e que foi encomendado pelo Ministério da Marinha. Navegou sob águas brasileiras, pela primeira vez, no ano de 1958, e possuía o objetivo a realização de estudos e pesquisas hidrográficas. Conforme o autor: “[...] o *Canopus* iniciou as atividades de levantamento hidrográfico na costa do Rio Grande do Sul no mês de abril de 1961, tendo concluído as mesmas no dia 29 de março de 1964” (CASTRO, 2016, p.123).

Assim, podemos perceber que embora o *Canopus* tenha tido uma atuação emblemática na repressão de 64, ele já se constituía enquanto um elemento conhecido na cidade. Segundo Castro (2016), não só pelo estudo hidrográfico o navio era conhecido, mas também pelo acontecimento de 14 de junho 1963, o assassinato de dois capitães e um marinheiro<sup>281</sup>. Diante do ocorrido, destaca o autor, que houve a troca de comandante do navio, tendo como o Capitão de Fragata Maximiliano Eduardo da Silva Fonseca, o qual permaneceria até os acontecimentos de 1964<sup>282</sup>.

Sobre a o imaginário que o navio integra na sociedade de Rio Grande, Robert Castro (2016), destaca que:

Consideramos que esta representação foi potencializada durante a “operação limpeza” e utilizada pelas autoridades encarregadas pela repressão em Rio Grande de modo a auxiliar no controle social, especialmente daqueles segmentos mais combativos ligados aos sindicatos e associações de trabalhadores. Uma vez que, imediatamente após o golpe, a Marinha não considerava o 3º Exército – sediado no Rio Grande do Sul – como fiel à “revolução”. Por este motivo coube ao Capitão dos Portos levar a cabo a execução imediata da necessária “operação limpeza” na urbe riograndina. Utilizando-se para tanto de todos os meios disponíveis em sua jurisdição, entre os quais estava o *Canopus* [...]. (CASTRO, 2016, p.126)

Assim, o navio foi utilizado ativamente como um meio de repressão, tanto que, conforme o autor, concluídas as atividades no dia 29 de março, a

---

<sup>281</sup> Para mais informações, consultar Castro (2016).

<sup>282</sup> Podemos identificar seu nome em uma matéria do Jornal do Comércio, publicada no dia 30 de abril de 1960, página 17, intitulada “A Marinha Fez em Tempo Record o Levantamento Hidrográfico da Costa Sul”.

permanência do navio foi requerida na cidade, devido às ações dos militares em nível nacional e local. A partir de então, ele serviria de prisão – abrigando, segundo o historiador, 20 civis e 2 militares – e também para bloquear a entrada no Porto. Conforme o entendimento de Robert Castro:

Tendo como função inicial bloquear a barra do porto, e, em sequência, manter presos aqueles que fossem considerados subversivos ou “inimigos da revolução” em Rio Grande. Este é um indício que nos remete mais uma vez à importância da “cidade vermelha” naquele contexto político, e ainda, à maneira rápida e implacável como a Marinha desencadeou e conduziu a repressão na cidade. Como que buscasse evitar, conter ou debelar uma eventual mobilização de determinados segmentos sociais, entre os quais consideramos que estariam representantes do movimento dos marinheiros. Neste sentido, ao receber ordem para bloquear o porto, o H-22 deixou de ser apenas um navio hidrográfico e constituiu-se enquanto principal instrumento da repressão em Rio Grande naqueles dias iniciais do mês de abril de 1964. (CASTRO, 2016, p.127)

Evidenciamos que foi nesse contexto que Espíndola e outras figuras da cidade foram levados para os porões do navio. Conforme seu relato na Comissão Estadual da Verdade:

**Aí, pessoal, nos levaram para o navio, nos colocaram numa camarita no navio que ficava abaixo do nível do mar, quer dizer, nós não tínhamos ar direto para respirar.** Nós respirávamos através de um exaustor. Eles ligavam o exaustor e descia o ar por um cano e subia por outro, para renovar o ar dentro da camarita. Ali nós ficamos em torno de 15 a 18 dias. **Nós tínhamos direito a meia hora de sol a cada 72 horas.** Só. Subia para o convés, ficava lá, vigiado. **Quando passavam os 30 minutos, nos mandavam descer e nos encerravam dentro daquelas camaritas.** [*Grifo Nosso*]<sup>283</sup>

Todavia, a partir do relato de Espíndola, percebemos que havia uma certa divisão entre os presos. Alguns ficaram nos porões do navio, enquanto outras figuras, como o Capitão Athaydes Rodrigues<sup>284</sup>, que também havia sido preso, ficavam em outras repartições.

Essa mesma questão também foi abordada por Castro (2016), o qual apresenta que os oficiais Athaydes e Lapolli, bem como o vereador Edgar Curvello, entre outros, ocuparam os camarotes. O autor, o qual também entrevistou Antonio Nailem Espíndola, destaca que havia significativa diferença

---

<sup>283</sup> Comissão Estadual da Verdade, 12/07/2013, p.7

<sup>284</sup> Conforme Castro (2016), ele era Oficial da Brigada Militar.

de tratamento entre esses grupos. Conforme o autor, sobre o objetivo dessa separação:

Mas no *Canopus* esta separação certamente não tinha haver somente com questões de *status* hierárquico ou devido ao pouco espaço disponível na embarcação. Tendo como principal objetivo manter incomunicáveis, na medida do possível, cada preso de acordo com sua área de atuação. Isto é, separavam-se as lideranças sindicais e trabalhistas das lideranças políticas, e, certamente, estas dos militares presos por contravenções disciplinares ou questões políticas. (CASTRO, 2016, p.132-133)

Dessa forma, havia uma preocupação em desarticular os presos. Separá-los era uma estratégia de evitar as comunicações. Contudo, é preciso evidenciar que as próprias falas apresentadas por Castro (2016), citadas por Athaydes Rodrigues e Antonio Espíndola, em que, o primeiro tinha acesso jornais, rádio e boas refeições, enquanto o outro não podia realizar essas atividades, demonstra que havia privilégios de acordo com o grupo que pertencia.

Algumas figuras foram destacadas por Espíndola, que estavam presos no navio foram:

Tava ele [Cap. Athaydes], tava o doutor Heitor Viterbo, que era o único promotor público que nós tínhamos lá, na Comarca de Rio grande. [...] O Lapolli, professor Aldo Lapolli. Eu não sei por que prenderam o Lapolli, cara. Eu até hoje fico pensando, o que que aconteceu. O Lapolli era da UDN. Era um Líder. Líder da UDN em Rio Grande. Eu não sei o que é que aconteceu. [...] Que coisa estranha.<sup>285</sup>

Robert Castro (2016) destaca que a “operação limpeza” prendeu diversas lideranças, as quais ficaram à disposição do Capitão dos Portos:

[...] sobretudo aquelas ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre as lideranças presas pelas forças de repressão destacam-se também aquelas ligadas a sindicatos e movimentos de representação de portuários, estivadores, ferroviários e operários, bem como, representantes do legislativo e do judiciário como o jornalista e vereador pela cidade de Pelotas Edgar José Curvello; o oficial da Brigada Militar e vereador por Rio Grande Athaydes Rodrigues e o promotor de justiça Heitor Viterbo de Oliveira. Deste modo, muitos desses homens foram conduzidos até o *Canopus* e ali permaneceram presos durante dias, **sob os “cuidados” de seu comandante o então capitão de fragata Maximiano da Fonseca, permanecendo à disposição do capitão dos portos Mario**

---

<sup>285</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

**Rodrigues para quaisquer esclarecimentos e interrogatórios que se fizessem necessário.** [*Grifo Nosso*] (CASTRO, 2016, p.131)

Já mencionamos anteriormente o Capitão Athaydes. Assim como Carlos Lima Aveline, ele também foi uma das figuras que assinou o telegrama, posicionando-se ao lado de Brizola, e da posse de Jango, em 1961.

Quando Espíndola chegou ao *Canopus* o Capitão Athaydes já se encontrava preso. Ele acredita que o Capitão tenha sido o primeiro a ser preso, naquele contexto<sup>286</sup>. Em seu relato, apresenta que Athaydes ficou preso até o dia 10 de abril, cerca de quatro dias depois da chegada dos operários – chegaram dia 6 do mesmo mês –, e depois foi enviado para o quartel das Bananeiras, em Porto Alegre.

Assim, percebemos que Espíndola teve pouco contato com Capitão Athaydes, pois, conforme relata, se viam quando iam até o convés “pegar sol”. Espíndola, também acredita que o Prefeito Farydo Salomão teria sido preso no navio, porém, em alguma repartição separada desses operários. Contudo, nunca o viu no navio.

Quanto a Aldo Lapolli, na entrevista do dia 17 de julho de 2018, Espíndola retoma a questão de ele ter sido preso, e da desconfiança que isso gerou entre os operários. Conforme o mesmo, Lapolli era pertencente a UDN, portanto, eles não entendiam o motivo dele estar entre os operários. Isso os fez crer que Lapolli poderia ser um delator.

Contudo, segundo Robert Castro (2016), o capitão-tenente do quadro auxiliar Aldo Lapolli foi o primeiro preso do navio, a partir da “operação limpeza”, realizada pela Marinha. Teve seu embarque registrado no dia 3 de abril. Segundo apresenta o pesquisador, Lapolli foi acusado de manter relações com Brizola, fazer parte de campanhas comunistas, entre outras acusações.

Ao terminar sua rota, o navio *Canopus* atracou em Rio Grande, e lá houve o desembarque dos presos, em frente ao Portão 4, no Porto. Cerca de três jipes foram utilizados para levar os presos, que ainda restavam, para a BPM. Aldo Lapolli foi levado junto com os operários, mas na delegacia foi separado deles,

---

<sup>286</sup> Contudo, os nos registros apresentados por Castro (2016), ele foi preso no dia 07/04/64 e saiu do navio no dia 10/04/64, tendo sido conduzido para a Brigada Militar.

e não foi visto por Espíndola novamente<sup>287</sup>. Robert Castro (2016), diz que no registro do navio consta que ele permaneceu embarcado até o dia 17 de abril, e depois foi conduzido ao Rio de Janeiro, onde foi preso no navio mercante *Princesa Leopoldina*.<sup>288</sup>

Na delegacia, antes de ser encaminhado para Porto Alegre, Espíndola relata que sua esposa foi até a delegacia. Nesse momento ele conseguiu ver sua filha:

E ela foi na Brigada, antes de eu ir para Porto Alegre, foi levar a criança lá. Foi levar a criança para se despedir de mim. E, embaixo, lá, quando ela chegou ali embaixo, antes pegaram a criança e examinaram, se a criança não levava nada dentro da roupa.<sup>289</sup>

Na ocasião, Edith Espíndola foi impedida de ver seu marido. Segundo Espíndola, ela ficou na rua esperando, enquanto um “brigadiano”<sup>290</sup> levou sua filha até ele.

A partir da BPM, os presos foram encaminhados para Porto Alegre. Robert Castro (2016) realizou uma tabela com o destino dos presos, e com exceção de Athaydes e Lapolli, todos foram encaminhados para Porto Alegre:

Nós fomos levados num ônibus da prefeitura. Mas era um ônibus que tinha bancos de madeira forrado de lona. Não era ônibus como tem hoje. Nos levaram, tanto que nós saímos de Rio Grande, dali do centro de BPM, devia de ser uma oito e meia da noite, e fomos chegar em Porto Alegre cinco horas da manhã. Vejam só que ônibus. Que beleza de ônibus.<sup>291</sup>

Assim, vemos que havia uma precariedade no transporte apresentado por Espíndola, que levou mais de 8 horas para chegar na cidade. Além disso, ele também salienta:

---

<sup>287</sup> Conforme os registros apresentados por Castro (2016), Aldo Lapolli saiu 3 dias antes de Espíndola (20/04/1964).

<sup>288</sup> Não aprofundaremos a questão sobre a prisão de Lapolli, mas para mais informações, consultar Robert Castro (2016).

<sup>289</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>290</sup> Termo utilizado para se referir a um policial militar.

<sup>291</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

Ah, e no dia que nós saímos, primeiro, nós almoçamos mais ou menos onze horas. Aí, chegou, duas horas saía o ônibus para Porto Alegre com nós. Aí chegou duas horas e o ônibus não saiu. Três horas veio um oficial nos avisar, que nós estava preso, no segundo andar do prédio, pela rua Dom Pedro Primeiro [...] Era um salão grande. Aí levaram uns colchão pra nós dormir. Aí foi lá um oficial e “olha, não vai ter café pra vocês, porque ia sair duas horas o ônibus, duas e meia, e nós não fizemos a ração pra vocês [...]” Tá, tudo bem “o ônibus vai sair com vocês às seis horas”. Aí quando chegou lá por umas cinco e pouca, o mesmo oficial veio e disse assim “olha, vim avisar vocês que não tem janta pra vocês, por que o ônibus que vinha levar vocês, ia sair às seis horas, e agora vai sair às oito e meia, só. E como a gente não fez a ração pra vocês, não vai ter comida”<sup>292</sup>

Dessa forma, os operários permaneceriam sem comer até Porto Alegre, no dia seguinte.

Posteriormente, foram conduzidos para o DOPS, por volta das 8 horas da manhã. Segundo Espíndola, era um prédio situado na Mauá, próximo dos portões do Porto de Porto Alegre.

Nos fizeram subir pelos fundos. Fizeram um cordão de, daquela polícia, que usava uns capacetes vermelho. Ali fizeram um cordão e nos fizeram subir uma escadaria lá. Nos botaram numa pecinha (...) com um banheirinho. Nós éramos 23 pessoas ali.<sup>293</sup>

Ao chegar no local, relata Espíndola, que operários se defrontaram com uma cena impactante na sala.

E quando chegamos, tinha um cara no chão, assim, todo rebentado. **O cara tava todo ensanguentado. Todo assim. Tinham dado pau no cara até, acho, sei lá.** Ai nós perguntamos pra ele “mas vem cá, o que houve contigo?”, “a, os caras queriam que eu confessasse, o que eu não podia confessar”. [*Grifo Nosso*]<sup>294</sup>

Observamos que essas situações vivenciadas e enfrentadas por Espíndola, faziam parte das práticas do DOPS:

---

<sup>292</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>293</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>294</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

As práticas de terror empregadas mais comumente pelo DOPS/RS foram o sequestro como forma de detenção e a tortura física e psicológica. Estas práticas de polícia política fornecem indícios para caracterizar a atuação do aparato repressivo da ditadura brasileira como uma ação de um regime que se utilizou do terror como forma de dominação política. (BAUER, 2007, p.18)

A imagem da condição em que se encontrava esse indivíduo, do qual Espíndola não lembrou o nome durante a entrevista<sup>295</sup>, fez com que sua fala durante a entrevista expressasse os sentimentos de espanto, medo e repulsa pela situação. Relembrar o ocorrido, podemos perceber, trouxe à memória os sentimentos experienciados. Fez com que o mesmo, a nosso entender, refletisse sobre a dura condição de militante operário. Reivindicar direitos tornara-se “perigoso” no Brasil pós Ditadura Civil-Militar.

No trecho acima, ou mesmo na invasão da casa de Talita Aveline, podemos perceber que, na busca por informações, os militares atuavam de forma a descobri-las, muitas vezes, a qualquer custo.

Espíndola, durante a entrevista, relatou sobre o diálogo que eles tiveram com o sujeito e descreve a imagem que teve da situação:

Ele nos disse, que dois caras quiseram pegar ele, para jogar ele pela janela. Iam jogar por uma janela, pra baixo, lá do segundo andar. E aí um Capitão chegou e não deixou. Já tinham pego ele para jogar pra baixo, lá. Tava todo reventado o coitado. Tava **hematoma por todo o rosto, nos braços. Sangue, as paredes daquela peça, ali, o que tinha de sangue, o que fedia a sangue humano podre, olha, era difícil de respirar.** [*Grifo Nosso*]<sup>296</sup>

A partir de então decidimos não explorar mais essa questão, pois, ao perceber que a recordação da situação era algo difícil para ele, decidimos trilhar outros caminhos na entrevista. Contudo, perguntamos ao biografado se algo semelhante ocorreu com alguns de seus companheiros durante a prisão, mas ele disse que não.

Aí, no outro dia, também já não tomamos o café da manhã. Chegou o meio-dia, e não teve comida. Às 2 horas da tarde, o Dr. Abramovich, que inclusive está aqui nesta lista, médico de Rio Grande, começou a dar soco naquela porta de ferro, **porque tinha gente desmaiando de**

---

<sup>295</sup> Não há citação do nome desse indivíduo nem na Comissão Estadual da Verdade.

<sup>296</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

**fome. Nós não comíamos desde um dia antes ao meio-dia e viajamos por nove horas e meia. [Grifo Nosso]<sup>297</sup>**

Diante disso, o mesmo relata:

Aí veio o cabeça vermelha, que era uma polícia que usava um capacete vermelho. E aí, o que ocorreu? Ele veio e nós dissemos: Vem cá, nós estamos todos morrendo de fome. Não tem comida? E ele disse: Aqui não tem comida. Vou chamar o capitão aqui para ver o que fazer no caso de vocês. Depois veio o capitão e disse: O que vocês querem? E nós dissemos que estávamos com fome. E ele disse: Olha, se vocês tiverem dinheiro, eu pego um subordinado aí e mando ele num bar fazer uma recheada para cada um de vocês e uma Coca-Cola.<sup>298</sup>

Portanto, se eles quisessem se alimentar, teriam que comprar. Dessa maneira, teriam que dar o dinheiro e alguém do exército buscaria. Nesse momento: “Aí o doutor [inaudível] era um médico, em Rio Grande, que foi preso junto com nós, ele disse ‘o, eu tenho dinheiro aqui. Não tem problema’. Aí o capitão disse ‘vou mandar trazer uma recheada para cada um e uma Coca-Cola’”<sup>299</sup>. Essa seria a primeira refeição que eles fariam, após a realizada em Rio Grande, cerca de 24 horas antes.

Demos destaque a questão da alimentação, para exemplificar o descaso/abuso praticado pelos militares durante o processo de prisão de Antonio Espíndola e outros. Além de não terem apresentado a ele uma justificativa para sua prisão, comunicaram sua esposa depois dele já estar preso no navio. Somamos a isso, o fato de que não permitiram Espíndola de ver sua esposa, além das péssimas condições de transporte e estadia. Com tudo isso, ainda temos a despreocupação com uma condição básica, como a alimentação. Os “Revolucionários de 64”, não pareciam ter muito apego aos direitos humanos já no início de seu movimento.

---

<sup>297</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Naillem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013, p.8

<sup>298</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Naillem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013, p.8

<sup>299</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

Devemos recordar que Espíndola foi preso de forma repentina, no Porto. E o mesmo deve ter ocorrido com muitos outros operários. Assim, quando o Capitão que era seu carcereiro afirma que dependida dos próprios prisioneiros pagarem por sua alimentação, nos fica evidente que muitos deles não teriam condição para isso. Portanto, se não fosse o médico citado, possivelmente, eles teriam ficado mais um dia sem alimentação.

Quando eram 6 horas da tarde daquele mesmo dia, nos colocaram num camburão do 3º Exército e nos levaram para o Sesme, onde é a Febem hoje. Aquilo mandaram construir para a dona Neuza Brizola quando o Dr. Brizola era governador do Estado. Ela mandou fazer para servir de prisão para menores infratores.<sup>300</sup>

Chegando lá, novamente foram avisados, por um dos cozinheiros da instituição, que também não teriam janta. No SESME, Espíndola ficou preso até sua soltura. Contudo, ele nos relata sua chegada ao local:

Quando nos levaram pra lá, tava no segundo andar, a recém. Embaixo servia de presídio, devia de ter uns 100 guris, mais ou menos, ali, menores, aí tiraram os menores tudo dali. Levaram não sei pra onde, para nos botar ali. Nós ali éramos 241 presos, sendo, 239 homens, e 2 mulheres. Uma advogada, de Bagé, doutora Élide Costa<sup>301</sup>. E uma professora [...] Ilka. Era ela a diretora do Centro de Educação e Cultura de Bagé.<sup>302</sup>

Dos inúmeros presos, Espíndola destaca que a maioria era homens. Durante esse momento da entrevista, Espíndola apresenta em sua fala indignação com a falta de bom senso de deixar duas mulheres junto com os homens no mesmo espaço.

E vou dizer pra vocês se não é o **Dom Aloísio Lonchat**, aquele, ela tinha ficado no meio de nós, lá. Ele que foi lá. Foi lá, e bagunçou lá. Fez tirar. Fez arrumarem uma peça para botar. Tavam no nosso meio. 239 homens e duas mulheres. Quer dizer, uma coisa absurda. [*Grifo Nosso*]<sup>303</sup>

---

<sup>300</sup> Comissão Estadual da Verdade, p.8

<sup>301</sup> Na entrevista de 11 de setembro, Espíndola relata que ela na época havia passado em um concurso para Juíza, mas foi impedida. Só veio a assumir o cargo anos depois, após entrar na justiça.

<sup>302</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>303</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Assim, Espíndola nos permite perceber que o arcebispo Dom Aloísio Lorscheider teve contato com os prisioneiros e buscou prestar melhores condições às mulheres presas. Segundo sua fala, foi a partir desse momento que elas foram separadas dos homens: “tinha uma gabine de vigias, e aí botaram um beliche ali dentro para elas as duas”<sup>304</sup>.

Outro ponto onde ele mostra indignação ao desrespeito, em sua fala, é quando descreve o local dizendo que era:

Um salão grande e as camas eram no chão. Os colchões no chão. Por que levaram do exército, do III Exército, ali. Vieram ali, e levaram uns caminhões, com uns colchões de palha que **aquilo ali já tava pra ser incinerado**. Levaram pra nós dormir. E levaram dois cobertores, pequenos, desses de solteiro. Era o que nos deram ali pra nós. [*Grifo Nosso*]<sup>305</sup>

Durante esse período, os presos ficavam a disposição para prestarem depoimentos:

O pessoal estava dormindo no chão o cara chegava e dava um **pontapé nas costela. ‘Levanta, delinquente! Levanta, subversivo, tu tem que depor’**. Nos **colocavam nos camburão do 3º Exército e saíam pela cidade, e a gente nem sabia para onde ia**. Chegávamos à repartição do 3º Exército, e nos ouviam até 5 horas da manhã. Perguntas completamente sem pé e sem cabeça. Quando eram 5 horas nos mandaram de volta para lá.<sup>306</sup>

Através de seu relato, é perceptível o maltrato que sofreram na condição de presos, seja pelas horas sem realizar refeições, pelas péssimas condições em que eram recebidos ou mesmo pelas agressões físicas.

Para além das acomodações, outro elemento que Espíndola enfatizou foi a dificuldade de comunicação que os presos enfrentavam durante esse processo

---

<sup>304</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>305</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>306</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Nailem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013, p.8

de prisão. Eles eram constantemente vigiados e dificilmente tinham conhecimento sobre como as famílias estavam.

Durante todo esse processo, sua esposa não teve contato direto com ele. Durante a entrevista, a fala de Edith Espíndola, novamente, de que não gostava nem de recordar esse momento, denota que ao relatar ela remontava em sua memória a preocupação que teve com o marido, visto que obtinha pouca notícia. Segundo Edith Espíndola, houve momentos em que ela chegou a ir no Sindicato, buscando saber alguma notícia, porém, nem mesmo lá sabiam. Segundo ambos, a única comunicação que foi permitida foi o envio de carta. Essa era lida pelos militares, e posteriormente entregue para algum amigo deles que, eventualmente, ia para Rio Grande<sup>307</sup>.

Será somente, cerca de um mês e meio depois de sua prisão que ela conseguiu ver Espíndola. Possivelmente, essa foi uma realidade compartilhada por todos os presos, pois, isso ocorreu no momento em que houve a liberação para as visitas durante os domingos.

Para chegar em Porto Alegre, Edith Espíndola foi levada por um cunhado, casado com sua irmã. Ele, por conhecer Porto Alegre, a conduziu na cidade. Já sua irmã, ficou em Rio Grande, cuidando de sua casa e filha.

Ao chegar no SESME, segundo ela, precisou falar com os “brigadianos”, os quais não a deixavam entrar no local. Enquanto ela aguardava, os militares, possivelmente, consultaram na relação de presos, para saber se seu marido estava lá. A partir da constatação, Espíndola diz que lhe foi comunicado que a “Dona Edith ” estava lá para vê-lo. Ele foi levado até ela, que o aguardava dentro das instalações. Foi então que Edith Espíndola avistou seu marido. Sem a permissão de se aproximar, pois a ordem era de que falasse com Antonio Espíndola à distância, ela relata ter visto:

Ele branquinho, branquinho. Fazia um mês e tanto que tava encerrado. Ele não tinha nem cor. Barbudo ele, coisa que nunca na vida ele andava barbudo. A, **eu fiquei tão mal, tão mal com aquilo**, e meu cunhado ainda quase morre. Que horror. [*Grifo Nosso*]<sup>308</sup>

---

<sup>307</sup> Não ficou claro, durante a entrevista, se os bilhetes foram permitidos antes ou depois da permissão das visitas.

<sup>308</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

Sinara Faustino (2021), na entrevista que realizou, cita a fala de Edith Espínola em que nesse momento ela notou a tristeza de seu marido, e que, ao falar da filha, o mesmo “encheu os olhos de água” (apud FAUSTINO, 2021, p.26).

Ademais, a viagem de Edith Espínola foi também complicada, pois, quase presenciou a morte de seu cunhado, que sofria de uma doença do coração. Todavia, em seu relato, podemos ver o impacto que ela teve ao ver seu marido pela primeira vez após a prisão.

Nesse ponto da entrevista, quando ela mencionava sobre sua ida para Porto Alegre, Antonio Espíndola relata que ela ficou no município e retornou junto com ele. Segundo sua fala, ele ficou preso do dia 6 de abril até 2 de junho, quando foi solto. Ao ser liberto, comunicaram a ele: “Tem um detalhe, não temos dinheiro pra te pagar a passagem. Dá um jeito, arruma uma carona. Quer dizer, levar me levaram [...]”<sup>309</sup> Sua fala demonstra que não houve a menor preocupação com ele, após ser solto. Conjuntamente, ainda lhe disseram: E “Olha, tal dia tu comparece (ininteligível) em Rio Grande, porque nós vamos mandar esses documentos para lá, para continuar o processo. Talvez tu vá ter que voltar aqui para depor de novo.”<sup>310</sup> Isso era o prelúdio de um requisição constante que Espíndola enfrentaria nos anos seguintes, necessitando prestar depoimentos.

Todavia, apesar de tudo, ele e sua esposa conseguiram retornar de ônibus para Rio Grande, graças ao auxílio financeiro prestado por seu tio, que morava em Porto Alegre e era Guarda Portuário. Contudo, uma das questões que durante a entrevista permanecia era: por que foi liberado e qual o motivo de sua esposa ter permanecido em Porto Alegre. Essa questão foi esclarecida, revelando o papel ativo que Edith Espíndola teve nesse processo.

Segundo Antonio Espíndola:

Ela foi até no 3º Exército, falar. Falou, lá, com um Tenente, com um Coronel, não sei o que lá. E eles disseram pra ela. Por que, sempre

---

<sup>309</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>310</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Nailem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013, p.9

tinha um Capitão, ou tinha um Major, lá na FASE<sup>311</sup>, lá, dentro. Um de dia e outro de noite. Ou às vezes dois durante o dia e dois durante a noite. E aá eles disseram pra ela “se a senhora quiser esperar para ir com ele, dentro de 48 horas nós vamos soltar ele”<sup>312</sup>

Todavia, Edith Espíndola relata que levou um conjunto de documentos<sup>313</sup>, sob orientação de seu cunhado, provando quem seu marido era. Ela diz: “que não era subversivo”<sup>314</sup>.

No III Exército ela afirma ter ido com um senhor, que ela não sabe dizer quem era: “Aí eu fui lá e conversei com eles. Expliquei tudo pra ele. Aí ele me disse “Bom. Já que a senhora provou que não era ele o Presidente, que não tava. Então a Senhora aguarde dois dias ou três aí que nós vamos largar ele”<sup>315</sup>. Aqui, Edith Espíndola reforça novamente a ideia de que os militares, ao menos num primeiro momento, poderiam ter pensado que ele era o diretor do sindicato, já que ocupava essa posição interinamente.

É importante observar, entretanto, que a motivação da prisão de Espíndola pode ser apenas uma compreensão de Edith Espíndola, visto que era pouco provável que eles não soubessem quem fosse Antonio Espíndola. Essa questão, inclusive, foi motivo de debate entre ambos durante a entrevista, porque, para sua esposa, ele não teria sido preso se não estivesse ocupando o lugar de Dinarte Alves, enquanto para Antonio Espíndola, isso teria acontecido de uma forma ou de outra, devido seu histórico de atuação no Porto e na cidade, durante a Legalidade. Acreditamos que, a partir do apresentado, como nunca fora efetivamente comunicadas as motivações que levaram à prisão de Espíndola, deixou um espaço amplo para a interpretação de ambos.

Após ter ido no III Exército, no dia seguinte, Edith retorna ao SESME para comunicar a Espíndola a decisão de sua soltura. Contudo, ela relata que Espíndola se mostrou receoso, não tendo certeza se isso realmente aconteceria.

---

<sup>311</sup> Na época segundo Espíndola chamava-se SESME.

<sup>312</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>313</sup> Ela cita foto e carteira de trabalho, porém, é possível que houvesse mais documentos

<sup>314</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>315</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

Contudo, ela disse que aguardaria até sua soltura. Assim, ela permaneceu na cidade por três dias, na casa de um tio de Espíndola. Seu tio foi importante, pois, além de ceder sua residência para ela, também o ajudou quando esteve preso: “Meio-dia ia lá me levava almoço. Levava galinha assada. Levava uns quitutes. Porque era brabo lá. Mas era danada a comida. Era horrível, horrível [...] A pessoa tinha que tá com muita fome”<sup>316</sup>. Além disso, foi esse tio que orientou Edith a conversar com alguém responsável pelas prisões, no III Exército. Ele a levou até perto do quartel e a deixou lá: “Aí eu fui. Fui, pergunta aqui, pergunta ali. Fui perguntar, que cheguei lá. Quando eu chego lá, e olho pra que sala, aquele homem cheio de divisas. ‘Eu já to aqui, eu vou pra lá’. Aí eu falei, né. Falei tudo o que eu queria falar”<sup>317</sup>. Nesse momento é que ela apresenta a documentação sobre seu marido e consegue a liberação dele. Nesse contexto, Sinara Faustino (2021) apresenta que:

É importante destacar que ao se dirigir aos militares, Edith relata que viu outras mulheres no local. É muito provável que, além dela, outras mulheres, esposas, mães, filhas, irmãs se dirigiram à capital para tentar libertar seus familiares. Tentamos entrar em contato com outra esposa, casada também com um sindicalista preso, ela se dirigiu até Porto Alegre para pedir a liberdade de seu companheiro. Infelizmente, por conta do contexto político ela se negou a falar sobre o assunto, o medo tomou conta de diversas pessoas que passaram pelo período. (FASUTINO, 2021, p.57)

A autora, compreende que “Edith, como tantas mulheres, acompanhava de longe a militância de seu marido, e ao ter que lidar com a prisão dele, precisou ter forças para sair, pela primeira vez, de seu contexto privado, para a luta pública.” (2021, p.53). A pesquisadora também reforça que, em sua análise que sobre Edith e Seli – também companheira de um preso político – mesmo não tendo sido militante – que ambos homens “ [...] sofreram com as mazelas da militância do companheiro, e de tal modo, guardam memórias dolorosas, mas importantes, sobre o que a repressão durante a ditadura representou para diversas mulheres brasileiras.” (FAUSTINO, 2021, p.53)

---

<sup>316</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>317</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

Após sair da prisão, Espíndola retornou ao Sindicato, contudo, foi comunicado que já estava desligado das atividades portuárias: “Cheguei lá e me disseram ‘tá aí a portaria, tua. Tá na rua’ [...] Fui desligado do Sindicato, do Porto. Tudo, tudo.”<sup>318</sup>. Conforme seu relato na Comissão Estadual da Verdade, anos depois do ocorrido, apenas encontrou uma ficha no DEPREC, a qual dizia que ele havia sido excluído do quadro devido a improbidade administrativa. Conforme nos relata, na ficha estava: “dizendo que eu tinha sido excluído do quadro do sindicato por enquadrado no artigo 482, parágrafo não sei quanto, da CLT. Só, e mais nada. Que não existia processo contra mim”<sup>319</sup> Segundo a CLT a esse respeito:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) **ato de improbidade**;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.
- m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado [*Grifo Nosso*]<sup>320</sup>

Em seu parágrafo único, consta que “Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, **devidamente comprovada em**

---

<sup>318</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>319</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>320</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Planalto**, Brasília, DF. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm#art482](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm#art482)> acessado em: 10/06/2023

**inquérito administrativo**, de atos atentatórios à segurança nacional” [*Grifo Nosso*]<sup>321</sup>. Dessa forma, foi publicada a portaria da diretoria geral de Porto Alegre, segundo Espíndola, no dia 27 de abril, ou seja, 21 dias após sua prisão: “Quer dizer, me excluíram sem inquérito, sem nada”<sup>322</sup>. Espíndola, como vemos, em momento algum teve direito de se defender.

Apesar do ocorrido, Espíndola tentou se manter no Porto e no Sindicato. Para tanto, buscou falar com o diretor do DEPREC. Porém, para conseguir, ele se utilizou das suas redes de relações. Conforme mencionamos no primeiro capítulo, Espíndola possuía um primo que fazia parte do exército, e, nesse ponto da trajetória, do biografado que ele retornaria para auxiliá-lo:

Eu tenho um primo, agora faleceu ele, o Nei, que era Capitão. Na época, era Capitão, Tesoureiro do III Exército. E ele, o meu pai veio aqui, o pai dele morava aqui, Paulinho Modernell, até tem o nome uma rua aqui com o nome dele, Paulinho Modernell, o nome da rua aqui, que era o pai desse cara, casado com a irmã do meu pai. Aí o meu pai veio aqui, falou com ele, e ele telefonou pro filho, lá, pedindo pro filho me receber. Aí eu fui, na casa dele, defronte ao Hospital Dorneles [inaudível] lá na casa dele, ele me recebeu muito bem. Acertou comigo e foi no Porto comigo lá. Inclusive se virou lá, com um pessoal lá, para ver se me retornavam, lá. Mas aí, não me lembro mais quem era, o nome do diretor do Porto, ele disse ‘mas como é que vou botar, se foi os militares que botaram ele pra rua. Como é que vou botar ele para o Porto de volta. Aí eu vou pra rua, se botar ele pro Porto’.<sup>323</sup>

Assim, apesar da tentativa, não foi possível restabelecer Espíndola nas atividades portuárias.

Contudo, como veremos a seguir, ter sido preso foi apenas uma parte do processo de mudanças que ocorreriam em sua vida. Após ser preso, uma nova vivência seria imposta a ele, a saber: as constantes necessidade de prestar depoimentos e a necessidade constante de buscar serviços para garantir sua subsistência.

---

<sup>321</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Planalto**, Brasília, DF. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm#art482](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm#art482) > acessado em: 10/06/2023

<sup>322</sup> Antonio Naillem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>323</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

### 3.5 Que liberdade é essa? Experiência e condição de vida após a prisão

Neste tópico, destacaremos duas questões profícuas na trajetória de vida de Espíndola, após obter sua liberdade do cárcere, a saber: a necessidade constantemente de prestar depoimentos, bem como, sua condição de vida e trabalho. Segundo o biografado, no decorrer das entrevistas, a condição de vida que enfrentou, após seu retorno da prisão, foi de grande dificuldade. O mesmo destaca os abusos cometidos na condução dos depoimentos, assim como, a dificuldade financeira vivenciada, devido à dificuldade na obtenção de serviços regulares, uma vez que era fichado como subversivo.

Damos destaque, inicialmente, a sua compreensão sobre a prestação dos depoimentos:

**Quando viemos de lá, aí que foi o negócio foi difícil.** Tinha que ir quase todos os dias para a Delegacia Regional, lá. Tinha um inspetor chamado Valdir de Ávila, que era o encarregado dos Inquéritos Policial Militar, lá na Delegacia Regional. A, chamava e as pessoas ficava lá, era pra comparecer as 9h, e chegava o meio-dia e a gente tava parado, de pé na frente de uma parede, de frente do gabinete dele. Ele tomando chimarrão, lendo revistas, lendo jornal, chegava quinze pra meio-dia, ele dizia assim “olha, não tive tempo para te ouvir. Volta aqui tal dia”. [Grifo Nosso]<sup>324</sup>

Segundo Espíndola, era comum ele se dirigir à delegacia para prestar o depoimento e não ser atendido. A partir de então, um novo comparecimento era solicitado. Destaca-se, todavia, que ele evidencia a morosidade apresentada pela pessoa que ouviria seu depoimento, dando a entender que essas ações eram praticadas propositalmente. Em seu relato na Comissão Estadual da Verdade, ele diz que a ação do inspetor tinha o objetivo de torturá-lo psicologicamente.

Espíndola não relatou quantas vezes precisou ir à delegacia prestar os depoimentos. Contudo, ele nos permite compreender que essas requisições ocorreram diversas vezes nos primeiros anos e em dois locais distintos, sendo inicialmente na delegacia regional e, posteriormente, na Delegacia do Trabalho Marítimo, na Capitania dos Portos.

---

<sup>324</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

A motivação da mudança de localidade não foi relatada na Comissão Estadual da Verdade, mas nos foi dita pelo biografado que ocorreu devido a desavença gerada entre Valdir de Ávila com seu amigo, Irai Ferrari, Chefe do Departamento de Armas. Segundo seu relato, devido a constantes requisições de sua presença, Ferrari se interpôs:

Ferrari soltou lá dentro. Aí veio de lá e disse assim “Valdir. Que que tu ta fazendo com o Naillem aí, todos os dias tu manda ele vir pra cá? Pra que? Por que tu não ouve?”. Ele [Valdir de Ávila] disse “Tu não tem que te meter. Coisa é comigo”. Ele [Irai Ferrari] disse “mas vem cá, cara. Quem devia tá no lugar dele é tu, cara. É um vagabundo. Tu é um vagabundo, um corrupto de primeira grandeza”. E aí ele se mexeu, e o coisa [Irai Ferrari] arrancou um trinta e dois e disse assim, bateu em cima da mesa, e disse “se mexe daí!”. Ele [Valdir de Ávila] “vou telefonar para o capitão<sup>325</sup> [...] eu vou telefonar para o fulano e já vou te denunciar”. Ele [Irai Ferrari] “então denuncia, agora. Denuncia, se tu foi parido. Denuncia! Bota a mão no telefone. Eu vou te partir a bala, agora”. Aí o Delegado<sup>326</sup>, saiu de lá, “pelo amor de deus. Vão me matar. Vão me matar, que eu to com a pressão alta”.<sup>327</sup>

Esse é outro momento em seu relato onde podemos perceber o bom-humor, principalmente, a destacar as falas de Ferrari, frente a Valdir de Ávila, e a reação do Delegado, ao presenciar o conflito. Contudo, a partir desse episódio, Espíndola foi transferido para a Capitania para prestar os depoimentos.

Apesar da mudança de localidade, as condições na prestação dos depoimentos não foram alteradas, conforme seu relato:

**Me intimava para comparecer a meia hora, da tarde, e iam pegar me ouvir meia hora da manhã.** Era assim. Era o tenente De Palma. Que De Palma era um codinome, né, por que eles eram tão covardes, que eles não, ninguém sabia o nome deles. Eram covardes mesmo. Eles usavam até as identidades diversas pra ninguém saber. [*Grifo Nosso*]<sup>328</sup>

Na Capitania, conforme vemos, o mesmo chegou a permanecer 12 horas esperando para depor, tendo que retornar para sua residência na madrugada.

---

<sup>325</sup> Na entrevista de 17 de julho de 2018, Espíndola diz que ele ameaça ligar para Carlos Gomes, afim de mandar prender Ferrari por estar defendendo Espíndola – um corrupto.

<sup>326</sup> Na entrevista de 17 de julho de 2018 ele diz que o nome era o Evaldo Miranda.

<sup>327</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>328</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Destacamos abaixo um relato sobre como eram os depoimentos prestados na Capitania:

Aí, pessoal, ele me convocava para a meia hora da tarde do mês de fevereiro: Amanhã à meia hora da tarde tu vens dar um depoimento. Aí eu ia para lá, à meia hora chegava lá, ele disse para mim: 'Espera do lado de fora aí' - a Capitania era dentro do muro -, 'quando chegar a tua hora eu te chamo'.

O senhor sabe que hora ele me chamava? À meia-hora da madrugada. **Fazia eu permanecer 12 horas de pé!** Havia um muro. Disse: 'Olha, não pode sentar no muro, porque o muro não é para sentar, não é cadeira para sentar'. **Fazia ficar de pé à beira do muro.**

**À meia-hora da madrugada, ele me chamava,** gente, aí botava uma cadeira para eu sentar e ele sentava numa mesinha, com a máquina - naquele tempo era Remington, não existia computador, não existia nada. Sentava ali, pegava dois pedestais, botava um assim e outro assim na minha frente, **botava uma lâmpada de 500 watts em cada um daqueles, deixava na frente dos meus olhos** aquilo ali assim e mandava ficar olhando para ele para fazer as perguntas.

Aí ele fazia a pergunta, se levantava e ia para dentro da Capitania, **e eu ficava ali com aquela luz, com aquela queimadura no rosto, nos olhos,** até que ele chegava [ininteligível] voltar. Aí voltava e me fazia outra pergunta. Aí: 'Tá. pode ir embora, tal dia volta de novo aqui'.<sup>329</sup>

O relato foi apresentado na Comissão Estadual da Verdade, e também nos foi apresentado em nossas entrevistas. Diante desse relato, fica evidente a forma de coagir o depoente. Espíndola mantinha-se horas de pé, sem poder sair do local, e depois era interrogado. E ao não obter a informação que desejava, era marcada nova data. Conforme o mesmo apresenta, isso durou muitos meses e dias, nos quais passou por situações semelhantes.

Lembramos também, que nessa época ele ainda residia na Ernesto Buchholz, ou seja, consideravelmente distante da Capitania que se situava próximo ao Porto Novo. Para chegar na nova localidade, ele utilizava-se do bonde da cidade, porém, para voltar, relata que muitas vezes fazia o trajeto a pé: "levava uma hora e meia"<sup>330</sup>. Diante do contexto de sua fala, lembremos aqui a matéria do jornal Rio Grande, a qual tratava sobre a condição dos transportes no

---

<sup>329</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Naillem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013, p.09.

<sup>330</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

município, nesse período. No horário em que Espíndola retornava, não possuía mais transporte, ou, era muito reduzido. Isso dificultava seu deslocamento<sup>331</sup>.

Seus relatos, levantam uma profícua questão: o que visavam os depoimentos, ou seja, o desejavam saber de Espíndola? Essa não foi uma pergunta plenamente respondida, mas, segundo o mesmo, eles faziam perguntas “bestas”, pois, “eles não tinham acusação de ninguém. Mas então eles tinham que fazer”<sup>332</sup>. Contudo, quando comparamos com outros momentos das entrevistas, podemos especular que eles queriam obter, dentre tantas informações possíveis, os nomes e possíveis articulações das lideranças. Recordemos de que Espíndola, na entrevista de 7 de maio de 2018, mencionava que haviam cerca de 20 integrantes do Sindicato que eram comunistas. Além disso, ele afirma ter sido interrogado, pedindo que ele entregasse o nome desses indivíduos. Assim, podemos compreender que, diante da recusa do mesmo, os depoimentos eram uma forma pressionar os sujeitos a revelarem tais informações.

Diante desse contexto, Espíndola apresenta que passou quatorze anos respondendo ao inquérito. Apresenta que, durante esse período, não conseguia obter uma certidão de bons antecedentes: “se eu chegasse na Polícia Militar, não tinha. Na Polícia Civil, não tinha. Polícia Federal, não tinha. Justiça Federal, não tinha. Fórum, não tinha. Eu tava ‘garfado’ em tudo. **Todas elas como subversivo. Quer dizer, eu era um meio brasileiro**” [*Grifo Nosso*]<sup>333</sup>. Diante do exposto, ter sido fichado como subversivo, impedia que ele obtivesse a certidão de bons-antecedentes, dificultando, portanto, a obtenção de serviço. Devido à dificuldade financeira gerada pelo seu desligamento do Porto, somado aos abusos nas prestações dos depoimentos, e do inquérito que a estigmatização como subversivo, impactando na obtenção de serviços, estimulou um sentimento de que não possuía mais direitos, ou seja, de não ser considerado um brasileiro pleno.

---

<sup>331</sup> Possivelmente algumas vezes ele tenha ido prestar o depoimento com sua bicicleta, uma vez que era um meio comumente utilizado.

<sup>332</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

<sup>333</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Diante dessa condição, novamente Espíndola se encontrava em uma situação de insegurança e instabilidade financeira. Portanto, precisou encontrar outros meios de manter a si e sua família. Como veremos, esses foram tempos difíceis em sua jornada, como ele destacou. Durante os anos, por não obter serviços regularmente, Espíndola precisou vender muitos de seus bens, para poder se manter:

Eu vendi tudo o que eu tinha. Eu tinha um sítio com duas casas no Povo Novo, eram dezesseis heqitares de campo, com duas casas. Vendi [...] Eu tinha um terreno na Avenida Pelotas, um terreno com dez de frente. Vendi. [...] Tinha uma moto. Vendi. [...] Tinha uma casa na Ernesto Buchholz. Vendi. Não tinha condição de viver, pois não podia trabalhar. Legalmente não podia trabalhar.<sup>334</sup>

A partir do relato, podemos perceber duas questões relevantes. Primeiramente, como a sindicalização possibilitou um crescimento significativamente rápido na sua condição de vida. O número de bens citados, foi acumulado em um curto espaço de tempo, pois, o Sindicato foi criado entre 59/60, e foi, principalmente, a partir de 61 que eles passaram a obter um maior conjunto de direitos.

Ao mesmo tempo, em seu relato, temos o impacto que o regime militar provou em suas conquistas, obtidas no decorrer do período supracitado. A ascensão rápida e significativa que o mesmo teve, foi em grande parte perdida, diante do contexto imposto a ele.

Vemos aqui, a relação pendular vivenciada pelo biografado, a qual oscila entre momentos de relativa segurança na manutenção de suas condições de vida, e noutros, de grande insegurança. No caso, da edificação do Sindicato, até o contexto do Golpe, vemos que ela se expressa também em conformidade com o contexto político e social que o mesmo esteve inserido. Como afirmamos anteriormente, a obtenção de direitos não é uma aquisição fixa e imutável. Ela, antes de tudo, exige uma manutenção constantes dos operários, devido aos jogos de interesses que se estabelecem na sociedade, e que estão relacionadas ao contexto político e social de uma época. No contexto de 1964, os operários que ocuparam a posição de lideranças na manutenção desses direitos – no caso

---

<sup>334</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

de Espíndola e sua atuação sindical e no contexto de 1961 – tornaram-se sujeitos considerados perigosos, pelo regime do período. Espíndola é um caso emblemático do impacto que a militância anterior ao Golpe Civil Militar gerou na vida desses indivíduos, ao mesmo tempo que nos permite constatar que não há uma condição de plena segurança e permanência de direitos obtidos e, conjuntamente, na condição de vida e trabalho, mesmo diante da constante luta por direitos, a instabilidade política pode solapar aspectos legais conquistados. Dessa forma, em nosso entender, o retorno de Espíndola à instabilidade de seus ganhos evidencia a condição da Insegurança Estrutural que todo operário vive diante do sistema.

Edith Espíndola apresenta como foi vivenciar essa mudança em seu *status* de vida:

**Graças a deus nunca faltou [...] Tinha que controlar, né guri.** Controlando tudo. Ba, quem era acostumado a esta a vontade, não tinha problema. É brabo. **Ba, guri, ninguém queira passar, depois de tá lá em cima, como diz o outro, desandar, né.** A, não é fácil. E muito bom quando tu tá lá em baixo e consegue a subir. Aí e bom. Mas depois de tá lá, ter que [...] O cara trabalhando bem, ganhando bem, de repente aquilo, chega um bilhete assim 'teu marido foi preso'. [*Grifo Nosso*]<sup>335</sup>

Assim, Edith Espíndola, afirma que eles sempre tiveram como se manter – possivelmente, graças ao que haviam adquirido anteriormente e a os serviços que Antonio Espíndola obtinha eventualmente, como veremos a seguir –, contudo, tendo que gerir os ganhos e as despesas. A mesma, enfatiza que a transição de ter uma boa condição de vida, onde não havia a preocupação exacerbada com esse controle, foi difícil. Isso demonstra que o impacto não foi apenas financeiro, mas também sentimental, visto a dificuldade em recordar tais acontecimentos.

Além da venda de seus bens, o biografado buscou e atuou em diversos setores na cidade. A partir de suas redes de relações, Espíndola chegou a conseguir uma indicação para trabalhar na Ipiranga, todavia, devido sua ficha, não conseguiu obter o serviço:

---

<sup>335</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

Arrumei na Ipiranga. Eu tinha, um Engenheiro que **era colega de caçada, meu**. Engenheiro Almeida, que era uma pessoa muito bem quista na Ipiranga. Se virou lá, arrumou pra mim entrar pra Ipiranga. **Chegou na hora telefonaram pra Delegacia Regional “ele tá garfado aqui como subversivo”**. Cheguei lá na Ipiranga “aqui está seus documentos. **Infelizmente tá respondendo inquérito policial militar, não podemos te botar”** [Grifo Nosso]<sup>336</sup>

No decorrer dos anos, Espíndola atuou como “diarista” em diversos setores, como, por exemplo, nos serviços de descarga tijolos e areia, requisitados conforme a demanda. Dessa forma, a informalidade foi uma das possibilidades que ele encontrou para aquisição de diversos serviço:

**Antes da imobiliária, trabalhei muito pouco, mas trabalhei.** Trabalhei, por exemplo, em obra. Mas como profissional liberal, na parte de elétrica, que eu tinha dois cunhados, irmãos<sup>337</sup> da minha esposa, que eram eletricitas e trabalhavam como profissional liberal, pras construções grandes. Edifícios. Esses edifícios grandes que tem em Rio grande, tudo [...] que praticamente passou pelas mãos deles tudo ali. E eu trabalhava com eles. Trabalhava **quando eles tinham muito serviço**, não é. Aí me avisavam, se eu quisesse. **Aí trabalhava um mês, dois, três, com eles ali.** E trabalhei também, lá, até antes disso, eu cheguei a trabalhar, até em descarga de caminhão. Lá na Barroso, lá embaixo. Eu ia pra lá, os caras chegavam com os caminhões carregados, **perguntavam se tinha alguém ali que quisesse ganhar uns trocados.** Eu que tava afim de ganhar mesmo. Trabalhei também com um cara que tinha um depósito de banana [...] ele tinha o monopólio de venda de todas, o abastecimento de toda a cidade de Rio Grande. Trabalhei com ele também, **já conhecia ele a muitos anos**, e ele sabia que eu estava desempregado. Às **vezes eu vinha passando lá** e ele “Vem cá. Ques trabalhar. Tens trabalho? Quer trabalhar?”. “A, não to. To parado”. “Então vem aqui trabalhar comigo”. Aí ficava lá com ele, ajudando a organizar lá o depósito das bananas. E trabalhei com o Djesus, também. Muito com o Djesus, que era corretor de imóveis.<sup>338</sup>

O excerto acima nos evidencia diversas atividades laborais exercidas pelo biografado, a característica desses serviços – a prestação por demanda e a inconstância nas requisições – e suas redes de relacionamentos, visto que para obter serviços ele contou com o apoio de seus cunhados, bem como, o indivíduo que ele apresenta<sup>339</sup>, que era dono de um depósito de bananas, no município. É

---

<sup>336</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>337</sup> Ademar e Ademir, segundo Espíndola.

<sup>338</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>339</sup> Espíndola não recordou o nome

perceptível o seu retorno à condição de trabalho avulso e sazonal, porém, dessa vez, sem vínculo institucional algum.

Outra atuação, também destacada no relato acima, foi no setor imobiliário, porém, na década de 70: “Trabalhei em mais de uma. Primeiro trabalhei com o Milton Garcia, ali é uma imobiliária [...] E depois trabalhei na Servinter, que era de um advogado, que hoje é juiz<sup>340</sup> [...] Paulo Pomar<sup>341”342</sup>.

Na imobiliária diz ter trabalhado como “profissional liberal”, pois, era um emprego sem vínculo. Isso ajudou que ele pudesse obter serviço, diante do contexto que vivenciava. Segundo nos contou, ele era “corretor oficial”, ou seja, possuía o CRECI e sua carteira de corretor: “3122 é o meu CRECI”<sup>343</sup>. Para sua obtenção, utilizou-se novamente de suas redes de relações:

A carteira de corretor eu consegui em Porto Alegre, através de um conhecido que vinha muito a Rio Grande. Eu trabalhei primeiro, sem ser corretor, trabalhei com um corretor de imóveis. Com João Djesus<sup>344</sup>, na Silva Paes, defronte ao Consulado Italiano, ali. Doutor Bianchini, ali. E eu fiz muitas amizades, muita amizade com o doutor Bianchini, que era gerente geral do Banco do Brasil, e Cônsul Italiano, em Rio Grande. **E eu fiz uma amizade muito grande com ele. E ele se dava muito, na época, com o presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, no Rio Grande do Sul.** Muito amigo dele. Era advogado também, o cara. E ele vinha muito aqui, fazer palestras, em Rio Grande. Foi ele que falou com o Doutor Bianchini. Foi, falou com ele para me conseguir uma carteira. Aí ele mandou que eu levasse a documentação toda. Aí fui lá, fiz o processo, lá. Quando foi, daí, não chegou a 30 dias, e me chamaram, já. Pra mim ir lá, pra assinar tudo e receber a carteira. E recebi.

Destacamos aqui, novamente, como Espíndola era bem relacionado, na época. Sua rede de relações permitia que ele obtivesse algumas facilidades, mesmo diante da difícil condição enfrentada. Isso é evidenciado, pois, na entrevista de 11 de setembro de 2018, Espíndola diz que não conseguiu sua carteira após realizar o curso para ser corretor, devido a não conseguir o atestado de bons antecedentes. Assim, é evidente que a obtenção ocorreu a partir dessa amizade entre Espíndola e o Dr. Bianchini.

---

<sup>340</sup> Ficou em dúvida sobre em qual área atua

<sup>341</sup> Ficou em dúvida quanto ao nome

<sup>342</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>343</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>344</sup> No áudio não ficou claro o sobrenome, portanto, optamos por escrever conforme sua fala.

O serviço no qual mais atuou, a partir de então, e onde possuiu maior estabilidade, foi como corretor de imóveis. Depois do Djesus, onde trabalhou de 1967 a 1971, atuou com o Milton Garcia – durante esse período conciliava com os trabalhos esporádicos na indústria e comércio, e com os irmãos de sua esposa. Como corretor, ele diz:

Trabalhava encostado. Eu não era funcionário. Ganhava comissão, uma parte assim. Tanto no Djesus, ali na Silva Paes, quanto no Milton. Eu conseguia imóveis para vender, ganhava um tanto por cento, na venda. Fazia serviço de fórum, serviço de alfândega, serviço de relatoria, de prefeitura, tirando certidão para fazer vendas através de empréstimo da Caixa Econômica Federal. E aprendi tudo rápido. Então ganhava comissão de tudo aquilo ali. Trabalhei também na regularização daquele bairro Belo Brum.<sup>345</sup>

Posteriormente, ele atuou, como referido anteriormente, co. Paulo Pomar. Nesse setor, Espíndola permaneceu até retornar a atuar no Porto – na Estiva –, na década de 1980. Ao mudar de ramo, o mesmo realizou um requerimento para suspender sua carteira como corretor, o qual pode ser constatado no site do Conselho Regional de Corretores de Imóveis<sup>346</sup>.

Como já mencionamos, Espíndola passaria cerca de 14 anos respondendo ao Inquérito Policial, sem a possibilidade de retornar aos serviços portuários. Contudo, entre os anos de 1980 e 1981 ele reconquistaria o direito de voltar às atividades portuárias. Conforme Espíndola, seu retorno deveu-se primeiramente a um vizinho, o Nilo:

Aí o Nilo pegou e me disse pra mim, “vem cá vizinho, o senhor não quer entrar pra estiva”, digo “mas entrar para a estiva como, eu não tenho nem atestado de antecedentes, bons antecedentes, para entrar”, disse ele “vamos fazer o seguinte, **eu te boto lá de provisório**. Eu boto, eu pego a tua carteira, tem serviço sobrando lá. Tem descarga de navio, descarga de adubo, tudo, descarga de rocha, e o estivador não tá querendo ir. Os associados. Queres ir trabalhar lá, logo pega tua carteira, logo de noite, e vai que eu te boto na Estiva, como provisório”, “A, então vamos” [diz Espíndola]. E eu sabia que a estiva era boa. Que dava para ganhar muito dinheiro, bastante. Aí foi, com ele. De noite, chamaram ali, ele pegou minha carteira e me chamaram pelo nome ali e já me botaram. Já fui para o navio. **Trabalhei à noite, das sete as quatro da manhã, peguei às sete da manhã e virei até o outro dia, às quatro da manhã, virei assim, sem parar**. Não tinha

---

<sup>345</sup> Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>346</sup> Disponível em <<http://creci-rs.gov.br/siteNovo/pesquisaInscrito.php>> Acessado em 28 de julho de 2023

gente. E eu, **se eu saio, botam outro no meu lugar**. No fim, trabalhei duas noite e três dias. **Trabalhei ali e já consegui crachá. Que a pessoa fazendo, parece que são três escalas, tem direito a pegar crachá.** [Grifo Nosso]<sup>347</sup>

Vemos, a partir de sua fala, que o meio que encontrou para ingressar na estiva, foi novamente sendo provisório – bagrinho. Experiente no setor portuário, sabia como se davam as regras para a obtenção do crachá. Assim, atuou durante os três turnos nas atividades, para completar as três escalas requeridas. Acreditamos que ele decidiu por realizar as escalas de uma só vez, pois, sabia da rotatividade dos serviços e da falta de prioridade dos bagrinhos. Na sua atual condição, era importante aproveitar esse momento para adquirir o crachá e poder seguir prestando serviços, uma vez que seu vizinho estava disposto a o ajudar.

A partir de então, “Nilo” entrou com o pedido do crachá para a Delegacia do Trabalho Marítimo (DTM), e, segundo Espíndola, não houve impedimento para que ele atuasse como provisório. Aqui, podemos ver um reforço da importância das relações políticas para a obtenção do registro, como mencionado por Gandra (1999) e discutido por nós anteriormente nesta Tese. Acreditamos que retornar às atividades portuárias foi possível devido a ele entrar como provisório e por que os serviços da Estiva, como já mencionamos, não dependiam de concurso para seleção dos seus integrantes. Assim, Espíndola mantinha-se na informalidade, no trabalho avulso e sazonal, porém, no Porto. Nesse momento de sua vida, Espíndola retornava as atividades na qual ele iniciou sua trajetória portuária.

Todavia, diferente do passado, ele não permaneceria muito tempo como provisório e nem buscaria outro sindicato para atuar, pois, logo tornar-se-ia sócio da estiva. Porém, Espíndola ressalta que os sócios da estiva não queriam receber novos associados, pois queriam diminuir o número. Diante disso, o mesmo, e mais um grupo de trabalhadores, contrataram um advogado para conseguirem ingressar no quadro de associados.

Embora saibamos que ele conseguiu ingressar como associado, Espíndola ressaltou que, isso só foi possível devido a ação de seu primo Nei

---

<sup>347</sup> Antonio Naillem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

Espíndola, pois, Espíndola necessitava obter sua ficha na Delegacia Regional do Trabalho: “E foi esse meu primo que foi comigo lá na Delegacia, na delegacia aquela lá, onde estava minha ficha, lá [...]. Pra fazer os cara me dar, pra mim poder entrar na estiva. Senão, não tinha entrado na Estiva.”<sup>348</sup> Destacamos, novamente, como suas relações interferiram em sua jornada em diferentes momentos.

Foi a partir de tais ações que Espíndola pode ingressar no Sindicato da Estiva como sócio e dar início a uma nova jornada, enquanto liderança sindical:

**Seguida que eu entrei pra estiva, eu entrei para a diretoria da Estiva.** Já em seguida. Eu entrei e já me convidaram. **No primeiro ano, já me convidaram pra mim entrar numa chapa.** E aí ganhamos. E essa chapa terminou ficando doze anos. Essa diretoria. O único que não ficou doze anos, foi eu, por que não quis mais. Completei os seis anos. Pedi pra sair. **Aí fui pra trabalhar, fazer média.** Por que lá, a gente, naquela época, hoje tá difícil por causa do OGMO, mas naquela época a gente conseguia a fazer muita, muita média por fora. A pessoa comprava a escala dos outros, e fazia média. [...] A gente podia fazer média até dez salários, pra se aposentar. [*Grifo Nosso*]<sup>349</sup>

Possivelmente, Espíndola tenha sido convidado a ingressar na chapa, para concorrer à diretoria, devido sua trajetória enquanto sindicalista. Assim, na estiva o mesmo atuou como Tesoureiro do Sindicato. Como podemos observar em seu relato, transcorridos alguns anos, ele decidiu se retirar do Sindicato, e para isso, buscou “fazer média”, ou seja, a mesma ação que Espíndola observava, por parte dos operários mais antigos, no começo de sua trajetória na capatazia – porém, nesse momento, em novos contextos. Segundo seu relato, trabalhou na estiva até 2002, momento em que se aposentou.

---

<sup>348</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>349</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

## Conclusão

Ao final desta Tese, a qual visou reconstruir a trajetória de Antonio Nailem Espíndola, buscaremos sintetizar as questões discutidas no decorrer do trabalho para elaborar nossas considerações finais. Assim, ao longo dos capítulos, objetivamos compreender sua história de vida, tendo como foco a maneira como transitava e tecia suas relações, bem como, sua militância e o impacto que ela teve em sua vida e no contexto social de sua época.

Como vimos, Antonio Espíndola, tem sua origem vinculada ao meio rural, no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Arroio Grande. Aos 18 anos, migra do campo para o ambiente urbano e industrial da cidade de Rio Grande. Diante desse novo contexto, foi necessário se adaptar a uma nova vivência habitacional e de trabalho. Chegando a essa urbe, passou a residir no bairro Getúlio Vargas – que tem sua história de formação vinculada a ação das classes subalternas, situando-se num ambiente próximo dos principais setores empregatícios do município, principalmente a orla portuária –, dessa forma passou a atuar como operário nessa cidade. Desde sua chegada, moradia e trabalho, tiveram profunda relevância em sua trajetória, conforme evidenciamos nesta Tese. Pois, contribuíram para a construção de suas redes relacionais, muitas das quais foram importantes no decorrer de sua vida e são um marco na sua memória reavivada.

Conjuntamente com a sua inserção no espaço urbano e fabril, podemos destacar os sentidos que sua atuação profissional teve em sua trajetória pessoal, pois, nas primeiras indústrias em que trabalhou, sua prestação de serviços estava vinculada a suas condições de sobrevivência, visto que sua insegurança estrutural era evidente. Ao observarmos sua condição de migração e de chegada ao município, entendemos, que ele é representativo de uma situação vivenciada, naquele contexto histórico, por um conjunto de trabalhadores que migravam para a cidade, buscando uma melhor condição de vida. Segundo as fontes consultadas, Espíndola, inseria-se em um contingente que fez o município dobrar sua população, na primeira metade do século XX.

Observamos, que a partir das entrevistas, não houve muito enfoque, por parte do biografado, em sua vida anterior à chegada a Rio Grande. Ao entrevistarmos Antonio Espíndola, percebemos que os momentos que mais se

destacavam em sua memória e fala, estavam vinculados aos elementos que propiciaram sua transformação de vida, frente ao seu estado inicial de precariedade.

Tais elementos, estruturaram esta Tese, uma vez que dizem respeito às relações que estabeleceu e como elas influenciaram sua trajetória, bem como, seu amplo conhecimento sobre diversas personalidades riograndinas – isso justifica o motivo de constantemente apresentarmos outros personagens históricos da urbe durante a Tese –; sua condição de precariedade e disputas; sua compreensão e motivação foram significativas para edificação desta categoria portuária de capatazia; sua luta e ações diante da Campanha da Legalidade; sua perseguição em 1964 e a pressão em sua condição de vida que esse contexto gerou.

No entanto, para nossa reflexão, os anos em que viveu em Arroio Grande e quando migrou para Rio Grande, tornou-se um marco na sua trajetória, pois pudemos identificar sua inserção na indústria, como seus contatos influenciaram nesse processo e como ele aumentou tais redes, como vivenciava essa atuação e o leque de escolhas que foi se desvelando a partir dessa sua imersão no mundo do trabalho riograndino. Além disso, nesse momento, também vimos que ele atuou ocasionalmente no setor portuário, porém, nesse momento, não houve um processo de identificação com o setor de atuação. Em sua trajetória na indústria e como provisório na estiva, ele não participou de ações coletivas, combativas e/ou que gerassem um sentimento de pertencimento. Todavia, compreendemos que foi profícuo para gestar uma compressão maior do mundo que o cercava e das possibilidades que a atuação sindical poderia ensejar.

Sobre sua atuação na Estiva, destacamos que, como muitos operários riograndinos, através da prestação de serviços como provisório no setor, era uma situação recorrente que muitos trabalhadores se sujeitavam já na chegada na cidade. Como “bagrinho”, Espíndola trabalhava esporadicamente, quando havia a carência de mão de obra nos navios, devido ao excesso de serviços requisitados pelo Porto, ou quando os operários sindicalizados não queriam atuar em cargas de menor valor. Assim, devido a essa atuação eventual no setor, a estiva também não representou – ao menos nesse momento – um espaço de possível ascensão social ou de pertencimento. Contudo, permitiu compreender que a atividade portuária era um setor importante e que poderia proporcionar

essa ascensão econômica e social, desde que estivessem em um lugar de acesso a esses benefícios, o que na estiva, na época, não era possível. Possivelmente, foi através da experiência nesse setor, bem como, a influência de amigos e familiares, que o biografado iniciou seu entendimento de potencial de melhoria de vida, que esse *lócus* de trabalho possibilitava, para os setores de baixa renda, desde que organizados e reconhecidos.

Tais elementos, de engajamento e pertencimento a uma categoria, apenas seriam encontrados e internalizados, pelo mesmo, após o seu ingresso como trabalhador nos serviços de capatazia, categoria que ainda se encontrava em fase de organização enquanto conjunto. Vimos, assim, que em 1958, foi realizado um “concurso” no Porto, o qual Espíndola foi informado por um vizinho, demonstrando, mais uma vez, a relevância do jogo de relações pessoais que mencionamos acima. Através dessa seleção, passaria a trabalhar nas atividades da capatazia, porém, não como esperava. Vimos, aqui, que embora ele tivesse certa vivência em um setor amplo, como o portuário, sua experiência e expectativas se confrontaram com a realidade dos trabalhadores sazonais e precários. Ao adentrar no setor, o mesmo passa a vivenciar um contexto onde a obtenção de serviços regular era parca, além disso, passou cotidianamente a conviver com as situações conflituosas existentes entre os interesses dos portuários, frente à administração do referido Porto. Aqui, destacam-se as condições e pressões experienciadas, aliadas ao aspecto coletivo de enfrentamento, que veremos a edificação da noção de pertencimento à uma categoria, a qual estaria atrelada a combatividade e luta por direitos, diante de suas necessidades e interesses. Dessa forma, buscaram enfrentar a precariedade, insegurança e os conflitos de interesses com a administração do Porto e da disputa pela primazia na prestação de serviços com o Sindicato dos Arrumadores, organizando-se enquanto uma entidade, que também se encontrava em fase de organização e disputava esse espaço de atuação profissional com os portuários de capatazia, conforme foi observado ao longo desta Tese.

Reforçamos que sua vida, ao ingressar nas atividades de capatazia, foi marcada por uma constante insegurança quanto à manutenção de seus ganhos devido a parca regularidade de trabalho – a qual advinha do sistema de trabalho avulso e sazonal – e a prevalência da distribuição dos serviços, realizada pelos

Capatazes do Porto. Assim, diante de um contexto que julgava injusto, Espíndola, reúne-se com um grupo de operários no intuito de edificar sua entidade sindical. A partir da leitura que realizam de sua época, esses operários identificam na sindicalização um meio de legitimidade e enfrentamento contra administração do Porto, no intuito de adquirir direitos e melhores condições de serviço. Garantindo, na visão de Espíndola, justiça e dignidade para a categoria, que pode ser estendido para o conjunto de trabalhadores que ao seu lado vivenciavam essa realidade, além disso, há uma perspectiva, no período abarcado, de que a sindicalização abre espaço, como negociadores, para lideranças operárias. Portanto, podemos dizer que tal processo contribuiu para a edificação tanto da entidade sindical, como da identidade do grupo.

Como vimos, a sindicalização não corre de forma facilitada, contudo, apesar das adversidades, entre 1959 e 1960, os portuários da capatazia conseguiram edificar seu Sindicato, através de variadas estratégias e relações políticas, que eram possíveis no período pré-64. Esse processo de disputa, foi profícuo para compreendermos a ascensão econômica e de representatividade sindical que vai sendo adquirida por Espíndola ao longo dos anos. Como vimos, ele consolidou-se como uma das lideranças na medida em que atuou de forma combativa para a formação do Sindicato. Somado a isso está o seu grau de instrução escolar – o qual teve início em Arroio Grande e continuidade em Rio Grande –, o que possibilitou que rapidamente passasse a ocupar uma posição de organização do operariado e administrativa/burocrática, junto da diretoria: atuou como Secretário durante a edificação do Sindicato e, depois, como Fiscal Geral, Secretário e presidente interino. Tais funções necessitavam de um maior domínio da escrita e outros saberes escolares, os quais, eram reconhecidos pelos demais trabalhadores que com ele vivenciavam a atividade sindical.

Como liderança sindical, Espíndola adquiriu um profundo conhecimento sobre a dinâmica de negociação e, junto aos demais membros da categoria, discursava no Sindicato e na Associação Sociedade União Operária, diante do operariado e das demais lideranças sindicais da urbe, sendo ouvido e adquirindo respeitabilidade frente ao operariado organizado da cidade. Esses eram, como vimos, locais de debate e organização dos trabalhadores. Portanto, junto de seus pares, e das demais lideranças, Espíndola obtém reconhecimento que perpassará vários anos e é uma marca que podemos perceber a partir de sua

memória e que o mesmo valoriza em sua fala. Conjuntamente, evidenciamos que esse aspecto o colocava como um sujeito singular, frente a dinâmica do operariado, visto que o papel de liderança representou sua ascensão social. Economicamente, politicamente e representativamente, Espíndola acumulou um capital simbólico profícuo em sua trajetória como sindicalista, o qual o destacou frente ao conjunto do operariado. Os fatores discutidos anteriormente, ao lado deste, nos permitem identificar sua trajetória tanto como representante do conjunto de trabalhadores, como separá-lo deles, o aproximando daquelas lideranças que passam a ocupar um lugar destaque na liderança. Assim, vemos como um homem do campo, tornou-se um representante sindical urbano/portuário.

No que diz respeito ao seu crescimento econômico, ele foi significativo e trouxe uma mudança concreta em sua vida. Como já foi observado, o mesmo, nesse contexto, passa a ter um rendimento financeiro fixo – um salário – além de receber diversas taxas ligadas a produtividade dos trabalhadores no transporte das cargas, na orla do Porto. Tal remuneração, em dado momento, poderia chegar a quantia de cinquenta salários mínimos. Mediante a isso, entre os anos de 1960 a 1964, Espíndola adquire um significativo patrimônio, incluindo terrenos, casas, moto etc. Essa condição, contrastaria com os anos vivenciados anteriormente, demonstrando que a luta pela sindicalização trouxe efetiva melhoria a ele, bem como aos demais operários. Ser portuário a época, sindicalizado, era uma forma de conquistar uma possível segurança para a vida, outrora era impossível.

Reforçamos que a ascensão de Espíndola se deu tanto pela sindicalização, como pela via política/sindical, visto que ele possuiu uma atuação significativa para o desenvolvimento do Sindicato e para a aquisição de direitos, além de se envolver significativamente nos debates políticos de sua época. Ele foi partícipe do tensionado momento histórico que vivenciou. Como vimos, o contexto político e social nacional dos anos de 1961, fariam com que Espíndola e os demais operários de Rio Grande tivessem que se posicionar diante da dinâmica posta.

Relembramos que desde a chegada de Espíndola ao município ele militou pelo PTB, e assim se manteve até 1964 – após esse período ele contribuiu para fundar o MDB e, após a ditadura, o PDT. Sua atuação, ao longo dos anos, o

levou também a diretoria do partido, portanto, influenciando em sua representatividade enquanto liderança política/sindical no município. Assim, no contexto de 1961, durante a Campanha da Legalidade, pode ser observado que, ao lado da resistência organizada no município, Espíndola se mostrou atuante junto com as demais lideranças, um dos possíveis elementos que marcou sua prisão posteriormente. Tal enfrentamento, reforça sua posição de liderança, visto que esteve presente em diversos momentos de ações dessa resistência.

Através de suas memórias, percebemos, dentro do contexto de 1961 a 1964, que sua trajetória se mescla com a atuação de tantas outras figuras importantes politicamente no cenário de Rio Grande. Sua experiência de vida permitiu evidenciar diversos episódios da atuação combativa desse operariado, o qual chegaram a dar voz de prisão ao Capitão dos Portos e, em uma ação coordenada danificar um sistema de comunicação dos militares da cidade de Rio Grande. Por meio de seu relato, tais episódios memorados contribuíram para evidenciar como era significativa a organização dos operários e suas redes de apoio e informação. Em nossa visão, as redes de comunicações e apoio, atuavam de forma distinta, conforme as situações vivenciadas. Como vimos ao longo da Tese, por vezes elas contribuíam para comunicar e indicar serviços – para a sobrevivência dos trabalhadores –, noutras como suporte – auxiliando na construção de residências, questões de saúde e relações comunitárias –, e, no contexto em tela – Legalidade – para transmitir informações, seja para ajudar na resistência dos operários locais, como para comunicar o Governador sobre as possíveis ações dos sujeitos que eram compreendidos pelos trabalhadores como “golpistas”, ou seja, contrários ao governos constitucional do presidente João Goulart.

Para Espíndola, a luta travada em 1961 foi um marco de atuação dos trabalhadores, bem como, uma ação necessária para manter direitos sociais e trabalhistas conquistados. Segundo pode ser observado por seus relatos, a ação dos operários visava manter um governo legalmente eleito, contudo, por de trás disso, eles o entendiam também como representante de seus interesses ou, pelo menos, como possibilidade concreta de diálogo. A partir de suas memórias, compreendemos que os trabalhadores faziam uma leitura de mundo muito apurada de seu contexto e experiências – tendo em vista, sua atuação e entendimento da trajetória do PTB em apoio aos direitos sociais e trabalhistas.

Tais aspectos, estavam ligados a uma relação jogo de interesses, frente a possibilidades encontradas diante de seu contexto histórico, o que desmonta a tese de que o operariado era ingênuo e manipulado. Assim, ao menos nesse grupo, isso não corresponde à realidade por nós observada.

Diante disso, suas ações, em diferentes momentos, se justificam diante da compreensão de que apenas conquistar direitos não é garantia de permanência/segurança. Diferentes contextos sociais e políticos, em distintas épocas, se impõem frente aos trabalhadores, os impelindo a agir coletivamente em prol de seus interesses. Contudo, essa ação coletiva tem maior ou menor efetividade de acordo com os diferentes elementos contextuais postos. Exemplo disso é que em 1961, vemos um ambiente em que as forças sociais confluem para a resistência, algo que não se reafirmou em 1964.

O contexto de vida de Espíndola, no decorrer de 1964 até a década de 1980, é emblemático sobre a relação pendular no jogo da insegurança estrutural enfrentada por ele. Ela marca a perseguição e pelo retorno a condição de precariedade, como vimos. Portanto, a luta combativa por direitos trouxe melhorias, mas, nesse novo contexto vivido, o coloca em uma situação onde o Estado o considera um subversivo e utiliza-se de suas ferramentas repressivas para o colocar novamente à margem da sociedade.

O período de perseguição é emblemático em sua memória, visto o impacto que ela provocou em sua vida e de sua esposa, além de como o fez perder grande parte de suas conquistas materiais. Diante desse contexto, sua trajetória, embora apresente um aspecto individual, é representativa de diversos outros operários que também foram presos sob o pretexto de combate ao comunismo e de garantia da segurança nacional. Portanto, frisamos que, embora haja aspectos relativos à experiência individual de Espíndola, o contexto geral da perseguição e de como ela o impactou, até certo ponto, pode ser extrapolado a outros sujeitos, permitindo identificar como a repressão agiu e buscou intimidar as lideranças operárias riograndinas.

Como destacamos ao longo da Tese, o processo de cárcere foi doloroso para Antonio e para sua esposa. Contudo, foi perceptível que o momento posterior, segundo o próprio entendimento de Espíndola, foi ainda pior. Seus relatos sobre esse período, demonstra que para além do cerceamento físico da liberdade, através da prisão, a ditadura civil-militar formulou outras formas de

pressionar seus alvos, dentre eles apresentamos os constantes interrogatórios e a estratégia de dificultar que tais sujeitos obtivessem trabalho, impactando na forma mais básica de garantir subsistência.

Todavia, se por um lado a perseguição o faz vivenciar novamente uma situação de precariedade, essa não é mais experienciada como mencionamos anteriormente. Nesse novo contexto, das décadas de 60 a 80, Espíndola já era uma figura conhecida e reconhecida pela sua atuação enquanto liderança sindical na urbe. O mesmo já havia, através da sua militância, acumulado conhecimento e formado uma ampla rede de relacionamentos, o que, evidentemente, não foi perdida. Assim, apresentamos que, durante o período de perseguição, Espíndola contou com toda experiência e saberes adquiridos, bem como, com a rede de relacionamentos formada ao longo dos anos, assim como, seu capital simbólico como sindicalistas, tanto para obter serviços, como para conquistar um novo recomeço nos serviços portuários no Sindicato dos Estivadores, quando foi possível no processo de abertura política.

Ao longo da Tese, seja em sua chegada ao município, como no contexto acima, foi marcante como as relações que Espíndola estabeleceu no contexto familiar, do bairro, do ambiente de trabalho, assim como, sindical e político, foram importantes ao longo da sua trajetória. Grande parte dessas relações não foram constituídas apenas por interesses momentâneos, mas sim nutriram amizades profundas que perduraram. E como vimos, elas foram tecidas de diferentes formas e com sujeitos distintos, ou seja, desde um familiar, perpassando por vizinhos, militares, donos de setores da indústria etc. Tais redes foram utilizadas como meio de superar os diferentes desafios que as condições sociais impunham.

Como mencionamos na introdução desta Tese, buscamos construir sua trajetória de forma que o vinculasse aos demais indivíduos que estiveram em seu cotidiano, bem como, com os diferentes contextos que ele presenciou. Com isso, objetivamos mostrar como cada um desses elementos impactou em sua vida, e trazendo um “ar” dialético para nossa pesquisa, na qual o apresenta como um sujeito que ao mesmo tempo que transformou sua realidade, foi transformado por ela. Assim, sua trajetória exemplifica essa dinâmica, a qual relaciona sujeito e coletivo; que busca no particular, o geral. A ideia de apresentar Espíndola como um sujeito representativo, ao mesmo tempo que o apresenta em diferentes

contextos – como operário, líder sindical, perseguido etc. –, demonstra a irregularidade vivenciada pelos diferentes sujeitos históricos. O viver do indivíduo não é estático e previsível, mas sim, um processo multifacetado e de construção permanente que oscila em diferentes contextos.

Por fim, gostaríamos de apresentar e tecer algumas considerações, que não foi possível ao longo do texto, sobre a vida de Espíndola após sua entrada no Sindicato da Estiva e durante o momento de reconhecimento de sua trajetória como perseguido político, pelo Estado brasileiro. Destacamos que optamos em não apresentar no último capítulo, pois, simplificaria a complexidade desses momentos. Assim, na conclusão, evidenciamos que faz parte de sua trajetória, mas que carece de aprofundamento.

No momento em que Espíndola retoma suas atividades como portuário, ele trilha uma nova jornada dentro do Sindicato. Será convidado a compor uma chapa e a disputar as eleições. Sendo a chapa vencedora, o mesmo se tornará Tesoureiro na Estiva.

Ao longo das entrevistas, contudo, Espíndola menciona que tinha muitos problemas nessa função, incluindo uma tentativa de assalto, quando saiu da Caixa Econômica Federal, com dinheiro: “vinham cinco caras atrás de mim”<sup>350</sup>. Quem havia mandado o assaltar foi um trabalhador da própria estiva.

Assim, diferente dos demais que permaneceram por um longo tempo na diretoria, ele optou por se aposentar. Conforme relata, buscou a fazer média para se aposentar:

Trabalhando, ou, por exemplo, eu tava trabalhando [...] por exemplo, lá no Tecon, aí ia trabalhar lá até às sete horas. Não tinha, por exemplo, o senhor ia responder escala às seis, para trabalhar dentro do Porto. E o senhor não queria botar o seu ponto, por que já tinha média muito alta demais, já tava com a média superada, e aí pra não pagar imposto de renda, o senhor trabalhava e botava o seu ponto pra mim. [...] Quer dizer, eu ganhava de dia no Tecon, e ganhava de noite no Porto.<sup>351</sup>

Como já mencionamos anteriormente, essa era uma prática comum. Era exercida por todos os que estavam prestes a se aposentar, compravam a média

---

<sup>350</sup> Antonio Naillem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino

<sup>351</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

dos outros. Assim, o dinheiro ficava com quem trabalhava, a média, o INSS, décimo terceiro, férias, FGTS ficava para quem iria se aposentar.

Ao invés dele botar o ponto dele, ele botava o ponto meu. Meu ponto, meu número era 89, no Porto, na estiva, 89. Na hora que ele chegava no navio, e iam fazer o ponto, ele chegava e dizia “ó, 89”, aí botavam. Aí a agência no outro dia mandava aquele dinheiro como se fosse pra mim, e ele recebia, tirava do envelope e me entregava o envelope vazio. Era assim.

Sua atuação durou até 2002, quando conseguiu obter a aposentadoria.

Mas por que ele optou pela Estiva e não em retornar a capatazia? Segundo ele, até poderia ter retornado para o sindicato da capatazia, mas quando Espíndola conseguiu entrar no sindicato da estiva, o mesmo rapidamente foi eleito para a diretoria, e lá ele ganhava muito bem “Na estiva, chegava a tirar cinquenta, cinquenta e cinco salários mínimo por mês”<sup>352</sup>. Aqui vemos como ele manteve seu capital simbólico de liderança sindical. Acreditamos que seu passado contou para que ele não se mantivesse muito tempo atuando nos serviços de carga e descarga abordo do navio. Além disso, ele menciona o enfraquecimento do sindicato do porto, que naquele momento se encontrava quase extinto. Sabemos que, no contexto da Ditadura Civil-Militar, o Sindicato dos portuários foi muito prejudicado<sup>353</sup> e, nesse processo, os arrumadores cresceram enquanto categoria portuária, passando a atuar nas atividades da capatazia do porto, permanecendo até hoje.

Assim que obteve a aposentadoria, Espíndola iniciou outra jornada, porém, não mais como operário, mas sim na busca pelos reconhecimentos e obtenção de direitos, devido aos danos sofridos pela perseguição política que sofreu.

Eu vi através do jornal e vi através, também, de pessoas que tavam organizando, pra que as pessoas comesçassem a se reunir. Todos que tinham sido presos. Para entrar, por que saiu a lei. A lei da anistia, que dizer, no momento que saiu a Lei da Anistia, a pessoa tinha que procurar os direitos. Por que nós fomos muito prejudicados. Muito prejudicados! E vou lhe dizer eu não recebi nem um, olha, não recebi, talvez, 20% do que eu teria direito de receber. [...] Quem tava lá, na volta, lá, não é, pressionando, levou muita coisa. Agora quem não foi

---

<sup>352</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

<sup>353</sup> Para mais informações, consultar Gandra (1999)

lá, como eu não fui. Fiz a documentação e mandei pra lá e protocolei, eu fui muito prejudicado.<sup>354</sup>

Espíndola relata que reuniu toda a documentação sozinho, inicialmente, até protocolá-la, no dia 5 de setembro de 2002. Isso ocorreu assim que saiu da estiva. Depois, quando percebeu que estava sendo prejudicado, frente aos diretos e ganhos obtidos, contratou um advogado de Porto Alegre. Contudo, nesse momento, reconhece que já havia tido muitas perdas, devido a opção inicial. Com pesar em suas palavras, Espíndola reconhece que errou, e que deveria desde o início ter começado o processo junto com um advogado. O mesmo soube de pessoas que entraram com advogado, tiveram conquistas mais expressivas “Se aposentaram bem melhor. Receberam muito mais do que eu recebi”<sup>355</sup>

Sua primeira reparação veio em 2008. Uma das reparações foi quanto a sua aposentadoria, a qual foi retroativa a 1996, mas que só recebeu a partir de 2008. Além disso, também recebeu uma indenização do Estado: “98 o estado me indenizou [...] foi o Brito, Antônio Brito é que nos indenizou”<sup>356</sup>.

Antonio Espíndola fez parte da Comissão, em Porto Alegre: “Nós criamos uma pessoa jurídica que chamava-se [...] Movimento de ex-presos e perseguidos políticos, MEP parece que era. MEP, que registremos na junta comercial”<sup>357</sup> Isso, segundo ele, foi feito para que pudessem reivindicar seus direitos. Quem organizou foi o Raul Carrion, o Deputado Estadual do PCB. Conforme se relato, eles costumavam se reunir na Faculdade de Direito de Porto Alegre, para discutir sobre a reivindicação dos seus direitos:

Às vezes nós chegávamos a ter 150 pessoas. De todo o estado. Nós nos reuníamos lá. Nos reuníamos na Câmara de Vereadores, em Porto Alegre. Nos reuníamos no Centro Administrativo, ali na Praia de Belas, 1501, lá. No Centro Administrativo do Estado<sup>358</sup>

---

<sup>354</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>355</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>356</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>357</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

<sup>358</sup> Antonio Naillem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Naillem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Segundo Espíndola, ele é aposentado pelo Ministério da Justiça, como ex-presos político, e pela Delegacia do Trabalho Marítimo de Rio Grande, como estivador. Dessa forma, como podemos perceber, Antonio Nailem Espíndola não se aposenta pelo Sindicato que lutou e ajudou a fundar.

Diante de sua trajetória, ao perguntarmos como ele se sentia em meio a todos esses acontecimentos, ou seja, se ele acreditava ter havia valido a pena sua luta, o mesmo reflete que:

Eu acho que valeu. Aliás, acho não, tenho certeza que valeu. Muito embora eu tenha sido prejudicado, bastante prejudicado, não é, mas alguém tinha que fazer isso aí. Alguém tinha que fazer. E esse alguém, eu fiz parte desses alguém, aí, e não tenho nenhum arrependimento e não vou levar, o dia que não estiver mais nesse plano aqui, não vou levar nenhum sentimento, de ter feito.<sup>359</sup>

Ao agradecermos a generosidade pela sua disposição, foi perceptível seu entendimento da importância do relato de sua experiência. Espíndola foi uma figura muito consultada por diferentes historiadores, reforçando para si, sua relevância, como podemos contatar. Portanto, ele enfatiza que era uma obrigação sua prestar tal relato, demonstrando o reconhecimento da importância em registrar essa história.

Finalizamos esta Tese, observando que a história de Antonio Nailem Espíndola nos permite compreender um universo de atuação que vai além de suas ações. Ao observarmos sua trajetória representativa, como a de tantos outros sujeitos que migraram do meio rural para o urbano, podemos compreender a condição de vida e trabalho que muitos desses sujeitos vivenciavam. Podemos observar um contexto social precário, onde a formação das redes de apoio era um meio fundamental para a obtenção de serviços e de ajuda em momentos de dificuldade. Assim, os bairros, ambientes de lazer, serviço e sindicato possibilitavam a formação de relacionamentos que poderiam ser requeridos em diferentes momentos e contextos. Nos foi possível reconhecer, em parte, com isso, o mundo operário riograndino e sua cultura de disputas e solidariedade.

---

<sup>359</sup> Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Através de sua trajetória, também pudemos identificar a luta sindical como um meio de disputa e ascensão social, a qual por um lado possibilitava o desenvolvimento político, econômico e a formação de lideranças; mas por outro, exigia uma manutenção constante dessa posição.

Espíndola, dessa forma, atuou, como muitos outros, tensionando o contexto que vivenciava, a partir das pressões sócio-históricas de seu momento histórico. Assim, num movimento dialético, ele modificou e foi modificado por esse contexto.

## Fontes

### Fontes Orais:

Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 2/02/ 1997. Entrevista concedida a Edgar Ávila Gandra.

Antonio Nailem Espíndola. História dos Sindicatos dos Portuários e Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 27/09/ 2017. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 07/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Antonio Nailem Espíndola e Edith Teixeira Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 11/09/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra e Sinara Veiga Faustino.

Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 17/07/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões, Edgar Ávila Gandra, Sinara Veiga Faustino e Leonardo Silva Amaral.

Antonio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antonio Nailem Espíndola. Rio Grande. 15/08/2019. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Diógenes Sampaio Souza. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 14/04/2015. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões.

Hélio Amaro Soares. História dos Sindicatos dos Portuários e Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 13 /10/ 2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

Ivanor Lopes e Luis Carlos Silva Amaral. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 06/06/2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

Luis Carlos Silva Amaral. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 23/05/2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

## **Arquivo pessoal de Antonio Nailem Espíndola:**

Caderneta de Inscrição e Registro

Diário Oficial da União. Seção 1. 23 de outubro de 2008

Matéria do jornal Correio do Povo. 24/04/1964, p.1

Atestado do Departamento de Polícia Civil. Porto Alegre, 05/05/1964

Atestado do Departamento de Polícia Civil. Porto Alegre, 16/05/1964

Atestado do Departamento de Polícia Civil. Porto Alegre, 19/05/1964

Declaração apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Portuários nos Serviços de Capatazia reconhecendo a atuação de Antonio Nailem Espíndola no Sindicato. 24/08/2001

Declaração apresentada pela Ieda Penna Rey Salomão, reconhecendo a militância e prisão de Antonio Nailem Espíndola. 15/04/2008

Declaração apresentada por Valdomiro Rocha Lima, reconhecendo a militância e prisão de Antonio Nailem Espíndola. 15/04/2008

Documento da Assembleia Geral do Movimento de Ex-presos e perseguidos políticos

Atestado da Comissão Especial do Rio Grande do Sul, referente a remuneração percebida. 22/06/1998

Atestado, referente remuneração percebida. 14/08/2001

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Requerimento a comissão da Anistia.

## **Fontes do Sindicato:**

Fichas dos fundadores do sindicato

Arquivo do STSPRG. Matéria de jornal "Abono Família".

Arquivo do STSPRG. Portaria nº 1535, de 29 de setembro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC). Rio Grande do Sul. 29 set. de 1960

Arquivo do STSPRG. Portaria nº1.582, de 29 de setembro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC).

Arquivo do STSPRG. Portaria nº471 de 29 de setembro de 1960. Ministério de Viação e Obras Públicas.

Arquivo do STSPRG. Portaria nº1.582 de 10 de outubro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC)

Arquivo do STSPRG. Portaria nº 1662 de 29 de outubro de 1960. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC)

Arquivo do STSPRG. Portaria nº366 de 28 março de 1961. Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC).

### **Fontes Jornalísticas:**

Jornal Rio Grande, setembro a outubro de 1959

Jornal Rio Grande, 1960

Jornal Rio Grande, janeiro, fevereiro e agosto, setembro, de 1961

Jornal Rio Grande, março a junho de 1964

Jornal do Comércio, 27 de abril a 1964

### **Fontes Oficiais:**

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Testemunho de Antônio Nailem Espíndola em Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, realizada em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 2013. Disponível < <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/component/content/article/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/620-documentos-citados-capitulo-15.html> > Acessado em: 01 de fevereiro de 2023.

FUNDAÇÃO DE CONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

FUNDAÇÃO DE CONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1960-1980. Porto Alegre, 1984.

IBGE. Brasil: censo demográfico. Rio de Janeiro, 1956.

IBGE. Movimento Marítimo e Fluvial do Brasil. Rio de Janeiro, 1959 – 1960.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 5452, de 1º de maio de 1943.

BRASIL. Lei nº 2.196, de 1º de abril de 1954. Acrescenta novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o

serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias. **Diário Oficial da União**, 1954. Seção I. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L2196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2196.htm) > Acessado em: 24/10/2023

BRASIL. Decreto nº 36.025, de 12 de Agosto de 1954. Regulamenta a Lei nº 2.196, de 1 de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 1954. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D36025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D36025.htm) > Acessado em: 24/10/2023

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 1561, de 1º de outubro de 1951.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em: 08/04/2023

## Referências Bibliográficas

ALVES, F. E.; OLIVEIRA, F. H. ; BRUM, E. V. P. ; BRAGHIROLI, G. . **O cadastro das parcelas territoriais e a migração lateral dos rios: estudo de caso no rio piratini-rs**. IN: Cobrac 2016 - 12º Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial, 2016, Florianópolis/SC. 12º Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial, 2016.

ALVES, Francisco. **Governo do prefeito Farydo Salomão**. Biblos, Rio Grande, 1990, p.19-47.

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária**. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2008.

ANDRÉ, Marlene Monteiro. **Organização do trabalho portuário: o cotidiano de vida e trabalho dos portuários avulsos**. Vitória, ES: EDUFES, 1998.

ANTOCHEVIS, Eliza F. O século XIX e o Centro Histórico do Rio Grande. In: **VII Seminário Internacional em Memória e Patrimônio - Convenção do patrimônio imaterial: 10 anos depois**, 2013, Pelotas. VII SIMP - Anais. Pelotas: Editora da UFPel, 2013. v. 01. p. 367-376

ARANTES, Erika. **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX**.

Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

ARAÚJO, Silvia Maria. **Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho**. IN: Revista Sociedade e Estado, Vol. 28, Número 3, 2013, p. 565-586.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. **O que pode a Biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. IN: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

BATALHA, Claudio H.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre. **Cultura de Classe**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2004.

BARROS, José. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica**. IN: Revista Portuguesa de História – t. LII (2021) – p. 421-443

BATALHA, Claudio H.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre. **Cultura de Classe**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2004.

BAUER, Caroline. **O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de estado e ação de polícia política durante a Ditadura Civil-Militar brasileira**. IN: Revista Ágora, Vitória, n.5, 2007, p.1-31

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. IN: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p.203-233.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Robert. **Na esteira da memória: A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande - RS (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

CASTRO, Robert; GANDRA, Edgar. **Canopus nos mares do sul. O “navio branco” em águas riograndinas. Repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe Civil-Militar de 1964**. Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE. Fortaleza, Vol. V, Nº 10 – julho - dezembro, 2017.

D'ARAÚJO, Maria. **Carisma & Poder: O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DAVID, Priscila. **História Oral: metodologia do diálogo**. IN: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 157-170, janeiro-junho, 2013.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 7ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

DIENSTMANN, Gabriel. **A perseguição aos trabalhadores(as) e ao movimento sindical no rio grande do sul 1964-1985**. IN: Comissão Nacional da Verdade, Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, Grupo de Pesquisa da Central Única dos Trabalhadores – Rio Grande do Sul. CUT 2014

DI PAOLO, Darcy de Nazaré Fléxa. **O trabalhador da Estiva: um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará**. Belém: CEPAS, 1981.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2015.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994. Disponível em <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001778/mod\\_resource/content/0/A%20Sociedade%20Dos%20Individuos%20-%20Norbert%20Elias.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001778/mod_resource/content/0/A%20Sociedade%20Dos%20Individuos%20-%20Norbert%20Elias.pdf)> Acessado em 26/07/2020

FALCÃO, Jairo. **Cooperação, experiência e sobrevivência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989)**. 2009. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Vale do Rio Sinos- Unisinos, São Leopoldo.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma Biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIORAVANTE, Fernanda. **Considerações acerca da análise de rede social nas sociedades de antigo regime**. In: Revista de Teoria da História Ano 5, Número 10, dez/2013, p.221-240

FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos: Os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em

História) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

FURTADO, Sinara. **“eu meio que fui costurando essa história”**: A trajetória de mulheres durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969**. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

GANDRA, Edgar Ávila. **O Porto dos direitos**: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GITAHY, Maria Lucia. **Ventos do mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GOMES, Angela. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

GOMES, Angela; D'ARAÚJO, Maria. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

GORENDER, Jacob. **Era o Golpe de 1964 inevitável?** IN: TOLETO, Caio (org). 1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sindicatos nacionais portuários**. IN: HOBBSAWM, Eric J. Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JARDIM, M. de L.; MACEDO DE BARCELLOS, T. M. Migrações no Rio Grande do Sul. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 326–341, 2000. DOI: 10.48075/igepec.v15i3.6286. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6286>. Acesso em: 5 set. 2023.

KARSBURG, Alexandre. **A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias**. IN: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis (orgs). Micro-história, trajetórias e imaginação. São Leopoldo: Oikos, 2015,

KARSBURG, Alexandre. **O Eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

KIRK, Neville. **Cultura: costume, comercialização e classe**. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (org.). Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 49-70.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre família e parentela**. IN: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis (orgs). Micro-história, trajetórias e imaginação. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 12-29.

LIMA, Henrique Espada. Apresentação ao dossiê – Os trabalhadores: experiência, cotidiano e identidade. **Dossiê – Os trabalhadores: experiência, cotidiano e identidade**, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Vol. 3, nº 6, p. 13-15, 2001. Disponível em <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/96/95>> acessado em <22/10/2016>

LONER, Ana Beatriz. **Construção da classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

\_\_\_\_\_. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas. 1888-1937**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MATHIAS, Carlos. ANÁLISE DE REDE SOCIAL. IN: **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.11, n.1, Jan./Jun. 2014, p. 131-146. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2014v11n1p131>> Acessado em: 27 de agost. 2023

Pires, Reis, Torres e Maier. **Cartografia Histórica da Cidade do Rio Grande/RS: Expansão Urbana entre 1737 e 2017**. IN: Revista Brasileira de Geografia Física v.13, n.03 (2020) 1756-1777.

MARTINS; PIMENTA. **A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do Rio Grande (1874-1970)**. In: R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n.1 / maio 2004

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda, 2009.

MEIHY, José Carlos. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEU, Márcia. **Os portos do sul do Brasil: da formação ao século XXI**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa: Memória e Experiência de Estivadores do Rio Grande/RS (1945- 1993)**. São Paulo, PUC, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Imagens de Estivadores**. IN: **Imagens de Estivadores**, 2007, Caetité/BA. Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade. Caetité: MULTI-MEDIA, 2007.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Cidade Nova: narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande**. 2012. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PELLEJERO, Nadja Karin. **Direitos sociais e ações coletivas nas múltiplas escalas entre o local e o global: a luta pela moradia no município de Rio**

Grande/RS. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **Os Industriais da República**. Porto Alegre, IEL, 1991

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880 - 1920**. IN: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 54, 2014 p.807-826.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. São Paulo. 1997.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral**. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Gênero**. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9- 36, jun., 2001.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. IN: Oficina do CES n.º 271, 2007. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/277055292> > acessado em: 27 de agost. 2023.

RAMOS, Carolina. **A construção do sindicalismo rural brasileiro**. IN: Anais VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Universidade Federal de Sergipe. Disponível em <<https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Grupos.html>> acessado em <10 de junh. de 2023>

REVEL, Jackes. **Micro-história, macro-história: o que as variações de escalas ajudam a pensar em um mundo globalizado**. IN: *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010, p. 434-444.

RIBEIRO, Luiz; SIQUEIRA, Maria. **A relação entre cidades e portos no Espírito Santo: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação**. IN: *Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos*. Org.: CRUZ, Maria Cecília Velasco e; LEAL, Maria das Graças de Andrade; PINHO, José Ricardo Moreno. Salvador: EDUFBA, 2016.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro. In.: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escala: experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 151-172.

SALABERRY, Jeferson D. **A agroindústria no Bairro Porto: Pelotas – RS (1911-1922)**. 2012. 229 f.. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SAQUET, Marcos; MONDARDO, Marcos. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. IN: REVISTA NERA – ANO 11, N. 13 – JULHO/DEZEMBRO DE 2008, p.118-127.

SARTI, Ingrid. **O porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SAVAGE, Mike. **Classe e história do trabalho**. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (org.). *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48

SCHMIDT, Benito Bisso. **Apresentação: ainda a história do cotidiano**. IN: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo (orgs). *Estudos de História do Cotidiano*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade**. IN: *Métis: História & Cultura*. v. 2, n. 3, 2003, p.57-72. Disponível em < <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041> > Acessado em 26/07/2020

SCHMIDT, Benito Bisso. **O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação**. IN: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 6, dezembro 1996, p. 165-192

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho da perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SEGUNDO, Mário. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira. **A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)**. São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

\_\_\_\_\_. **Operários sem patrões:** os trabalhadores de Santos no entreguerras. São Paulo: Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos.** IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre (orgs). Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou contragolpe?** Porto Alegre: L&M, 2014.

SILVA, José Bento Rosa da. **Estiva Papa-Siri:** mãos e pés no Porto de Itajaí. Itajaí: Ed. do autor, 2004.

SILVA, Luiz. **Crise do regime político no pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial.** IN: O golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva. NAPOLITANO, Carlo; LUVIZOTTO, Caroline; LOSNAK, Célio; GOULART, Jefferson (orgs). São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014.

SILVA, Maria Dalva. **Relações de trabalho no cais do Porto do Rio de Janeiro:** resistência a modernização. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Thiago Cedrez. **"Dos porões ao Cais":** memória e experiência de estivadores do Rio Grande-RS nos anos de 1960 a 1969. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Dos porões ao cais : memórias da trajetória do sindicato da estiva de rio grande-rs nos anos de 1960 A 1970.** Oficina do Historiador, v. 7, p. 787-804, 2014.

SIMÕES, Elvis. **No centro e à margem: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950/60.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SODRÉ, Nelson. **Era o golpe de 1964 inevitável?** IN: TOLETO, Caio (org). 1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul:** os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2010.

THOMPSON. E.P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. IN: **História oral: desafios para o século XXI**. Org. FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tania; ALBERTI, Verena. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

TOLEDO, Caio. **A democracia populista golpeada**. IN: TOLETO, Caio (org). 1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. IN: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008, p.199-218

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 1, n. 7, 2012. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i7.1027. Disponível em:

<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/1027>. Acesso em: 5 set. 2023.

VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria Portuária Sul-Rio-Grandense**: Portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964). Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. IN: SILVA, Tomaz T. da (Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 2014